

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE VIDA PARA PERMANÊNCIA
NA TERRA: UM ESTUDO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO MONTE
ALEGRE – ARARAQUARA/SP

ANTONIO MARCOS CAMPOI

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte das
exigências para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente.

ARARAQUARA – SP
2005

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E ESTRATÉGIAS DE VIDA PARA PERMANÊNCIA
NA TERRA: UM ESTUDO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO MONTE
ALEGRE – ARARAQUARA/SP

ANTONIO MARCOS CAMPOI

Orientadora
Prof^a. Dr^a. VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário de Araraquara, como parte das
exigências para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Regional e
Meio Ambiente.

A R A R A Q U A R A – S P
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

C198s Campoi, Antonio Marcos

Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra: Um Estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP. Antonio Marcos Campoi, Araraquara, 2005.

183 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Bibliografia.

1. Sistemas de Produção. 2. Estratégias de Vida. 3. Assentamento Rural

CDU. 574.4: 332.2.021.8

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo em primeiro lugar minha família nas pessoas de minha esposa Janete, meu pai Juvenal, minha mãe Cida e meu irmão Fernando, pelas palavras de apoio, carinho e, principalmente, confiança em momentos de pouca inspiração. A eles, dedico este singelo trabalho.

Aos colegas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, nas pessoas de meu compadre Milton, do amigo Picco, da amiga Fátima e do amigo Rubão, agradeço a instituição por me proporcionar o enorme aprendizado profissional e pessoal que levarei comigo para sempre.

Na pessoa do assentado Bellintani, fonte inesgotável de informação agradeço a todos os assentados e assentadas da Fazenda Monte Alegre, pela paciência e boa vontade de responderem às inúmeras questões que compõem este trabalho.

Às professoras da Escola localizada no Núcleo VI do Assentamento Monte Alegre. Graças a elas foi possível aplicar a técnica da coleta de redação.

Ao grande companheiro de lutas, o presidente da FERAESP e sindicalista Élio Neves, pelos relatos contidos no trabalho.

Aos novos amigos e amigas da ENERPEIXE S/A pela compreensão e apoio nos momentos de maior transpiração.

À banca examinadora composta pelo Prof^a. Dr^a Maria Lúcia Ribeiro, Prof^a Dr^a Dulce C. A. Withaker e Prof^a Dr^a Vera Lúcia S. Botta Ferrante, pelas orientações e caminhos mostrados para a melhoria do trabalho.

Às queridas Ivani e Dri, pelo apoio maiúsculo na finalização do trabalho.

Enfim, um agradecimento especial a duas pessoas que fazem parte da minha vida e que são os maiores responsáveis pelas oportunidades de meu crescimento profissional, o amigo e Eng^o Agrônomo Ivan Silveira e a amiga e Prof^a Dr^a Vera Botta.

Obrigado a Todos!

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa realizado com uma comunidade assentada no Projeto de Assentamento Rural da Fazenda Monte Alegre, localizada no município de Araraquara-SP, procuramos identificar os principais sistemas de produção relacionados às atividades de cultivos, criações e processamento predominantemente implantados para fins comerciais e as estratégias por eles desenvolvidas para permanecer na terra.

Conhecer os itinerários técnicos que operacionalizam estes sistemas e principalmente, compreender suas racionalidades, nos remete a considerar a teia de relações sociais existentes entre assentados, poderes públicos municipal, estadual e federal, bem como os interesses de investimentos financeiros realizados pela iniciativa privada em razão da localização privilegiada do assentamento em relação às agroindústrias que compõem o pólo agroindustrial regional.

É neste contexto que procuramos identificar e analisar as estratégias desenvolvidas pelas famílias assentadas para permanecerem na terra seja através de atividades agrícolas ou não agrícolas, em um espaço temporal distinto, identificado pela chegada das famílias ao assentamento.

Palavras-Chave: Sistemas de Produção. Estratégias de Vida. Assentamento Rural.

ABSTRACT

This research, developed in a community settled in the Project of Rural Settlement of Fazenda Monte Alegre, located in Araraquara-SP, has tried to identify the main production systems related to the activities of planting, livestock farming, and processing, mainly with commercial aims.

To know the technical itineraries which make these systems operational and, mainly, to understand their rationalities, lead us to consider the web of existing social relationships among settled people, municipal, state and federal public power as well as the interests of financial investments made by the private sector, considering the privileged location of the settlement in relation to the agro-industries which make up the regional agro-industrial center.

In this context we have tried to identify the strategies which were developed by the settled families to remain in the land by means of agricultural or non- agricultural activities, in a specific temporal space, identified by the coming of the families to the settlement.

Key-words: Production systems.Life strategies.Rural settlement.

SUMÁRIO

Apresentação	13
Introdução	16
I - Caminhos Teórico Metodológico da Pesquisa	20
II - A Metodologia da Pesquisa.....	35
III - O Objeto de Estudo: A Fazenda Monte Alegre – Caracterização e História em Vários Tempos.....	41
IV- Sistemas de Produção: A Diversidade dá o Tom	53
V- Tratos Culturais e Manejo: O Jeito de Plantar e Criar dos Assentados.....	72
VI- Alternativas de Permanência na Terra: O Futuro Incerto dos Assentamentos	111
Concluindo ou Retomando Questões	152
Referências Bibliográficas.....	159
Anexos	167

RESUMO

Neste trabalho de pesquisa realizado com uma comunidade assentada no Projeto de Assentamento Rural da Fazenda Monte Alegre, localizada no município de Araraquara-SP, procuramos identificar os principais sistemas de produção relacionados às atividades de cultivos, criações e processamento predominantemente implantados para fins comerciais e as estratégias por eles desenvolvidas para permanecer na terra.

Conhecer os itinerários técnicos que operacionalizam estes sistemas e principalmente, compreender suas racionalidades, nos remete a considerar a teia de relações sociais existentes entre assentados, poderes públicos municipal, estadual e federal, bem como os interesses de investimentos financeiros realizados pela iniciativa privada em razão da localização privilegiada do assentamento em relação às agroindústrias que compõem o pólo agroindustrial regional.

É neste contexto que procuramos identificar e analisar as estratégias desenvolvidas pelas famílias assentadas para permanecerem na terra seja através de atividades agrícolas ou não agrícolas, em um espaço temporal distinto, identificado pela chegada das famílias ao assentamento.

Palavras-Chave: Sistemas de Produção. Estratégias de Vida. Assentamento Rural.

Lista de Quadros

Quadro 01 – Níveis de Análise e seu Objeto de Estudo

Quadro 02 – Nº de Famílias Titulares de Cadastro do Assentamento Monte Alegre

Quadro 03 – Composição das Amostras das Famílias Pesquisadas no Assentamento Monte Alegre

Quadro 04 – Histórico Ocupacional

Quadro 05 – Caracterização da Força de Trabalho Familiar

Quadro 06 – Mão-de-Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote

Quadro 07 – Fontes de Renda Externa ao Lote

Quadro 08 – Equipamentos de Proteção Disponíveis no Lote

Quadro 09 – Acesso a Subsídios pelas Famílias Pesquisadas no Assentamento Monte Alegre (créditos, prestação de serviços, projetos, etc).

Quadro 10 – Processamento de Produtos no Lote

Quadro 11 – Atividades Agropecuárias para Fins Comerciais

Quadro 12 – Sistema de Criação (Bovinocultura Mista)

Quadro 13 – Comercialização

Quadro 14 – Atividades Produtivas de Autoconsumo

Quadro 15 – Síntese dos Sistemas de Produção Predominantes

Quadro 16 – Famílias Assentadas por Período de Governo no Estado São Paulo

Quadro 17 – Fluxograma de Receitas e Despesas – 18 Meses (Primeiro Corte)

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Histórico Ocupacional

Gráfico 02 – Mão-de-Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote

Gráfico 03 - Fontes de Renda Externas ao Lote

Gráfico 04 - Processamento de Produtos no Lote

Gráfico 05 - Atividades Agropecuárias para Fins Comerciais Exploradas nos Lotes

Gráfico 06 – Análise de Solo

Gráfico 07 – Correção do Solo (uso de calcário)

Gráfico 08 – Preparo de Solo

Gráfico 09 – Plantio em Nível

Gráfico 10 – Uso de Sementes e Mudas

Gráfico 11 – Uso de Adubação

Gráfico 12 – Controle de Pragas e Doenças

Gráfico 13 – Plantio Consorciado

Gráfico 14 – Rotação de Culturas

Gráfico 15 - Comercialização

Gráfico 16 – Manejo Alimentar - Utilização de Pastagens

Gráfico 17 – Manejo Alimentar - Uso de Capineira para Alimentação dos Animais pelos Produtores

Gráfico 18 – Manejo Alimentar - Uso de Concentrados para Alimentação dos Animais pelos Produtores

Gráfico 19 – Manejo Sanitário - Utilização de Carrapaticidas e Vermífugos

Gráfico 20 – Manejo Sanitário - Exames de Tuberculose e Brucelose

Gráfico 21 – Manejo Reprodutivo

Gráfico 22 – Comercialização

Lista de Abreviaturas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATR – Açúcar Total Recuperável

BANESER – Banespa Serviços Técnicos e Administrativos

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo

CONSECANA – Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar do Estado de São Paulo

CPDA – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

EDR – Escritório de Desenvolvimento Regional

FAO – Food And Agriculture Organization

FEAGRI – Faculdade de Engenharia Agrícola

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FT – Força de Trabalho

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IEP – Intervalo Entre Partos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIP – Manejo Integrado de Pragas

ORNA – Ocupações Rurais Não Agrícolas

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

PSF – Programa de Saúde da Família

TAU – Termo de Autorização de Uso

UA – Unidade Animal

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UNIARA – Universidade de Araraquara

UNICAMP – Universidade de Campinas

APRESENTAÇÃO

A decisão de realizar um mestrado relacionado à experiência profissional na área de assistência técnica do ITESP não foi a mais fácil. Isso porque, se por um lado, existia uma forte vontade de conhecer as práticas adquiridas pelos moradores dos assentamentos rurais, por outro lado, muitas vezes, houve a vontade de superar as barreiras que encontrei durante a pesquisa, pois, não raras vezes, a maioria dos assentados considerou-me um estranho, isto é, como alguém que se aproximou para ditar **regras**, as quais nem sempre foram compreendidas ou assimiladas por essas pessoas. Por isso, a experiência que tive, não foi somente de estranhamento, como também de rejeição, contudo os obstáculos foram aos poucos suplantados.

Tenho desse intenso período de trajetória profissional, vivas lembranças de ter participado da construção de um novo modo de vida difícil, mas de inesquecíveis batalhas de homens e de mulheres que fizeram e ainda fazem a história da reforma agrária em nosso país. Pelo fato de essas pessoas terem feito parte da minha vida, a maneira que encontrei de contribuir, ainda que modestamente, para o futuro dos assentados e de lhes retornar, de forma possível, às inúmeras lições de vida recebidas, as quais foram fundamentais para a minha persistência em meus objetivos, foi a de realizar a minha dissertação de mestrado.

A minha trajetória profissional está ligada ao Instituto de Terras do estado de São Paulo – ITESP, já que quinze anos depois da minha formatura como engenheiro agrônomo na Universidade de Taubaté – SP, passei quatorze deles dentro deste Instituto, e que hoje é conhecido como Fundação do Instituto de Terras do estado de São Paulo. Devo mencionar que fui admitido por esta Fundação em 1992, praticamente recém formado, para trabalhar no grupo de sócio-economia da sede, na capital paulista.

Depois de dez meses na sede, fui transferido para a regional de Guaraçai-SP (hoje Regional Noroeste com sede no município de Andradina-SP), nesse local tive a oportunidade de trabalhar na implantação do Assentamento da Fazenda Timboré, localizada no município de Andradina, e ainda, trabalhei na fase de desenvolvimento e consolidação do Assentamento da Fazenda Rio Paraná, no município de Castilho. Foram cinco anos de um trabalho de imenso aprendizado, praticamente uma **segunda faculdade**, pois tive a oportunidade de passar pela situação de participar em reuniões com as famílias assentadas, para ditar o pacote tecnológico da maximização da produção. Importa salientar, que nessas reuniões, eu tinha a nítida sensação de estar falando uma linguagem oriental

dentro de toda tropicalidade de nosso país, ou seja, eu tinha a certeza que ali, entre 40 ou 50 pessoas, eu falava sozinho, ou talvez, pensava alto.

Após um tempo em Andradina, fui para **a capital da reforma agrária brasileira**, como é conhecida neste meio a região do Pontal do Paranapanema, local em que se concentram os maiores conflitos fundiários do estado de São Paulo, em virtude da imensa quantidade de terras devolutas existentes no perímetro. Nessa região, eu e meus colegas de trabalho fomos convocados para participar de um projeto até hoje nunca visto na história recente da reforma agrária paulista, o **Plano de Ação do Pontal do Paranapanema**, o qual resultou no assentamento de quase 3.200 famílias em três anos (1995 –1998). Foram seis árduos meses à frente deste trabalho, até que surgiu a oportunidade de conhecer outra região de reforma agrária no estado de São Paulo, a região de Araraquara, que é o objeto deste trabalho, ela estava prestes a implantar o projeto de conclusão da ocupação da totalidade da área da Fazenda Monte Alegre com assentamentos rurais.

Cheguei à Araraquara em meados do ano de 1997, para participar da implantação do núcleo VI da Fazenda Monte Alegre e do Horto Florestal Bueno de Andrada, esta última área é de propriedade do governo estadual e foi disponibilizada para implantação de Assentamento Rural no Governo Mário Covas. Fiquei na região até o início de 2.003 quando, por oportunidades que a vida proporciona, deixei este órgão para trabalhar com comunidades sofridas, em outro contexto, o da relocação compulsória de famílias para áreas de reassentamentos, devido à construção de empreendimentos hidrelétricos. Atualmente, estou trabalhando no estado do Tocantins no empreendimento AHE - Peixe Angical.

A experiência adquirida durante a convivência com as comunidades lembra-me momento de muitas alegrias e de algumas tristezas. Alegrias, quando se escuta um depoimento sincero, de um pai de família, que fala da realização de estar hoje trabalhando, mesmo com todas as dificuldades, em terra de muita luta e transpiração; alegrias também são encontradas quando se ouve a respeito: da boa colheita; da chuva do tempo certo; do acerto com o banco após a colheita; das festas organizadas pelas comunidades; da escola que o filho voltou a freqüentar, enfim os momentos felizes foram muitos. Porém, as tristezas também são presentes, por exemplo, quando chegávamos, eu e meus colegas de trabalho, à casa de algumas famílias, principalmente na fase de implantação dos assentamentos, e nos deparávamos com apenas o arroz e, quando muito, com um pouco de farinha no prato, o que demonstrava a completa descapitalização na qual se encontrava a grande maioria das famílias quando chegavam aos assentamentos.

Sem querer entrar na questão do mérito, afinal estava-se cumprindo ordem judicial, em ações de reintegração de posse de lotes, era difícil escutar de uma mãe “*e agora? pra onde vou com meus filhos?*”. Para essas situações não existe ensinamento teórico no mundo que possa ao menos chegar próximo do retrato desta realidade, somente quem vivenciou de perto sabe do que se trata.

A finalização deste trabalho seria o mínimo que poderíamos deixar de contribuição para a Instituição e ao novo grupo de técnicos, já que a Instituição passa pelo processo de renovação do quadro de funcionários, de maneira constante.

Além do mais, as reflexões contidas nesta dissertação foram a forma por mim encontrada de continuar o diálogo com os assentados e de lhes devolver um pouco do que aprendi com suas inesquecíveis lições de vida.

INTRODUÇÃO

Tem-se como objeto de dissertação o estudo de sistemas de produção dos núcleos do assentamento da Fazenda Monte Alegre, formados entre 1985 e final da década de 90, que perfazem um total 377 lotes, com 377 famílias regularmente assentadas como titulares deles e com a posse do Termo de Autorização do Uso, TAU. As famílias encontram-se distribuídas em sete núcleos com características de tempo e espaço distintas, menciona-se que a disposição das famílias no assentamento, está fundamentada na metodologia utilizada pela Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo¹ associadas a uma identificação das alternativas de permanência na terra.

Salienta-se que os assentamentos tornaram-se o foco de uma pesquisa longitudinal do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, inicialmente vinculado à UNESP, e também à UNIARA, sob coordenação da Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.

Nesta dissertação procurar-se-á compreender as singularidades da luta pela terra na região da Califórnia Brasileira, por meio da investigação das referentes facetas sociais, econômicas, políticas e culturais que têm contribuído para o modo de vida nos assentamentos. No bojo dessas contribuições, que se desenvolvem já há 20 anos, e que no presente momento se voltam para a relação entre o Poder Local e os Assentamentos, observam-se as: expressões de luta, de acomodação e de resistência.

Com certeza, esta dissertação voltada para o estudo e análise dos assentamentos, tem em vários núcleos de pesquisa do país e do exterior (especialmente, FEAGRI/UNICAMP, CPDA/Rio de Janeiro, Centre de Recherches Sur le Brésil Contemporain, École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris) provocado muitas reflexões, de maneira a resgatar dilemas e impasses, os quais se apresentaram no passado, apresentam-se no presente, e se não surgirem soluções eficazes, farão parte do futuro de muitas populações rurais assentadas.

Sem a pretensão de fazer um minucioso mapeamento da produção bibliográfica brasileira, que tem uma história das mais significativas no que se refere ao conhecimento e também à afronta de desafios que surgem na trajetória destes processos sociais complexos, é preciso esclarecer que nesta dissertação houveram contribuições trazidas pela análise econômica dos assentamentos, cujo objetivo é o de ressaltar os impasses provocados pelos resultados de pesquisa da FAO sobre a Reforma Agrária, a Produção, o Emprego e a

¹ SÉRIE CADERNOS ITESP nº 8; *Sítios e Situantes: Planejamento Territorial e Cálculo de Módulo para Assentamentos Rurais*. 1998.

Renda (ROMEIRO et al., 1994). Desse modo, este trabalho acadêmico não tem por escopo demonstrar soluções para as controvérsias ou para os fatos polêmicos.

Salienta-se então, que neste trabalho foram descritas estratégias ou alternativas utilizadas pelos assentados com o fim de permanecerem na terra. Além disso, houve a preocupação de relacionar o rol das atividades operadas no interior do lote/projeto de assentamento, porém, talvez o fato de não ter sido realizado um acompanhamento metodológico ao longo de um ciclo agrícola dos orçamentos domésticos e das formas de cooperação constituídas, torne o estudo de alternativas de permanência na terra um pouco lacunar. Deve-se reconhecer que para analisar de modo mais profundo as estratégias adotadas pelos assentados e os instrumentos utilizados por eles para não apenas tornar viável a produção por unidade familiar, como também a sua reprodução, a pesquisa poderia ter utilizado outros procedimentos metodológicos, como por exemplo, o acompanhamento de trajetórias familiares, entretanto essa perspectiva metodológica não foi inserida neste trabalho por questões da própria história pessoal e profissional.

O estudo a despeito dos assentamentos de trabalhadores rurais remete a algumas considerações prévias, tais como: frisa-se que somente na década de 90, houve um crescimento de 3,7% ao ano (superior ao dobro² do crescimento populacional do país no período) das chamadas ocupações rurais não agrícolas – ORNA; e ainda, no mesmo período, talvez devido à agressiva mecanização das operações agrícolas brasileiras, houve uma redução de 1,7% ao ano de empregos no meio rural (SILVA, 2001).

Nas safras de 1998/99, a soma dos rendimentos provenientes de atividades não agrícolas, superou as rendas originárias de atividades tipicamente agrícolas das populações que possuíam moradia no meio rural. Por isso, torna-se cada vez mais necessário e atual (ao contrário de alguns setores representantes das frentes capitalistas de produção, que interpretam estas singularidades como o fracasso anunciado destas comunidades rurais) a adoção de políticas que favoreçam a inserção destas famílias rurais em atividades agrícolas alternativas, como os chamados nichos de mercado, caso contrário, será necessário inseri-las em ocupações não agrícolas como lazer, turismo, dentre outras.

Na esteira das atividades rurais não agrícolas, um outro tema bastante presente desde meados da década de 90 em nossa literatura e que traduz bem esse fenômeno em expansão, é o que se refere à **pluriatividade** dessas famílias rurais. Ressalta-se ainda, que é importante não confundir **pluriatividade** com **múltiplas fontes de renda**, uma vez que

² Crescimento populacional do país no período foi algo em torno de 1,6%.

pluriatividade diz respeito a ocupações produtivas de um indivíduo em diferentes setores de atividade, e não precisam ser necessariamente agrícolas, ao contrário, a definição de **múltiplas fontes de rendas**, que é caracterizada pela obtenção de recursos em atividades consideradas não-produtivas, como por exemplo, benefícios sociais resultantes de aposentadorias, pensões e outros (KAGEYAMA, 2001). Sendo assim, nota-se que essas definições são novos termos caracterizados pela mudança de comportamento das populações rurais, devido, em grande parte, ao processo de abertura da economia mundial, qual seja, a globalização, então este setor da sociedade, passou a ser conhecido como “Novo Mundo Rural”, (SILVA, 2004).

Importa mencionar que este trabalho acadêmico está voltado para o estudo dos seguintes temas: orçamentos domésticos; meios de operações de preparo do terreno, do cultivo, dos tratos culturais e da colheita; modo de aquisição de animais; gestão dos estoques colhidos e da procedência das sementes utilizadas; autoconsumo, que se refere às estratégias de reprodução social dos assentados, à análise de formas de cooperação entre eles, às formas deles se relacionarem com as fontes de água dos bosques e com as perspectivas de agricultura não convencional. Desse modo, esses são os elementos que merecem especial cuidado na discussão dos sistemas econômicos e das alternativas utilizadas pelos assentados. Por isso, a produção acadêmica tem se preocupado com o enfoque³ dos temas relacionados neste parágrafo.

Ainda, deve-se frisar que não há a preocupação com o conjunto de estratégias adotadas pelos assentados para a permanência na terra, as quais, sem dúvidas, evidenciam a problematização do modelo ideal da reforma agrária. No entanto, neste trabalho, não se tem a intenção de solucionar dilemas teóricos, mas sim há a preocupação em descrever estratégias de assentados analisadas a partir de amostras e dos períodos de implantação delas.

Isso posto, conclui-se que o presente estudo não prioriza variáveis políticas e sócio-culturais, embora seja visível que o modo de vida e as estratégias dos pequenos produtores perpassam por tais dimensões. Destaca-se ainda, que a análise das estratégias surgidas a partir da aquisição da terra por parte dos assentados, bem como o estudo da experiência acumulada durante o processo produtivo de trabalho, ocorrido no interior dos vários núcleos dos assentamentos da fazenda Monte Alegre, não se esgotam na consideração de

³Ver: LEITE, S - Orçamentos Familiares e Estratégias Sócio-econômicas em Assentamentos Rurais: Apontamentos ao Debate sobre Multifuncionalidade da Agricultura Brasileira, 2003 MIMEO.

que a vivência na terra, o convívio com a vizinhança e a cooperação podem criar vínculos de reconhecimento social, de valores de economia moral, conforme discute Barbone, 1996. Este autor (2002) ainda ressalta que além das redes de sociabilidade, há o espaço dos conflitos, das disputas, das competições na instituição das associações, na relação com os técnicos, dentre outros tipos de discussões.

Com tais ressalvas, o trabalho resgata a história de constituição dos assentamentos, a metodologia da pesquisa, os dados obtidos, a identificação dos principais sistemas de produção adotados e as expectativas em relação ao futuro de uma adequada política que se preocupe com as questões dos assentamentos rurais brasilienses.

As informações contidas neste trabalho referem-se ao período de constituição do assentamento da fazenda Monte Alegre, que se formou devido à ocupação da área pelo primeiro núcleo; denota-se que a ocupação teve início em 1985 e foi até meados do ano de 2005.

Desse modo, salienta-se que apesar de se ter conhecimentos acerca da viabilização e da aprovação pelo órgão estatal, por meio de portaria publicada no Diário Oficial do estado, referente à autorização para que as famílias pudessem aproveitar 50% da área dos lotes para a cultura da cana-de-açúcar, para fins agroindustriais, o processo de plantio e colheita apenas foi acompanhado na primeira safra. Sendo assim, é impossível estabelecer conclusões precipitadas a respeito da integralidade do projeto, porém não se deixará de realizar considerações sobre a cultura da cana (1º corte) no assentamento proposto para. Isso se faz devido à importância e ao interesse que o assunto desperta, pois o consórcio entre usinas e assentados continuará a ser tema de outros trabalhos, já que se observam alguns artigos, dissertações de mestrados e teses de doutorado sobre o assunto (STETTER, 2000; FERRANTE & PALADINI, 2004; GONÇALVES, 2005, entre outras).

I - CAMINHOS TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Antes de o assunto ser estudado com profundidade, deve-se afirmar que neste trabalho não há a pretensão de estabelecer paradigmas ou modelos incontestáveis a respeito das formas agrícolas de produção, as quais são muito utilizadas em procedimentos classificatórios de viabilidade econômica em políticas agrícolas.

Faz-se mister frisar que a intenção deste trabalho é o de ser somado à vasta literatura, já existente, sobre os assentamentos rurais na região de Araraquara. Com isso, pretende-se contribuir para formação de um referencial analítico, tendo como parâmetro a constituição de categorias que considerem os assentamentos em constante evolução, tanto nos distintos tempos sociais, quanto nas trajetórias de vida, marcadas por pressões, atritos e lutas (FERRANTE *et. al.*, 2000).

O leitor deve ter em mente que estudar os assentamentos rurais a partir da caracterização das atividades agrícolas predominantes, e também do entendimento sobre a lógica de todo o processo de assentamento, exige que seja superada qualquer tipo de criação do imaginário, a qual se volta para uma agricultura subdesenvolvida, ou seja, de baixa tecnologia quando se trata de pequenas áreas e sistema de exploração tipicamente familiar. Isso se justifica porque as transformações estruturais, isto é, a adoção de novo pacote tecnológico pela agricultura brasileira, entre as décadas de 70 e 80 até os dias atuais, se faz presente na estruturação dos sistemas produtivos do meio rural.

O universo empírico desta dissertação, que é o projeto de assentamento de trabalhadores rurais da Fazenda Monte Alegre, a qual se encontra na região central do estado de São Paulo, possui, do ponto de vista do agronegócio brasileiro, características bastantes significativas referentes à análise econômica. Por isso, se explica a escolha desse local para realização deste trabalho acadêmico.

Com o intuito de **delimitar** o universo da pesquisa, estabeleceu-se para efeito de análise sócio-econômica regional, **a microrregião de Araraquara**, composta pelos municípios de Matão e Motuca, os quais possuem uma parcela de seus territórios abrangida pela Fazenda Monte Alegre. Além disso, deve-se considerar como o principal núcleo urbano desse contexto a cidade de Araraquara, que será denominada como município sede.

Segundo informações do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Araraquara, instituição ligada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de

São Paulo, nas safras de 96/97, 97/98 e 98/99, este escritório obteve o segundo lugar⁴ no “ranking” do estado, no que se refere ao valor da produção agrícola aferida nessas safras, que foi de 5,80%, inferior apenas ao EDR de São João da Boa Vista, com 6,26%, em que se destacaram as produções de bovinocultura de leite, de cana-de-açúcar, de laranja, de café e de frangos de corte.

A partir do que se mencionou acima, nota-se que não é difícil avaliar a importância da microrregião de Araraquara para o agronegócio paulista, quando são considerados os três principais produtos geradores de divisas para o estado, que são cana-de-açúcar, citros e bovinos, em que dois deles, cana-de-açúcar e citros, representaram 84,96% da área cultivada na safra 98/99 na EDR de Araraquara, de acordo com o relatório desta instituição.

Informações constantes do site da Prefeitura Municipal de Araraquara⁵ dizem que data de 1825 o registro da instalação de lavoura canavieira na região, por meio da construção de engenho para produção de açúcar e aguardente. As fazendas com explorações até então predominantemente de atividades pecuárias, passaram a competir, e a dividir espaço com a chegada da cultura canavieira. Importa mencionar que apesar do registro da presença da cultura da cana-de-açúcar já neste período da história, seu sistema de cultivo implementado e utilizado na época, não apresentava nenhuma semelhança com o sistema de produção atual, o qual se caracteriza pela excessiva mecanização das operações, além de ser dependente do uso de energia externa, isto é, do uso de combustíveis fósseis, propriedades para a viabilidade econômica da cana.

Esse fato não passou despercebido sob a ótica das relações sociais, pois as necessidades de mão-de-obra com o conseqüente aumento do preço dos escravos, desencadearam uma série de transformações sociais na região através dos conflitos entre os agricultores. Em 1862, segundo registros da época, 30 fábricas de açúcar já se faziam presentes na região.

No final da década de 1860, intensificou-se na região a implantação comercial da cultura do café, que avançou até o início do século XX. Ademais, com a exploração da cultura cafeeira, consolidou-se não só a valorização das terras, como também a concentração delas nas mãos dos grandes fazendeiros, os chamados coronéis do café, e essa situação perdurou até a Revolução de 1930.

⁴ No Estado de São Paulo são 40 EDR's.

⁵ Ver: www.araraquara.sp.gov.br

Diante de todo esse contexto histórico, a Fazenda Monte Alegre foi constituída pela junção de duas propriedades por herança sucessória e, perfazia um total de 7.300 hectares. Porém, em 1940 ela foi adquirida pelo estado, e a partir de então, passou a ser explorada com o cultivo de eucalipto, para produção de dormentes utilizados nas antigas estradas de ferro.

Nesse período já se nota o surgimento de tensões sociais, geradas por disputas e conflitos, que eram norteados por ações de acomodação e resistência. Diante desses conflitos sociais, a relação entre patrões e empregados, ou melhor, entre **usineiros e bóias-frias**, foi agravada em maio de 1984, quando ocorreu a revolta de Guariba - SP, esta foi gerada pela greve dos bóias-frias como retaliação **à proposta** dos usineiros de aumentar o número de ruas no corte da cana a serem realizadas pelos trabalhadores. A proposta era a de passar a rua de cinco para sete apenas, com intuito de **eleva**r a produtividade do trabalho sem nenhum ganho real para os empregados, pois somente se intensificaria o trabalho deles. Esse fato foi a ponta do iceberg de um imenso contexto social caracterizado por rupturas, explorações, expulsões e principalmente, sem qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores(as) rurais⁶.

A revolta foi marcada na época, final do governo militar, por um forte impacto nos meios sociais, o que de certa forma, demandou ou pelo menos passou a compor a agenda governamental de **preocupação** com a nova realidade, até então inusitada, mas presente. Tendo em vista todos esses acontecimentos, foram realizadas políticas emergenciais com o objetivo de promover o acesso desses trabalhadores à terra, além de viabilizar a produção de alimentos para subsistência, e ainda de atender às populações carentes das periferias das cidades e às instituições públicas, como hospitais e escolas.

Em setembro de 1984, com o apoio da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do estado de São Paulo, FERAESP, com sede na cidade de Araraquara, foi criada a **Comissão de Identificação de Terras**, esta representava grupo de trabalhadores rurais que percorriam e identificavam na região terras inaproveitadas e/ou aproveitadas inadequadamente, do ponto de vista do cumprimento de sua função social. Sendo assim, essa foi a primeira contribuição desse grupo de trabalhadores à implantação da política emergencial alardeada pelo governo estadual da época. Em julho de 1985, um primeiro grupo de trabalhadores rurais, os ex-bóias-frias com apoio da FERAESP promoveram a

⁶ Ver: BARONE, L. A – Revolta, Conquista e Solidariedade: A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos – Dissertação de Mestrado – UNESP / FCL – Araraquara, 1996.

ocupação de uma área na Fazenda Monte Alegre, mais tarde denominada núcleo I do assentamento (BERGAMASCO et. al., 2003).

Então, os **Assentamentos rurais** derivados do projeto de valorização de terras públicas do governo estadual, por meio da utilização de imóveis públicos para fins de reforma agrária, em especial o caso da Fazenda Monte Alegre, foram perspectivas que passaram a ser identificadas em meados dos anos 60, como forma de designar a locação de um determinado grupo de famílias a terras públicas ou privadas (ROMEIRO et. al., 1994).

Estudar este objeto, qual seja, o projetos de assentamentos rurais de características específicas e mutantes, mesmo sob a ótica agrônômica ou produtivista; viés que não dá conta da complexidade deste objeto implica em recorrer às noções de estratégias e trajetórias, sabiamente citadas por Antuniassi (et. al, 1983) como; **“estratégias, a capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência”**.

No caso dos assentados da Fazenda Monte Alegre, é preciso compreender como essas famílias conseguem lidar com essa situação. Isso conduz a buscar informações sobre a origem social das famílias, e a relação delas com o capital econômico, social, cultural e simbólico. Nesses termos, conhecer esse contexto implica na absorção do conceito de **trajetória** que expressa, portanto **“a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias, tal como relatado pelos assentados quando contam suas histórias de vida”** (ANTUNIASSI at. al, 1983).

Reconstituir as trajetórias **permite** contextualizar as transformações estruturais que aconteceram na agricultura do Brasil entre as décadas de 70 e 80 e que podem ser compreendidas como **ruptura ou rompimento** com particularidades milenares que acompanhavam essa atividade em consequência da adoção de um novo modelo tecnológico de produção, denominado de maximização da produção que se desdobra nos seguintes processos: **a) ruptura da agricultura x alimentação:** com a adoção desse novo padrão tecnológico, a agricultura passou a ser concebida como produtora de uma mercadoria qualquer, geralmente a que apresenta maior lucratividade no mercado; **b) ruptura agricultura x território:** com a escolha de qual produto seria produzido para atender à demanda do mercado, em consequência ocorreu a migração dessa atividade para áreas que apresentavam melhores condições edafoclimáticas para produção, o que gerou a marginalização e abandono de algumas áreas antes cultivadas com a diversidade das explorações; **c) ruptura com a ordem demográfica:** com a redução da diversificação das atividades agrícolas e a crescente mecanização, houve drástica redução do número de

peças ocupadas com atividades agrícolas no meio rural e o aumento da idade média do chefe da família; *d) **ruptura da agricultura e meio ambiente:** com a implantação do novo pacote tecnológico englobado por uma intensiva mecanização, pelo uso de agroquímicos e, ainda pelo uso de sementes geneticamente modificadas, deixou-se de lado a preocupação com as consequências ambientais, ocasionadas por essas novas práticas agrícolas. Isso se justifica devido a um maior interesse na maximização dos lucros. e) **ruptura do modelo familiar de produção:** com a intensiva mecanização das atividades agrícolas, poupou-se a força de trabalho disponível nas propriedades, por isso se tornaram cada vez mais individualizadas, em que uma parte dos membros das famílias começou a dedicar-se a atividades não agrícolas, apesar de continuar a viver no meio rural. (SCHNEIDER, 2003).

Nesse contexto de conjuntura de rompimento, de quebra, de esfacelamento de uma identidade, surge outra expressão bastante familiar nos dias atuais, mas não menos polêmica quanto a sua real importância para a pequena produção, a **pluriatividade**. Importa mencionar que há autores que definem a **pluriatividade** como a tradução de *part-time farming*, que significa agricultura em tempo parcial ou ainda de *multiple job holding*, isto é, combinação de múltiplas fontes de renda na propriedade. Essa assertiva se encontra na definição de FULLER; NEWBY citados por SCHNEIDER (2003, p. 79), e parece ser a significação mais completa. Conforme cita SCHNEIDER:

Pluriatividade incorpora tanto as características da noção *part-time farming* (unidades as quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). Por isso a expressão pluriatividade tem sido amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com *cash*, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais.

Alguns autores consideram essa nova prática como um retrocesso à pequena agricultura, no sentido de perda do poder de organização e de reivindicação por melhores preços dos produtos agrícolas, de acesso ao crédito, de modernização de atividades produtivas, etc. Outros autores consideram positiva esta estratégia, pelo fato de a agricultura não ser uma atividade isolada de todo processo de **modernização** da economia

mundial, portanto essa prática seria considerada como uma estratégia adotada pelos produtores para aumentar a produtividade econômica da propriedade, de maneira a permitir uma diversificação das rendas, em decorrência da abertura da economia mundial, mais conhecida como globalização.

No bojo desse novo enfoque é que as atividades dos agricultores passaram a ser observadas, tanto em relação à referência dos locais em que são desenvolvidas; destaca-se a observação não é referente apenas à unidade agrícola, ou seja, à **pluriatividade, uma vez que o estabelecimento rural também passa** a ser objeto de análise, quanto ao cumprimento de suas funções, enquanto gerador de trabalho e renda por meio da produção de alimentos. Desse modo, tendo como parâmetro recentes acontecimentos, cita-se, por exemplo, a doença da **vaca louca** na Inglaterra, onde foram exterminadas milhares de cabeças de bovinos, a sociedade passou a se perguntar se o ônus da consolidação do modelo produtivista não estaria ligado ao abandono das **funções secundárias**, que não são menos importantes e, por isso, a propriedade agrícola deveria manter.

Nesse sentido, o conceito de **multifuncionalidade** agrícola passa a ser discutido, como forma de amenizar as disfunções da chamada agricultura moderna, o que se faz por meio da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas circundantes. O papel da agricultura; não somente pela ótica produtiva, mas também pela ótica de seus reflexos sociais, em outras palavras, pela participação das famílias rurais no desenvolvimento local, bem como no desenvolvimento ambiental, em que pesa a conservação do solo, da água, da fauna e da flora; passa a ser caracterizado como uma propriedade agrícola multifuncional (PERONDI, 2004). Então, **“a noção de multifuncionalidade da agricultura supõe articular um projeto de sociedade as diversas dimensões da atividade agrícola”** (LAURENT, 2000 citado por PERONDI, 2004).

Nesta dissertação, como se verá mais adiante, várias são as propriedades que podem ser consideradas como multifuncionais, em razão de suas diversidades de cultivos e de criações identificadas em seus sistemas de produção predominantes. Entretanto, deve-se ter em mente que mais importante do que a pluriatividade do pequeno agricultor (importância momentânea), a multifuncionalidade da propriedade é a garantia da sustentabilidade produtiva das gerações futuras.

Segundo CHAYANOV citado por SCHNEIDER (2003), a busca dos pequenos produtores por atividades complementares de renda está diretamente relacionada à teoria da unidade econômica camponesa, isto é, à idéia de que o equilíbrio entre o trabalho e o consumo está diretamente relacionado ao comportamento da família. Nesse

comportamento, três aspectos são fundamentais como objeto de observação; **a) ciclo demográfico:** famílias que possuem filhos pequenos ou que possuem apenas os chefes de famílias em idade avançada, reduzem de modo significativo a probabilidade de execução de trabalho não agrícola; **b) caráter teleológico:** racionalidade que orienta a maximização do uso dos recursos de produção (terra, capital e trabalho), é estabelecida a partir do tamanho da família e de seu grau de auto-exploração; **c) unidade doméstica e unidade de produção:** entende-se por unidade doméstica a produção de autoconsumo, sendo esta indivisível no que se refere à gestão de suas rendas.

A constituição de um projeto de assentamento de trabalhadores rurais implica reconstituir uma comunidade que, em condições normais, levaria dezenas de anos para adquirir suas características identificadoras, como: confiança e solidariedade entre vizinhos; experimentação de cultivos e técnicas mais adaptados e indicados à disponibilidade dos recursos naturais existentes, destacam-se terra, água e vegetação e; obtenção de obras e serviços públicos imprescindíveis para uma existência aceitável. Do ponto de vista da ação estatal, em decorrência das determinantes legais que regem essa inserção, existe toda uma sistemática de direcionamento das ações que compõe o processo de assentamento, como a relação dos trabalhadores assentados com: os recursos naturais; o resultado econômico obtido; a auto-sustentação das atividades desenvolvidas; até as relações sociais existentes na comunidade (ROMEIRO et al., 1994).

Com o passado marcado pela exploração impiedosa do modelo capitalista de produção; destaca-se que muitos assentados estão hoje no assentamento como resultado da exclusão social proporcionada por este modelo de produção agrícola, nota-se que muitas mudanças ocorreram tais como: os desmandos; as já citadas rupturas; a expulsão do processo produtivo; a luta pela posse da terra e como conseqüência, a entrada no projeto de assentamento, como forma de se ter o acesso à terra. Por tudo isso, é preciso mencionar que o sentimento das famílias assentadas vai um pouco além do simples gosto pela vitória ou da certeza da reprodução social familiar, já que o sentimento maior delas é representado pela liberdade ou pela faculdade de cada uma delas decidir ou agir segundo suas próprias determinações.

Nesse contexto, são bastante oportunas as observações de BARONE (1996) quando trata dos códigos tradicionais das comunidades rurais, aliados às estratégias familiares de sobrevivência na terra, como uma forma de constituir de novos núcleos de reprodução, sendo eles: **a) economia moral:** referente às normas e obrigações sociais de cada segmento ou agente social, e se encontram configuradas nos princípios da reciprocidade,

redistribuição e domesticidade; **b) ética de subsistência:** relacionada à lógica camponesa de produção, em que se prioriza o bem estar familiar em detrimento da obtenção do lucro **e; c) relações horizontais e verticais:** as relações que as famílias desenvolvem com seus vizinhos são denominadas de horizontais, por sua vez, as que elas estabelecem com seus patrões e com poder estatal, são chamadas de verticais, com o objetivo de fugirem das necessidades básicas para sua sobrevivência.

Para o trabalhador rural assentado, antes de vir para o assentamento, pelo menos para grande maioria dessa população, que garantia sua sobrevivência por meio de serviços assalariados, sua reprodução social era referente apenas às oportunidades de utilização ou à venda de sua força de trabalho. Como agricultor assentado, hoje reproduzir significa restituir a produtividade da terra e livrar-se da tutela do estado (SALLES & BERGAMASCO, 1995).

Deve-se entender como **reprodução social** “o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo” (FORTES, 1971 citado por PERONDI & KIYOTA, 1999) e **capital social** como:

Formas de organização social como a confiança, as normas e os sistemas que são capazes de contribuir para o aumento da eficiência da sociedade e facilitar as ações coordenadas, ou seja, capital social está diretamente vinculado à participação de indivíduos em organizações. (SOUZA & BERGAMASCO, 2005)

Há também a conceituação de agricultura familiar estabelecida por LAMARCHE o qual estabelece que:

A unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família e, a conjunção destes fatores (unidade de produção, propriedade e família) na operacionalização das atividades agropecuárias sugere necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como, a transmissão do patrimônio e sua reprodução social. (1993).

Ressalta-se, que foi considerado neste trabalho de identificação e de caracterização dos sistemas de produção predominantes as alternativas de permanência na terra, as quais foram desenvolvidas, a título de estratégia, por estas famílias, como sujeitos praticantes de uma agricultura predominantemente familiar.

Nos estudos sobre o diagnóstico dos sistemas de produção, qual seja, o de identificar o universo empírico da pesquisa e o de estratificar ou separar em campos de análise, é de se ressaltar que estes se constituem em premissa básica para obtenção dos resultados. E para demonstrar ainda mais a importância deste diagnóstico, salienta-se que há trabalhos já desenvolvidos no concernente à observância da evolução e da dinâmica dos sistemas de produção existentes, a partir dos princípios do método de diagnóstico de sistemas agrários.

Nesse aspecto, vale mencionar a Pesquisa da FEAGRI (UNICAMP)⁷, voltada ao estudo da correlação dos sistemas de produção com os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, a qual chega à tipificação de quatro grupos de sistemas produtivos, são eles: pequenos produtores de leite, famílias com baixo dinamismo produtivo; médios produtores de leite e; produtores diversificados, que utilizam métodos estatísticos multivariados. Apesar da diversidade detectada entre os sistemas produtivos, a pesquisa concluiu que, embora os técnicos responsáveis pela assistência técnica e extensão rural, ATER, percebam as diferenças existentes entre os grupos que se formaram, não há diferenciação significativa na atuação deles. Desse modo, essa conclusão demonstra um hiato entre a proposta teórica da Fundação, ITESP, de incentivo à postura democrática por meio de processos participativos e entre a prática de orientação técnica, a qual acaba sendo padronizada, de maneira que compromete a atenção às singularidades e diferenciações existentes entre os assentados. Mais do que uma questão de método, a prática de assistência técnica adotada pelo ITESP não tem alterado, praticamente em nada, as estratégias produtivas e reprodutivas utilizadas pelos assentados para permanecerem na terra.

No interior dos projetos de assentamentos rurais, a diversidade agrícola talvez seja a caracterização mais importante do ponto de vista agrônomo e ambiental em relação às atividades agrícolas desenvolvidas anteriormente na área, as quais normalmente são destacadas pela monocultura extensiva. Sendo assim, WHITAKER & FIAMENGUE

⁷ Ver BERGAMASCO et. al. *A importância da diversidade entre os iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento rural na região do Pontal do Paranapanema - São Paulo.*

(2000) com o objetivo de retratar essa diversidade por meio da estratificação, estabelecem cinco níveis ou estratos de análise a saber: **a) 1º nível: bacia hidrográfica:** destaca-se, neste contexto a importância das culturas dos citros e da cana-de-açúcar; **b) 2º nível: lote agrícola,** neste há a diversidade de culturas e a criações entre os lotes agrícolas; **c) 3º nível:** retrata a diversidade interna de cultivos e de criações de cada lote; **d) 4º nível:** refere-se à diversidade entre os itinerários técnicos implementados na condução das atividades de culturas e criações e; **e) 5º nível:** são os produtos consumidos ou comercializados dentro dos sistemas de produção. Dentre estes níveis ora destacados, frisa-se que o trabalho ficará limitado do segundo ao quinto.

Com o escopo de aprofundar um pouco a análise da relação entre as famílias agora assentadas e o poder estatal, notar-se-ão uma seara de conflitos, tensões, clientelismos e contradições. Conflitos e tensões são facilmente observados na relação assentado x agente técnico estatal, devido entre outros fatores, à falta de uma política clara de apoio à pequena produção agrícola, em que pese uma postura burocrática dos técnicos e a conseqüente dificuldade de diálogo. Há ainda, uma distância cultural, nesta observa-se atribuições de culpa aos assentados pela falta de organização, pela instabilidade das diretrizes institucionais, as quais refletem de modo direto na motivação do trabalho técnico, de maneira a favorecer uma postura burocrática. Assim, esses são alguns dos fatores que contribuem para o desarranjo da relação (BARONE, 2002).

Não é menos confusa e conflitante a relação assentados x poder público (federal, estadual e municipal). Diferente dos agentes técnicos, esses setores valem-se de uma estratégia pouco recomendada, pois além de não equacionar o problema, que seria uma forma de tentar controlá-lo por meio de condicionantes imediatistas, também desestimulam o processo de organização interna das comunidades, o que significa um desencorajamento à formação do próprio capital social, em virtude de se priorizar a prática do clientelismo (BARONE, 2002).

Exemplos dessa natureza são diagnosticados na manipulação de lideranças das comunidades assentadas, a qual é um importante componente do jogo das racionalidades sociais desse universo aqui apresentado. Essa manipulação se faz presente tanto em campanhas eleitorais quanto em implantação de projetos, cujos benefícios para os assentados são de caráter duvidoso, pois em troca destes apoios estratégicos há a liberação de recursos em caráter emergencial e próximo a períodos eleitorais, como ainda há a coordenação da patrulha agrícola do município quando as máquinas prestam serviços nos

assentamentos. Portanto, conclui-se que esses são expedientes definidos pelo jogo de poderes.

Além do mais, destaca-se que todas as famílias que, por um motivo ou outro, não concordam com a postura dos órgãos gestores como representantes dos interesses gerais da comunidade, ou que não são favorecidas pela simpatia política do chefe do poder executivo local, acabam sendo punidas. Desse modo, nota-se que viabilizar a aprovação de projetos de interesses escusos e diversos, reflete direitos em favores, em especial no que se refere às áreas social, de saúde e de transportes. Quando se fala sobre a implantação de projetos de benefícios duvidosos para as famílias assentadas, deve-se ter em mente que esse assunto provoca os maiores conflitos de opiniões entre as famílias assentadas; e também que o projeto é o que diz respeito à parceria: usina x assentados, para o plantio de cana-de-açúcar no Assentamento Monte Alegre, cujos fins são agroindustriais.

Conforme estudos de STETTER (2000), o histórico da investida das usinas da região no plantio de cana-de-açúcar no assentamento ocorre em dois momentos por meio de duas propostas distintas, o que não significa que foram apenas esses os momentos em que houve a tentativa de plantio. Ao contrário, ambos os momentos externalizam os resultados de articulações e arranjos ocorridos nos bastidores das instâncias governamentais, sempre capitaneados pelo chefe do executivo do município de Motuca, que antes de ocupar o cargo, era funcionário da usina proponente do projeto. Além do mais, o prefeito sob a tutela do patronato político partidário, procurou desconsiderar qualquer discussão mais ampla a respeito da efetiva viabilidade do projeto perante a sociedade, aos atores sociais **beneficiados** e aos órgãos e instituições direta ou indiretamente envolvidos com as comunidades rurais.

Em um primeiro momento, no ano de 1992, a proposta de plantio da cana-de-açúcar pela usina era de 100% da área dos lotes do assentamento, o que representava mais vínculo empregatício para o chefe da família, mediante o pagamento de um salário mínimo por mês, além dos benefícios sociais para os demais membros da família, como assistência médica e odontológica. Em um segundo momento, no ano de 1995, houve uma nova investida da agroindústria, agora com a proposta reformulada para o plantio da cana-de-açúcar, 50% das áreas dos lotes, mas sem o vínculo empregatício para o chefe da família e sem os benefícios sociais para o restante da família.

Ambas as propostas foram intermediadas pelo prefeito municipal de Motuca, sendo que, com isso, a relação dos assentados com a terra (chegou-se ao ponto de citá-los como favelados rurais nos meios das comunicações da região) confundia agricultura de

subsistência com atividade geradora de pobreza. Por isso, é que se conclui que o assentamento fora dos padrões tecnológicos da produção capitalista da agricultura era ignorado pelo poder executivo local. Na verdade, este argumento de que a agricultura de subsistência era confundida com a atividade geradora de pobreza fazia parte de um ideário construído para discriminar os assentados, e fazê-los aceitar a condição de consorciados, como se fosse esse o único caminho de superação das dificuldades pelas quais passavam os assentados. E foi justamente esse ideário que saiu de cena e entrou em cena várias vezes na trajetória de vida dos assentados de Motuca.

Importa frisar que expor qualquer ponto de vista a respeito das atividades de produção dos assentamentos, implica em conhecimentos prévios sobre as formas de produção das famílias assentadas, como também implica em conhecer o significado que tem a luta pela terra para esses trabalhadores, no entanto esses fatores foram completamente ignorados não só pelo prefeito, como pelos órgãos gestores dos projetos. Isso contribuiu para que a argumentação do poder executivo, na época, não se materializasse por fatores diversos, dentre eles destaca-se a não concordância dos órgãos públicos federal e estadual, de maneira recíproca INCRA e ITESP, já que estes eram os responsáveis pela implantação e condução do projeto, como também pela instituição sindical representativa dos interesses da categoria de trabalhadores.

A participação das famílias assentadas no projeto, como pequenos fornecedores de matéria-prima para indústria canavieira, remete ao trabalho de QUEDA & PINASSI (1985) que, com bastante propriedade, tecem algumas considerações sobre a realidade da relação pequenos fornecedores x agroindústrias, veja-se algumas delas: a) os fornecedores de matéria prima para agroindústria canavieira são completamente excluídos do processo de decisão com relação aos destinos da produção; b) as manifestações de contrariedade quanto às imposições a eles apresentadas, são geralmente de caráter individual sem a mínima organização para qualquer manifestação coletiva; c) a legislação, instrumento de acumulação capitalista, edificou a pequena produção canavieira às margens da necessidade da agroindústria, a qual funciona como uma espécie de reserva de potencial produtivo em situações de pouca oferta e grande demanda de produtos, e esta relação oferta / procura é estabelecida pelas regras do mercado. Mas, é de se observar que esta mesma legislação ora tratada preparou o caminho para sua possível eliminação, que somente não ocorrerá, se a pequena produção superar o campo de suas necessidades históricas.

Menciona-se que há a possibilidade de serem analisadas as atividades produtivas dos atores sociais, sem estabelecer conclusões isoladas por produto (análise reducionista do

processo), porém deve-se considerar a participação e a integração dos diversos segmentos da sociedade, em outros termos, é preciso considerar os produtores, as organizações, as instituições, a assistência técnica, entre outros, de maneira a permitir o estudo dos principais problemas de relações, de estruturas e de interdependência com os recursos naturais. Dessa forma, esses foram os principais incentivos e desafios encontrados para a elaboração deste trabalho, sendo que o foco é a caracterização dos sistemas produtivos predominantes no Assentamento Monte Alegre.

A perspectiva de considerar todas essas variáveis por meio do estudo sobre os sistemas de produção é o objetivo buscado por este trabalho. Porém, é necessário o reconhecimento de que esse objetivo encontra-se muito distante do aprendizado acadêmico, investido na formação do profissional em ciências agronômicas, na qual a maximização da produção em explorações agrícolas específicas sobre determinada cultura ou criação é, de maneira incansável, reiterada por meio do avanço galopante da tecnologia, que é cada vez mais dependente dos laboratórios e menos dependente dos recursos naturais. Denota-se ainda, que essa perspectiva acadêmica vai ao encontro da análise das diversidades das experiências; e é justamente isso que se procura salientar nesta dissertação de mestrado. Além do que, as controvérsias teóricas e as práticas das experiências, caracterizadas como processos sociais complexos, são objeto de rica produção acadêmica voltada a assentamentos⁸.

Trabalhar com a metodologia da identificação e caracterização dos sistemas de produção predominantes no universo empírico da pesquisa nos remete à compreensão sobre a definição de sistemas, o que pode ser entendido como:

Uma descrição do funcionamento de processos que não podem ser excessivamente analisados quanto aos seus elementos constituintes distintos, pois a natureza intrínseca de cada elemento não é uma propriedade que existe separada e independentemente de outros elementos, mas é, ao invés disso, uma propriedade que, em parte, surge de seu relacionamento com outros elementos só assim podendo ser compreendida a lógica de sua fluidez e funcionamento. O dinamismo é fator caracterizador/definidor de um sistema, ao contrário da estaticidade. (PREMEBIDA & ALMEIDA, 2003)

⁸ A respeito ver MEDEIROS (1994); NEVES (1998); WHITAKER (2002); FERRANTE et. al. (2004).

Ao se estender o conceito acima para os sistemas de produção na esfera dos estabelecimentos agrícolas, tem-se:

Uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para obtenção das produções vegetais e animais, ele pode também ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas (cultura, criação, processamento), não se resume ao estudo de cada um dos elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo em analisar com cuidado as interações e interferências que se estabelecem entre eles. (INCRA/FAO, 1999)

Deve-se esclarecer que as abordagens críticas são importantes, pois analisam o “movimento sistêmico como auto-explicativo e pretensamente detentor da compreensão (supostamente mais adequada) da complexidade do real, dos sistemas agrários, produtivos e sociais” (ALMEIDA, 2003).

Ao desenvolver o trabalho de pesquisa de caracterização dos sistemas de produção, procurou-se estabelecer alguns cuidados para não isolar da realidade outras dimensões que desempenham papel de fundamental importância nas dinâmicas sociais, tais como a dimensão social, cultural e ambiental. Caso não seja dada, a esses fatores, a devida importância, haverá o risco de ser atribuído ao fator econômico e técnico-produtivo um potencial isolado, o qual não existe, já que um é conseqüência do outro.

Frisa-se que quando esses estudos são utilizados para subsidiar o planejamento e a implantação de políticas públicas, no caso de serem **camufladas** essas ou outras dimensões de análise, corre-se o risco de serem estabelecidas conclusões direcionadas a um movimento único, linear e de caráter universalizante, de conseqüências discutíveis dada à complexidade e à diversificação das experiências de assentamentos, incluem-se, como exemplo, neste último caso, pesquisas que fazem uso do método reducionista de análise para discutir, por exemplo, os efeitos da revolução verde (ALMEIDA, 2003).

Enfim, a busca por um melhor e maior conhecimento desse complexo sistema social que são os assentamentos de trabalhadores rurais, exige a incorporação, nos princípios analíticos, de um movimento histórico novo, reconstituído a partir de fragmentos culturais resultantes de tensões, rupturas, resistência e integrados a partir da realidade conquistada por meio de lutas pela posse da terra, nessas procura-se, de modo

constante e incansável, formas alternativas de sobrevivência e de permanência na terra, apesar de seus guerreiros terem a consciência de que a qualquer momento pode haver tanto a desruralização quanto a reconstrução na política de assentamento (ROMEIRO et. al, 1994).

II- A METODOLOGIA DA PESQUISA

O elemento central da metodologia de pesquisa é o referencial sistêmico utilizado pela *Food and Agriculture Organization*, FAO⁹, por meio dela foi realizada a elaboração de diagnóstico em assentamentos rurais.

Nas pesquisas em que é utilizada a metodologia para elaboração de diagnóstico em sistemas de produção, existem etapas pré-estabelecidas para a aplicação desse método; o qual será analisado neste trabalho no tópico: princípios gerais do método. Mas, é preciso enfatizar que os princípios aplicados não simbolizam uma receita pronta e acabada, de uma simples sucessão de etapas, por isso trabalhar com essa ferramenta metodológica consiste em estabelecer uma investigação interativa, a qual é construída de forma progressiva e simultânea, o que possibilita estabelecer uma interpretação das variáveis componentes do sistema¹⁰.

2.1- Conceitos e Teorias Sistêmicas

Entre as várias definições existentes na literatura, optou-se pela que define sistemas como:

Conjunto de elementos de interação dinâmica e, organizados em função de um objetivo ou meta. Tem, portanto, componentes, e interação entre os componentes, entradas e saídas, limites ou fronteiras além de uma rede de comunicação... O enfoque sistêmico tem a finalidade de não compartimentalizar o conhecimento, procurando entender o todo a partir do relacionamento entre as partes. (CARMO & COMITRE, 2005)

Com o objetivo de não compartimentalizar o objeto da pesquisa e sua inter-relação, buscou-se trabalhar com o método sistêmico de análise, o qual consiste em “considerar um objeto complexo em sua estrutura,(...) imaginá-lo como uma combinação de subsistemas hierarquizados e interdependentes (ex. ser vivo superior – produto da atividade de vários subsistemas ou órgãos que asseguram a renovação do organismo)..” (INCRA/FAO, 1999). Tais concepções nos orientarão na análise do objeto deste trabalho.

⁹ Órgão ligado a Organização das Nações Unidas (ONU) em que são discutidas políticas de combate a fome na esfera mundial.

¹⁰ Histórico de vida da população, acesso à infra-estrutura, atividades de produção, relação com meio ambiente, acesso a políticas públicas, entre outras.

O universo da pesquisa empírica foi o projeto de assentamento rural implantado pelo Governo estadual na Fazenda Monte Alegre, localizada entre os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, região central do estado de São Paulo. Esse assentamento possui sete núcleos (áreas) de famílias assentadas, o primeiro núcleo foi assentado em 1985 e último em 1998.

O assentamento foi escolhido para a pesquisa dos sistemas de produção e, também para a análise das estratégias desenvolvidas pelas famílias para permanência na terra. A escolha se deve ao fato de o assentamento ora tratado possuir uma característica única comparada com praticamente todos os outros assentamentos rurais implantados no estado, pois a ocupação da área desse assentamento pelas famílias ocorreu em quatro momentos com significativa diferença de tempo, de políticas agrárias, e de políticas sociais, que acompanharam a chegada de novos grupos em: 1985/86; 1991/94; 1997/98; 2002/03.

APOLLIN & EBERHART (1998) conceituam com bastante propriedade sistemas de produção como sendo

El conjunto estructurado de actividades agrícolas, pecuarias y no agropecuarias, establecido por un productor y su familia para garantizar la reproducción de su explotación; resultado de la combinación de los medios de producción y de la fuerza de trabajo disponibles en un entorno socioeconómico y ecológico determinado.

Assim, em consequência do assentamento da Fazenda Monte Alegre possuir essa característica ímpar, é que se objetivou analisar os diferentes períodos do sistema de produção das famílias assentadas, bem como as estratégias desenvolvidas por elas para permanecerem na terra. Isso se justifica porque no assentamento proposto para estudo nota-se uma rica fonte de elementos analíticos, que se constituem devido à relação com o meio externo, compreendido pelo entorno social, político, econômico e ambiental..

2.2- Princípios Gerais do Método

De acordo com a metodologia utilizada pela FAO/INCRA (1999), os princípios gerais do método de estudos em sistemas de produção são constituídos pela definição, pela caracterização de um determinado nível de análise e pelo seu consequente objeto síntese da pesquisa. A caracterização do objeto síntese realiza-se por meio de metodologia específica, na qual são estabelecidos **os procedimentos** da pesquisa que consistem em;

- a) passos progressivos (partir da análise do geral para as situações específicas)
- b) busca da explicação (não somente da descrição do objeto de análise)
- c) estratificação da realidade (definição da tipologia dos sistemas de produção, dos sistemas de culturas, dos sistemas de criação).
- d) relação entre as partes (fatores técnicos, ecológicos e sociais).
- e) amostragens dirigidas (a amostra é definida pela complexidade e diversidade da realidade estudada).

A metodologia pode ser utilizada partindo-se de níveis extremamente amplos e complexos, bem como de níveis mais restritos, de explorações das atividades internas, quais sejam, as propriedades rurais.

Quadro 01 – Níveis de Análise e seu Objeto de Estudo

Nível de Análise	Objeto Síntese
Internacional	Mercado Mundial
Nacional	Articulação Intersetorial
Regional e Microrregional	Sistemas Agrários
Unidade de Produção	Sistemas de Produção
Parcela (homogênea)	Sistemas de Cultura
Grupo de Animais	Sistemas de Criação

Fonte: INCRA/FAO; 1999.

Destaca-se, porém, que o trabalho de pesquisa ficará restrito à análise das unidades de produção e suas subseqüentes parcelas e grupo de animais. Dessa forma, tem-se como objetivo caracterizar as unidades de produção quanto à disponibilidade e ao acesso aos recursos sócio-econômicos, à infra-estrutura de produção existente, aos sistemas de culturas e criações em seus respectivos itinerários técnicos, e ainda às atividades complementares de composição da renda familiar, como trabalho fora da propriedade, atividades de processamento de produtos e produção de autoconsumo.

2.3- Definição da Amostragem

Para que a amostragem retratasse com a maior fidelidade possível a diversidade de situações vividas e desenvolvidas pelas famílias a título de estratégias, procurou-se identificar a diversidade das explorações agropecuárias existentes, a força de trabalho disponível e utilizada no trabalho interno e externo do assentamento, as fontes de renda externa das famílias, o acesso aos créditos subsidiados, o acesso a políticas sociais. Tais

elementos passaram necessariamente por políticas agrárias, que foram adotadas pelos governantes nos respectivos períodos; daí a importância de se discutir estratégias em diferentes conjunturas políticas.

Além disso, importa salientar que por meio da técnica da amostragem dirigida, permite-se a apreensão das diferenciações existentes na vivência e nas explorações agropecuárias de cada família. Desse modo, foram selecionadas 16 (dezesesseis) famílias, sendo 04 (quatro) delas por período de chegada ao Assentamento Monte Alegre, ou seja; a) primeiro período 1985/86 – 04 famílias; b) segundo período 1991/94 – 04 famílias; c) terceiro período 1997/98 – 04 famílias e; d) quarto período 2002/03 – 04 famílias.

2.4- Coleta de Dados

Os instrumentos utilizados para a coleta das informações junto às famílias assentadas foram técnicas qualitativas e quantitativas da pesquisa além dos dados obtidos perante a instituição pública estatal responsável pela administração do projeto de assentamento. Como técnicas qualitativas, foram utilizados os seguintes instrumentos: a) aplicação de questionário semi-aberto¹¹; b) entrevistas semi-diretivas; c) contato direto com as pessoas; d) leitura do espaço; e) coleta de redações¹². Com relação às técnicas quantitativas, além da pesquisa na literatura existente, houve a preocupação com a coleta de dados em órgãos públicos e privados.

Nesse sentido, justifica-se a aplicação do questionário semi-aberto para diagnosticar e caracterizar; a) histórico de trabalho do titular do cadastro; b) formas de organização das atividades produtivas; c) uso de mão-de-obra externa à composição familiar do lote nas atividades produtivas; d) identificação da força de trabalho familiar; e) diversidade de explorações agropecuárias desenvolvidas pelas famílias ; f) sistema de produção utilizado nas culturas e criações predominantes; g) acesso ao crédito de custeio/investimento e outras fontes de apoio à produção; h) alternativas complementares de renda. Nota-se ainda, que no questionário também foram abordados outros temas, como as conquistas das famílias durante o período em que estão assentadas e as principais dificuldades encontradas por elas para permanecerem na terra (nestes dois últimos tópicos as informações foram coletadas de forma aberta, ou seja, foi respeitada a resposta livre dos assentados).

¹¹ Ver anexo III.

¹² Aplicadas com os assentados que freqüentavam o curso de alfabetização de adultos na escola do assentamento. Responderam a questões sobre quais os fatores que avaliavam como facilitadores e dificultadores da vida no assentamento e também qual a opinião que tinham sobre a implantação do projeto da cana-de-açúcar no assentamento.

A entrevista semi-diretiva também foi utilizada como ferramenta para o trabalho, de modo específico com um assentado; cuja liderança é reconhecida no assentamento, sobre o assunto específico do projeto de parceria entre Usina Santa Luiza – Prefeitura Municipal de Motuca – Famílias Assentadas para o plantio de cana-de-açúcar na área do assentamento. Como se trata de um assunto que gera muita polêmica entre os assentados, a maioria das famílias procurou evitar emitir opinião acerca do assunto, talvez por receio de **represálias** advindas de forças contrárias à opinião delas. Por isso, é que houve a entrevista com o principal articulador e fomentador do projeto no assentamento, de modo que não houve a possibilidade de se obter informações incompletas ou parciais.

Além do mais, salienta-se que tanto a técnica da pesquisa quanto a aplicação do questionário, foram aplicadas com o consentimento do entrevistado, sendo-lhes prestadas todas as informações sobre a finalidade do trabalho.

No que se refere à técnica da coleta de redações, esta foi utilizada com o objetivo de identificar dois tópicos de interesse da pesquisa: a) o que é bom e o que é ruim no assentamento; b) opinião das famílias sobre o plantio da cana por meio do projeto-parceria. Menciona-se que o método foi aplicado com os assentados que fazem o curso de alfabetização de adultos no período noturno, na escola construída no núcleo VI do assentamento.

Salienta-se que a coleta de redações só foi possível graças ao apoio das professoras de alfabetização, pois foi solicitada aos alfabetizandos uma redação livre sobre os dois temas acima descritos. E algo que foi fundamental para a análise das redações, foi o fato de a identificação do autor do texto não ter sido obrigatória, o que contribuiu para que os alunos tivessem total liberdade em expressar a opinião e o sentimento verdadeiros a respeito dessas questões tão polêmicas para eles.

Ainda, vale dizer que aos alunos não foi explicado que as redações seriam objeto de análise, entretanto a explicação foi dada aos professores. Isso se justifica porque essas pessoas poderiam se sentir intimidadas em expressar a verdadeira opinião acerca dos temas, mesmo se seus nomes não fossem identificados. Por isso, informou-se aos assentados que a redação seria apenas um exercício de escrita, e isso contribuiu de modo favorável para o resultado da pesquisa.

Todas as informações obtidas na pesquisa de campo foram analisadas e separadas de acordo com o tempo de ocorrência (quatro períodos analisados na pesquisa), isto é, de acordo com cada período de entrada das famílias no assentamento, e ainda conforme o tema da abordagem. Sendo assim, a tabulação dos resultados foi realizada por meio da

reunião de todas as informações obtidas, a qual teve como base o período de chegada das famílias neste assentamento posto em estudo, como forma de estabelecer possíveis comparações e possíveis relações de complementaridade quanto às alternativas de reprodução das famílias pertencentes a este universo empírico.

III- O OBJETO DE ESTUDO: A FAZENDA MONTE ALEGRE - CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA EM VÁRIOS TEMPOS

3.1- Histórico dos Assentamentos Rurais em São Paulo

O processo histórico da constituição dos assentamentos rurais no estado, de acordo com o relato de MEDEIROS & LEITE, (1999) acontece por volta dos anos 60, época do governo de Carvalho Pinto, com a criação do Projeto de Revisão Agrária¹³ – Lei 59.994/60, cujo escopo era o de, muito mais, neutralizar as articulações que se iniciavam entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais engajados na luta pela posse da terra, do que propriamente executar uma política de reforma agrária no estado.

Nessa época, duas áreas foram arrecadadas, e nestas foi implantado o projeto de assentamentos rurais. A primeira área a ter esse projeto realizado situava-se no município de Campinas, no qual 72 famílias foram assentadas e; a segunda, no município de Marília, onde foram assentadas 103 famílias. Porém, devido a obstáculos surgidos, como frustrações de safras, escassez de crédito e falta de uma política de apoio ao pequeno agricultor, os resultados da política de assentamento contribuíram de modo negativo quanto à viabilidade desse projeto, então no governo seguinte, o de Adhemar de Barros, não houve a continuidade dessa política, em consequência, suas iniciativas foram cessadas.

Em vista disso, a implantação efetiva de projetos de assentamentos rurais no estado de São Paulo, foi retomada apenas no final do ano de 1.985. O governador Franco Montoro; vale lembrar que ele foi o primeiro eleito pelo voto direto após o período de domínio dos governos militares, sancionou a Lei Estadual 4.957/85, que versava sobre **Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários**, a lei impunha ao estado a obrigação de promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras ociosas, sub-aproveitadas ou aproveitadas inadequadamente. Frisa-se que essa Lei norteia até os dias atuais o planejamento, a implantação e o desenvolvimento de projetos de assentamento rurais no estado de São Paulo.

A sanção da Lei 4.957/85 possibilitou ao governo estadual, em um primeiro momento, desenvolver uma política de assentamento de trabalhadores rurais em áreas de seu domínio, cita-se como exemplo a fazenda Monte Alegre, já que ações de desapropriação de áreas particulares são exclusivas da União. E em um segundo momento, essa norma contribuiu para a proposta de ações reivindicatórias de posse em áreas

¹³ Ver: MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. *A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: PROCESSOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

previamente identificadas como devolutas e para ações discriminatórias em áreas potencialmente devolutas, como a região do Pontal do Paranapanema.

Dados da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo, instituição responsável pela execução da política agrária e fundiária no estado, destacam que 165¹⁴ projetos de assentamento no estado são atendidos pela Fundação. Com isso, é preciso sobressaltar que o resultado dessa política de atendimento aos projetos tem sido satisfatório, pois estão oficialmente assentadas 10.026 famílias (ITESP, 2005).

3.2- Assentamentos Rurais na Região de Agricultura mais Modernizada do Estado

Nesse contexto, a implantação e o desenvolvimento de assentamentos no âmbito regional, são idealizados pelo modelo de produção estatal como uma política de estímulo à viabilidade econômica por meio de critérios técnicos bem definidos e, portanto, são os responsáveis pelo estabelecimento da vocação agrícola, dos parâmetros de produtividade, da organização da produção e da ordenação do espaço produtivo.

Então, nota-se que, em especial, os trabalhadores avulsos, também conhecidos como bóias-frias, ao fugirem das estratégias patronais do desemprego (devido à intensiva mecanização da agricultura moderna), da falta de habitação, da pouca qualificação profissional para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, enfim, da exclusão social, encontram na possibilidade de luta e acesso à terra a única alternativa de reprodução social possível. Isso porque os bóias-frias são caracterizados pela falta de conhecimento do processo produtivo como um todo, pelo baixo grau de instrução e pela perspectiva de não saberem administrar seus lotes de produção. Por esses fatores, deve-se explicitar que essa classe trabalhadora não se constitui no **assentado ideal**, isto é, não se encaixa nos padrões concebidos pelo estado, para maximizar a eficiência dos programas e projetos implementados no assentamento. Contudo, essa lógica de fracasso iminente não se configura na prática, pois se observa o aumento da demanda que consegue ter acesso à terra na órbita regional e, nota-se também a crescente inserção dessa classe de trabalhadores nos cadastros oficiais e de movimentos organizados pela luta ao acesso à terra.

Quando se analisa a **Califórnia Brasileira**; região central do estado de São Paulo, de grande importância para a agricultura capitalista em nível nacional, porque engloba grandes complexos agroindustriais, como culturas de cana-de-açúcar e laranja, nas quais é

¹⁴ Ver anexo I.

adotada tecnologia de última geração em máquinas e equipamentos, sendo esse fator responsável pelos elevados índices de produtividade e de produção, e uma boa parte desta última volta-se para o mercado exportador; é que se percebe a importância de se ter uma adequada e eficaz política agrária, direcionada para assentamentos, já que essa região do estado de São Paulo é uma área em que se tem muitas famílias assentadas.

O parágrafo acima evidencia que as organizações sociais complexas devem ser avaliadas quanto a sua eficiência produtiva¹⁵, e não por meio de referências contábeis da lógica do capital, isto é, sucesso/fracasso, pois essa é uma outra questão, subordinada a uma lógica da necessidade, cujo fundamento encontra-se na elaboração de estratégias eficientes, capazes de permitir a sobrevivência no universo competitivo. Por isso, eficiência produtiva não estabelece uma sinonímia perfeita com a lógica capitalista.

Desse modo compreende-se que o desenvolvimento de projetos de assentamento rurais em um determinado local ou região proporciona em sua área de abrangência, transformações econômicas, sociais e políticas, devido à presença de novos atores sociais em cena e suas relações com a comunidade e o poder local.

Nota-se por meio desses fatores, a importância dos assentamentos, pois eles são os responsáveis pela geração de empregos diretos e indiretos para a comunidade em que se situam as famílias, além de contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da economia municipal e regional, por meio do comércio, da prestação de serviços, da arrecadação de ICMS etc. Há destaque ainda, para uma maior disponibilidade na oferta de alimentos de primeira necessidade, como grãos, hortifrutigranjeiros, pequenos animais etc., e isso favorece principalmente a população de baixa renda, já que a oferta contribui para a redução dos preços de venda praticados no comércio local ou regional. Por esse motivo, observa-se a importância das feiras de produtores para a região posta em análise; apesar da timidez do investimento público neste projeto.

3.3- Assentamentos na Fazenda Monte Alegre

Nos municípios que compõem a Regional Agrícola de Araraquara, a cana-de-açúcar e a laranja, de acordo com dados da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo – CATI, safra 95/96, são responsáveis por 67,06% da área cultivada, ou 321.982,70 ha. Uma das características marcantes de ambas as culturas é a ocupação de grandes contingentes de trabalhadores rurais durante o período de colheita (CATI, 2002).

¹⁵ Ver: FERRANTE, V, L, S, B (org.). *RETRATOS DE ASSENTAMENTOS*. Cadernos de Pesquisa. Ano 5 - nº 7. FCL/UNESP/Araraquara, 1999.

Para atender essa crescente demanda, nas três últimas décadas migraram para a região milhares de trabalhadores rurais de outros estados, como Minas Gerais, Paraná e até do nordeste. Esse contingente populacional representa de modo expressivo os trabalhadores rurais da região e, de acordo com BARONE, citado por MEDEIROS & LEITE, 1999:

Durante a entressafra das principais culturas, esses bóias-frias buscam sua sobrevivência em outras atividades agrícolas (capina, colheita de algodão, plantio de mudas de cana) ou partem para atividades na zona urbana – sempre como mão-de-obra desqualificada.

Tendo em vista a grande área de terra pertencente ao governo do estado na região (Fazenda Monte Alegre) e do seu inadequado aproveitamento do ponto de vista da geração de oportunidade de trabalho e renda a uma grande massa de trabalhadores rurais sub-empregados, foi organizada pelos trabalhadores, com apoio de suas lideranças sindicais a luta pela terra na região.

Dessa forma, no segundo semestre do ano de 1985, teve início uma série de ocupações da Fazenda Monte Alegre pelos trabalhadores rurais politicamente organizados, as quais foram de fundamental importância para as negociações com o governo estadual. No ano de 2002, foram assentadas as últimas 08 famílias no núcleo VI, de maneira que totalizou 385 famílias assentadas em uma área de 6.595,19 há, as quais se encontram distribuídas pelos núcleos I, II, III, IV, V, VI de Silvânia (ITESP, 2002).

3.4- Histórico da Ocupação

O Projeto de Assentamento da Fazenda Monte Alegre¹⁶ está localizado em uma área pertencente ao Governo do estado de São Paulo, a qual possui 6.595,19 ha, e que abrange a zona rural dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, e possui uma distância de 28 km do município sede, com uma altitude aproximada de 600 metros. Ressalta-se que esses fatores contribuíram para que a região fosse explorada em sua integridade até 1985, pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do estado de São Paulo – CODASP, com o plantio de eucalipto para comercialização da madeira (ITESP,1998).

¹⁶ Ver anexo II.

O processo de ocupação da Fazenda Monte Alegre por famílias de trabalhadores rurais iniciou-se em 1.985, com a ocupação de uma primeira área que acolheu 44 famílias, área esta que mais tarde foi denominada de Assentamento I (Projeto de Assentamento Monte Alegre – Área I). Ainda, no mesmo ano, foram assentadas no mês de outubro, em uma segunda área, 42 famílias de trabalhadores rurais, e que recebeu o nome de Assentamento II (Projeto de Assentamento Monte Alegre – Área II). Menciona-se que essas famílias que ocuparam o Assentamento II, são provenientes de uma ocupação anterior do Horto Guarany, localizado no município de Pradópolis-SP.

No ano de 1.986, uma terceira área da Fazenda Monte Alegre foi liberada pelo governo estadual para se implantar o assentamento de famílias, em vista disso, foi realizado o processo de seleção para assentamento no mesmo ano, sendo que a área foi ocupada por 18 famílias, e recebeu a denominação de Assentamento III (Projeto de Assentamento Monte Alegre – Área III). Ainda, em novembro do mesmo ano, em uma quarta área, foram assentadas 22 famílias, na área conhecida por Assentamento IV (Projeto de Assentamento Monte Alegre – Área IV).

Já no ano seguinte, em janeiro de 1.987, uma quinta área da Fazenda Monte Alegre foi ocupada por 65 famílias provenientes de Sertãozinho-SP, dessas apenas 35 permaneceram. Por isso, o grupo foi subdividido em três: 12 famílias ocuparam lotes vagos na área I, 11 famílias ocuparam lotes vagos na área IV e 12 famílias foram transferidas, no ano seguinte, para a Fazenda Bela Vista do Chibarro, município de Araraquara-SP.

No mês de novembro de 1.989, a quinta área anteriormente ocupada foi novamente reivindicada ao governo estadual, devido à ocupação de 42 famílias de trabalhadores rurais, sendo que permaneceram 35 delas na regularização da área, para que pudesse ser implantado o Assentamento V (Projeto de Assentamento Monte Alegre – Área V).

Dada a existência de 22 vagas (lotes agrícolas) nas áreas já implantadas com assentamentos na Fazenda Monte Alegre, em julho de 1.990 foram abertas inscrições/cadastramento para seleção de novos beneficiários, e em novembro do mesmo ano, os lotes agrícolas vagos foram ocupados.

Em maio do ano de 1.997, 250 famílias ocuparam uma sexta área da Fazenda Monte Alegre e após novas negociações dos trabalhadores rurais com o governo do estadual, ela foi liberada para implantação do assentamento, sendo precedida pela inscrição/cadastramento dessas famílias e em setembro do mesmo ano, foram assentadas 179 famílias, sendo que 88 delas encontram-se na área do Assentamento VI (Projeto de Assentamento Monte Alegre – Área VI), 02 famílias na do Assentamento I, 24 na do

Assentamento II, 53 famílias na do Assentamento III e, finalmente 12 famílias na área do Assentamento IV da Fazenda Monte Alegre.

No mês de setembro de 1.998, nova ocupação foi realizada na fazenda por 27 famílias de trabalhadores rurais na área da sede da Fazenda Monte Alegre (escritório central), administrada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do estado de São Paulo – CODASP, após inscrição/cadastramento dessas famílias. Em consequência, em novembro do mesmo ano, 19 famílias foram assentadas no local que hoje é conhecido como Projeto de Assentamento Horto de Silvânia.

Frisa-se que as outras 08 famílias ocuparam uma área de 94,00 ha, localizada no perímetro da área do Assentamento VI. Importa salientar que essa área ocupada foi cedida pelo Governo do estado por meio de um consórcio intermunicipal realizado entre nove prefeituras da região, dentre elas há destaque para as de Araraquara, Matão e Motuca.

Nota-se que o consórcio foi feito ainda no período em que a fazenda estava sob administração da CODASP para o plantio de soja, a qual seria utilizada na produção do leite a ser fornecido na merenda escolar desses municípios mencionados. Porém, o plantio de soja nessa área foi suspenso no ano de 1.999 e a partir de então, as famílias que lá estavam aguardaram a **devolução** da área ao Governo do estado pelo consórcio intermunicipal, e foi justamente isso que aconteceu no mês de janeiro de 2.002. Mas, em junho do mesmo ano, as famílias foram oficialmente assentadas pelo órgão estadual responsável (Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo). Desse modo, tem-se todo o histórico de ocupação da Fazenda Monte Alegre.

Hoje, o Projeto de Assentamento Monte Alegre é composto por 385 famílias de trabalhadores rurais assentados em uma área total de 6.595,19 ha., na qual 5.230,69 ha. são agricultáveis. Reduz-se, da área total, as áreas necessárias à construção ou à adequação da malha viária interna do assentamento, isto é, do acesso a todos os lotes agrícolas, bem como às áreas comunitárias para construção/adequação de benfeitorias necessárias ao atendimento de serviços sociais básicos e, de acordo com a legislação florestal vigente, às áreas destinadas à preservação permanente (vegetação que acompanha os cursos d'água interno do assentamento, quais sejam as matas ciliares) e à reserva legal, que somadas devem constituir no mínimo 20% da área total (ITESP, 2002).

Atualmente o Projeto de Assentamento Monte Alegre é composto da seguinte forma, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 02 – N° de Famílias Titulares de Cadastro do Assentamento Monte Alegre

Assentamento	N° Famílias	Município
Monte Alegre I	49	Motuca
Monte Alegre II	62	Motuca
Monte Alegre III	76	Araraquara
Monte Alegre IV	49	Motuca
Monte Alegre V	34	Motuca
Monte Alegre VI	88	Araraquara
Silvânia (área da sede)	19	Matão
Total	377	-

Fonte: www.itesp.sp.gov.br – acessado em 27/06/2005.

3.5- Elementos de Caracterização da Área em Estudo: Um Primeiro Retrato de Seus Recursos

3.5.1- Localização e Altitude

A fazenda Monte Alegre encontra-se localizada em sua maior área no município de Araraquara–SP, e abrange a zona rural dos municípios de Matão e Motuca, em uma distância de aproximadamente 28 km do município sede, qual seja, Araraquara, que por sua vez localiza-se a 300 km de São Paulo–SP, a uma altitude aproximada de 600 metros (ITESP, 1988).

3.5.2- Solo

Classificado como Latossolo Vermelho-Amarelo, fase arenosa (Lva). Solo profundo, arenoso e de coloração vermelho-amarelada. Apresenta uso regular para a agricultura, o perigo de erosão é pequeno, porém devido a sua baixa fertilidade natural requer desde o início de sua exploração é exigida uma adequada aplicabilidade de corretivos, ou seja, de calcário e de fertilizantes (CATI, 1994).

3.5.3- Relevo

Apresenta-se sob a forma suave à ondulada. Sendo assim, toda a área de lote agrícola é plenamente agricultável se forem executadas as medidas recomendadas de manejo e conservação de solo (CATI, 1994).

3.5.4- Clima

O clima da microrregião homogênea de Araraquara, segundo a classificação de Koppen, caracteriza-se como sendo Cwa, isto é, de Clima Mesotérmico de inverno seco, em que a temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C e a do mês mais quente ultrapassa os 22°C (CATI, 1994).

3.5.5- Potencial Hídrico

Todas as áreas do assentamento são servidas por recursos hídricos (córregos, represas e canais), então é possível a irrigação de grandes áreas agricultáveis. Porém, destaca-se que a instalação de áreas irrigadas dependerá de avaliações agronômicas em relação ao tipo de cultura a ser irrigada, e também às vazões dos reservatórios e do manejo adequado do solo. (ITESP, 2002).

3.5.6- Áreas de Preservação

A Fazenda Monte Alegre possui 1.043,53 ha de área de reserva legal e de preservação permanente, sendo que esta última se situa ao longo dos cursos d'água sob a forma de mata ciliar. Desse modo, é necessário dizer que existe na área ora analisada um bom potencial para uma exploração florestal razoável e sustentável, uma vez que podem ser desenvolvidos projetos de apicultura, de plantas ornamentais, de extração de madeira, de plantio de algumas espécies de palmitos, dentre outros projetos. (ITESP, 2002).

3.5.7- Avaliação do Potencial Agropecuário

A avaliação do potencial produtivo da área arrecadada se inicia com a execução do levantamento topográfico planimétrico, em que todas as divisas (perímetro) e acidentes internos da propriedade são levantados, com o objetivo de evitar que os lotes agrícolas sejam demarcados sobre áreas impróprias para as atividades agropecuárias. Em seguida, é procedido o levantamento altimétrico (curvas de nível) por meio de fotografias aéreas já existentes e, nesse momento, algumas áreas já são indicadas como passíveis de se tornarem reserva legal ou preservação permanente.

Em posse desse material, se faz a vistoria de campo onde se constata todas as informações já levantadas, além de serem caracterizadas todas as benfeitorias existentes na propriedade (cercas, construções rurais, estradas internas, etc), para posterior utilização pelas famílias, de maneira a priorizar o uso comunitário.

Amostragens de solo também são coletadas para se determinar os padrões de fertilidade natural e, ainda, a classificação da capacidade de uso das terras e, se possível, estabelecer um micro zoneamento do imóvel, com áreas passíveis de exploração de culturas anuais, de culturas perenes, de pastagens, de florestas ou de reflorestamento. Em posse dessas informações, se inicia o processo do planejamento participativo, por haver a colaboração da comunidade na exploração da área de maneira racional e adequada.

3.5.8- Infra-estrutura existente

3.5.8.1- Saúde

O assentamento possui 04 postos de atendimento de saúde, nas áreas I, III, VI e em Silvânia, neles há a presença de médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde. Deve-se ressaltar que este programa de saúde foi implantado por meio do Programa Saúde da Família-PSF, uma parceria realizada entre Governo Federal, Estadual e Municipal, e nesse programa é desenvolvido um trabalho de saúde preventiva e de primeiros socorros. Sendo assim, veja-se a satisfação dos assentados no que se refere à área da saúde:

“Os médicos são muito bons, pronto atendimento e depois o remédio nós recebemos em casa. Temos transporte, as amigas são muitas, legal o lugar”.

(Depoimento de assentado(a), conseguido por meio da técnica da coleta de redações)

3.5.8.2- Educação

O assentamento possui 01 escola na área VI, onde atende alunos de 1ª a 4ª série no período da manhã, eles são pertencentes às áreas III e VI-Araraquara; ainda há a alfabetização de adultos no período noturno. Há um tempo atrás foi implantado o projeto Educação para o campo, que contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Araraquara, por meio do fornecimento de transporte escolar para os alunos de 5ª série do ensino fundamental ao 3º do ensino médio do período noturno. Além disso, os estudantes das áreas I, II, IV e V, são atendidos desde a 1ª série do ensino fundamental ao 3º colegial pelo transporte escolar fornecido pela Prefeitura Municipal de Motuca.. Já, em relação aos alunos da área de Silvânia, da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, eles são atendidos pelo transporte escolar fornecido pela Prefeitura Municipal de Matão, que os leva até a escola do distrito de Silvânia e, da 5ª série ao 3º colegial a mesma Prefeitura fornece o transporte dos alunos até as escolas do município.

“Antes nós não tínhamos escola, agora temos o privilégio de mandar meu filho aqui perto de casa. Eu também aproveitei a oportunidade para estudar. Antes não tinha ônibus, agora temos ônibus para Matão e Araraquara”.

Depoimento de assentado(a) através da técnica da coleta de redações

3.5.8.3- Eletrificação

Rede de energia elétrica concluída, de maneira que atende a todos os núcleos comunitários das áreas I, II, III, IV, V, VI e Silvânia com seus respectivos equipamentos comunitários e 358 lotes agrícolas, dentre os 385 existentes no assentamento.

3.5.8.4- Abastecimento de Água

O assentamento possui 05 poços artesianos, correspondentes às áreas I, II, III, VI e Silvânia, esses estão em pleno funcionamento nos núcleos comunitários para o atendimento das comunidades, no que se refere aos serviços sociais e às atividades culturais e de lazer. Assim, nos lotes agrícolas, as famílias beneficiárias perfuram seus poços (em sua maioria - tipo cacimba) com recursos próprios ou financiados pelas linhas de crédito.

3.5.8.5- Atividades Culturais e de Lazer

Existe no assentamento Monte Alegre campo de futebol em todos os núcleos comunitários e quadras poliesportivas nas áreas II, III e VI. Além disso, galpões de múltiplo uso são utilizados para reuniões, armazenagens, festas e atividades culturais, os quais foram construídos em todos os núcleos comunitários e são usados com frequência pelas comunidades.

3.5.8.6- Transporte

As áreas I, II, IV e V possuem linha diária de transporte coletivo para Motuca, sendo que os ônibus são fornecidos por esse município. Em relação ao transporte coletivo das áreas III e VI, seu funcionamento ocorre da seguinte forma: o atendimento com linha de ônibus é fornecido duas vezes por semana até o município de Araraquara. Dessa forma, ressalta-se que o mesmo ocorre aos beneficiários da área de Silvânia para o município de Matão (empresas privadas).

Por tudo isso, se salienta que a infra-estrutura social do assentamento, quando comparada com a sua infra-estrutura produtiva, obteve um desenvolvimento maior e

melhor em relação a esta última, pois como se verá mais adiante, ela ainda encontra-se muito aquém das reais necessidades de atendimento das famílias assentadas;

“Quando cheguei aqui no assentamento as coisas eram muito mais difíceis. O que mais melhorou foi a escola que não tinha, a energia elétrica que fazia muita falta. O ônibus de linha que passa em frente a minha casa, o ônibus que transporta as crianças para escola, antes também não tinha médico, agora tem e fornece o remédio para nós assentados”

Depoimento de assentado (a) obtido por meio da técnica da coleta de redações.

3.5.9- Caracterização da População Assentada

Na regional agrícola¹⁷, na qual se insere o município de Araraquara, as culturas da cana-de-açúcar e da laranja ocupavam cerca de setenta por cento da área plantada¹⁸. Uma das características marcantes dessas culturas é a necessidade de grandes contingentes de trabalhadores rurais, para realizarem a operação da colheita. Então, a exigência crescente de demanda de trabalhadores para essas culturas fez com que, nas duas últimas décadas, migrassem para essa região milhares de trabalhadores de outras regiões do estado, como de Minas Gerais e estados do Nordeste. Esse contingente tornou-se expressivo na região, o que contribuiu para a organização de lideranças sindicais, cujo objetivo principal era a luta pela terra.

De acordo com o Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo¹⁹, 77,25% em média, das famílias assentadas, na fazenda Monte Alegre, entre os núcleos I, II, III e IV, eram trabalhadores volantes ou bóias-frias, e chegaram ao assentamento totalmente descapitalizados, de modo que tinham apenas a força de trabalho. Além do mais, não possuíam, em sua maioria, noções de administração rural de uma propriedade agrícola, ou seja, noções do processo produtivo e todas suas etapas de produção. Logo, a única experiência que possuíam, antes de chegarem ao assentamento, além do trabalho sazonal nas culturas da cana-de-açúcar e da laranja (colheita), era a produção de subsistência em épocas passadas, e de acordo com FERRANTE (citada por MEDEIROS & LEITE, 1999), “os assentados ex-bóias-frias desconheciam regras de financiamentos,

¹⁷ Municípios que compõem a Regional Agrícola de Araraquara: *Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Descalvado, Dourado, Gavião Peixoto, Ibaté, Matão, Motuca, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Lúcia, São Carlos, Tabatinga e Trabiju*. (Fonte: CATI,2002).

¹⁸ Dados referentes à safra 95/96. (Fonte: CATI,2002).

¹⁹ Ver: FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara, FCL/UNESP, 1995.

crédito e a própria engrenagem mercantil. Têm ainda que gerir seu próprio espaço, vindos de um tempo regido pelo olhar do outro, pelo tempo do relógio”.

3.5.10- Principais Culturas e Formas de Produção

O Projeto de Assentamento na fazenda Monte Alegre apresenta uma significativa diversificação nas suas atividades produtivas, as quais foram desenvolvidas pelos beneficiários (visão do assentamento). Nesse sentido, podem-se citar as culturas anuais de milho, mandioca, arroz e feijão, as culturas perenes de laranja, limão, manga, goiaba e café, bem como o plantio de hortaliças diversas, como folhas, raízes e frutos. Além disso, há a bovinocultura de leite, a caprinocultura, a suinocultura, a avicultura de corte e postura, como também pequenas agroindústrias familiares. com produção de farinha de mandioca, polvilho, rapadura, açúcar mascavo, doces, compotas, mel e queijos.

A forma de produção utilizada na grande maioria dos lotes agrícolas, consiste no trabalho exclusivamente familiar e, dependendo da sazonalidade da produção agrícola, essa mão-de-obra pode receber um reforço externo ou mesmo desempenhar alguma atividade fora do lote.

Porém, é necessário mencionar que esse cenário tem sofrido gradativas modificações graças ao crescimento da cultura de cana nos assentamentos²⁰.

²⁰ Ver STETTER, E. *A cana nos assentamentos: Presença Indigesta ou Personagem Convidada?* Dissertação de Mestrado, FCL/UNESP, 2000.

IV - SISTEMAS DE PRODUÇÃO: A DIVERSIDADE DÁ O TOM

“O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, econômicas, ecológicas e sociais. Convém entender sua dinâmica passada e suas contradições presentes para prever as tendências futuras...”.

(INCRA/FAO, 1999)

4.1- A contextualização do recorte escolhido

No final da década de 60, a agricultura passou por uma série de transformações tecnológicas que objetivavam o aumento da produtividade a qualquer preço, por isso esse período ficou conhecido na história como a **Revolução Verde**. A expressão a qualquer preço deve ser compreendida como a pouca importância atribuída aos efeitos de médio e de longo prazo gerados pela implementação de um modelo de produção fortemente antropizado, ou seja, altamente dependente de energia externa à propriedade, como por exemplo, mecanização, insumos químicos e defensivos agrícolas e, em consequência pouco diversificado e muito dependente da produção em escala, para só então se tornar viável economicamente.

Os desarranjos na sociabilidade do acesso ao trabalho, gerados, em grande parte, pela mecanização intensiva das atividades agrícolas e pela concentração excessiva da renda provocou, décadas mais tarde, tanto um intenso êxodo de trabalhadores rurais para as periferias das grandes cidades onde, em muitos casos, a maioria da população sobrevive em condições de miséria absoluta até os dias de hoje; quanto prejuízos ambientais, estes resultaram em perda da diversidade de cultivos, assoreamento de cursos d'água e intensificação do processo erosivo, além de outros danos. Observa-se, que essas informações foram obtidas por meio de uma pesquisa sobre **produtos** e não sobre **processos**.

Sendo assim, produtores que possuíam áreas menores necessitavam de outro enfoque, que tomasse como referência não só o aspecto produtivo, mas também “**as reais necessidades e objetivos dos agricultores, levando em consideração os recursos disponíveis bem como o ambiente natural e socioeconômico no qual estavam inseridos**” (IAPAR, 1997). Pois, se as necessidades e os objetivos desses agricultores não são atendidos, não só a produção em escala fica inviabilizada, como também a diversidade de explorações agropecuárias, que muitas vezes é destinada apenas ao consumo familiar;

além de haver ainda, pouca disponibilidade de recurso para a implementação de tecnologia. Importa saber, que no Brasil, somente na década de 80 as instituições de pesquisa iniciaram o desenvolvimento de programas, porém o fizeram sob uma forma bastante embrionária.

Todas as informações que irão compor o sistema de produção predominante em cada grupo de famílias pesquisadas foram relativas ao ano agrícola 02/03. Destaca-se desse modo, que as informações obtidas foram levadas em consideração, uma vez que foram examinadas desde o momento da entrada da família no lote do projeto de assentamento, com o objetivo de se obter uma análise mais criteriosa e racional sobre o assunto. Não se deve esquecer também, que se analisaram as informações acerca do acesso aos créditos de custeio e investimento, além de outros subsídios que elas eventualmente tiveram.

Foi pesquisada a bibliografia existente sobre o tema **sistemas de produção**, mas por já ter sido utilizada em pesquisa similar, no Projeto de Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão-SP, o **Guia Metodológico Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**, elaborada no convênio INCRA/FAO, é que se justifica o uso desse material no trabalho de dissertação de Mestrado.

4.2- Caracterização das Unidades de Produção

4.2.1- Amostragem

A amostragem foi realizada de forma dirigida para que se pudesse representar a maior diversidade de situações existentes no projeto de assentamento. Essa abordagem é sugerida na aplicação do método de diagnóstico de sistemas de produção, com o intuito de caracterizar a diversidade de explorações agropecuárias. Por isso, neste trabalho serão mostradas as atividades mais significativas, que desenvolvidas nas áreas constituídas da amostragem;

Quadro 03 – Composição das Amostragem das Famílias Pesquisadas no Assentamento Monte Alegre

Período de Entrada no Projeto de Assentamento	Área do Projeto de Assentamento	Nº Famílias da Amostra
1985 – 1986	Núcleos I - IV	04
1991 – 1994	Núcleos II – III – V	04
1997 – 1998	Núcleos III – VI – VII	04
2002 – 2003	Núcleos III – VI	04
TOTAL		16

4.3- Histórico Ocupacional do Titular do Cadastro

Neste item procurou-se identificar, no histórico de trabalho do titular do cadastro, a atividade que ele desenvolveu por período mais significativo e duradouro.

Quadro 04 – Histórico Ocupacional

Atividade	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) Agricultura	04	02	02	02
<i>a.1) Assalariado Temporário*</i>	<i>02</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>01</i>
<i>a.2) Assalariado Permanente**</i>	<i>02</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>01</i>
<i>a.3) Arrendatário, Meeiro</i>	<i>00</i>	<i>02</i>	<i>01</i>	<i>00</i>
<i>a.4) Proprietário</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>00</i>
b) Indústria	00	01	01	00
c) Comércio	00	00	00	00
d) Prestação de Serviços	00	01	01	02
<i>d.1) Motorista</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>00</i>	<i>00</i>
<i>d.2) Pedreiro</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>00</i>
<i>d.3) Cabelereira</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>01</i>
<i>d.4) Diarista</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>00</i>	<i>01</i>

* “bóias-frias”

** *retireiro, tratorista*

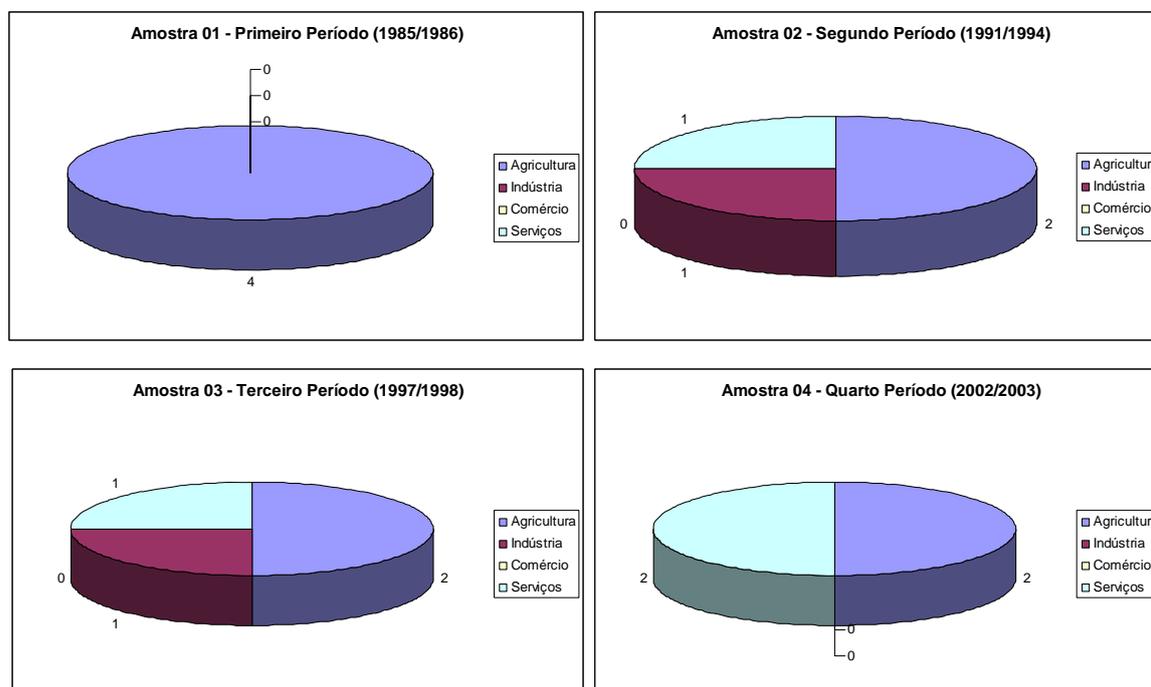
Obs.: As alterações nas trajetórias serão objeto de análise, como por exemplo, o crescimento de assentados vindos de outros setores não agrícolas mostra que a não-relação anterior com a terra pode ter conseqüências nos rumos dos assentamentos.

As identificações do histórico de trabalho dos titulares do cadastro permitem compreender, por meio de suas trajetórias de vida, algumas estratégias que eles desenvolveram para permanecer com a família na terra. Essa compreensão possibilita caracterizar as inter-relações de valores e códigos que se fazem presentes nos hábitos, atitudes e comportamentos das famílias, os quais não se explicam por diferenciações individuais (FERRANTE & QUEDA, 2003).

Caso não seja reconhecida a trajetória/história de vida dos titulares do cadastro, corre-se o risco de considerá-los apenas como um número, de maneira que se ignoram as dificuldades de assimilação e/ou recusa situações, até então desconhecidas. Por isso, é preciso considerar o movimento de diferenciação das origens e histórias de vida dos

titulares, pois elas influenciam diretamente nas decisões familiares, tanto do ponto de vista estrutural quanto produtivo.

✓ **Gráfico 01 – Histórico Ocupacional**



4.4- Força de Trabalho

Como critério para determinação da força de trabalho familiar (FT), foi utilizada a metodologia aplicada pela Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo²¹ nos projetos de assentamentos rurais implantados no estado, que estabelece;

- a) Adultos maiores de 18 anos = 1,00 FT
- b) Jovens entre 14 e 18 anos que não estudam = 1,00 FT
- c) Jovens entre 14 e 18 anos que estudam = 0,75 FT
- d) Crianças entre 10 e 14 anos que não estudam = 0,50 FT
- e) Crianças entre 10 e 14 anos que estudam = 0,25 FT

Neste aspecto, de acordo com o critério adotado, identificamos as seguintes composições de força de trabalho nas amostragens coletadas;

²¹ Ver: Série CADERNOS ITESP 08 – Sítios e Sitantes – Planejamento Territorial e Cálculo do Módulo para Assentamentos Rurais; Segunda Edição; 2000.

Quadro 05 – Caracterização da Força de Trabalho Familiar

Atividade	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) Nº médio pessoas/família	3,50	6,25	5,00	5,00
b) Nº médio da FT/família	3,50	4,68	3,56	3,56
c) Média FT efetivamente utilizada trabalho lote/família	3,00	3,31	2,62	2,56
d) Média FT potencial dos filhos/família	1,50	1,63	1,50	1,12
e) Características utilização FT filhos/lote				
<i>e.1) Integral</i>	<i>0,50</i>	<i>0,93</i>	<i>1,05</i>	<i>0,56</i>
<i>e.2) Parcial/Nula</i>	<i>1,00</i>	<i>0,70</i>	<i>0,45</i>	<i>0,56</i>

Na caracterização do trabalho dos filhos nos lotes, considerou-se como sendo trabalhado integral o dos filhos que tivessem idade acima de 10 anos e sem nenhum outro trabalho fora da propriedade. Para caracterizar o trabalho parcial levou-se em conta os filhos com idade superior a 10 anos, mas que desenvolviam atividade paralela, isto é, fora da propriedade e em tempo parcial (ex. estudantes, trabalhos temporários, etc). Por sua vez, na definição do trabalho como nulo, ou seja, sem participação no trabalho do lote, foram considerados os filhos menores de 10 anos e aqueles com atividades permanentes, porém externas às propriedades. Adultos com mais de 65 anos (idade de aposentadoria de acordo com a legislação previdenciária vigente) também foram considerados a título de força de trabalho como nula.

4.5- Mão-de-Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote

Durante a pesquisa de campo, constatou-se que, no caso da utilização de diárias para o pagamento das atividades de trabalho no lote, mas que são desenvolvidas por terceiros, ou seja, por pessoas não componentes da mão-de-obra familiar, estas necessariamente não são pagas em dinheiro. Em alguns casos, foi constatado o pagamento na forma de animais como novilhas, suínos e aves, dependendo do tempo de duração do trabalho, da complexidade exigida e da qualificação da mão-de-obra necessária.

Quadro 06 – Mão-de-Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote

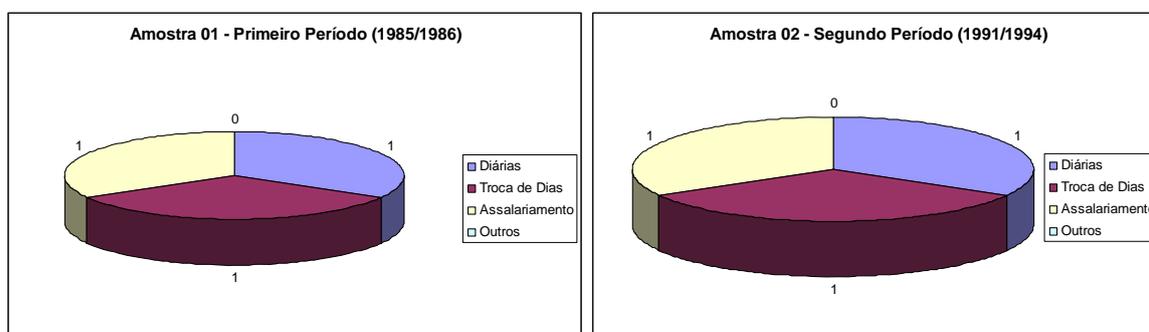
Atividade	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) N° lotes utilizam mão-de-obra não familiar	02	03	04	01
<i>a.1) Diárias</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>a.2) Troca de Dias</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>a.3) Assalariamento</i>	<i>x</i>	<i>x</i>		
<i>a.4) Outras*</i>			<i>x</i>	

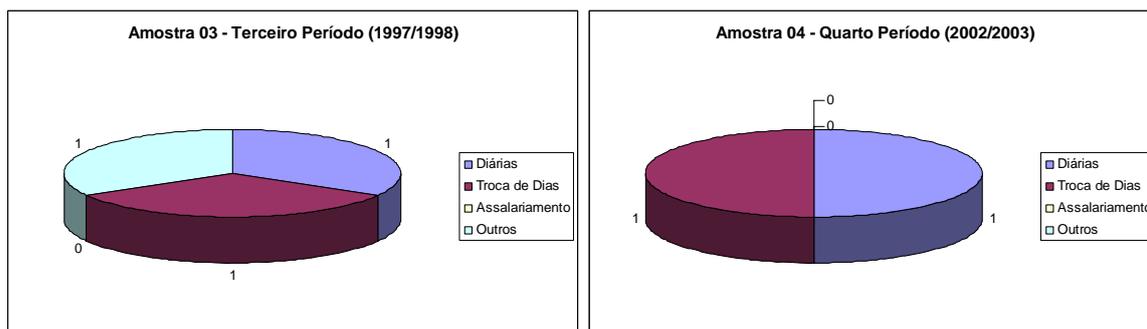
* ajuda de familiares em finais de semana

A utilização desse recurso, para viabilizar e/ou reduzir o grau de penosidade de algumas operações do processo produtivo, conduz a algumas reflexões: as práticas das diárias ou a troca de dias de serviço entre as famílias demonstram certa simetria, ou seja, uma co-relação de forças entre as unidades familiares, mesmo que ocorra de forma implícita uma submissão entre o contratante e o contratado para execução do serviço. Talvez isso ocorra devido a essas práticas serem, geralmente, uma via de mão dupla, pois o contratado de hoje freqüentemente é o contratante de amanhã e assim sucessivamente.

No entanto, o mesmo não ocorre quando se analisa a opção do assalariamento, o qual acontece, na maioria das vezes, em períodos sazonais mais longos e de maior necessidade de concentração de mão-de-obra. Então, ao considerar que a reprodução da unidade produtiva está, de modo direto, ao longo de todo ciclo agrícola, relacionada ao trabalho familiar, é que se compreende o fato de essa opção caracterizar uma assimetria entre as unidades de produção familiar (GARCIA JR, 1983).

✓ **Gráfico 02 – Mão-de-Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote**





4.6- Fontes de Renda Externas ao Lote

Procuraram-se conhecer de modo detalhado as possíveis diversidades de alternativas de renda, que as famílias buscam fora das atividades produtivas do lote, para complementação do orçamento familiar. Deve-se destacar que, nem sempre essas fontes externas de renda significam o fracasso ou a pouca eficiência do sistema produtivo estabelecido na propriedade, ao contrário, podem representar um melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar excedente ou, até mesmo, recursos concedidos pelo exercício da cidadania sob a forma de direitos como, por exemplo, rendas provenientes do sistema previdenciário.

Quadro 07 – Fontes de Renda Externa ao Lote

Atividade	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) N° lotes com complementação de renda externa	04	03	03	04
<i>a.1) 01 fonte de renda</i>	<i>01</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>01</i>
<i>a.2) 02 fontes de renda</i>	<i>02</i>	<i>02</i>	<i>01</i>	<i>02</i>
<i>a.3) 03 ou mais fontes de renda</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>01</i>
<i>a.4) Sem fontes de renda</i>	<i>00</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>00</i>
b) Origem das rendas				
<i>b.1) Indústria/Agroindústria</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>b.2) Comércio</i>		<i>x</i>	<i>x</i>	
<i>b.3) Serviços*</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>b.4) Previdência**</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>b.5) Outros***</i>	<i>x</i>			<i>x</i>

* tratorista, empreiteiro, pedreiro, diarista, agente comunitário de saúde, sindicato, etc.

** aposentadorias, pensões.

*** alugueis, bolsa escola, ajuda parentes, ajuda de igrejas, etc.

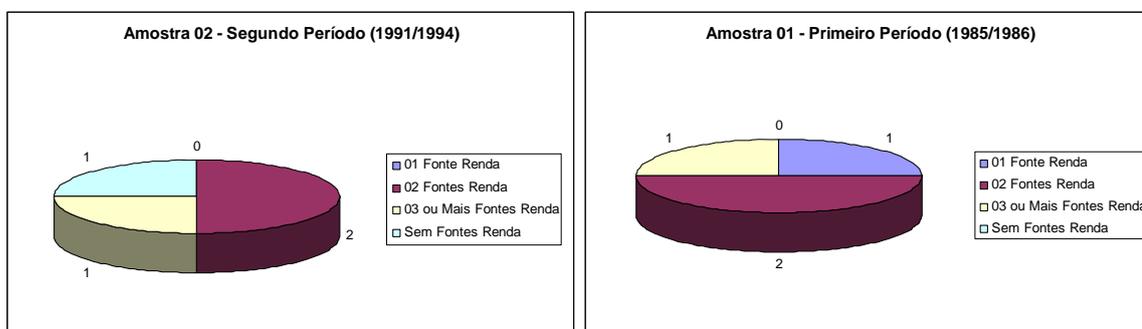
A busca por fontes de rendas externas ao lote, segundo CHAYANOV (1974), citado por PERONDI (1999), tem relação direta com o equilíbrio econômico e as necessidades familiares, ainda em déficit, se apenas se considerar o retorno proporcionado pelo ingresso das rendas provenientes da unidade produtiva no orçamento familiar.

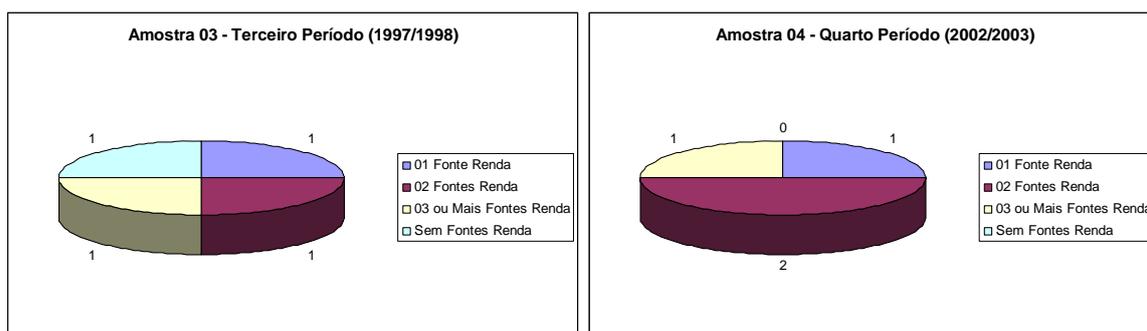
Já KAGEYAMA (1998) e SILVA (1999), também citados por PERONDI (1999), explicam que nas unidades familiares de produção, o tempo necessário de trabalho, por meio da utilização de mão-de-obra familiar, é menor do que o tempo gasto na obtenção da produção, e isso favorece ou permite aos membros da família fazer o aproveitamento integral da força de trabalho em atividades externas ao lote.

Outro aspecto facilitador e característico do meio de produção familiar, diz respeito ao modo de vida em que se desenvolve a produção camponesa, que segundo (TREPICH, citado por PERONDI, 1999), pode ser definido como uma composição de forças plenas e marginais. E de acordo com WOORTMANN (1995): “Força plena é o homem adulto em idade produtiva, com possibilidade alternativa no mercado de trabalho (...) e força marginal é representada pelo trabalho das crianças, idosos e mulheres, consideradas não transferíveis”.

Pode-se assim, entender e obter a explicação do porquê de algumas atividades, mesmo que aparentemente inviáveis do ponto de vista do capital, podem se apresentar extremamente interessantes e viáveis quando conduzidas pelas forças marginais (custo de produção reduzido), de maneira a liberar as forças plenas para atividades externas ao lote, e que são de maior rentabilidade, mas sem prejuízos para produção interna (PERONDI, 1999).

✓ **Gráfico 03 - Fontes de Renda Externas ao Lote**





4.7- Equipamentos de Produção Disponíveis no Lote

Essa informação é importante para dimensionar a parcela do balanço energético empregado nos predominantes sistemas produtivos familiares, no que diz respeito às operações de preparo de solo, ao plantio, aos tratos culturais e à colheita das explorações agropecuárias trabalhadas. Pois, quanto menor for o gasto de energia proveniente do meio externo à propriedade (ex. uso de equipamentos mecanizados), menores serão os custos operacionais que a atividade agropecuária dispenderá e conseqüentemente maiores serão as possibilidades de otimização da rentabilidade e do aproveitamento da mão-de-obra disponível.

Foram considerados também como lotes possuidores de equipamentos mecanizados (trator, arado, grade, plantadeira e outros), os das famílias pertencentes a grupos organizados, já que obtiveram os equipamentos de maneira coletiva por meio do crédito subsidiado e, menciona-se que elas permaneciam com estas ferramentas de trabalho até o período de aplicação da pesquisa.

Os equipamentos mecanizados considerados na pesquisa foram aqueles diretamente empregados no processo produtivo, isto é, aqueles compreendidos desde as etapas de preparo do solo, passando pelos tratos culturais, até chegar a colheita da produção. Nota-se que aqui não estão contempladas as máquinas e os equipamentos utilizados em atividades à jusante dessas operações.

Quadro 08 – Equipamentos de Proteção Disponíveis no Lote

Equipamentos	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) Nº lotes que utilizam equipamentos de tração animal	02	02	01	02
b) Nº lotes que utilizam equipamentos mecanizados	02	01	02	00
c) Nº lotes que utilizam equipamentos manuais	04	04	04	04

Se na análise for considerado apenas o aspecto da racionalidade do uso de energia na agricultura conclui-se, sem muita dificuldade, que o uso da tração animal é a opção de maior viabilidade técnica e econômica em pequenas propriedades agrícolas (5 - 20 ha), ao se comparar com o uso de equipamentos mecanizados. Isso não significa que a utilização desses equipamentos seria um equívoco, já que o sistema também apresenta vantagens no que se refere aos equipamentos de tração animal, como se verificará mais adiante neste trabalho.

Com isso, salienta-se que para o uso devido do sistema agrícola tecnológico pelos pequenos produtores, devem-se observar alguns cuidados, conforme cita YAMAOKA (1984), em especial, as características físicas e químicas do solo, como por exemplo, infestação de plantas daninhas, intensidade de resíduos de cultivos de safras anteriores, aeração, umidade, existência de camadas compactadas, risco de erosão, entre outros. Além do mais, deve-se atentar para a organização da forma em que ocorrerá o uso desses equipamentos mecanizados, já que um planejamento prévio é essencial para a otimizar a utilização adequada dessas máquinas.

Ambos os sistemas predominantes o de preparo e de cultivo do solo existentes em nossa agricultura, quais sejam, tração mecanizada e tração animal, cada qual com suas características e exigências para seu uso adequado e racional apresentam vantagens e desvantagens quando são comparados, veja-se:

- a) Principais vantagens do sistema mecanizado;
 - maior rendimento por unidade de área;
 - dispensa reserva de terras para pastagem de animais (podendo a área ser utilizada de modo integral para o plantio);
 - quanto maior a área de trabalho, menor será o custo por unidade de área;
 - máquinas não cansam e não adoecem;
 - menor uso de mão-de-obra.
- b) Principais vantagens do sistema a tração animal;
 - em pequenas áreas (menor que 20 ha), o custo operacional das máquinas é muito alto;
 - dispensa o uso de mão-de-obra especializada;
 - o preço do animal é muito inferior ao das máquinas e estes podem até se reproduzir na propriedade;
 - não exige manutenção periódica especializada e dispensa infra-estruturas mais complexas como galpões, ferramentas e peças (CANTO, 1984).

4.7- Acesso a Recursos Externos (Créditos/Subsídios)

O objetivo da pesquisa também foi o de mostrar a quantidade e a frequência de acesso aos recursos externos que as famílias desfrutaram em cada tempo no assentamento. Dessa forma, consideram-se, para efeito da análise, os créditos de investimento (créditos de implantação da infra-estrutura produtiva do lote com pagamento a médio/longo prazo), créditos de custeio (créditos de apoio ao plantio e manutenção da estrutura produtiva do lote com pagamento em curto prazo), prestação de serviços com subsídios de apoio à produção (como a execução de serviços mecanizados de preparo do solo com custo subsidiado realizado pelas Prefeituras Municipais) e outros tipos de recursos que as famílias presumivelmente tiveram acesso. Ainda, menciona-se que foi considerado o ano agrícola (julho a junho) para caracterizar o período de obtenção dos recursos pelas famílias.

O numeral superior apresentado no quadro abaixo (ex. 3,75 na coluna de crédito de custeio da amostragem do primeiro período), diz respeito à quantidade de crédito de custeio que as famílias deste grupo tiveram acesso desde sua entrada no projeto de assentamento, distribuído pelo número de famílias da amostragem (neste caso específico 15 créditos de custeio dividido por 04 famílias = 3,75).

Quadro 09 – Acesso a Subsídios pelas Famílias Pesquisadas no Assentamento Monte Alegre (créditos, prestação de serviços, projetos, etc).

Amostragem	Crédito Investimento (média / ano agrícola)	Crédito Custeio (média / ano agrícola)	Prestação de Serviços (média / ano agrícola)	Outros (média / ano agrícola)
1º Período (1985/86)	2,00 (1 crédito a cada 8,5 anos agrícolas)	3,75 (1 crédito a cada 4,5 anos agrícolas)	3,00 (1 subsídio a cada 5,6 anos agrícolas)	0,00 -
2º Período (1991/94)	1,75 (1 crédito a cada 6,2 anos agrícolas)	3,75 (1 crédito a cada 2,9 anos agrícolas)	4,00 (1 subsídio a cada 2,8 anos agrícolas)	0,00 -
3º Período (1997/98)	1,00 (1 crédito a cada 5,0 anos agrícolas)	2,00 (1 crédito a cada 2,5 anos agrícolas)	2,00 (1 subsídio a cada 2,5 anos agrícolas)	1,00 (1 projeto de apoio a cada 5,0 anos agrícolas)
4º Período (2002/03)	0,00 -	0,00 -	1,00 (1 subsídio a cada 1,0 ano agrícola)	1,00 (1 projeto de apoio a cada 1,0 ano agrícola)

Se já não bastasse toda dificuldade de readaptação das famílias nesta **volta à terra**, quer dizer, iniciar a convivência em uma nova comunidade, ainda existem as dificuldades de: direcionamento ações pelo aparato estatal das leis e normas vigentes; baixa fertilidade natural dos solos, já desgastados pelo cultivo centenário com a cultura do eucalipto; estruturação e desenvolvimento das atividades produtivas são praticamente cerceados pelo impedimento e/ou restrição de acesso aos créditos agrícolas, tão abundantes em outros setores de nossa agricultura, como por exemplo, nas monoculturas extensivas.

Veja-se a opinião de um assentado sobre o assunto:

“Precisamos de mais financiamento para fazer muitas coisas, para que nosso filho possa trabalhar, para ter um futuro gostaria que tivesse emprego”.

Depoimento de assentado (a) obtido por meio da técnica da coleta de redações

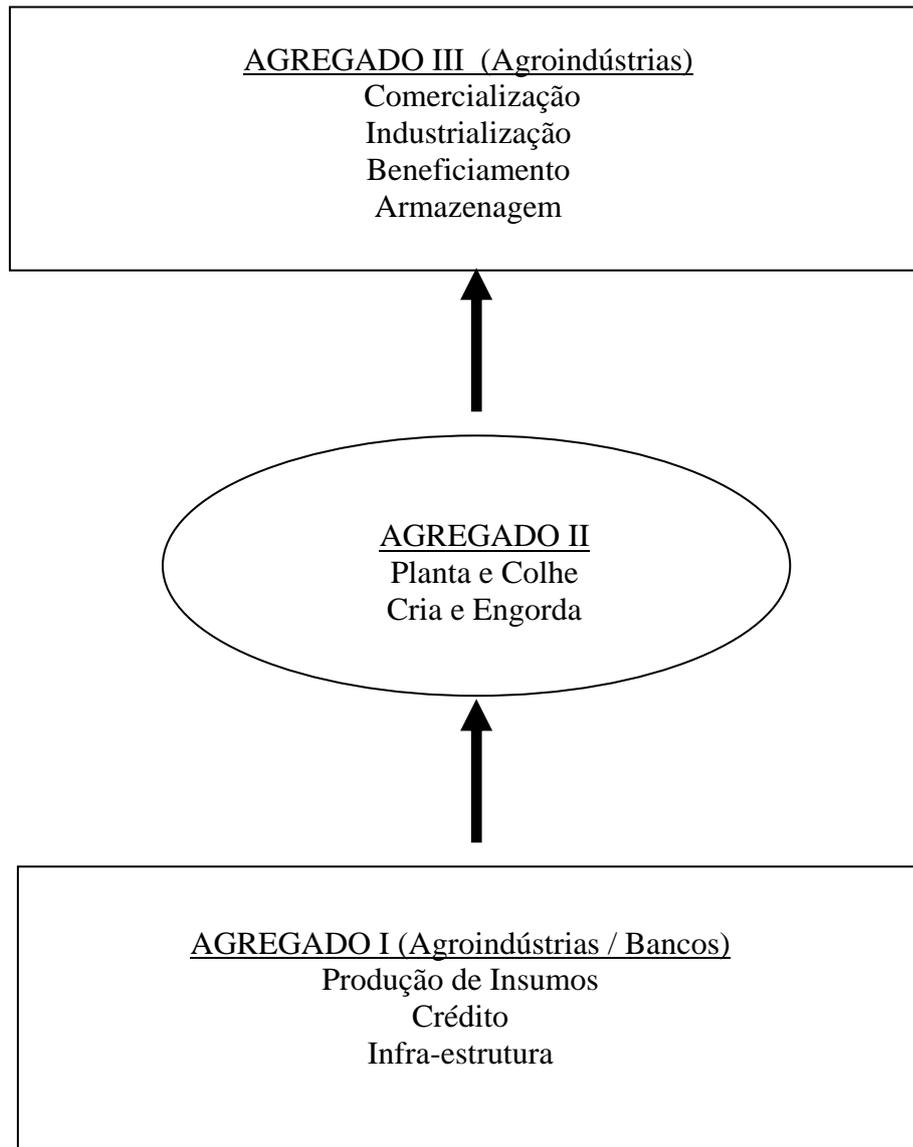
Existe uma explicação histórica para a adoção desta equivocada e contraditória política agrícola, que supostamente objetiva o desenvolvimento econômico do campo brasileiro à custa da exclusão social e da miséria de milhares de trabalhadores do próprio meio rural.

“Para mim e minha família a produtividade é pouca, falta financiamento. Gostaria que tivesse emprego para não precisar sair para trabalhar fora”.

Depoimento de assentado (a) obtido por meio da técnica da coleta de redações

Segundo BENJAMIN et.al. (1998), o processo histórico da política agrícola remete ao final da década de 60 e início dos anos 70, à chamada **modernização conservadora**, qual estabeleceu as diretrizes dessa política, e que se faz presente até os dias atuais.

LAUSCHNER (1981) citado por ZAMBERLAM (1994), esquematiza de forma bastante oportuna a atual política agrícola brasileira, por meio do modelo vigente em nosso complexo rural, a saber;



Ainda de acordo com LAUSCHNER (1981), quando um agricultor investe R\$100.000 (cem mil) no Agregado II, o retorno ocorre nas seguintes proporções;

- a) Agregado I: 23% (grandes oligopólios)
- b) Agregado II: 11% (produtor)
- c) Agregado III: 66% (grandes oligopólios)

Na contramão de todos os procedimentos adotados nos países desenvolvidos, nos quais foi privilegiada a agricultura produtiva, voltada para o mercado interno, no Brasil, o mercado externo (exportação) foi o objetivo e o princípio norteador do desenvolvimento da política de subsídios no meio rural. Nesse contexto, o crônico gargalo cambial de nossa economia, associado à escalada galopante da dívida externa foi o *mot* para implementação e sedimentação do modelo vigente até os dias atuais.

Ressalta-se também, o papel fundamental que teve o estado na consolidação dessa política de produção, que é superior à demanda e, em consequência dessa atitude desmedida, há os efeitos colaterais negativos, que ainda hoje se faz presente na vida dos brasileiros, tais como; a) a formação de nossa capacidade produtiva que não encontra mercado (exceto em situações atípicas como os altos preços no mercado externo – resultante de alguma anomalia no mercado comprador ou, ainda quando ocorrem consideráveis subsídios governamentais); b) vulnerabilidade de nossa agricultura – fortemente relacionada com a causa do item anterior, o que a desorganiza com facilidade; c) expulsão de milhares de trabalhadores para a periferia das grandes cidades, devido às perdas dos postos de trabalho no campo em virtude, dentre outros fatores, da excessiva mecanização de nosso sistema de produção.

Aqui neste campo da pesquisa, pode-se observar certa contradição entre os relatos das famílias com o processo de produção das atividades agrícolas, pois se nota:

“Falta de dinheiro, eu gostaria que tivesse emprego para melhorar a nossa condição de vida”.

Depoimento de assentado(a) obtido por meio da técnica da coleta de redações

Por meio desse depoimento de assentado, constata-se a sua decepção no que se refere à falta de emprego no assentamento, sendo que este é um dos fortes fatores que contribui para dificultar a permanência das famílias na terra. Nesse sentido, deve-se entender como justa a reivindicação do trabalhador rural, quando se analisa o seu depoimento apenas pela ótica da ampliação de cultivos ou de criações para a prática única e exclusivamente comercial.

Por outro lado, se o depoimento for avaliado pela ótica do trabalho no campo, dificilmente uma família que possui um número representativo de 3,8 da força de trabalho, isto é, média das quatro amostragens, não teria atividades o ano todo no módulo médio de 12 hectares de terra, principalmente quando os sistemas de produção empregados são compostos de atividades de cultivo e de criação.

Há de se frisar que, trabalho na propriedade agrícola não significa trabalho exercido em atividades produtivas, pois podem significar: a) consertar cercas; b) fazer aceros; c) realizar capinas; d) consertar equipamentos; e) cuidar das atividades de autoconsumo (frutíferas, hortaliças, pequenos animais), etc. Nota-se, portanto, que essas são atividades

corriqueiras e nem sempre são encaradas como essenciais para a obtenção de fontes de renda com a produção comercial.

Nesse caso, a constatação da **falta de emprego** reflete bem as dificuldades da população, pois elas temem o processo de desenraizamento de suas culturas e valores. E isso já vem ocorrendo de modo gradativo, porém não significa que o processo já tenha se completado;

Observa-se a gravidade do problema com o depoimento do Presidente da FERAESP:

“... os assentamentos precisam recuperar sua identidade, não é olhando para identidade patronal, não é olhando para o modelo de desenvolvimento patronal que o assentamento e o assentado vão se desenvolver. O assentamento precisa encontrar um modelo próprio, precisa encontrar uma alternativa própria, o assentado precisa ser produtor, ele não pode ser um negociante da terra, ele não pode ser um negociante de produtos a partir da terra, ele tem que se convencer... e se assumir enquanto produtor. O referencial ao lado, é o referencial da usina ... aquele referencial que cresce e aparece ao alcance de todos... eu diria o seguinte, como se o rio necessariamente tenha que correr para o mar, como não há outro referencial os assentados acabam enxergando todo dia o “progresso” do ponto de vista econômico e tecnológico na cana-de-açúcar que está ao lado, na divisa. Acho que é preciso reconquistar identidade para que haja dentro do assentamento processos produtivos que sejam permanentes ...”.

Elio Neves – Presidente da FERAESP

4.8- Processamento de Produtos no Lote

Neste trabalho de mestrado procurou-se identificar a diversidade de produtos alimentícios disponíveis nos lotes, bem como a utilização deles para o autoconsumo das famílias. Assim, há de se notar que tão ou até mais importante do que verificar a diversidade é saber até que ponto esses produtos **in-natura** sofrem algum tipo de transformação, que é capaz de proporcionar paladares de consumo distintos, tempo de conservação prolongado, e também alternativa de renda para as famílias, com a comercialização do excedente processado.

Quadro 10 – Processamento de Produtos no Lote

Processamento	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) N° lotes que processam algum tipo de produto	03	03	03	03
<i>a.1) N° lotes que somente consomem estes produtos</i>	<i>02</i>	<i>02</i>	<i>01</i>	<i>01</i>
<i>a.2) N° lotes que consomem e comercializam estes produtos</i>	<i>01</i>	<i>01</i>	<i>02</i>	<i>02</i>
b) N° lotes que não realizam o processamento de produtos	01	01	01	01
c) Tipos de produtos processados				
<i>c.1) Queijo</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>c.2) Doce de leite</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>c.3) Doce de frutas</i>	<i>x</i>		<i>x</i>	<i>x</i>
<i>c.4) Hortaliças em conserva</i>				<i>x</i>
<i>c.5) Outros*</i>	<i>x</i>		<i>x</i>	

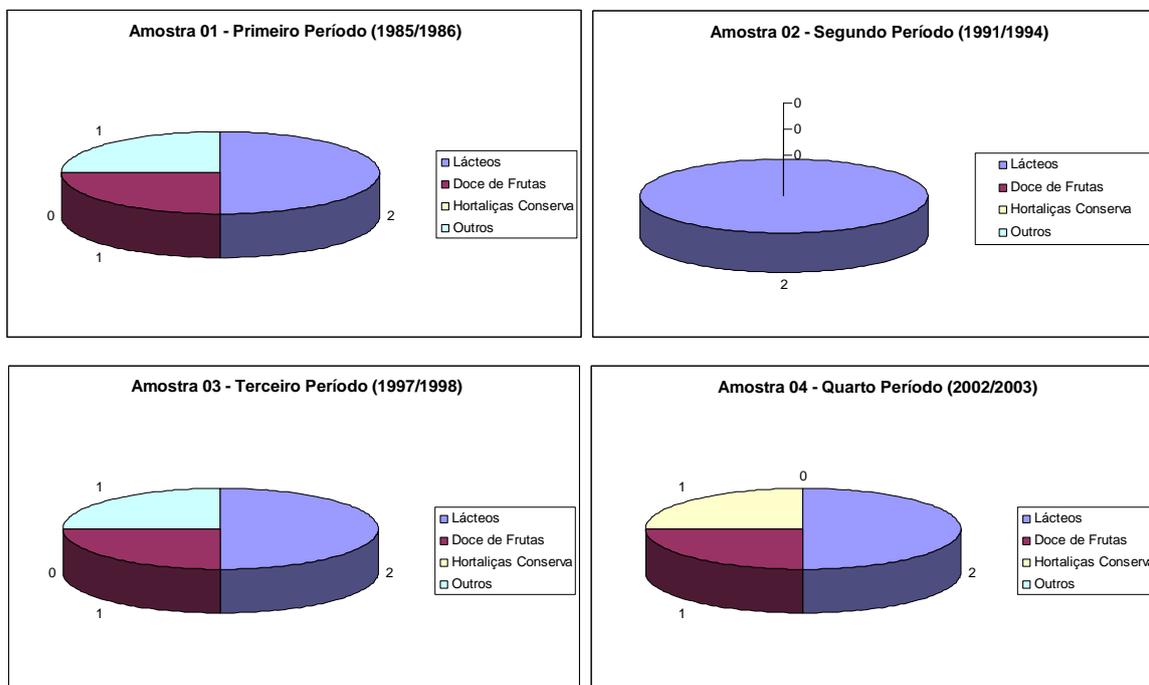
* rapadura, melão, coalhada, etc.

Por meio da análise do quadro acima, constata-se que não é apenas o aproveitamento do produto final processado para o autoconsumo familiar que merece uma atenção especial, mas também aqueles que sofrem as devidas transformações, pois contribuem com a melhoria da renda mensal da família por meio da agregação do valor ao produto, com a comercialização do **excedente produzido**.

Assim, deve-se ressaltar que essa estratégia de produção também se constitui em uma alternativa de aproveitamento permanente de produtos caracterizados pela sua sazonalidade produtiva, como por exemplo, as frutíferas de época, quais sejam, manga, acerola, goiaba, laranja, dentre outras, e uma vez transformadas em doces de compotas podem ser consumidas em períodos muito superiores ao seu ciclo produtivo. Essa alternativa pode amenizar as dificuldades que as famílias possuem de armazenar produtos in-natura, devido principalmente às deficiências dessas pessoas no que se refere à estrutura de armazenagem.

Outro fator importante desta alternativa de armazenagem de doces em compotas, já citado na observação de WOORTMANN (1995), é o das **forças marginais**²² (mulheres), uma vez que essa estratégia se desenvolve e se consolida por meio delas, como importante fonte de renda familiar (mesmo que não monetária).

✓ **Gráfico 04 - Processamento de Produtos no Lote**



4.9- Atividades Agropecuárias para Fins Comerciais Exploradas nos Lotes

Os lotes agrícolas possuem área média agricultável de 13,45 hectares, sendo o tamanho máximo 14,00 hectares e o mínimo 11,46 hectares. As informações coletadas são referentes à safra agrícola 02/03. Neste campo há destaque para as atividades agropecuárias mais significativas, existentes no projeto de assentamento.

²² Forças marginais é uma denominação utilizada para designar trabalhos que não compõem as etapas dos tratamentos culturais das atividades de cultivo ou criação, embora a impressão sugira a discriminação imposta às mulheres.

Quadro 11 – Atividades Agropecuárias para Fins Comerciais

Atividades	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) Principais atividades agropecuárias (comerciais)				
<i>a.1) Culturas Anuais (arroz, milho, mandioca, etc...)</i>	<i>3,50 ha área média</i>	<i>0,25 ha área média</i>	<i>0,75 ha área média</i>	<i>2,25 ha área média</i>
<i>a.2) Fruticultura (laranja, tangerina, manga, etc...)</i>	<i>1,54 ha área média</i>	<i>1,22 ha área média</i>	<i>0,17 ha área média</i>	<i>0,00 ha área média</i>
<i>a.3) Horticultura (hortaliças de folhas, frutos e raízes)</i>	<i>1,17 ha área média</i>	<i>0,60 ha área média</i>	<i>0,65 ha área média</i>	<i>0,05 ha área média</i>
<i>a.4) Bovinicultura mista (corte e leite)</i>	<i>14 cabeças média</i>	<i>13 cabeças média</i>	<i>03 cabeças média</i>	<i>02 cabeças média</i>
<i>a.5) Outros (café, eucalipto, etc...)</i>	<i>0,11 ha área média</i>	<i>1,22 ha área média</i>	<i>0,15 ha área média</i>	<i>0,00 ha área média</i>
b) Diversificação atividades agropecuárias				
<i>b.1) Sem atividade</i>			<i>01 lote</i>	<i>03 lotes</i>
<i>b.2) 01 atividade</i>		<i>01 lote</i>		
<i>b.3) 02 atividades</i>	<i>02 lotes</i>	<i>02 lotes</i>	<i>01 lote</i>	<i>01 lote</i>
<i>b.4) 03 atividades ou mais</i>	<i>02 lotes</i>	<i>02 lotes</i>	<i>02 lotes</i>	

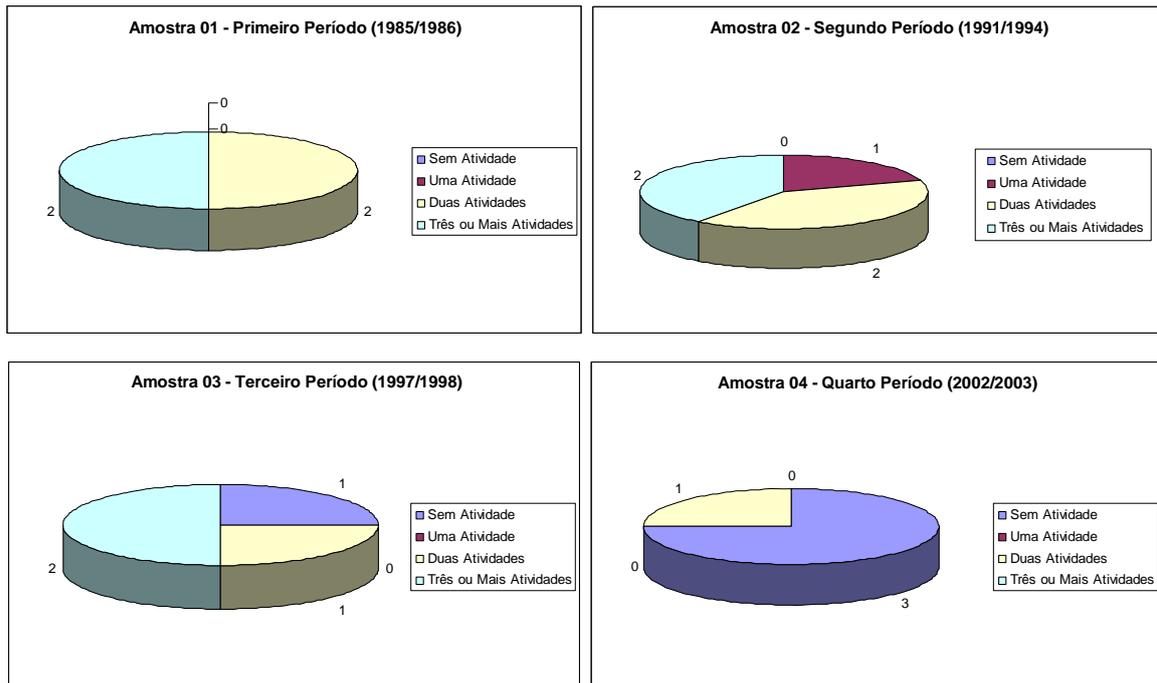
Nessas atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas é que se concentram todos os esforços; digam-se principalmente os do chefe da família, tanto no aspecto financeiro, quanto no material e no de recursos humanos, o que garante maior rentabilidade anual para as famílias.. Então, afirma-se que são nessas atividades que esses produtores colhem os ganhos mais significativos da unidade de produção ou, também passam pelas maiores dificuldades quando ocorrem os reveses produtivos.

Pelo fato de as famílias se concentrarem, muitas vezes, em pequenas áreas, o que impossibilita ganhos relacionados à escala de produção, a grande maioria desse grupo de pessoas pesquisadas já desenvolve no mínimo duas atividades, dentre as quais pelo menos uma delas direciona-se para fins comerciais em suas unidades de produção. Isso também ocorre porque a população assentada tem mão-de-obra disponível e, além disso, porque essa foi uma maneira que elas encontraram para barrar as frustrações que tinham em

relação às safras de um único produto destinado ao comércio, pois devido à isso, muitas vezes, chegavam a perder o ano.

Essa diversificação não diz respeito apenas a cultivos dentro dos grupos de produção, por exemplo, à exploração de manga, laranja e goiaba (todas dentro do grupo das frutíferas), mas sim também às diversificações entre os grupos como, por exemplo, manga, quiabo e bovinocultura mista (frutífera – hortaliça – pecuária).

✓ **Gráfico 05 - Atividades Agropecuárias para Fins Comerciais Exploradas nos Lotes**

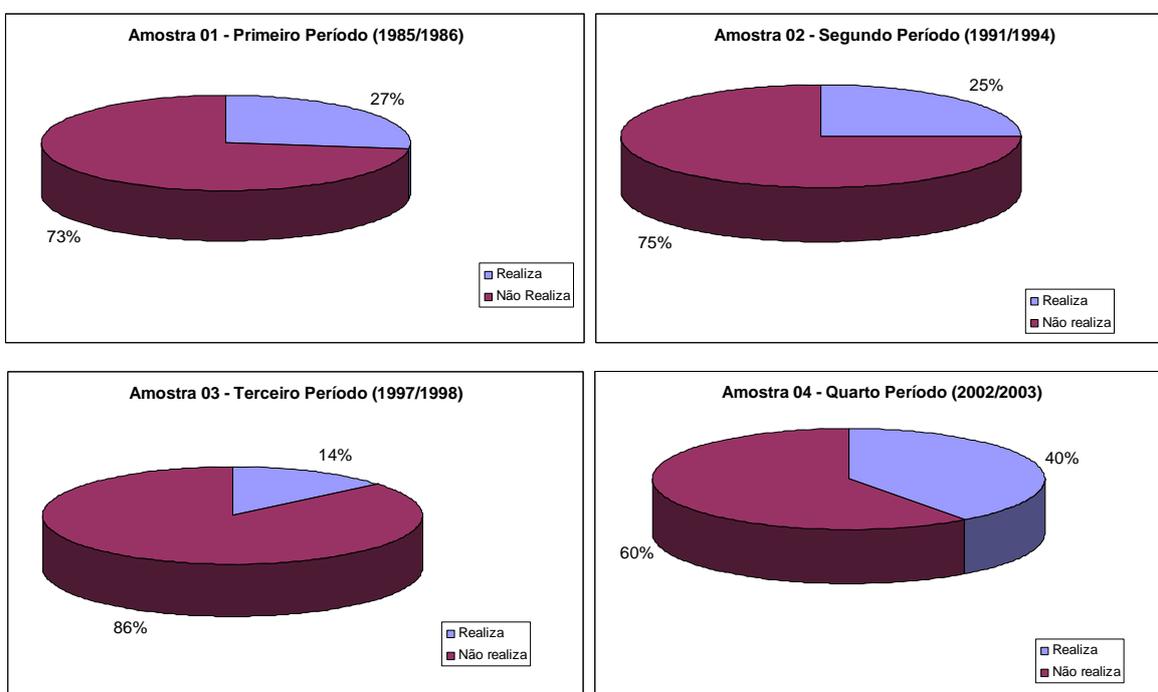


V - TRATOS CULTURAIS E MANEJO: O JEITO DE PLANTAR E CRIAR DOS ASSENTADOS

5.1- Itinerário Técnico – Sistema de Culturas

Identificar as práticas agrícolas utilizadas pelos assentados nos processos de produção são informações fundamentais para se estabelecer um diagnóstico prévio se os modelos de produção utilizados são compatíveis com as práticas recomendáveis para as explorações com características predominantemente familiares. Neste campo da pesquisa, foi considerada a análise das práticas citadas abaixo, como as informações por culturas exploradas, não por lotes pesquisados. Isso se deve ao fato de não ser padrão a aplicação dessas práticas em todas as culturas cultivadas, uma vez que podem existir diversidade de sistemas produtivos dentro de uma mesma propriedade em diferentes culturas. No caso das hortaliças, devido a características específicas no itinerário técnico para condução das culturas, foram consideradas para efeito da análise dos sistemas de produção, aquelas cultivadas em canteiros determinados (5,00 x 1,00 m; 6,00 x 1,20m) para a plantação de alface, almeirão, cenoura, beterraba e, ainda aquelas exploradas em áreas maiores, nas quais não é necessária a formação dos canteiros, como por exemplo, mandioca, quiabo, abóbora, abobrinha e outras.

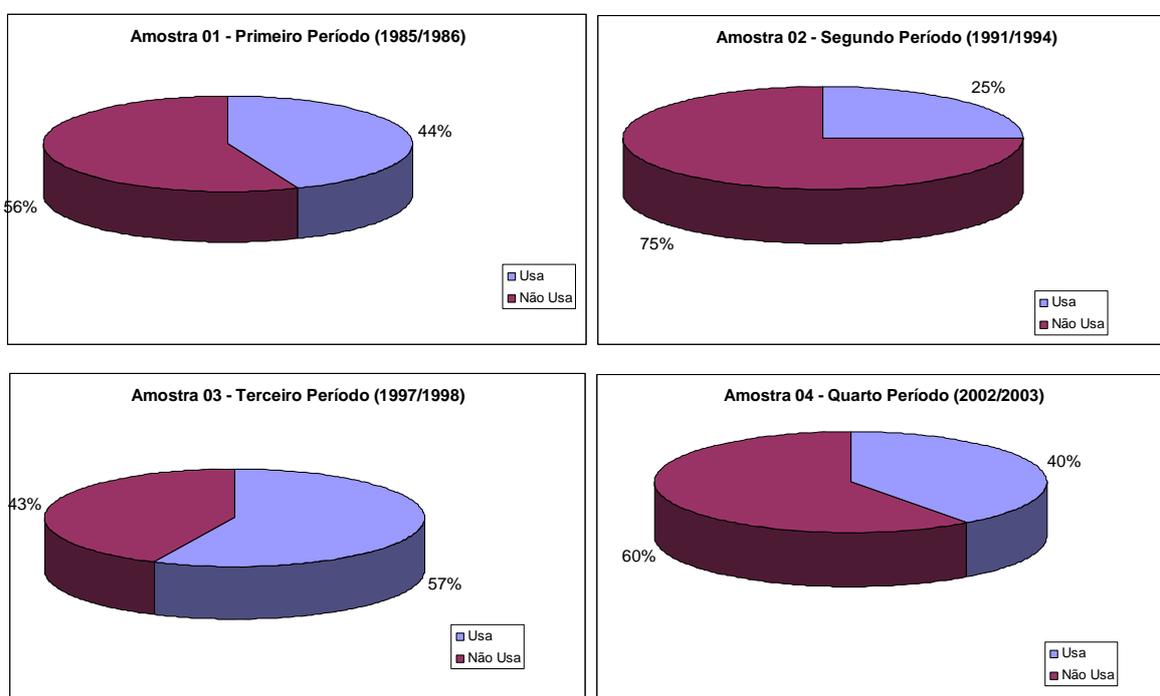
✓ Gráfico 06 – Análise de Solo



A análise de solo se constitui no alicerce de todo planejamento de cultivos agrícolas que tem como objetivo a racionalidade técnica e econômica da atividade. É por meio dessa

etapa que o agricultor toma conhecimento das características físicas e químicas do solo e da real necessidade de fornecimento dos macros e micros nutrientes essenciais ao desenvolvimento das plantas. Em uma analogia com o corpo humano é como se o médico solicitasse um exame de sangue para avaliar o estado de saúde de seu paciente. Pela sua importância e seu custo relativamente baixo, tendo em vista seus benefícios no processo de produção, no caso específico dos assentamentos sem custo algum aos assentados devido à existência de um convenio entre a Fundação ITESP e a UNESP, responsável pelas análises, é pouco compreensível que os produtores não façam desse serviço uma prática comum em suas atividades de produção.

✓ **Gráfico 07 – Correção do Solo (uso de calcário)**

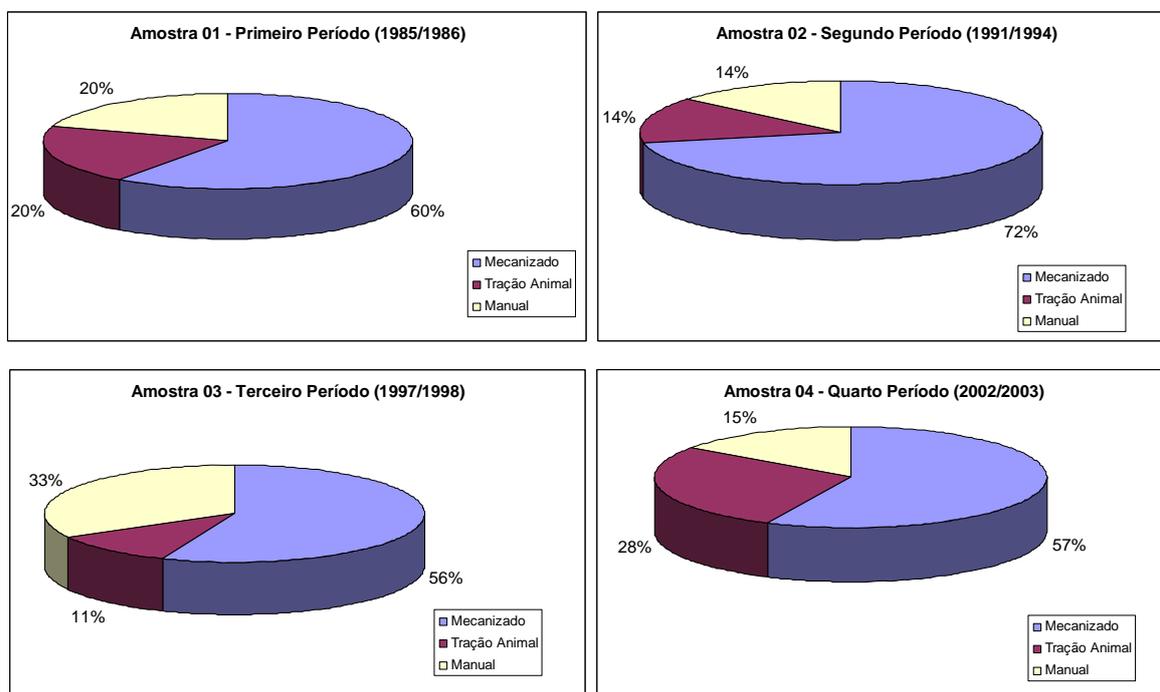


Os objetivos dessa prática são basicamente dois. O primeiro consiste em estabelecer um equilíbrio no solo do ponto de vista de sua concentração de elementos químicos, que favoreça a máxima absorção de nutrientes pelas plantas, isso ocorre quando, por exemplo, se reduz a concentração do elemento alumínio no solo, de modo que se estabiliza o pH²³ do solo em torno de 6,0 – 6,5 (faixa otimizada de absorção de nutrientes pelas plantas). Por sua vez, o segundo consiste em fornecer às plantas os nutrientes cálcio e magnésio que junto ao nitrogênio, ao fósforo, ao potássio e ao enxofre são considerados

²³ pH: Instrumento de medida utilizado para medir o teor de acidez do solo.

macronutrientes, pois os vegetais necessitam de maiores concentrações para completar seu ciclo de crescimento, produção e reprodução.

✓ **Gráfico 08 – Preparo de Solo**



Como já citado no item **equipamentos de produção disponíveis no lote**, em se tratando da racionalidade energética dos sistemas de produção adotados em pequenas propriedades, o método de preparo de solo que emprega a tração animal apresenta maior eficiência (realização do trabalho com menor gasto de energia externa à propriedade).

Quanto ao uso dos equipamentos mecanizados, em primeiro lugar é necessário fazer algumas definições quanto às formas de uso, as quais permitem distinguir pelo menos três tipos;

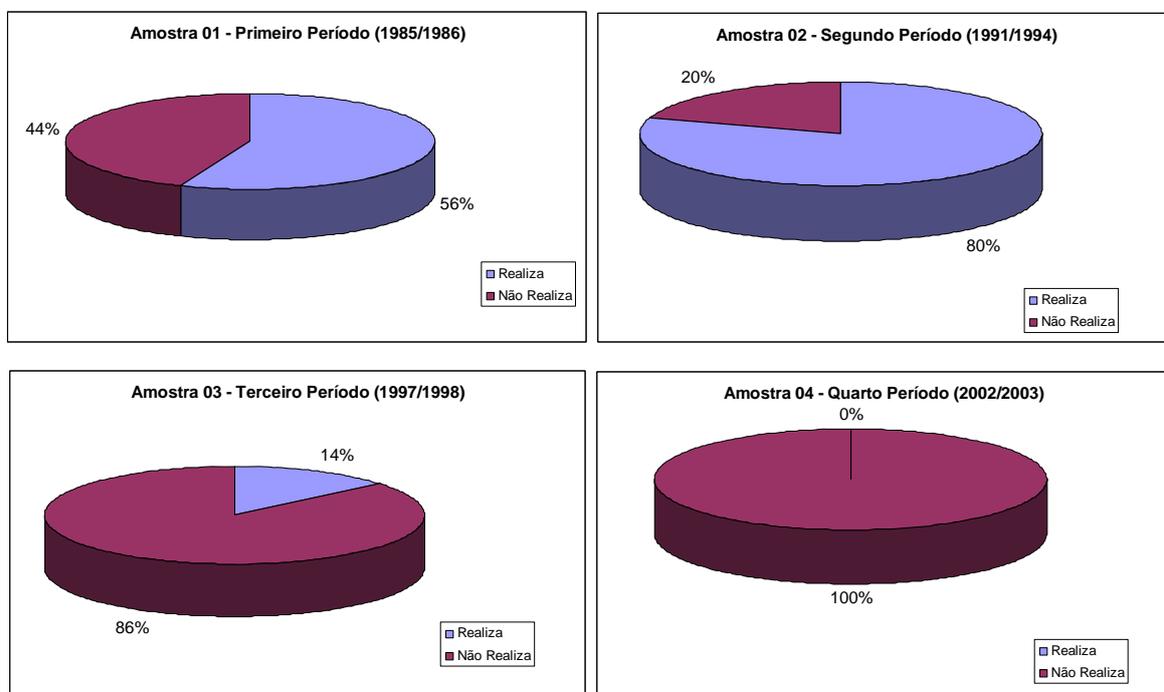
- a) **plantio convencional:** é a prática mais comum de preparo de solo com equipamentos mecanizados, são utilizados o arado ou a grade aradora, a grade niveladora e o cultivador mecânico.
- b) **cultivo mínimo:** aqui se inclui qualquer uma das operações citadas acima, que possam ser eliminadas do processo, por isso se pode chamar a prática de cultivo mínimo.
- c) **plantio direto:** consiste na eliminação do uso do arado e da grade niveladora na operação de plantio. Na prática também pode ser considerada uma modalidade de cultivo mínimo.

Experimentos realizados no estado de São Paulo com as culturas de soja e de milho, demonstraram que o aumento da mobilização do solo (cultivos mecânicos) não foi

traduzido em aumento de rendimento da cultura, ao contrário, representou desperdício de energia na forma de combustível e desgaste das máquinas com o tempo, além do mais ocorreu a desagregação da estrutura do solo, relacionada à intensidade de sua mobilização. Por isso, quando se pensa em preparo de solo e balanço energético, devem-se considerar algumas variáveis que, somente a médio e longo prazo poderão apresentar seus efeitos prejudiciais, como por exemplo, a degradação da estrutura do solo demonstrada por meio de problemas relacionados à aeração, densidade e porosidade (VIEIRA, 1984).

Trabalhos científicos também têm demonstrado que a preparação no sistema convencional de solos, em condições ideais de nutrientes, suprimento de água e livres da infestação de plantas daninhas, apresentam produções semelhantes quando utilizado, por exemplo, o sistema de plantio direto, pois o cultivo mínimo sempre apresenta como maior vantagem a economia de energia e os menores riscos de erosão, devido à menor mobilização do solo. De acordo com ORTOLANI (1984), experimentos com preparo de solo mecanizado têm demonstrado que no sistema convencional uma camada de 17 cm de solo, com 9% de declividade, seria erodida em 100 anos, ao passo que, este mesmo solo quando se faz uso do cultivo mínimo, isto é, do plantio direto, essa perda levaria algo em torno de 2.400 anos.

✓ **Gráfico 09 – Plantio em Nível**



A prática do plantio em nível, consiste em realizar o plantio de acordo com as linhas de nível do terreno de forma que a velocidade de escoamento da água na superfície

do solo seja ao máximo reduzida e, conseqüentemente, diminui-se o processo erosivo, muito comum nesses casos. É uma técnica de baixíssimo custo, relativamente simples e, como se pode observar ainda muito pouco utilizada pelos produtores.

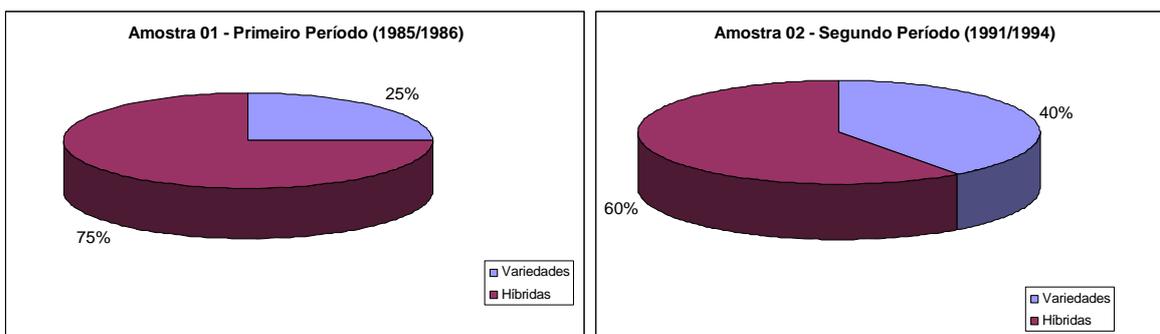
Nos locais em que ocorreu a prática acima mencionada, nota-se que se deu em função de o estado ter disponibilizado serviços mecanizados para construção dos terraços, ou seja, barreiras físicas de contenção de água construídas em nível, para evitar que se percorram grandes distâncias no solo, o que aceleraria o processo erosivo. Essa técnica foi utilizada para a conservação de solo nos assentamentos rurais paulistas. Mas, frisa-se que a construção de terraços, possui custo elevado, por isso ainda não foi realizada na totalidade da área agricultável do assentamento, porém simples demarcação das linhas de nível pela assistência técnica estatal seria suficiente para realizar o plantio dentro dos parâmetros técnicos recomendáveis para o manejo adequado do solo.

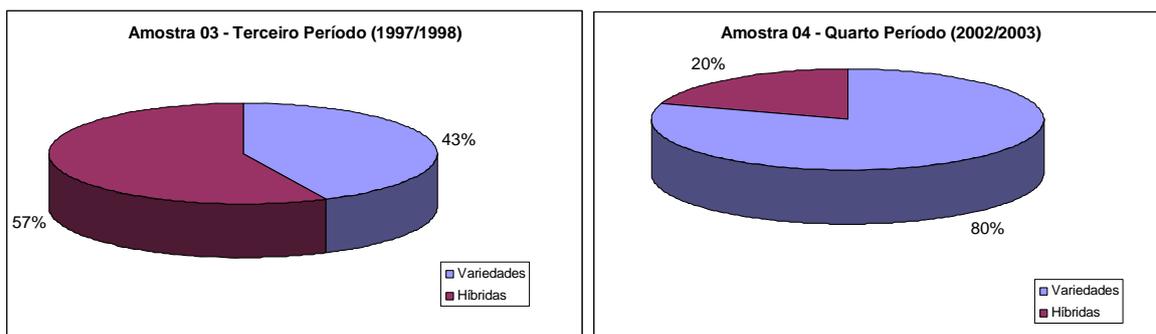
“Nós não temos condições de preparar o solo para nossa terra produzir, porque não tem curva de nível e tudo que colocamos na terra a erosão leva embora. Tem que tirar o assentamento das mãos do ITESP e passar para o INCRA. Porque assim nós pegamos o documento da terra”

Depoimento de assentado(a) obtido por meio da técnica da coleta de redações

Esse problema da erosão tornar-se-á crônico no assentamento, caso soluções imediatas não sejam adotadas, o que com certeza impedirá o cultivo em determinadas áreas do assentamento em curto espaço de tempo. Ressalta-se ainda, que existe uma cobrança incisiva por parte das famílias localizadas nas áreas mais críticas do assentamento, para a liberação de horas/máquina por parte do governo estadual para construção dos terraços e, ao mesmo tempo, nota-se que práticas simples, eficientes e de baixo custo para a conservação de solo como o plantio em nível, não são utilizadas.

✓ **Gráfico 10 – Uso de Sementes e Mudas**





Denominam-se sementes variedades aquelas produzidas no próprio lote, com a seleção das melhores plantas das culturas implementadas, porém este ainda é um recurso pouco utilizado pelos produtores, pelo fato de não ser necessária a compra, todos os anos, destes insumos junto às agroindústrias. Talvez, uma explicação plausível para isso seja o paradigma da **agricultura moderna** da máxima produtividade.

Pois, se reconhece que na máxima da produtividade as sementes híbridas²⁴ são mais produtivas do que as sementes variedades, porém essas apresentam maiores exigências para seu máximo rendimento. Somente o plantio da semente melhorada geneticamente, pode ser capaz de atingir grandes safras, mas essa modificação genética ainda está muito longe de ser o patamar almejado pelo produtor.

Nesse sentido, um preparo do solo capaz de deixá-lo em melhores condições estruturais só é possível por meio de uma correção adequada e uma adubação equilibrada, porém estas são apenas algumas das pré-condições necessárias e exigidas para se ter uma boa produção. Entretanto, sabe-se que todos esses fatores envolvem custos e, por isso, em geral, somente as produções em grande escala e os créditos subsidiados podem ser passíveis de viabilização; reconhece-se assim que esse não é o caso da classe de produtores ora estudada.

“... é quase uma vergonha imaginar que um assentamento de quinze, vinte anos, se as pessoas quiserem plantar ainda tem que comprar sementes em lojas do mercado comum aí nas cidades. Se as pessoas quiserem comprar pintinho... se as pessoas quiserem produzir galinha tem que comprar pintinho na granja que produz pintinho, se quiser produzir porco tem que comprar porco numa fazenda que cria porcos, então tudo que o assentado vai fazer ele precisa comprar. O assentamento tem que parar com essa idéia de que, para produzir, precisa comprar. Pra produzir precisa

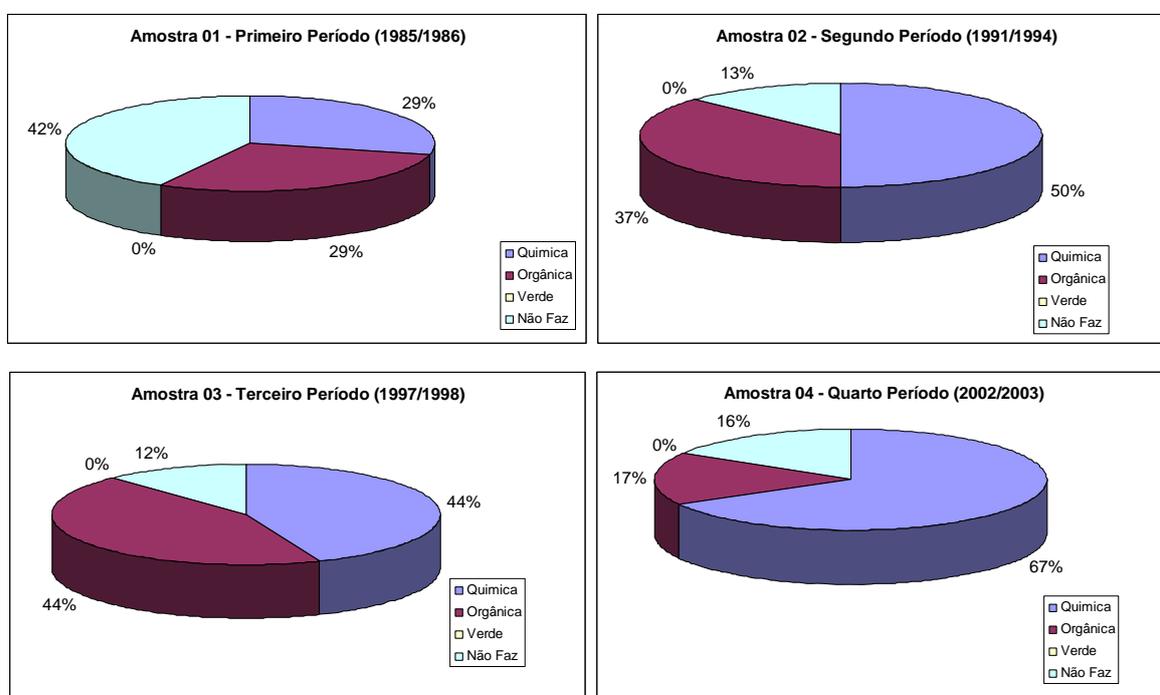
²⁴ Sementes modificadas geneticamente em que são selecionadas as características referentes a produtividade em detrimento de outros fatores como por exemplo, resistência e adaptabilidade.

haver trabalho, aplicação do conhecimento e precisa haver vontade, precisa haver identidade própria, então... nós precisamos necessariamente voltar a acreditar na gente mesmo, acho que esse foi o grande erro, à medida que os assentados.... os trabalhadores ao conquistaram a terra, passaram a acreditar muito mais no banco, muito mais no estado, muito mais em outras parcerias, do que a parceria consigo mesmo”.

Élio Neves – Presidente da FERAESP

Essa declaração é bem reveladora das contradições que podem existir; e que com frequência existem, entre a concepção estatal de assentamento e o projeto de autonomia, delineado como impossível para os assentados.

✓ **Gráfico 11 – Uso de Adubação**



Ao se falar em adubação, deve-se lembrar de um conceito de MALAVOLTA (1984) que cita uma Lei Básica da Ecologia: **“não há refeição grátis”**. Em outras palavras, pode-se dizer que se faz necessário o gasto de energia; neste caso por meio do uso de adubos, uma vez que a planta faz uso dessa energia para completar seu ciclo produtivo. O uso desse recurso, do ponto de vista da viabilidade energética, somente se justifica se a energia contida no aumento da produção a ser perseguida, for maior do que a energia gasta para produzi-la.

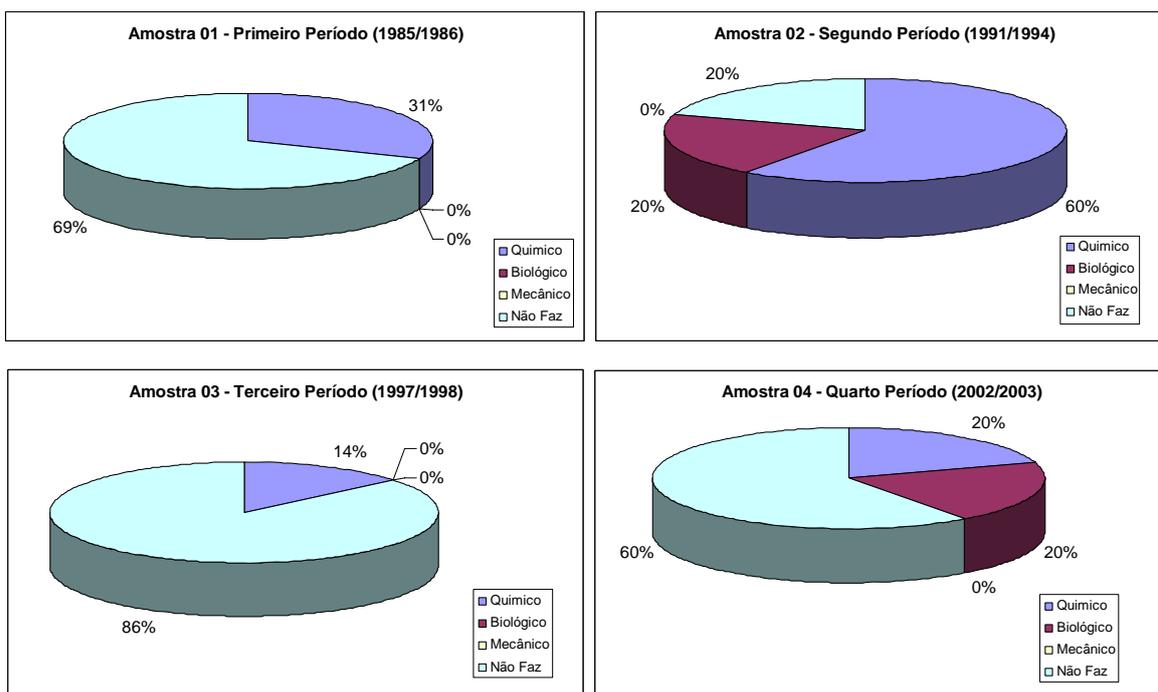
Nesse aspecto, a combinação do recurso acima mencionado por meio de seu uso químico e orgânico parece ser a forma mais equilibrada e completa para a fertilidade dos solos. A adubação química, idealizada como fator de poder e garantia de produção pelo modelo tecnicista vigente, ainda é o método mais difundido, isso porque esse tipo de insumo apresenta uma maior concentração de elementos químicos dos quais as plantas necessitam e, além disso, também possui ação imediata após a aplicação devido à alta solubilidade no solo, pois é rapidamente absorvido pelas plantas. Sendo assim, esses fatores associados a uma forte campanha comercial nos meios de comunicação, contribuem de forma decisiva para que esse seja o meio de adubação mais difundido e mais utilizado no meio rural.

Ainda, há de se destacar outros benefícios não menos importantes da adubação química, uma vez que seus materiais orgânicos, ou seja, a adubação orgânica e a adubação verde, podem contribuir para a fertilidade dos solos. Isso porque os adubos orgânicos, de acordo com MIYASAKA (1984), possuem características que agem diretamente nas propriedades químicas, na medida em que há um aumento da capacidade de troca catiônica²⁵, além do poder tampão²⁶ e da liberação paulatina e em pequena escala de nutrientes às plantas; físicas, pois se nota a melhoria da estrutura do solo, no sentido de se ter um aumento da capacidade de retenção de água, de aeração e ainda a redução da variação da temperatura do solo; e biológicas, aqui se nota o favorecimento das ações de microorganismos no solo, que agem na transformação dos compostos, de maneira a deixá-los em condições de serem absorvidos pelas plantas. Porém, há de se mencionar que todos esses benefícios são pouco divulgados pela mídia.

Outros fatores que também são pouco informados nos meios de comunicação referem-se à eficiência do uso dos fertilizantes químicos, pois ela diz respeito à possibilidade de se reduzir e/ou anular os efeitos dos fertilizantes no solo, caso este não esteja com umidade suficiente ou tenha incidência de pragas e moléstias ou, acima de tudo, não tenha sido corrigido quanto ao seu teor de acidez. Esses fatores, somados à área reduzida de plantio e ao alto custo dos fertilizantes químicos, devem ser muito bem avaliados quanto à viabilidade econômica de uso.

²⁵ Capacidade de Troca Catiônica (CTC): “... parâmetro que indica a quantidade de íons positivos (cátions) que o solo é capaz de reter em determinadas condições e permutar por quantidades estequiométricas equivalentes de outros cátions” (LOPES & GUILHERME, 1992). Em outras palavras, solos com maior concentração de CTC indicam alto teor de argila e/ou matéria orgânica, maior capacidade de retenção e liberação de nutrientes as plantas em áreas maiores do perfil do solo e maior capacidade de retenção de umidade.

✓ **Gráfico 12 – Controle de Pragas e Doenças**



O método do controle de pragas e moléstia por meio dos produtos químicos (mesmo caso quando se falou acima da adubação) ainda é o mais utilizado no meio rural, quando o produtor lança mão de algum tipo de controle. A forma de uso dos defensivos químicos atualmente utilizados, praticamente não difere muito dos métodos usados no começo do século passado; em outras palavras, a formas de aplicação dos defensivos químicos concentra-se mais em envenenar o ambiente em que a praga ou a moléstia vive ao invés de se preocupar em causar o menor dano possível ao ambiente (MATUO, 1984).

Por isso, com o intuito de racionalizar o uso desses produtos e minimizar seu impacto destruidor no meio ambiente, as pesquisas e a utilização do manejo integrado de pragas têm se constituído na principal técnica que visa aumentar a eficiência dos produtos por meio do uso de menores dosagens.

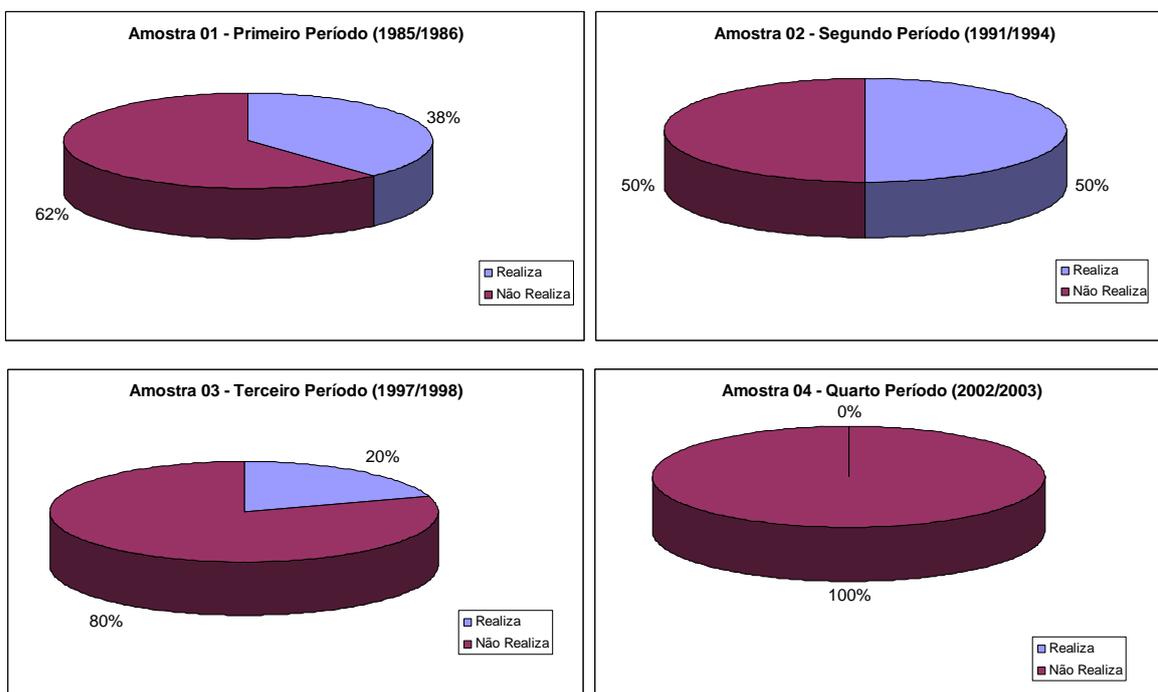
O Manejo Integrado de Pragas – MIP - consiste em desenvolver ações que viabilizem a maximização da atuação dos inimigos naturais das pragas e moléstias, de maneira a contribuir para a redução do uso dos agrotóxicos. Porém, alguns dificultadores para implementação e massificação da técnica alternativa de controle de pragas e moléstias (MIP) devem ser considerados, tais como os fatores técnicos a seguir descritos; a) conhecimento das culturas vizinhas à cultura principal; b) conhecimento do ciclo da cultura

²⁶ Poder Tampão: são ácidos orgânicos presentes no solo que agem com efeito tamponante impedindo a queda do pH (aumento do teor de acidez), ou seja, a propriedade de um solo resistir as mudanças de pH.

como todo e não somente de operação específica; c) conhecimento sobre a dinâmica de pragas e moléstias; d) conhecimento sobre seus inimigos naturais; e) conhecimento sobre os níveis de dano econômico (momento de utilização dos produtos químicos). Além disso, um outro fator que deve ser considerado, pelo fato de dificultar a utilização da técnica alternativa é o do controle químico, pois além de ter boa receptividade entre os produtores, é de fácil aplicação e de efeito imediato sobre o alvo a ser eliminado (OLIVEIRA, 1984).

Apenas um comentário deve ser feito antes de ser fechado o assunto sobre o agressivo marketing utilizado na mídia pelas empresas multinacionais fabricantes dos defensivos químicos. O fato é que aliado ao garantido retorno econômico aos investidores, há os processos de patentes, os quais garantem lucros infinitamente superiores quando novos princípios ativos são descobertos, como por exemplo, a pesquisa de novas formas de pulverização ou de controle alternativo; isso conduz o leitor a pensar que este trabalho deve ser um processo de aprendizagem coletiva a médio e a longo prazo, em especial no que se refere à preservação do meio-ambiente.

✓ **Gráfico 13 – Plantio Consorciado**



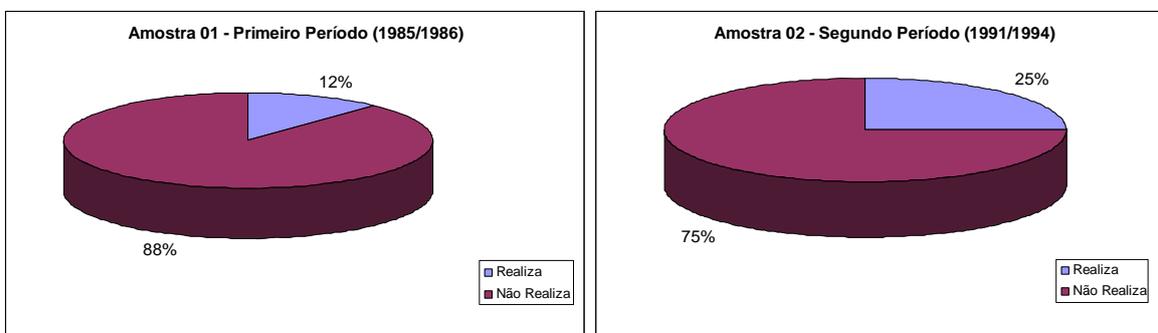
Observa-se que quando se objetiva atingir e manter a máxima produtividade de um solo agrícola, deve haver a constante preocupação em manter a sua bioestrutura, o que se faz por meio da referência à fertilidade, isto é, à quantidade de nutrientes disponíveis no solo, e também à produtividade, relacionada à possibilidade das plantas de aproveitarem os nutrientes.

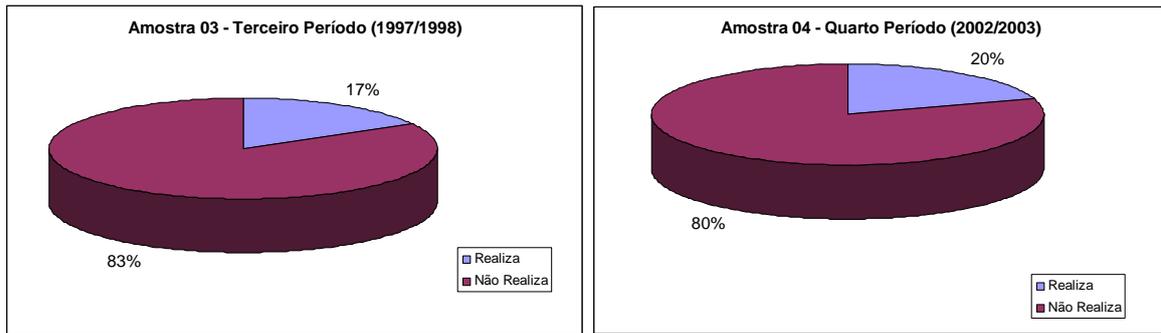
A manutenção da bioestrutura do solo, dentre outros fatores, passa necessariamente pelo retorno da matéria orgânica, a qual é consumida no processo de produção, mas não apenas isso é importante, pois manter a bioestrutura significa ter um arejamento adequado do solo e uma melhor conservação da disponibilidade de água existente nele. Por esse motivo, é que os agricultores devem preocupar-se em tratar a terra de maneira adequada, para que se possa ter bons resultados quando utilizada para o plantio, o que se consegue por meio de práticas comuns e importantes, como por exemplo, evitar queimadas e executar uma adubação equilibrada, pois esses recursos permitem proteger a superfície.

Nesse contexto, o plantio consorciado tem importância fundamental, porque auxilia no retorno da matéria orgânica à terra, ou seja, é uma espécie de protetor do solo. Esse tipo de plantio se destaca porque, quando utilizado como cultura intercalar em cultivos permanentes, ele reduz a variação da temperatura devido a menor exposição aos raios solares e aos riscos do processo erosivo, o que ocorre em função da maior área de cobertura no solo. Não bastasse isso, o plantio consorciado pode ainda propiciar o aumento e a diversificação da produção agrícola por unidade de área (PRIMAVESI, 1999).

Essa prática foi observada em algumas propriedades no Assentamento Monte Alegre por meio do cultivo de leguminosas (mucuna, feijão de porco), intercaladas com cultivos perenes de frutíferas (laranja, manga). Com a análise, pode-se observar os benefícios trazidos ao solo (talvez nem tanto pelo aumento da produção, mas principalmente pela sua manutenção), os quais só ocorrem quando o plantio consorciado é feito de forma correta e associado a outras técnicas de manejo. Ressalta-se ainda, que essa técnica de plantio, devido ao baixo custo na sua implantação, é uma prática que cada vez mais se expande no processo de aprendizagem coletivo.

✓ **Gráfico 14 – Rotação de Culturas**

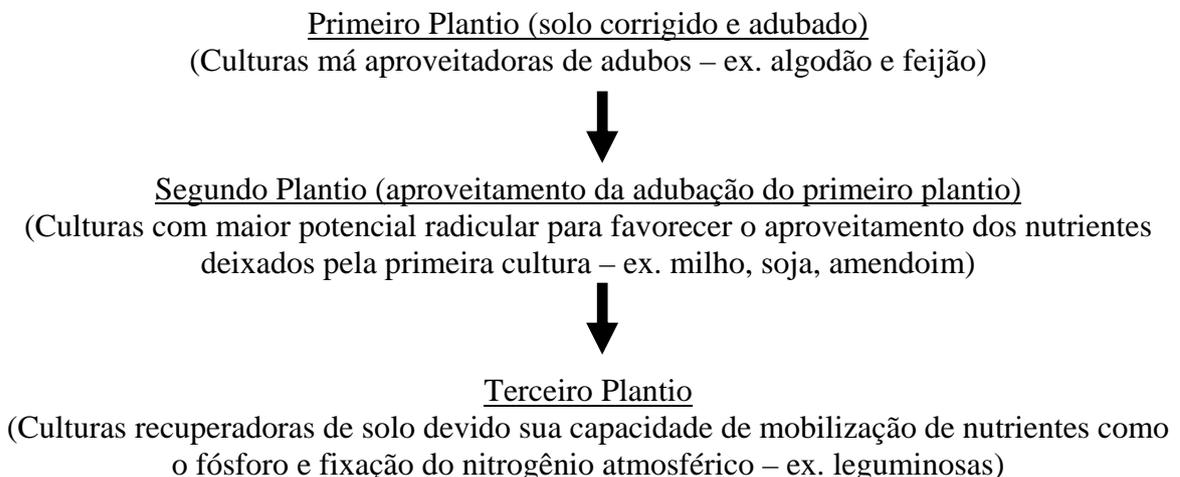




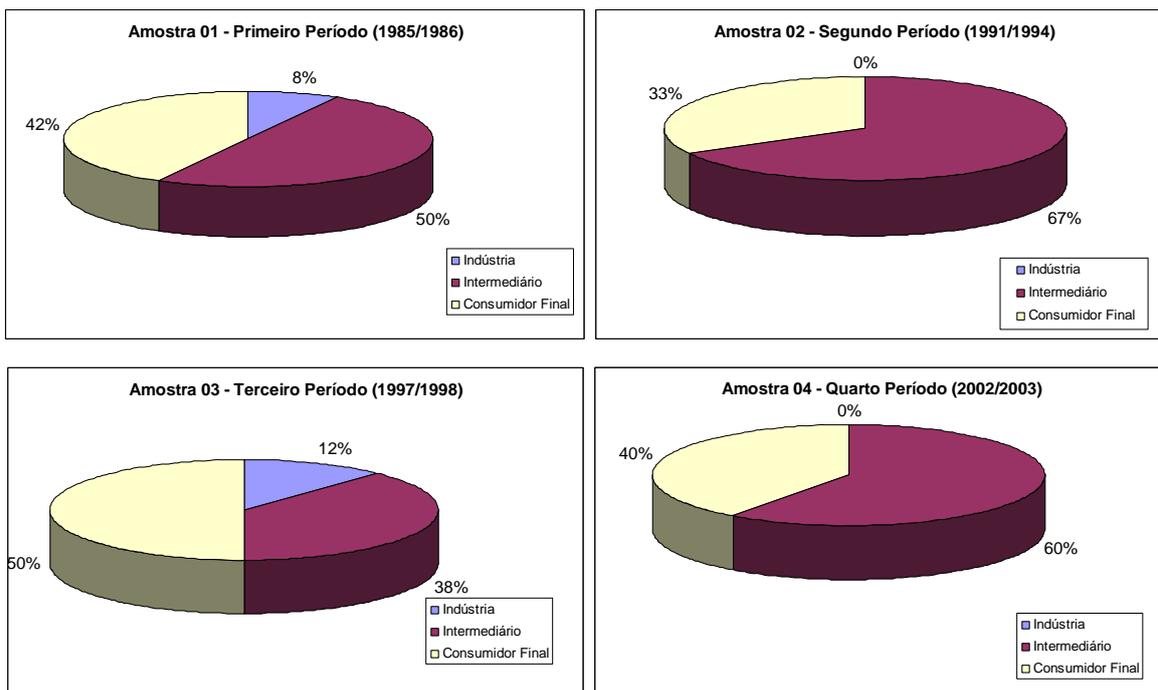
A técnica da rotação de culturas, não significa apenas um plantio seqüencial de espécies vegetais na mesma área de cultivo. Isso porque, além disso, ela tem como objetivo restabelecer o equilíbrio biológico no solo reduzido ou destruído pelos cultivos das monoculturas intensivas.

Há de se mencionar que toda cultura semeada no solo possui características biológicas distintas em relação a outras espécies, tais como: a) seletividade na absorção de nutrientes; b) excreções radiculares; c) efeito sobre o pH do solo; d) absorção e transpiração da água; e) retorno dos restos culturais ao solo, entre outras. Enfim, cada cultura cria seu próprio meio ambiente com sua micro e meso vida, logo os ecossistemas são diferentes. Isso se faz necessário entender porque quando se introduz um ecossistema diferente do que já está constituído (caso da rotação de culturas), de modo automático é causada uma espécie de revolução silenciosa no solo, a qual pode beneficiar ou prejudicar o ecossistema pertencente à cultura anteriormente instalada. Portanto, essa técnica exige conhecimento de fisiologia vegetal, de solos, de dinâmica das pragas e de moléstias, além de ser necessário um prévio planejamento para sua implementação (PRIMAVESI, 1999).

Abaixo está esquematizado um exemplo hipotético com a utilização de três plantios seqüenciais, nele devem ser considerados alguns fatores na etapa do planejamento como o tipo e a época do plantio de cada cultura em relação às características fisiológicas. Veja-se:



✓ **Gráfico 15 - Comercialização**



Fator de extrema importância no processo produtivo (para alguns o mais importante), pois é nessa etapa que o produtor verá, com a clareza e a frieza dos números, se seus esforços durante todo o ciclo da produção foram recompensados economicamente. Isso porque, como foi visto no item **acessos a recursos externos (créditos/subsídios)**, em oportuna colocação de LAUSCHNER (1981), o produtor que realiza o plantio, os tratos culturais e a colheita, isto é, todo o processo de produção, pode constatar seus ganhos ou não, no que tange aos oligopólios ao montante e à jusante do sistema agrícola-produtivo.

Portanto, para que sejam estabelecidos canais de escoamento, a fim de obter preços mais justos e compensatórios ao produtor, é necessário haver alguns recursos facilitadores, tais como: identificar de forma correta o custo da produção, bem como o da sua mercadoria, em outros termos, o quanto custa produzir; procurar ao máximo evitar a ação de intermediários, pois estes são os responsáveis, na maioria das vezes, pelos maiores lucros auferidos sobre o produto comercializado, de maneira que se deve buscar, na medida do possível, comercializar a produção de modo direto com o consumidor; agregar valor ao produto final e manter a qualidade e periodicidade na entrega dos produtos, mesmo que para isso seja necessária a redução nas áreas de plantio.

No entanto, faz-se mister afirmar que as considerações acima não devem ser interpretadas como se o momento econômico fosse o grande motor explicativo das estratégias utilizadas pelos assentados para ficar no assentamento.

5.2- Itinerário Técnico – Sistema de Criações

Como no caso dos sistemas de culturas, também buscou-se identificar as práticas pecuárias utilizadas pelos assentados nos processos de produção da bovinocultura de dupla aptidão (carne e leite), para que seja possível, por meio da análise, verificar a compatibilidade com as práticas recomendáveis para as explorações com características predominantemente familiares.

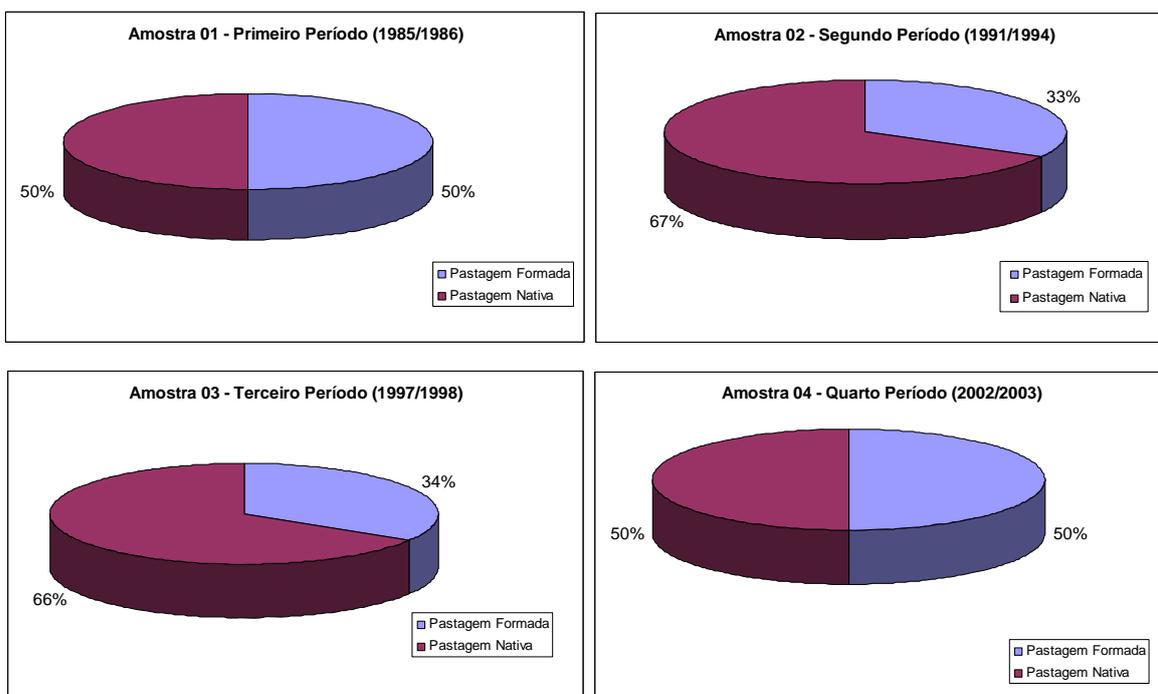
Neste campo da pesquisa, foi considerada, na análise das práticas citadas abaixo, especificamente a exploração da bovinocultura mista (aptidão para carne e leite), devido ao fato de ser a atividade pecuária mais significativa do ponto de vista comercial e, portanto, a mais explorada pelos assentados.

Quadro 12 – Sistema de Criação (Bovinicultura Mista)

Atividades	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) N° lotes com exploração da pecuária bovina	02	03	03	02
b) N° médio de animais por lote	14	13	03	02

✓ **Gráfico 16 – Manejo Alimentar**

• **Utilização de Pastagens**



As pastagens como as capineiras, as quais serão estudadas a seguir, compõem um grupo de alimentos para bovinos, conhecido como volumoso. Denomina-se volumoso porque o alimento contém um alto teor de fibra, geralmente ele apresenta em sua composição mais de 18% de fibra bruta extraídas da matéria seca, além disso pode ser classificado de acordo com a forma em que é fornecido na alimentação dos animais, como pastagens, silagens, fenos, bagaços e outros.

Quando se analisa os fatores de produção que podem afetar o rendimento e o ganho de peso dos animais em explorações para fins comerciais, as pastagens nativas e aquelas plantadas especificamente para alimentação animal são as responsáveis por indicar a inclusão do produtor no sistema de manejo ou a eliminação dele desse sistema, recomendado tecnicamente para esse tipo de atividade. Deve-se compreender então, que caso o animal não seja devidamente alimentado, ele fica mais susceptível à ação de todos os patógenos que afetam essa categoria, e ainda estará sujeito a desequilíbrios em sua atividade orgânica reprodutiva. Enfim, o animal estará condenado ao sacrifício de maneira precoce, por não atender aos padrões mínimos exigidos pela produtividade econômica.

As pastagens nativas não são as mais indicadas, principalmente em pequenas propriedades, como é o caso do Assentamento ora estudado, porque apresentam uma capacidade de suporte²⁷ de até quatro vezes inferior às pastagens formadas, além de possuir baixos níveis de proteína, digestibilidade e palatabilidade. Nota-se ainda, que durante os períodos de seca a capacidade de suporte de uma pastagem nativa fica em torno de 0,3 UA²⁸ / há, enquanto que nas pastagens formadas o indicativo encontra-se entre 1,0 – 1,4 UA / ha. Portanto, em pequenas áreas, torna-se indispensável a formação de pastagens, para otimizar o uso do espaço e obter maiores rendimentos por unidade de área.

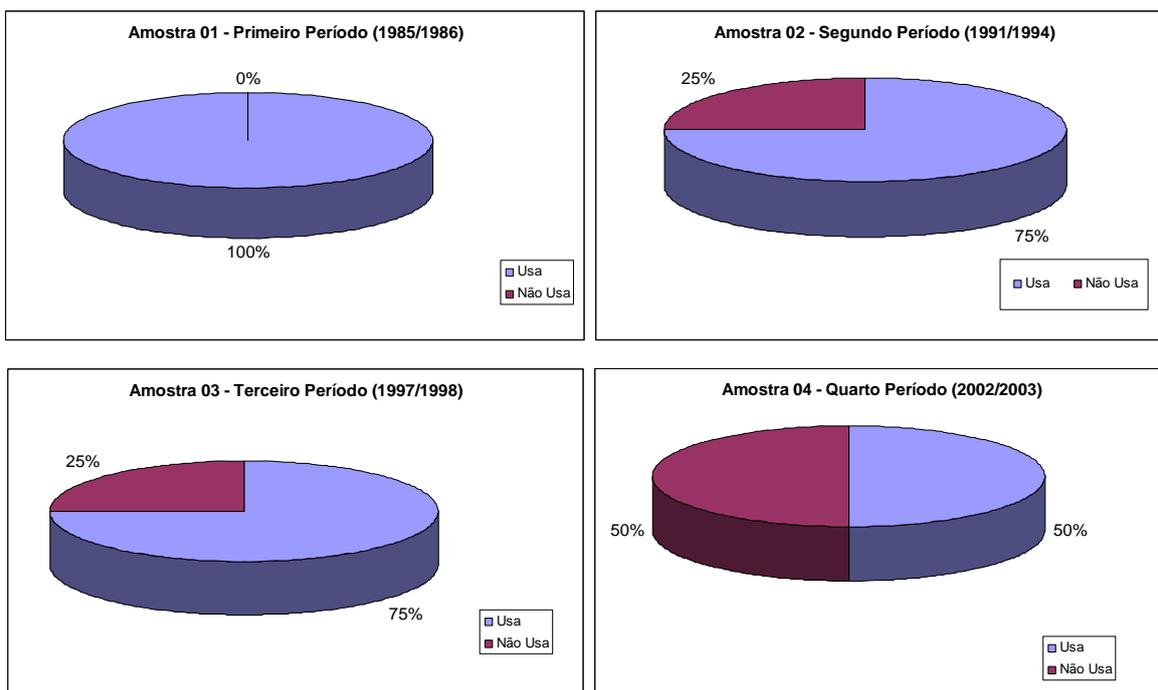
O problema com a alimentação do gado apenas no sistema a pasto é que os animais são mantidos nesse ambiente o ano todo (período seco e das chuvas) o que pode gerar, não raras vezes, desequilíbrios nutricionais temporários entre as exigências nutricionais do rebanho e a disponibilidade de nutrientes fornecidos pelas forragens consumidas.

²⁷ Capacidade de Suporte: quantidade de animais que é possível colocar em uma determinada área sem que a pastagem fique comprometida ou os animais sem alimentação.

²⁸ UA: Unidade Animal = 450 kg de Peso Vivo.

✓ **Gráfico 17 – Manejo Alimentar**

• **Uso de Capineira para Alimentação dos Animais pelos Produtores**

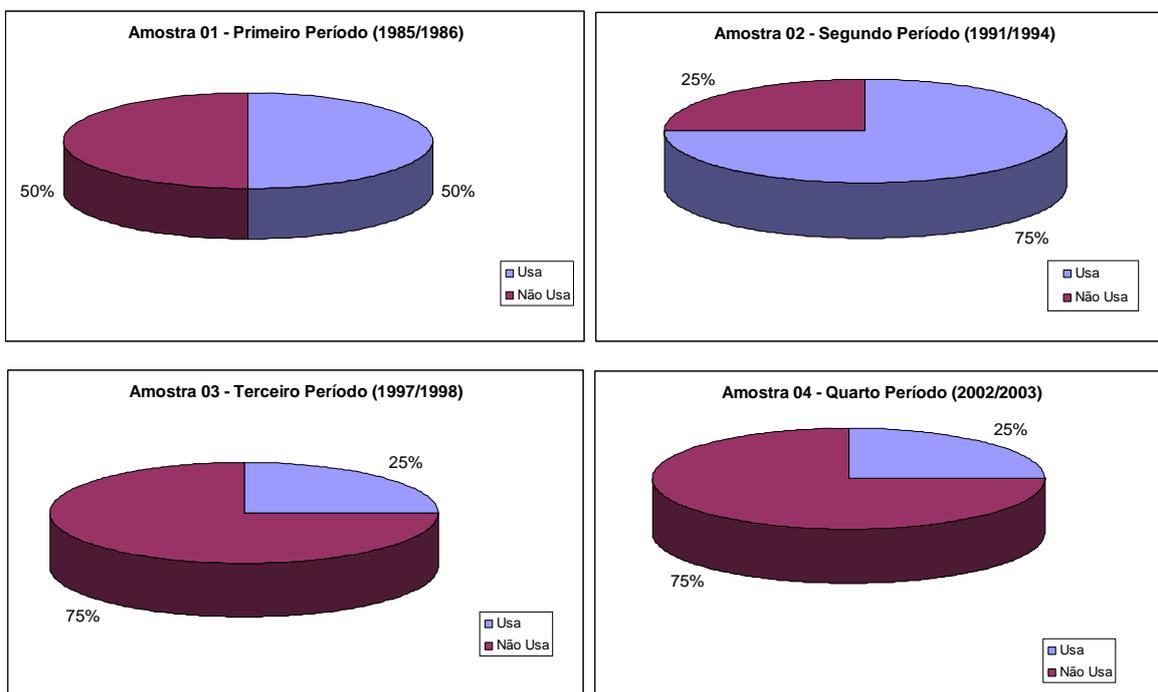


Da mesma forma que as pastagens, as capineiras também são consideradas alimentos volumoso na nutrição animal, mas são utilizadas com objetivos distintos daquelas, apesar de estarem no mesmo grupo alimentar. Sendo assim, constata-se que as pastagens servem de alimento permanente para o rebanho durante o ano todo, enquanto que as capineiras são utilizadas como suplementação alimentar animal durante o período de maior escassez das pastagens, isto é, na época das secas, que ocorre em maio/setembro; e a utilização delas normalmente se dá de forma picada e no cocho.

Quando o agricultor faz uso da suplementação que ocorre durante o ano todo, é conveniente executar o último corte no final do período das águas para que, no ápice do período seco, ele tenha alimento disponível para fornecer aos animais, já que esse é o período em que os animais apresentam uma maior necessidade de suplementação. Assim, frisa-se que um hectare de capineira bem manejado é suficiente para a alimentação de dez a doze animais adultos durante todo ano.

✓ **Gráfico 18 – Manejo Alimentar**

• **Uso de Concentrados para Alimentação dos Animais pelos Produtores**



Os alimentos denominados como concentrados na alimentação animal são aqueles manipulados com um ou mais elementos e indicam uma concentração de proteínas, vitaminas e minerais muito superior àquelas contidas nos alimentos básicos. Essas misturas de nutrientes por meio de manipulações objetiva corrigir a composição de alimentos básicos, necessários para o perfeito balanceamento da nutrição dos animais.

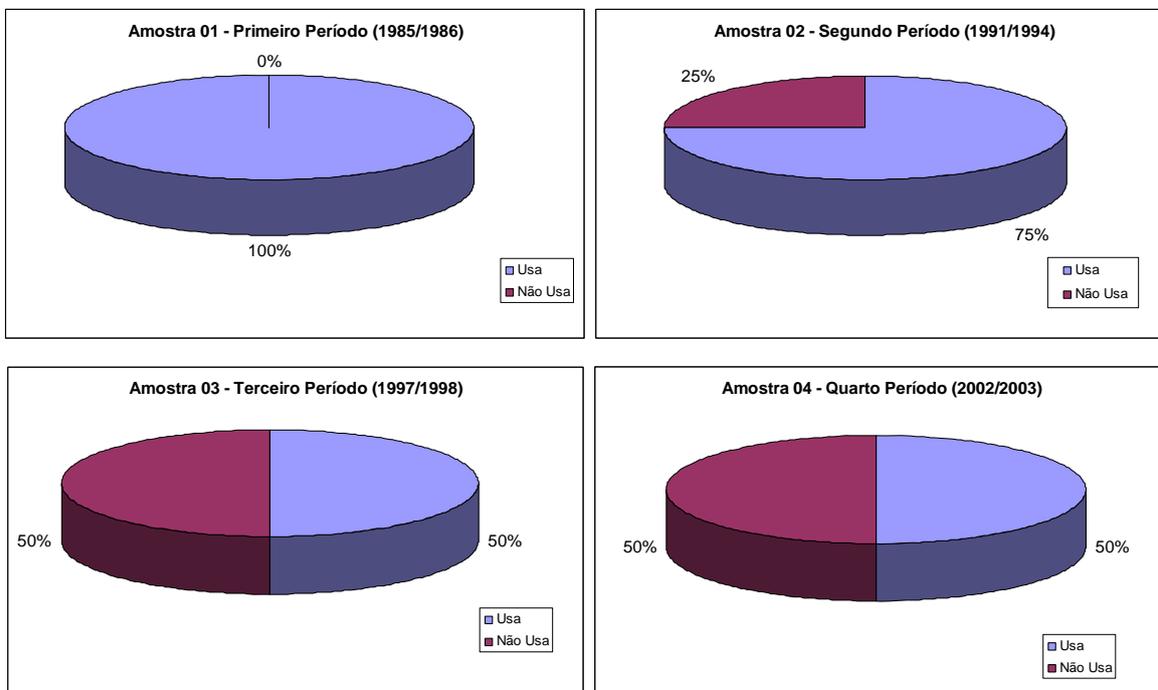
No caso da exploração de pequenas propriedades, como a que se analisou na pesquisa de campo, antes de o produtor pensar em implementar a técnica da suplementação alimentar animal com produtos concentrados, ele deve preocupar-se em alcançar algumas etapas, para só então almejar novas alternativas capazes de otimizar uma exploração já estruturada do rebanho disponível. As etapas a serem observadas são: a melhoria da qualidade das pastagens; a implementação de divisórias de pasto com a rotação dos animais, de maneira a respeitar um período mínimo de recomposição da forragem (pastejo rotacionado); e a suplementação alimentar volumosa, como por exemplo, o uso de capineiras.

Nesse sentido, como os custos dessa alternativa complementar de nutrição não possuem um valor muito acessível à grande maioria dos pequenos produtores, somente explorações com alta rentabilidade e rápido capital de giro (ex. bovinos leiteiros de alta

lucratividade e confinamentos para bovinos de corte) justificariam a prática desse manejo alimentar.

✓ **Gráfico 19 – Manejo Sanitário**

• **Utilização de Carrapaticidas e Vermífugos**

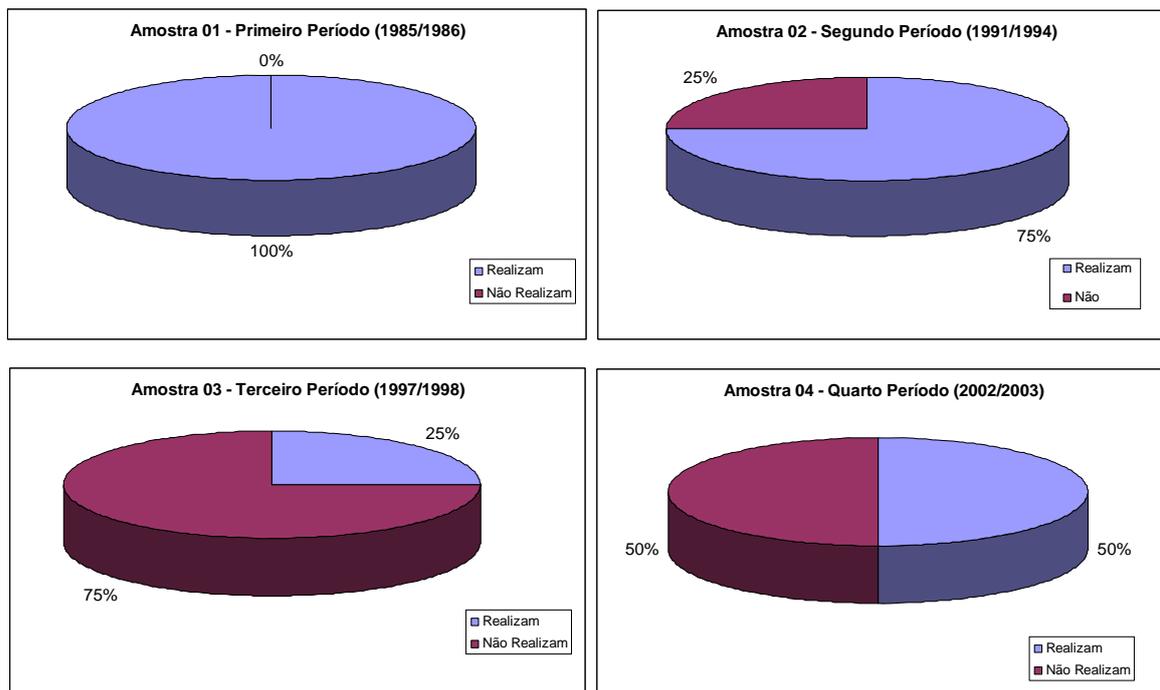


Faz-se de extrema importância o uso dos recursos disponíveis no mercado para o controle de parasitas externos (ectoparasitas) como carrapato, berne, bicheira, dentre outros, os quais não controlados, podem causar danos ao couro e, ainda, febre elevada, tristeza parasitária (animal para de ruminar), anemia e outras anomalias que são altamente prejudiciais a saúde dos animais.

Vale ainda lembrar que o mesmo ocorre com o controle dos parasitas internos (endoparasitas) como os vermes, que são causadores das verminoses, as quais provocam: emagrecimento excessivo do animal, diarreia, anemias, tosse, além de outras anomalias prejudiciais. Em ambos os casos, é necessário que se acompanhe de modo constante a saúde do animal, para que se proceda, quando necessário, o controle imediato e, assim, evitar que a produção seja reduzida.

✓ **Gráfico 20 – Manejo Sanitário**

• **Exames de Tuberculose e Brucelose**



A brucelose é considerada uma doença infecto-contagiosa que ataca principalmente o sistema reprodutivo dos bovinos e, se não controlada com eficiência, pode causar perdas de até 25% na produção de leite e de 15% na produção de carne. Essa doença também pode provocar o aborto do feto no terço final da gestação, sendo este o principal sintoma da moléstia.

Mas, não apenas isso é importante, pois outros cuidados com o animal devem ser imprescindíveis, tais como: cuidados com as mucosas digestivas, com o objetivo de verificar a ingestão de pastagem contaminada pelo feto abortado; cuidados com a mucosa genital, isto é, a monta natural a campo; também se deve atentar para as lesões na pele do animal, as quais são as portas de entrada do agente causador (bactéria) da moléstia.

Para que se proceda ao controle da brucelose é obrigatória a vacinação, a qual passou a ser compulsória desde dezembro/03. A vacina deve ser feita em bezerras entre 3 e 8 meses de idade, por meio da amostra B19 (viva). Para finalizar essa questão, importa observar que, em caso de contaminação do rebanho de forma coletiva, pelo fato de a doença ter caráter endêmico no Brasil, recomenda-se o sacrifício de todo rebanho.

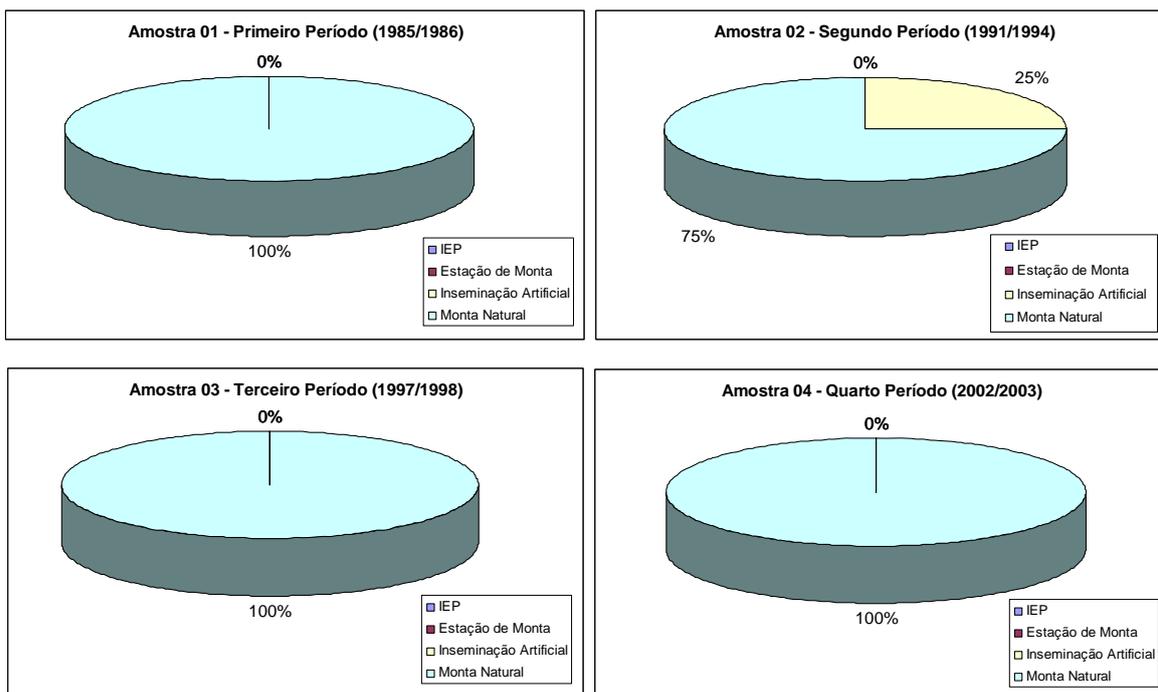
No que diz respeito à tuberculose bovina, esta é considerada uma doença de difícil constatação, isso porque os animais nem sempre apresentam sintomas fáceis de serem

diagnosticados a olho nu, como perda de peso, debilidade de sinais respiratórios, como por exemplo a tosse, pois esses sintomas ocorrem em um estágio já avançado da doença.

Constata-se que, em geral, os animais infectados pela tuberculose, reduzem entre 10% a 25% a produção de carne ou de leite. Por isso, com o objetivo de evitar a doença é necessária a realização periódica da prova da tuberculina e, os animais cujo exame for positivo, devem ser abatidos.

Em relação às atividades especializadas na produção leiteira, recomenda-se a tuberculinização anual de todos os animais maiores de dois anos. No caso das criações para corte, deve-se proceder a análise dos estabelecimentos, por meio do estudo das lesões examinadas nos locais de abate dos animais e a partir de então, deve-se proceder a tuberculinização anual de todos os animais do rebanho infectado. A legislação brasileira recomenda o sacrifício dos animais em que o teste da tuberculinização informar o resultado positivo, em razão do perigo de contaminação no homem e em outros animais.

✓ **Gráfico 21 – Manejo Reprodutivo**



As variações na fertilidade do rebanho possuem relação direta com as condições climáticas. Por isso, o conhecimento e a aplicação de controle no sistema de reprodução bovino, é fator fundamental para o produtor melhorar de forma considerável sua produção, sem dispendir muitos recursos financeiros. Além do mais, como se verificou na quase totalidade do processo reprodutivo dos animais, o mesmo ocorre com a monta natural, que é a forma mais primitiva de reprodução existente, e consiste no touro permanecer entre o

rebanho durante todo o ano. Mas, salienta-se que problemas relacionados às dificuldades com o manejo zootécnico e sanitário dos animais são comuns, uma vez que os nascimentos ocorrem durante o ano todo.

Ainda, nota-se que, na técnica da estação de monta, por exemplo, pode-se estabelecer um período determinado para sua ocorrência (60 a 90 dias), de modo a permitir que os animais nasçam no período da seca (época mais indicada para o país), o que coincidirá com o terço inicial da lactação, período de maior disponibilidade de alimentos (águas). Assim, nesse exemplo hipotético, o cruzamento deveria ser programado entre dezembro – janeiro e a gestação entre fevereiro – outubro.

A técnica do intervalo entre partos (IEP) consiste em perseguir a meta para se atingir os 12 meses, ou seja, cada matriz teria uma parição por ano (possui relação direta com a técnica da estação de monta). No caso do Brasil, por exemplo, conforme citado por BRAGA *et. al.*, caso conseguisse uma redução do IEP, que hoje encontra-se em torno de 19 meses a 13 meses, obter-se -ia uma melhora de 46% dos índices zootécnicos e dos resultados do manejo reprodutivo da atividade, isso significaria um aumento de 9 milhões de crias no número de nascimentos/ano.

Ao se realizar a análise de um outro exemplo hipotético, mas agora sobre a viabilidade da utilização da técnica de intervalo entre partos, nota-se que: ao considerar uma propriedade com produção de 3.000 litros/lactação (nota-se que a vida útil das vacas é de 6 anos), em que há 100 cabeças de vaca no rebanho, e o valor recebido pelo produtor é de R\$ 0,20/litro leite. Observa-se então, por meio desses dados que se a propriedade permanecesse com um IEP de 14,5 meses, deixaria de receber 10 mil reais por ano somente com a venda do leite; já, com um IEP de 18 meses a perda seria de 20 mil reais e, em um IEP de 24 meses a perda chegaria a 30 mil reais /leite/ano. Sendo assim, conclui-se que quanto maior o IEP, maior é a perda de lucros na produção anual do leite.

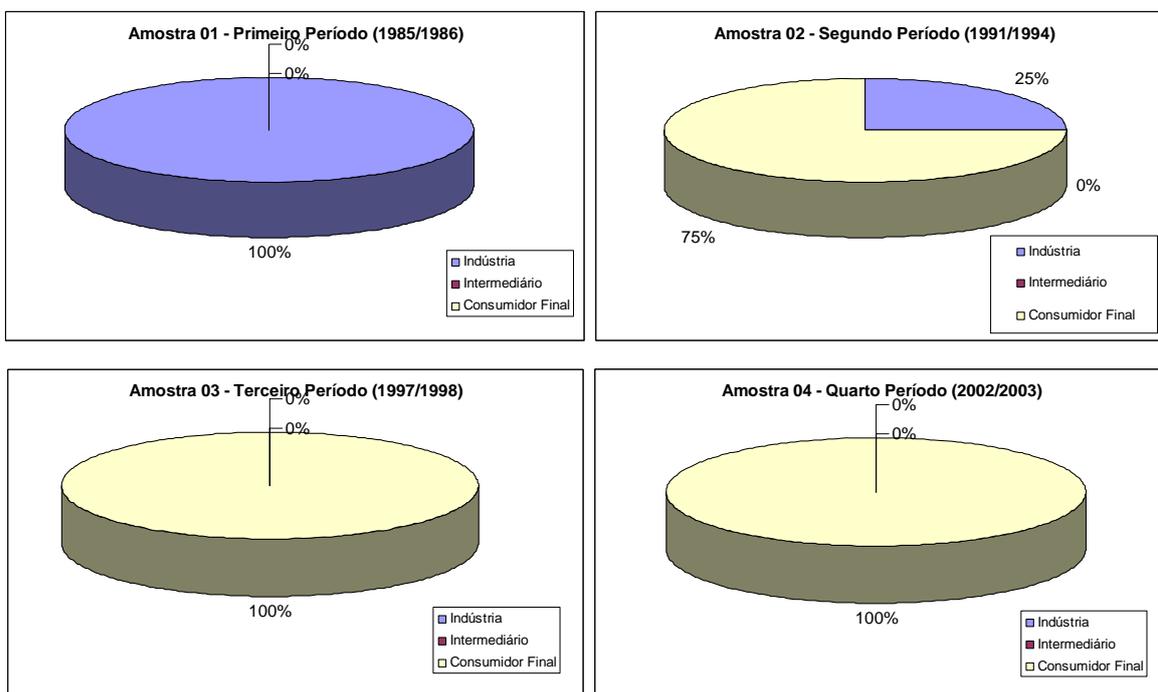
No que diz respeito à inseminação artificial, esta consiste na introdução de sêmen do touro no útero da vaca, de forma artificial, já que é feita pelo homem com a ajuda de equipamentos apropriados. Frisa-se que essa técnica possui grandes vantagens em relação às outras técnicas citadas acima, tais como: melhoramento genético do rebanho, por meio do uso de sêmens de touros, em que se comprovou possuírem características superiores quanto às aptidões de carne ou de leite; b) maior controle de doenças transmissíveis pela monta; c) controle reprodutivo mais eficiente e melhor escrituração zootécnica; d) redução do problema de partos em novilhas; e) possibilidade do nascimento de crias após a morte

do pai, entre outras. Essas vantagens também são acompanhadas de algumas limitações tais como falta de mão-de-obra especializada e, incorreções na utilização da técnica.

Mas, como se afirmou antes, o manejo da inseminação artificial apenas seria viável em explorações com alta rentabilidade e rápido capital de giro (ex. bovinos leiteiros de alto rendimento e confinamentos para bovinos de corte). Entretanto, não se deve esquecer que esses fatores devem estar acompanhados por uma alimentação balanceada e disponível, por um controle eficiente de ecto e endo parasitas e por um manejo reprodutivo eficiente.

Porém, constata-se por meio da pesquisa de campo que esse não é o caso do Brasil, pelo menos na maioria de suas Regiões. Nesse sentido, destaca-se que a Prefeitura Municipal de Motuca, por meio de sua Secretaria de Agricultura, realizou algumas tentativas de implementação dessa técnica no núcleo II do Assentamento Monte Alegre, mas por falta de um acompanhamento mais incisivo e pela falta de controle sobre outras variáveis na produção de bovinos leiteiros, não foi possível estabelecer uma análise mais crítica acerca do resultado da inseminação artificial.

✓ **Gráfico 22 – Comercialização**



Como no caso dos sistemas de culturas, as considerações feitas são totalmente válidas para esse setor;

Quadro 13 – Comercialização

Destino Produção	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) Indústria	x	x		
b) Intermediário				
c) Consumidor Final		x	x	x

5.3- Segurança Alimentar (Atividades Produtivas de Autoconsumo)

Encontra-se neste campo da pesquisa, uma das atividades mais importante para a adaptação e para a estabilidade da família no assentamento, pois constitui o alicerce do desenvolvimento de todas as outras atividades de explorações com fins comerciais. Esse fator contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias que um dia imaginaram encontrar na **volta à terra** a recomposição do passado e a certeza de um futuro melhor por meio de sua reprodução social.

Quadro 14 – Atividades Produtivas de Autoconsumo

Atividades	Amostra 01 (1985/86)	Amostra 02 (1991/94)	Amostra 03 (1997/98)	Amostra 04 (2002/03)
a) Grãos (área média / lote)				
<i>a.1) Arroz</i>		<i>0,87 ha</i>	<i>1,25 ha</i>	
<i>a.2) Feijão</i>	<i>0,75 ha</i>	<i>0,50 ha</i>	<i>0,50 ha</i>	<i>0,20 ha</i>
<i>a.3) Milho</i>	<i>3,00 ha</i>	<i>1,21 ha</i>	<i>0,50 ha</i>	<i>0,50 ha</i>
b) Lácteos				
<i>b.1) Leite</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>b.2) Queijo</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
<i>b.3) Doces</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>	<i>x</i>
c) Carnes (nº médio cab / lotes)				
<i>c.1) Bovina</i>		<i>01 cab (01 lote)</i>		<i>01 cab (01 lote)</i>
<i>c.2) Suína</i>	<i>12 cab (03 lotes)</i>	<i>02 cab (03 lotes)</i>	<i>04 cab (03 lotes)</i>	<i>05 cab (03 lotes)</i>
<i>c.3) Aves</i>	<i>78 cab (04 lotes)</i>	<i>15 cab (02 lotes)</i>	<i>54 cab (04 lotes)</i>	<i>25 cab (04 lotes)</i>
<i>c.4) Caprina</i>			<i>03 cab (01 lote)</i>	
d) Frutíferas				
<i>d.1) Nº lotes que possuem</i>	<i>04</i>	<i>04</i>	<i>04</i>	<i>04</i>
<i>d.2) Nº médio de espécies / pés</i>	<i>07 / 79 pés</i>	<i>10 / 186 pés</i>	<i>14 / 174 pés</i>	<i>10 / 48 pés</i>
e) Hortaliças				
<i>e.1) Nº lotes que possuem</i>	<i>03</i>	<i>04</i>	<i>04</i>	<i>04</i>
<i>e.2) Nº médio de espécies / m²</i>	<i>03 / 52 m²</i>	<i>06 / 25 m²</i>	<i>08 / 77 m²</i>	<i>06 / 55 m²</i>
f) Plantas Medicinais				
<i>f.1) Nº lotes que possuem</i>	<i>03</i>	<i>04</i>	<i>04</i>	<i>02</i>
<i>f.2) Nº médio de espécies / lote</i>	<i>03</i>	<i>06</i>	<i>05</i>	<i>06</i>

Por meio da tabela constata-se que a prática do autoconsumo entre os grupos de famílias está longe de ser considerada apenas mais uma alternativa de renda para eles, já que não são apenas beneficiados com a venda do excedente produzido, mas também com a não necessidade de compra dos alimentos, uma vez que estão à disposição para o consumo familiar no quintal da casa.

Na pesquisa do MDA²⁹/FAO (2003) sobre a qualidade dos assentamentos rurais da reforma agrária brasileira, a produção de autoconsumo compõe o valor bruto da produção, ou seja, inclui-se tudo o que é produzido na propriedade e excluem-se os gastos, e assim calcula-se a renda monetária total das famílias. Ainda sobre a pesquisa, foi observado que o valor bruto da produção possui significativa relação com o valor da renda monetária familiar, o que demonstra consonância entre rendimento econômico e consumo alimentar, por isso é impossível proceder a uma avaliação individual de cada um desses fatores.

A prática do autoconsumo encontra-se muito além de constituir apenas em uma alternativa para o pequeno produtor de enfrentar a sazonalidade e a perecibilidade dos produtos colhidos; sendo que esses obstáculos são gerados pela falta de uma estrutura capaz de permitir a armazenagem dos alimentos por períodos prolongados. Desse modo, o autoconsumo representa também a cultura, isto é, o modo de vida do campo e principalmente, a autonomia da família quanto a sua segurança alimentar. E isso é repassado aos mais jovens de geração a geração e, além do aspecto produtivo, ensina-se a esses adolescentes como deve ser a relação com a natureza, ou seja, eles são preparados para estabelecer uma relação harmônica entre os sistemas de produção empregados e o meio ambiente em que vivem, para que este não seja prejudicado.

O autoconsumo também desenvolve um papel importante na rede de sociabilidade das famílias, pois com a troca de receitas entre as **comadres**, bem como a divisão das partes de algum animal que foi abatido e que normalmente o vizinho ajuda na **lida**, e ainda a troca dos ovos das galinhas entre as vizinhas; destaca-se que este caso, em especial, possui um fundo prático e verdadeiro, porque se procura evitar os cruzamentos consangüíneos de forma excessiva, e assim evita-se que as aves **afinem o sangue**, o que as torna menores e menos desenvolvidas; mas há também a troca de sementes e a doação de mudas.

Enfim, por meio desses exemplos conclui-se que há um compartilhar, cuja importância encontra-se no fato de ser uma estratégia de permanência na terra, pois são esses encontros entre os assentados que são transmitidas informações sobre a melhor forma de se realizar o plantio de determinada espécie, e sobre a necessidade ou não de poda, bem como sobre a melhor época para o plantio, dentre outros conhecimentos úteis.

Segundo ELLIS (2000) citada por GAZOLLA (2004), é por meio do autoconsumo também, que as famílias desenvolvem seu planejamento familiar em termos de

²⁹ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

aproveitamento integral ou parcial da mão-de-obra no lote, já que a garantia da subsistência torna-se a base de sobrevivência da família em uma sociedade capitalista cada vez mais competitiva.

Veja-se o que diz o Presidente da FERAESP:

“... para uma agricultura que nasce fundamentalmente da necessidade de subsistência, subsistência não só do assentado, quer dizer, quando as pessoas criticam, e olham pra subsistência como se fosse um atraso, eu particularmente entendo que a subsistência é um progresso, quer dizer, em tempos de dificuldade, em tempos de fome, um país que tem cinquenta milhões de miseráveis, que tem um governo eleito que dizia fundamentalmente que ia combater a fome, o que mostra que a fome sensibiliza... um país que vive a tragédia da miséria absoluta, então, subsistir nesse país, principalmente na classe social mais baixa em que está inserido os trabalhadores rurais, subsistir é uma vitória, subsistir com um pouco mais de qualidade de vida é uma vitória, não adianta saltar os olhos para o enriquecimento rápido, saltar os olhos para o enriquecimento ilusório e não garantir os fundamentos básicos da subsistência. Essa subsistência em primeiro lugar, tem que estar presente dentro do lote, tem que estar presente dentro da atividade econômica familiar...”

Élio Neves – Presidente da FERAESP

Outra função importante de um sistema de autoconsumo bem conduzido e diversificado, diz respeito ao pagamento de pequenos serviços não necessariamente agrícolas, que são usualmente utilizados pelos proprietários em suas propriedades e que dependem de uma mão-de-obra mais especializada (ex. pedreiro, carpinteiro e outros), o mesmo é feito, não raras vezes, com pequenos animais, grãos e hortifrutigranjeiros.

5.4- Passando em Revista os Sistemas de Produção Predominantes

Mesmo em áreas pequenas, como é o caso dos lotes do assentamento da Fazenda Monte Alegre, são passíveis de constatação diferenças significativas não apenas em relação às condições ambientais, ou seja, em relação aos recursos naturais, por exemplo, como também no que se refere às condições sócio-econômicas entre as propriedades agrícolas. Se as diferenças destacadas forem vistas sob a ótica da caracterização do solo, das variáveis climáticas, do acesso ao crédito e dos serviços públicos, talvez não sejam tão expressivas, em especial quando se analisa os lotes do Assentamento Monte Alegre. Mas, no que tange o acesso à terra, bem como ao nível de capitalização das famílias, na chegada

ao assentamento e à disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho no lote, constata-se não existir as semelhanças citadas nos itens anteriores.

Em conseqüência, as diferenças podem gerar critérios distintos de tomadas de decisões e de otimização dos recursos disponíveis. Veja-se: famílias que possuem dificuldade de disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho no lote, tendem a adotar sistemas mais extensivos de produção, estratégia esta também válida para famílias onde a restrição de área torna-se o maior impedimento para expansão de suas atividades, por isso tendem a adotar sistemas mais intensivos de produção que demandam maior quantidade de mão de obra em busca de uma maior produtividade, como é o caso das frutíferas e hortaliças.

Face às distintas racionalidades sócio-econômicas, se faz necessário reunir os agricultores em grupos ou em categorias distintas, cuja denominação é a de categorização dos produtores e dos sistemas de produção (INCRA/FAO, 1999).

Quadro 15 – Síntese dos Sistemas de Produção Predominantes

Períodos (Amostragens)	Histórico Trabalho Titular do Lote	Composição Familiar – Força de Trabalho	Acesso a Terra	Disponibilidade de Recursos Naturais no Lote (água)	Disponibilidade de Equipamentos Mecanizados	Mão de Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote	Sistema de Produção Predominante
SP 01 (1985/1986)	<i>a) 04 Agricultura</i> (02 Assalariado Temporário e 02 Assalariado Permanente)	3,50	Ocupação	03 Lotes	02 Lotes	02 Lotes	CA + FR + HT + BV + AC
SP 02 (1991/1994)	<i>a) 02 Agricultura</i> (01 Arrendatário/Meeiro) <i>b) 01 Indústria</i> <i>c) 01 Serviços</i>	4,68	Ocupação	02 Lotes	01 Lote	03 Lotes	FR + HT + BV + AC
SP 03 (1997/1998)	<i>a) 01 Agricultura</i> <i>b) 01 Indústria</i> <i>c) 00 Comércio</i> <i>d) 02 Serviços</i>	3,56	Ocupação	01 Lote	02 Lotes	04 Lotes	HT + PC + AC
SP 04 (2002/2003)	<i>a) 02 Agricultura</i> <i>b) 02 Serviços</i>	3,56	Lista Espera	02 Lotes	00 Lote	01 Lote	CA + PC + AC

Legenda:

- **SP:** Sistemas de Produção
- **CA:** Culturas Anuais (destaque para arroz, milho e mandioca)
- **FR:** Frutíferas (destaque para citros e manga)
- **HT:** Hortaliças (folhas, raízes e tubérculos)
- **PC:** Processamento
- **BV:** Bovinocultura de Aptidão Mista (Carne e Leite)
- **AC:** Autoconsumo

Ao ser realizada a análise dessas categorias de sistemas produtivos, norteados pelo período de entrada das famílias no projeto de assentamento; diga-se de passagem, que os períodos apresentam diferenças relevantes, já que a importância é atribuída de acordo com as políticas de sistemas produtivos de cada estado. Por isso, algumas informações são necessárias, para que seja possível estabelecer uma reflexão sobre o assunto, sendo elas o que se segue:

- Entre os sistemas de produção identificados no quadro acima, aqueles que apresentam a maior diversidade de atividades produtivas para fins comerciais são os 1º e 2º períodos da amostragem, em que pese o maior período de tempo em que as famílias estão no assentamento em relação aos outros períodos das amostragens. Também, não se pode deixar de citar que foram os grupos de famílias que passaram por maiores dificuldades em termos do subsídio estatal, para produção e estruturação da propriedade.
- O terceiro período da amostragem, como se verificará mais adiante com maiores detalhes destaca que os grupos de famílias desse período foi quem mais receberam os maiores incentivos em infra-estrutura de produção por parte da ação estatal. Portanto, esses grupos são os que apresentam a menor diversidade de explorações agrícolas entre as famílias pesquisadas.
- Ainda, em relação às famílias componentes da amostra do terceiro período, apesar de ser a categoria em que os lotes agrícolas apresentam a menor disponibilidade de água por meio dos recursos naturais (rios, córregos, minas, etc.), o cultivo de hortaliças, que em tese seria a exploração com a maior exigência desse recurso, se apresenta como uma das principais (se não a principal) atividades comerciais da categoria. Sendo assim, a menor diversidade das explorações não se justifica pelo restrito acesso aos recursos hídricos de fontes naturais.
- O histórico de trabalho dos titulares do cadastro da primeira amostragem, 100% com passado voltado integralmente para as atividades agrícolas, sejam elas de caráter permanente ou temporário (bóias-frias), lhes propiciaram um conhecimento prático e técnico do processo produtivo. Isso contribuiu de maneira significativa; apesar de possuírem a menor força de trabalho disponível entre as amostras da pesquisa e uma das menores incidências de utilização de mão-de-obra externa aos lotes, para a conquista do mais diversificado sistema de produção identificado na pesquisa, pois se observam quatro atividades comerciais, além da produção para autoconsumo. Conclui-se então, que essa

situação contraria o atributo tendencioso de que esses trabalhadores não teriam habilidade ou **perfil** para serem assentados.

- A amostragem do segundo período deve ser reconhecida como sendo a que apresenta os titulares do cadastro com maior incidência no histórico de trabalho. Este, por sua vez, volta-se à exploração e à administração do processo produtivo das atividades agrícolas como um todo (arrendatários e meeiros). Ainda, nota-se que, não por coincidência, a amostragem do segundo período apresenta a maior força de trabalho para o desenvolvimento das atividades no lote agrícola (em média 4,68 FT/família/lote), e também apresenta a menor concentração de equipamentos mecanizados. Ressalta-se que essas características estão em consonância com a vasta literatura existente sobre a viabilidade econômica da pequena propriedade com caráter exploratório tipicamente familiar, ou seja, reduzida à utilização de equipamentos mecanizados e à otimização do aproveitamento da força de trabalho disponível.

- A adaptação e a reprodução social da família assentada neste novo universo de convivência são meios facilitadores da vida em sociedade, principalmente no que diz respeito às famílias que possuem e/ou que possuíam vínculos com a sociabilidade característica do meio rural. Esse fator é constatado porque independentemente do tipo de trabalho que a família exerceu ou ainda exerce no meio rural ela se torna referencial decisivo na recomposição de uma comunidade, pois traz com ela, mesmo que adormecidos, os códigos tradicionais da economia moral, da ética de subsistência e das relações verticais e horizontais usadas como estratégia de sobrevivência (famílias do 1º e 2º períodos respectivamente).

- As famílias componentes da 4º amostragem, apesar de terem o acesso à terra de forma diferenciada dos outros núcleos, pois o acesso deu-se por meio de comissão de seleção e de lista de espera, em substituição a famílias desistentes, e não pelo desgastante processo de acampamento na ocupação da área, já que esta possui, em sua maioria, titulares de cadastro com histórico de trabalho desenvolvido em atividades agrícolas. Uma melhor observação do comportamento desse grupo foi prejudicada pelo pouco tempo de estadia no assentamento dessas famílias (em torno de um ano). Mesmo assim, sem nenhum fomento de apoio inicial à produção no sistema de processamento de produtos, iniciam-se as atividades agrícolas comerciais, que prometem ser promissoras.

- Todas as amostragens consideradas na pesquisa, mesmo aquelas do 4º período em que estão no assentamento há menos de um ano, apresentaram um consistente e

surpreendente sistema de produção voltado para o autoconsumo familiar. Menciona-se que são observadas, em quase todos os lotes pesquisados da amostragem, disponibilidades de carboidratos (grãos), proteínas (carnes, lácteos), vitaminas e sais minerais (frutas e hortaliças) e gorduras (de origem animal e vegetal), salvo algumas poucas exceções. Tais observações são altamente positivas, porque influenciam o bem estar e a qualidade de vida dos assentados, no mais, deve ser considerada a economia do capital familiar, em virtude da não-necessidade de compra dos produtos disponíveis no lote. Há também uma outra atividade merecedora de destaque, existente no sistema de produção para autoconsumo, que são os cultivos de plantas medicinais, muito utilizadas tanto na medicina preventiva, quanto nos costumes e cultura do homem do campo.

- Foram constatadas também, algumas dificuldades de adaptação pelas famílias componentes do 3º período da amostragem, em consequência da reprodução social delas. Isso porque apesar de ser um dos grupos que apresentam a menor diversificação de atividades agrícolas de produção comercial, foi o que mais recorreu à utilização de mão-de-obra externa à propriedade (100%) para conduzir seus sistemas de produção. A justificativa para o uso de força de trabalho externa encontra-se no fato de que a cultura de hortaliças exige cuidados intensivos, o que requer uma grande quantidade de mão-de-obra.
- As culturas anuais que aparecem na composição dos sistemas de produção predominantes, identificados no quadro analítico (SP 01 e SP 04), foram arroz, milho e mandioca, sendo que as duas últimas apresentaram um grande aproveitamento na alimentação animal. No quadro das frutíferas, o destaque é para a cultura dos citros e da manga (SP 01 e SP 02). Em relação aos sistemas de processamento de produtos primários (SP 03 e SP 04), como o leite, constatou-se que é utilizado na fabricação de doces, queijos, coalhadas; e as frutas são aproveitadas na produção de doces em caldas e em pastas, de geléias, e de doces cristalizados.

Vale destacar também uma outra estratégia encontrada pelas famílias para permanência na terra, que são as fontes de renda externas ao lote agrícola, provenientes das práticas agrícolas e/ou não-agrícolas das comunidades residentes no meio rural. Essas fontes resultam da prática da **pluriatividade** dos assentados e, portanto, constituem **múltiplas fontes de renda** deles. Nota-se que essas fontes externas encontram-se no foco das recentes transformações da agricultura brasileira, sendo que elas são uma forte referência no documento “Novo Mundo Rural”.

5.5- Caracterizando as Explorações Agropecuárias

Por meio da análise dos dados coletados junto às famílias selecionadas para as amostragens da pesquisa, constata-se pelos números a imensa dificuldade que elas enfrentam para permanecerem na terra, apesar de toda a exposição da mídia sobre as realizações governamentais quanto ao aumento e à disponibilidade de recursos para os agricultores familiares, no que se refere ao **acesso ao crédito** para viabilizar as atividades com fins comerciais.

Quanto ao crédito de investimento destinado a essa classe de agricultores, antes denominado como Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA (até 1999), e agora sob o rótulo de Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF é inconcebível que a família após o ressarcimento dos recursos tomados (quitação do financiamento), não possa mais ter acesso ao crédito nas mesmas condições de juros e bônus de adimplência previstos nas normas do programa. Isso porque, caso o produtor realize o pagamento integral dos recursos financiados, ele terá **novas normas** com juros maiores e, portanto, menores subsídios para acessar novamente o crédito de investimento (esse é o incentivo governamental aos bons pagadores!?).

Ao se considerar que a obtenção do teto máximo de crédito de investimento com os maiores subsídios junto ao PRONAF, seja de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo apenas R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) liberados ao pequeno produtor, R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) é destinado ao órgão responsável pela assistência técnica ao produtor, é consenso entre os governantes brasileiros que R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) sejam suficientes para a estruturação produtiva do agricultor, a tal ponto de ser dispensável o acesso a novos recursos com subsídios no reembolso. Em um país onde toda parafernália produtiva do meio rural (equipamentos, máquinas, implementos, insumos, fertilizantes etc...) são cotados diariamente pelo dólar, parece pouco racional as normas atuais vigentes da política de créditos.

A situação torna-se ainda mais crítica quando se passa a analisar a obtenção do **crédito de custeio** pelas famílias. Entende-se por crédito de custeio os recursos consumidos pelo produtor para viabilizar sua produção anual (preparo de solo, plantio, adubos, colheita, etc...). Esse crédito que deveria ser disponibilizado anualmente para as famílias, cujo valor médio atualizado é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), foi acessado por elas, sendo que a dificuldade em obtê-lo demonstra a descontinuidade do projeto estatal voltado para a disponibilidade de assentamentos rurais. Isso fica evidenciado também pelos números, **uma vez que as famílias conseguem obter o crédito de custeio** em uma a cada

4,5 safras agrícolas no grupo do primeiro período, uma a cada 3,0 safras agrícolas no grupo do segundo período e uma a cada 2,5 safras agrícolas no grupo do terceiro período da amostragem.

Se isso não bastasse, ainda há o fato de que a disponibilização destes recursos às famílias, quando acontece, ocorre em períodos inadequados e até irracionais sob o ponto de vista agrônomo. Como citado acima, o tempo certo de disponibilizar os recursos necessários para o plantio das culturas, é o que antecede o início da estação chuvosa, esta por sua vez ocorre nos meses de outubro e novembro. No entanto, a liberação desse crédito às famílias, em todas as situações pesquisadas, aconteceu no mês de dezembro; nesta época as culturas já deveriam estar plantadas há pelo menos 15 - 30 dias, pois é neste período que vai ser iniciada toda operação de preparo do solo e finalmente o plantio.

Devido a esse fator, as possibilidades de frustração de safra, ou seja, plantio atrasado, e inadimplência bancária encontram-se muito acima das previsões mais pessimistas, principalmente por ser a agricultura uma atividade extremamente dependente de fatores climáticos, como temperatura, precipitação pluviométrica, intensidade de luz, etc.

Apesar de toda essa problemática como lentidão, ineficácia, instabilidade e descontinuidade, ainda há um outro fato que deve ser levado em consideração: o de que o atual sistema de crédito ao pequeno produtor, incentiva a adoção de sistemas de produção exógenos, o que significa que o pequeno agricultor é muito dependente de energia externa para a operacionalização da agricultura, como por exemplo, de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos, entre outros; além disso, o produtor de pequeno porte encontra-se subordinado a canais de processamento e de comercialização das grandes agroindústrias.

Porém, com a implantação da feira do pequeno produtor no município de Araraquara no ano de 2002, esses problemas foram reduzidos de modo significativo. Ela surgiu de uma parceria entre a Fundação ITESP (organização da produção e assistência técnica), a Prefeitura Municipal de Araraquara (local, transporte, fiscalização) e as Famílias Assentadas (produção, comercialização), sendo que elas vêm uma vez por semana à cidade de Araraquara para venderem seus produtos (hortaliças, frutíferas, pães, doces, artesanatos, etc...). O sucesso da feira se deve ao fato de que a população, de uma forma geral, tem simpatia pelos produtos originários da reforma agrária, por isso esse evento tornou-se um canal de comercialização de significativa importância para as famílias produtoras (se não o mais importante).

Todavia, sabe-se que iniciativas como essas, estão longe de sua simples concretização, porque envolvem ações de fundamental importância, as quais devem ser executadas, são elas: a capacitação de famílias, a ordenação da produção, a infra-estrutura de apoio, os equipamentos, a produção estável e de qualidade, o transporte, dentre outras. Nota-se, que tudo isso define as contrapartidas de cada parceiro e, acima de tudo, se houver vontade política para realização do projeto, as perspectivas de estratégia de permanência na terra são positivas.

Exemplo como o da cidade de Araraquara, resulta de parcerias bem sucedidas, com custo relativamente baixo e com resultados excepcionais, por isso deveria ser seguidos por outros municípios, como forma de incentivo à pequena produção e, também como alternativa viável para o fortalecimento da agricultura familiar e para a permanência do homem no campo.

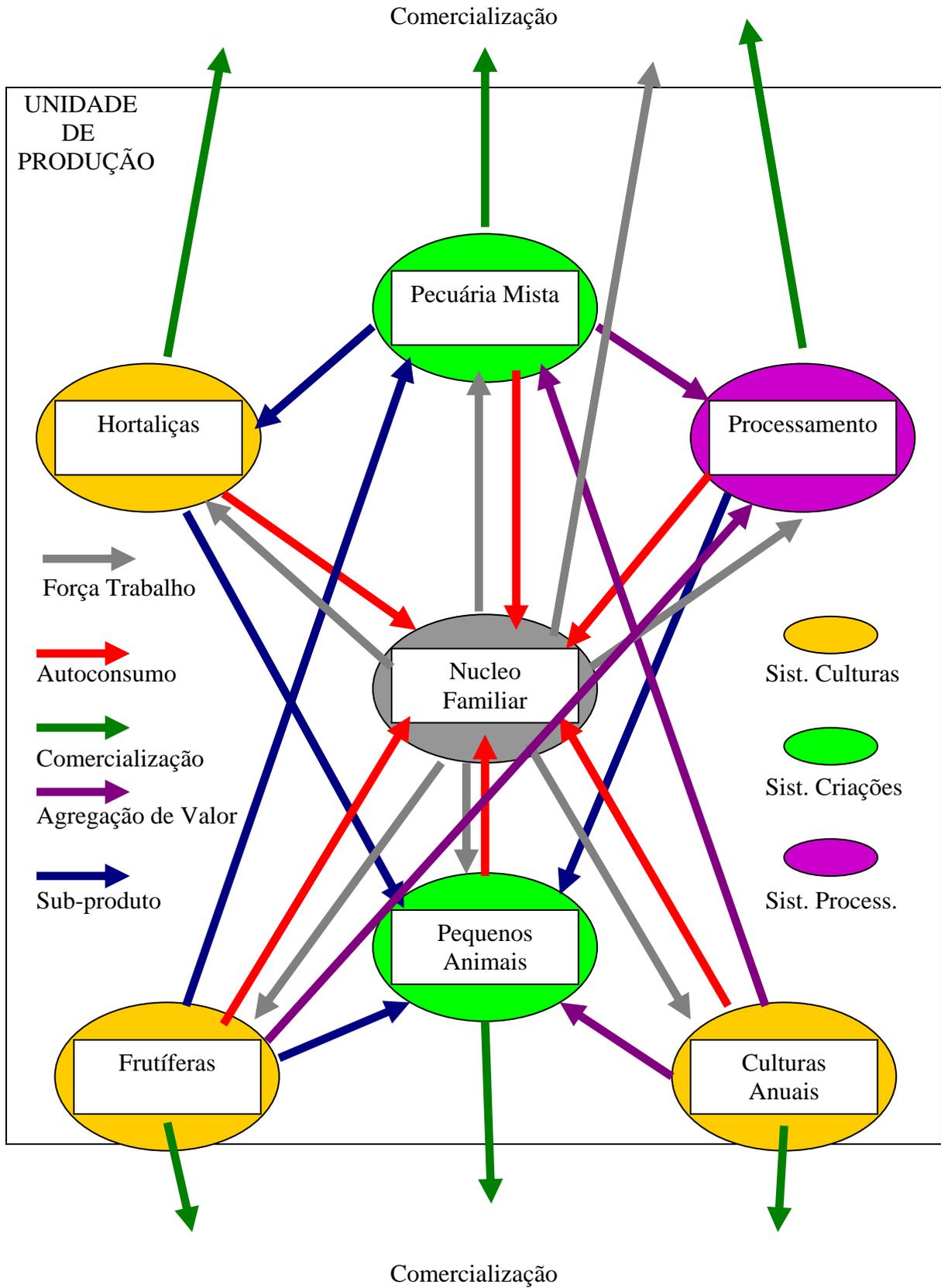
Outro tópico importante e que merece ser mencionado, diz respeito ao potencial a ser explorado pela **assistência técnica e extensão rural**, relacionado à implementação de práticas agrícolas pelos produtores, o que contribuiria muito para iniciar um processo de recuperação do solo, tão **castigado**, devido ao cultivo centenário de eucalipto na área. Assim, é neste campo, da construção de uma nova assistência técnica, mais participativa, de maior confiança e cumplicidade entre técnicos e produtores, é que deve ser construído o complexo e sinuoso caminho para a massificação de técnicas simples e de baixíssimo custo, a qual determinará a viabilidade futura das complexas políticas de arranjos e rearranjos locais e regionais.

“... à medida que jogam para dentro do assentamento única e exclusivamente a relação mercadológica, desenvolvimentista barata, pobre do ponto de vista apenas do desenvolvimento, entendem desenvolvimento apenas do ponto de vista do ganhar dinheiro a qualquer custo, a medida que joga isso se joga para as famílias de trabalhadores, sistemas produtivos, altas tecnologias sem que as pessoas tenham se quer alcançado o básico... procura-se jogar para dentro do assentamento, semente da melhor qualidade adquirida de grandes empresas, o que implica em pacotes tecnológicos mais avançados para as pessoas que não sabem ler e escrever, quer dizer, se discute e se receita adubação e defensivos com a mais alta tecnologia, mas as pessoas não sabem ler... então você começa dando um choque que não vai levar a lugar nenhum... é preciso que o poder público, antes de mais nada, respeitasse e convivesse com o universo dos trabalhadores, esse choque do poder público que o estado deu e continua dando dentro do assentamento é que é nocivo...”

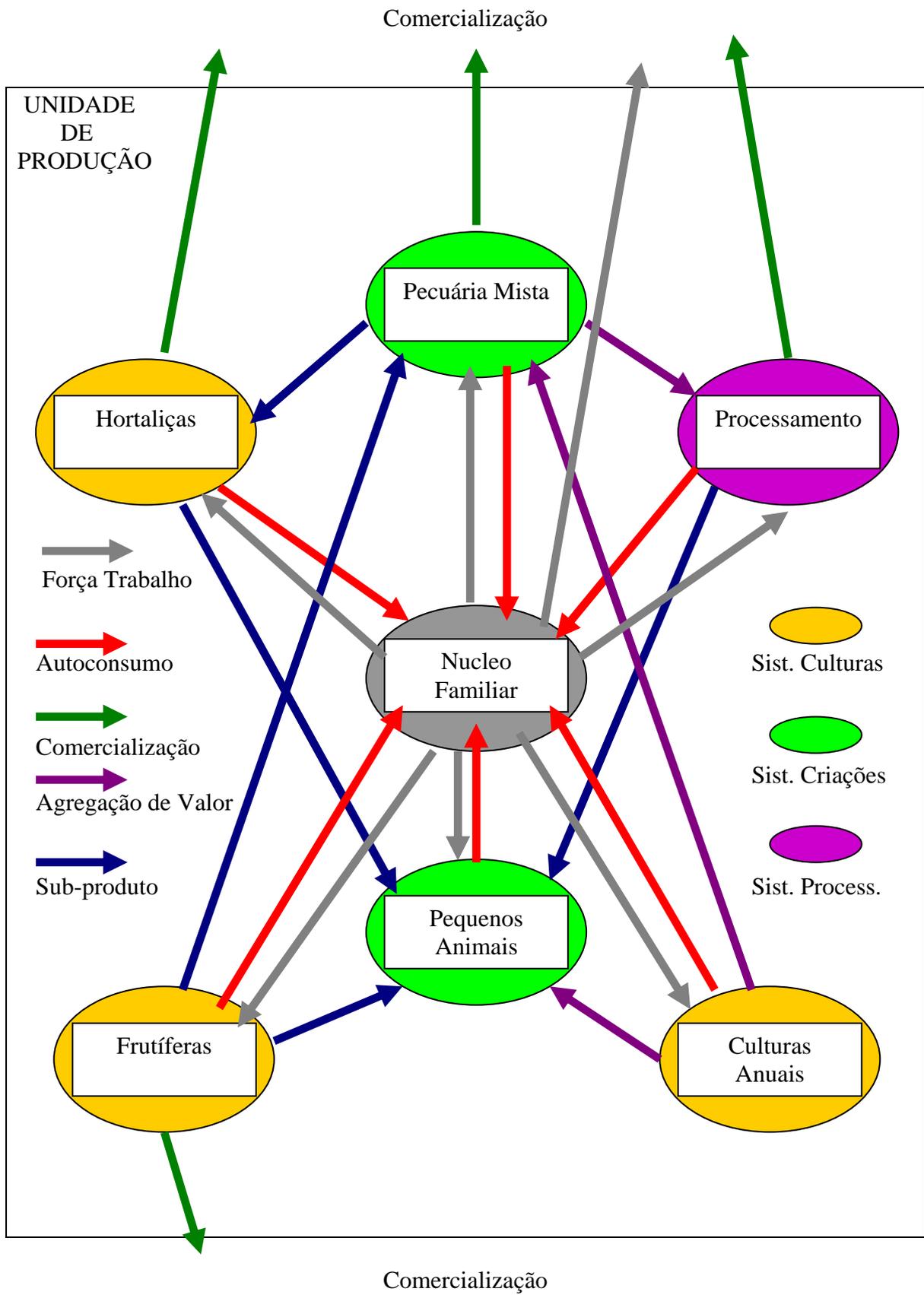
Elio Neves – Presidente da FERAESP

5.6- Representação Gráfica dos Sistemas de Produção Predominantes

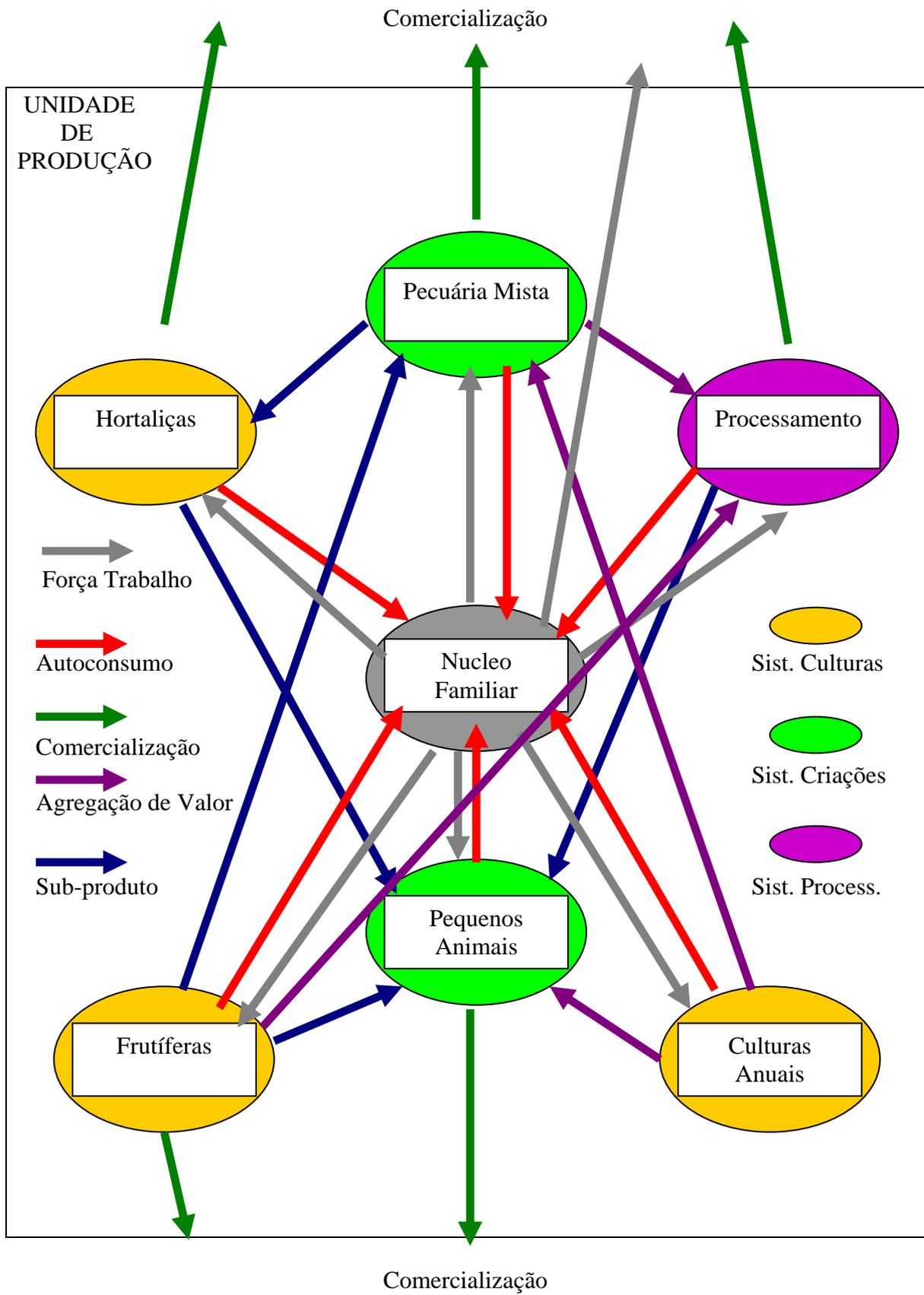
✓ Amostra 01 – Primeiro Período (1985/86)



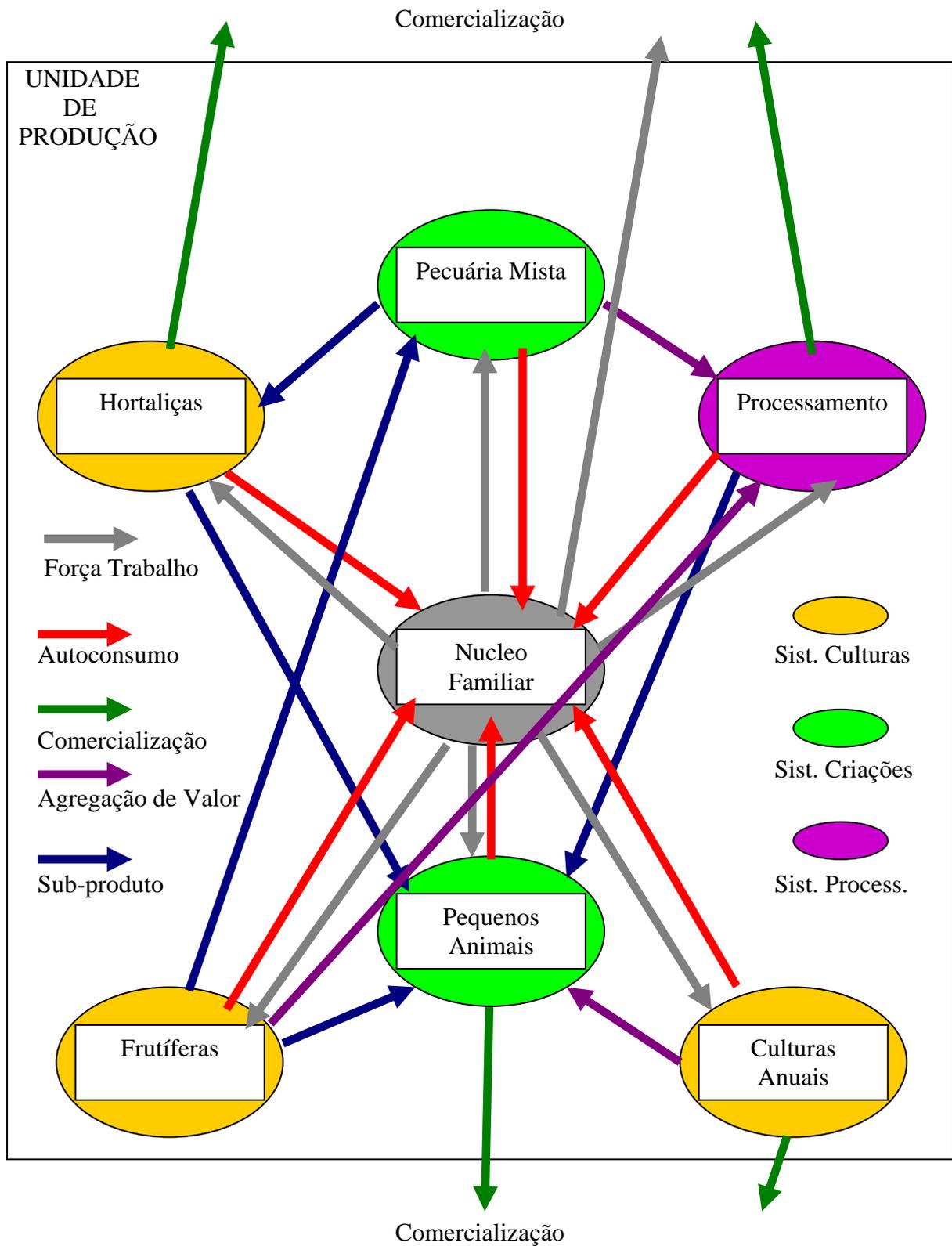
✓ Amostra 02 – Segundo Período (1991/94)



✓ Amostra 03– Terceiro Período (1997/98)



✓ Amostra 04 – Quarto Período (2002/03)



Neste capítulo procurou-se mostrar, em cada campo da pesquisa, como se caracterizam os sistemas de produção predominantes em suas respectivas amostragens.

Desse modo, constatou-se: diversidade de explorações, de acordo com a força e histórico de trabalho pelas famílias; a forma de organização do trabalho interno no assentamento; o acesso a recursos externos; as culturas para fins comerciais e para fins de autoconsumo e; os tipos de produtos processados nos lotes, os quais constituem o objeto de análise, e que possibilita identificar **como ou de que forma as coisas acontecem**.

No próximo capítulo, procurar-se-á conhecer as estratégias adotadas pelas famílias para se manterem no projeto de assentamento, mesmo com escassos recursos externos como demonstrado no item 4.8 desta dissertação. As estratégias serão analisadas sob os aspectos familiar, produtivo e político. Dessa forma, serão possíveis de serem encontradas algumas respostas sobre **o porquê das coisas que acontecem**, já que nem sempre estão em consonância com as técnicas agronômicas recomendáveis, bem como com as especificidades características da política governamental de acesso à terra, isto é, à implantação de projetos de assentamentos rurais.

VI- ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA: O FUTURO INCERTO DOS ASSENTAMENTOS.

Neste capítulo procura-se identificar; por meio das quatro amostragens da pesquisa, escolhidas pela diferenciação, ou seja, escolhidas em períodos distintos com relação às políticas agrárias, econômicas, sociais, de créditos, dentre outras; como as famílias passaram ou como elas estão passando pela adaptação no projeto de assentamento, que envolve diversos fatores como a convivência em grupo, as produções de autoconsumo comercial, etc. Salienta-se que as adaptações das famílias no projeto de assentamento, estão relacionadas à **“capacidade de manejar recursos escassos e bens limitados, em um novo contexto de vida e em situações de pouca liberdade de escolha e grande dependência”** (ANTUNIASSI et. al; 1993, p.126), sendo assim, as famílias lutam pela sobrevivência na terra, para isso procuram por alternativas eficientes para permanecerem nela. Tais alternativas implementadas pelas famílias do projeto do assentamento Monte Alegre em seus distintos períodos são analisadas, sob o ponto de vista de:

(...) Um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais, por mais descontraídas que pareçam aos olhos do observador. Entende-se que essa linha condutora se refere à dimensão racional das pessoas e não se reduz à racionalidade econômica.

(ANTUNIASSI et. al, 1993, p.126)

Entretanto, é preciso observar que este trabalho não tem por objetivo estabelecer a análise, a identificação e a apresentação de todas as dimensões de racionalidade econômica das famílias no assentamento. A lógica camponesa de produção se distingue da lógica capitalista por não visar **apenas** à redução dos custos e à otimização dos lucros, mas por considerar também o grau de penosidade do trabalho desenvolvido, o bem estar da família e a manutenção da propriedade da terra (FERRANTE, 2000).

No caso analisado, apesar do cercamento das usinas em relação aos assentados, e também do investimento crescente na cana, a lógica das necessidades não foi esquecida. Ainda, soma-se a esses obstáculos, presentes na vida das famílias assentadas, a identificação da renda em modelos de agricultura com sistemas de produção predominantemente familiares. Isso porque a identificação da renda é complexa e passível de grandes equívocos; devido a problemas metodológicos ou à predisposição em desqualificar o modelo de produção empregado sob a ótica da economia em escala. Fatores

como a **complexidade do cálculo dos custos de produção**, são realidades presentes na vida dos assentados, e são ocasionados tanto pela falta de hábito em fazer esse tipo de controle, quanto pela falta de capacitação ou ainda pela falta de interesse das famílias agrícolas.

Ressalta-se também, que há várias formas **de ingresso monetário** no sistema de produção, como: **diversidade da comercialização dos produtos**, os quais podem ser vendidos como matéria-prima e/ou como produtos processados; **valorização do profissional pela diária de trabalho**, que pode ocorrer por meio da contratação de assalariados externos e; **a utilização de relações informal-comunitárias de trabalho**, como a troca de informações na execução das práticas agrícolas. Então, muitas são as formas de cooperação que os assentados encontram para viabilizarem suas práticas agrícolas, pois além das possibilidades acima destacadas, ainda podem realizar diárias, isto é, a troca de dias, na execução das tarefas agrícolas, bem como mutirões, e outras formas que reduzem ou substituem a necessidade de pagamento em dinheiro, o que altera de modo significativo os custos da produção (FERRANTE, 1999).

Assim, tendo em vista, principalmente, as dificuldades financeiras encontradas pelas famílias agrícolas, serão analisadas, a seguir, as alternativas de permanência na terra, sob o ponto de vista das estratégias utilizadas por elas, nos quatro períodos distintos das amostragens, as quais constituem o corpo da pesquisa. Nota-se que as estratégias estão classificadas de acordo com os seguintes aspectos:

a) Estratégias Familiares: estratégias relacionadas às atividades dos componentes familiares ou à força de trabalho empregada de modo direto ou indireto no processo produtivo, seja ela de caráter integral ou temporário.

b) Estratégias de Produção: estratégias relacionadas ao processo produtivo, como as formas de produção empregadas, a diversidade da produção, a produção comercial ou de autoconsumo, os canais de comercialização e outras.

Como será constatado a seguir, por meio de uma análise minuciosa das estratégias de permanência na terra, desenvolvidas pelas famílias dos quatro grupos da amostragem, nota-se que elas buscaram uma forma de complementar suas necessidades de sobrevivência, com outras fontes de rendas externas à propriedade. Isso pode ser compreendido por dois fatores; **características das economias locais** e **características internas das famílias**.

No que se refere às características das economias locais, elas são devidas à proximidade do assentamento Monte Alegre, que se encontra a 25 km de Araraquara e a 10

km de Matão, ou seja, ele se encontra próximo a dois dos mais importantes parques agroindustriais do país, no que diz respeito ao agronegócio de exportação (suco concentrado, açúcar, álcool e equipamentos agrícolas). Esses dois parques agroindustriais são ávidos pela captação de mão-de-obra de baixo custo, a qual se encontra nos lotes do assentamento e, portanto, torna-se difícil para os pais manterem seus filhos no trabalho do lote, já que as agroindústrias da região contratam a mão-de-obra disponível nele. Porém, isso não significa que a complementação da renda familiar não retorne ao lote na forma de investimentos em infra-estrutura ou sob a forma de custeio de explorações agrícolas.

Outro fator importante a ser considerado, diz respeito **às características** internas **das famílias** do Assentamento Monte Alegre, quanto à disponibilidade de mão-de-obra com idade e minimamente capacitada para adentrar no mercado de trabalho ligado às agroindústrias da região. Esse fator deve-se às dificuldades encontradas pelos progenitores para a exploração das atividades agropecuárias no lote, inerentes à atual política agrícola do país referente à pequena produção, por isso eles não fazem nenhuma objeção à ida de seus familiares para a cidade, ao contrário, incentivam, já que é uma forma de aumentar a renda. Portanto, a atração (*pull factors*) exercida pela economia local e a silenciosa expulsão (*push factors*) da mão-de-obra do processo produtivo dos lotes agrícolas caracterizam esse fenômeno da agricultura moderna.

6.1- Primeiro Período (1985-1986)

Este período recebeu o primeiro grupo de famílias, que passaria a constituir o projeto de Assentamento Monte Alegre. A totalidade das famílias da amostragem deste período possui histórico de vida voltado à agricultura, metade delas ligadas ao trabalho temporário nas lavouras de cana de açúcar e laranja da região de Araraquara, Matão e Motuca, portanto caracterizam os chamados **bóias-frias**.

Nas políticas governamentais, o período marca a retomada do governo democrático, em que a proposta da reforma agrária estava fundamentada no Estatuto da Terra, e a meta era a de assentar 1,4 milhões de famílias em 15 milhões de hectares. A reação da bancada ruralista no congresso foi imediata e as desapropriações por interesses sociais foram substituídas pelas desapropriações em terras públicas ou foram substituídas sob a forma negociada, o que permitiu aos ruralistas receberem indenizações das piores áreas de suas propriedades. Os ruralistas então, passaram a considerar imóveis com alta incidência de arrendatários, parceiros, meeiros como produtivos. Sendo assim, essa é considerada a forma mais arcaica de relações de trabalho entre patrões e pequenos produtores. Como

resultado dessa política, nos períodos de 85-89, foram assentadas 82.000 famílias, quer dizer que pouco mais de 5% do programa foi implementado (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

Nesse grupo podem ser identificadas, de acordo com o diagnóstico apresentado no capítulo anterior, as seguintes estratégias das famílias para permanência na terra;

6.1.1- Estratégias Familiares

a) Características do Trabalho dos Filhos no Lote: quase dois terços da força de trabalho dos filhos no lote são de caráter parcial ou nulo, ou seja, filhos com idade acima de 10 anos realizam atividades paralelas, em tempo parcial ou total, fora da propriedade. A pesquisa de campo demonstrou que o trabalho dos filhos é caracterizado, em sua maioria, como parcial, o que se explica porque os filhos prestam serviços para a agroindústria canavieira da região, na fase específica do processo produtivo da lavoura de cana-de-açúcar, as chamadas atividades temporárias (ex. corte e colheita da cana).

A atividade é favorecida pelo fato de ocorrer predominantemente nos meses de maio – agosto, período de entressafra das principais explorações agrícolas existentes no projeto de assentamento, tais como as culturas anuais (grãos e hortaliças) e perenes (frutíferas). Então, devido à proximidade do assentamento com as agroindústrias da região, a empresa tem a possibilidade de adquirir mão-de-obra com custo mais baixo e, em contrapartida, as famílias complementam sua renda durante o período de entressafra.

Desse modo, é possível observar que o trabalho dos filhos no lote pouco contribui para a constituição da força de trabalho total da propriedade, quer dizer, apenas um a cada três filhos desenvolvem atividades de forma integral no assentamento. Isso tem relação com o fato de os titulares do cadastro desta amostragem, serem aqueles em que se identificou o período mais significativo do histórico de trabalho, voltado para atividades agrícolas, nas quais predominam a subordinação, ou seja, os assalariados.

Há de se ressaltar ainda, que esse fator influencia, de forma direta, na educação dos filhos, pois os pais procuram, ao máximo, evitar que o passado de subordinação e exploração pelo poder do capital se repita no futuro de seus filhos. Assim, é nesta amostragem que ocorre talvez, de forma mais incisiva, os maiores incentivos dos pais para que seus filhos busquem nos estudos ou em outra atividade, não necessariamente agrícola (fora do assentamento), a independência econômica por meio do próprio trabalho.

b) Mão-de-Obra Não Familiar Utilizada no Trabalho do Lote: nos lotes desta amostragem, metade deles fazem uso de alguma forma de mão-de-obra não-familiar na

condução das atividades agropecuárias trabalhadas no lote. As atividades que mais demandam este tipo de aporte são aquelas que necessitam de uma maior intensidade em curto espaço de tempo (ex. capinas e colheitas), e também aquelas que precisam de um certo grau de especialização da mão-de-obra, como é o caso de pequenas construções e reformas de benfeitorias comuns em propriedades rurais (cercas, poço, galpões, depósitos, e outras). Neste grupo as formas mais utilizadas estão diversificadas em pagamento de diárias, troca de dias de serviço e assalariamento temporário da mão-de-obra. Apesar de não ser uma alternativa apreciável para muitos, a intensificação de cultivos que exigem uma maior demanda de mão-de-obra, como por exemplo, o caso do cultivo de hortaliças, praticamente direciona os produtores a recorrerem a essa alternativa.

“... isso nunca compensou aqui dentro, mas agora com a horta, estou vendo que vou precisar...”

José Jorge Leite, assentado na área IV da Fazenda Monte Alegre

c) Fontes de Renda Externas ao Lote: este conjunto de famílias da amostragem mostra que, além das estratégias utilizadas por estas famílias na composição da renda da propriedade, existe a valorização da conquista da terra. Neste grupo, a totalidade das famílias possui algum tipo de complementação de renda externa à propriedade, sendo metade delas fontes provindas do trabalho permanente ou temporário dos moradores do lote nos complexos agroindustriais da região³⁰, onde está inserido o projeto de reassentamento.

O trabalho externo de membros das famílias para ajudar a compor a renda familiar da propriedade, longe de mostrar algum constrangimento por parte dos assentados em falarem sobre esta situação, que talvez pudesse ser interpretada como fracasso em termos de exploração da produção agropecuária nos lotes, é valorizado. Portanto, é com satisfação que os familiares assentados expõem sua luta para permanecerem na terra; a respeito disto veja-se abaixo o depoimento de um morador do lote:

“ ... foi uma vida sofrida por chegar (no assentamento) só com a roupa do corpo e a coragem, mas com o passar do tempo, os filhos foram se formando para poder ajudar....., o sonho está realizado”

Luiz Pereira, assentado na área I da Fazenda Monte Alegre.

³⁰ Indústrias sulcroalcooleiras e sucos de frutas concentrado nos municípios de Araraquara, Matão e Motuca-SP.

Assim, tendo como norte esse depoimento, é possível perceber que a satisfação das famílias em estarem no projeto de assentamento vai muito além das produções/frustrações de safras, da escassez dos financiamentos agrícolas, dos incentivos das políticas governamentais, enfim, o foco está na luta pela sobrevivência e conquista da reprodução familiar; veja-se o que afirma um outro morador do assentamento:

“ ... de 85 até agora, ficar aqui com todas as dificuldades de um pai de família, com cinco filhos é uma conquista, precisa ter muita vontade mesmo”

Juarez Gabriel da Silva, assentado na área I da Fazenda Monte Alegre.

Então, conclui-se que a resistência às dificuldades apareceu associado à valorização do conjunto, sendo a terra representada como o canal legítimo de reprodução de sua família.

6.1.2- Estratégias de Produção

a) Processamento de Produtos no Lote: aqui, não se pode deixar de enaltecer a importância do trabalho das mulheres, como no modelo de produção familiar teoricamente idealizado pela literatura e longe de ser aceito pelos produtores, mas é implementado na prática pelo modelo atual de assistência técnica e extensão rural, atuante nos projetos de assentamentos rurais do governo estadual. Nesta atividade, 75% (setenta e cinco por cento) das propriedades processam algum tipo de produto no lote, cuja atividade é exercida por mulheres (esposas e filhas), que produzem lácteos (queijos, doces) ou frutíferas (doces).

Frisa-se que o processamento de produtos surgiu da necessidade de otimização da mão-de-obra disponível nos lotes, tendo em vista as dificuldades do acesso ao crédito, poucos incentivos governamentais e outros motivos que não serão detalhados, mas que, de alguma forma, tiveram consequência benéfica no que se refere à importância da diversificação das atividades produtivas e ao aproveitamento integral do trabalho feminino na propriedade rural. Nesse sentido, geralmente são os filhos homens que saem para a cidade em busca de uma **vida melhor** consequentemente, com o objetivo de melhorar a vida da família no campo, as filhas mulheres ficam com a tarefa de ajudar a mãe nas atividades domésticas e, quando muito, cuidar da horta doméstica e zelar pelas criações de pequenos animais destinados ao autoconsumo familiar.

Por fim, resalta-se que da totalidade de propriedades que processam algum tipo de produto no lote, 75% (setenta e cinco por cento) delas o fazem para fins comerciais, o que

é de fundamental importância para agregação de valor ao produto final, além disso os produtos processados contam com a simpatia da grande maioria da sociedade (capital social), já que são provenientes da política de reforma agrária nacional, o que facilita a comercialização.

b) Diversificação da Produção: desde os primeiros tempos da implantação das áreas iniciais dos reassentamentos da Fazenda Monte Alegre (áreas I e IV), a monocultura em regime de produção coletiva implementada com a anuência da assistência técnica estatal foi a grande responsável, devido às seguidas frustrações de safra, pelo endividamento das famílias junto às instituições bancárias. A partir daí, quando as famílias conseguiram sua **independência**, no sentido de poder escolher o que e como plantar em seu próprio lote, a diversificação das atividades produtivas para fins comerciais foi se consolidando nas propriedades.

Devido a incentivos da política estatal, em meados dos anos 80, para implantação de pomares comerciais (mudas e crédito subsidiado pelo PROCERA³¹), a fruticultura foi e ainda continua a ser nos dias de hoje uma das principais explorações agrícolas para fins comerciais. Com o passar dos anos, e em virtude das dificuldades de acesso ao crédito subsidiado (única forma de crédito passível de acesso a esta categoria de trabalhadores rurais) as famílias buscaram formas de diversificar as atividades produtivas com explorações que proporcionassem rendimentos em períodos menores³², que estivessem menos dependentes das políticas de preços do mercado e que também apresentassem melhor liquidez no momento de comercializar a produção.

Em consequência da diversificação das atividades, passou-se a presenciar nos lotes a bovinocultura mista, pela sua elevada liquidez de comercialização no mercado; e o cultivo de hortaliças, devido ao curto ciclo de produção, além de permitir a abertura de canais de escoamento de modo direto ao consumidor.. Entre os lotes pesquisados nesta amostragem, 50% (cinquenta por cento) possuem 03 (três) ou mais atividades de exploração agrícola para fins comerciais e os outros 50% (cinquenta por cento) restante dos lotes possuem, pelo menos, 02 (duas) atividades agrícolas de exploração para fins comerciais.

³¹ Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

³² A fruticultura por exemplo, propicia apenas uma colheita comercial no ano o que expõe muito os produtores a riscos de perda de rendimentos, tais como preços baixos, frustrações de safra e outros.

c) Produção de Autoconsumo – Segurança Alimentar: pelo fato de ter sido aplicada a pesquisa de campo e também por se ter trabalhado com as famílias assentadas por meio da assistência técnica e extensão rural, desenvolvida pelo governo estadual nos projetos de assentamento rurais do estado de São Paulo, foi uma surpresa este item da pesquisa, no que se refere à grande diversificação e disponibilidade de produtos *in natura* ou já processados para o consumo familiar. Vale ressaltar, que todos os dados encontram-se no item 12. deste trabalho; salienta-se também que metade das famílias deste grupo são auto-suficientes na produção de grãos (feijão ou milho); 75% delas realizam algum tipo de processamento de produtos lácteos nos lotes; além do mais, a totalidade dos lotes possuem, no mínimo, uma fonte de proteína animal, como aves, disponível para o próprio consumo, ainda vale lembrar que os moradores dos lotes são auto-suficientes em frutíferas e hortaliças.

Pesquisa realizada pelo ITESP sobre produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, traz dados significativos sobre a importância do autoconsumo na vida dos assentados. A pesquisa vai ao encontro da hipótese defendida nesta dissertação de mestrado, qual seja: as estratégias dos assentados não podem ser compreendidas sob a ótica da valorização capitalista. Isso porque as estratégias de segurança alimentar precisam ser compreendidas no interior das múltiplas dimensões, que se fazem presentes no novo modo de vida, que por sua vez é compreendido como um espaço de articulação de políticas, valores e tradições, e o autoconsumo compõe este espaço, à medida que faz parte das estratégias dos assentados para permanecerem na terra.

Outro aspecto importante, mas que é raramente observado no dia a dia do trabalho da assistência técnica, diz respeito às espécies de plantas cultivadas com finalidade medicinais, para uso das famílias. Nesta amostragem, a média de espécies presentes em todos os lotes foi de 3,5 (três e meio) espécies, dentre elas, destacam-se carqueja, boldo, confrei e erva cidreira. Frisa-se que o cultivo de plantas medicinais não apenas reduz os gastos com medicamentos para patologias mais leves, como também ajuda a evitar certas doenças, pois as plantas atuam no organismo de forma preventiva e natural. Estas últimas informações, apesar de serem subestimadas em muitas análises voltadas para a discussão de que os assentamentos devem ser modelos de eficiência e de produtividade, têm importância fundamental na inteligibilidade do que significa viver na e da terra.

6.2- Segundo Período (1991-1994)

As famílias que foram contempladas com lotes nos projetos de assentamentos rurais neste período, marcado pelo governo de Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1994),

presenciaram as modificações internas que se deram no órgão até então responsável pela implantação da política agrária do estado, ou seja, o Departamento de Assuntos Fundiários.

Conforme esclarece (BARONE, 2002), a principal mudança que ocorreu foi nas diretrizes da instituição, pois houve a transferência de poderes do Departamento de Assuntos Fundiários, que até então estava subordinado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo para a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do governo estadual. Assim, em meio a essas mudanças, nasceu o Instituto de Terras do estado de São Paulo – ITESP – este passou a ser o órgão responsável pela implantação e condução da política agrária no estado de São Paulo.

Ressalta-se, que também ocorreu uma significativa alteração no quadro de funcionários do novo órgão, pois houve a contratação de técnicos por meio de uma prestadora de serviços do Banco do estado de São Paulo (BANESER – Banespa Serviços Técnicos e Administrativos), o que praticamente duplicou o quadro de funcionários, os quais anteriormente eram contratados por diversas empreiteiras terceirizadas, que forneciam mão-de-obra para o governo paulista.

Neste contexto, de acordo com a pesquisa de campo, com a amostragem das famílias que chegaram ao assentamento neste período, podemos identificar a título de estratégias adotadas para permanecer na terra o que segue:

6.2.1- Estratégias Familiares

a) Trabalho dos Filhos no Lote: nesta amostragem, os titulares do cadastro tiveram experiências anteriores significativas nas atividades agrícolas, sejam como arrendatários ou como meeiros, por isso conseguiram assim usufruir de uma **liberdade vigiada**, esta lhes proporcionou certa autonomia no local de desenvolvimento de suas atividades. Este sentimento também foi transferido aos filhos e demais componentes do núcleo familiar.

Devido principalmente a essa característica, o núcleo destas famílias da amostragem é o maior em termos quantitativos do assentamento e, também se destaca como o que possui a maior força de trabalho originária dos filhos (1,63 FT), a qual é exercida de forma integral na unidade agrícola.

b) Mão-de-Obra Não familiar Utilizada no Trabalho do Lote: em todas as atividades agropecuárias desenvolvidas no lote agrícola por este grupo, em setenta e cinco das propriedades é utilizada mão-de-obra não familiar, como complementação ou como execução das tarefas rurais. As formas mais comuns de utilização dessa prática são as

diárias, desenvolvidas em 50% das propriedades; troca de dias de serviço e assalariamento são as outras formas complementares de utilização de mão-de-obra externa à composição familiar residente. Destaca-se que estes dois últimos tipos de serviço são bastante freqüentes nos períodos de maior demanda de mão-de-obra das atividades agrícolas, isto é, são freqüentes no plantio e na colheita.

Além disso, há um fato importante, que ocorre com certa freqüência no assentamento: é o caso de alguns chefes de família, que utilizam suas habilidades profissionais para a execução de serviços no próprio assentamento e, em troca, conseguem recursos financeiros ou recebem em prestação de serviços o pagamento do trabalho executado por mão-de-obra não-familiar.

c) Fontes de Renda Externa ao Lote: por motivos diversos, relacionados não só à falta de apoio governamental à pequena produção com características predominantemente familiares, mas também às frustrações de safra, aos baixos preços dos produtos na comercialização, à falta de canais de escoamento da produção, dentre outros fatores que aqui não serão mencionados, mas que não deixam de ser importantes; setenta e cinco por cento das famílias deste grupo da pesquisa apresentam fontes de renda externa complementar à propriedade.

Nesta amostragem, a fonte geradora desses recursos, diferentemente do que ocorre no grupo pesquisado do primeiro período, em que a agroindústria é a principal absorvedora da mão-de-obra do assentamento, verifica-se o predomínio da atividade de prestação de serviços em cinquenta por cento dos casos.

Como exemplos, podem ser citados os casos do assentado Donizete da área III do assentamento, que é contratado pela Prefeitura Municipal de Araraquara (trabalha como agente comunitário do Programa de Saúde da Família – PSF) como prestador de serviço no próprio assentamento e também é pedreiro nas horas vagas...

“...trabalho fora do lote pegando recurso de fora para ficar na terra”

Donizete Aparecido Porto, assentado na área III do assentamento Monte Alegre

Outro exemplo característico dessa situação é o caso do assentado Lair, da área II, reconhecido dentro do projeto como um dos principais (senão o principal) produtores de leite do assentamento, visto pelas outras famílias como um assentado **bem de vida**. Mas, apesar da sua fama entre seus colegas assentados, ele exerce atividade fora do lote, trabalha

como motorista de uma empresa de ônibus que presta serviço na comunidade, por isso é um assalariado permanente. O senhor Lair trabalha fora porque tem o objetivo de **compensar** as freqüentes frustrações de safra, ou seja, o baixo preço do leite no mercado, que ocorre durante o período de pico da produção.

“... às vezes as pessoas trabalham fora devido aos baixos preços dos produtos produzidos. Tem a dificuldade para vender... mas a gente tem sempre a esperança de melhorar (...) a gente tinha que ter um apoio maior do governo, eu não queria que meus filhos trabalhassem fora... a gente espera sair um belo financiamento, ter assistência técnica em cima, ter retorno. Quem sabe uma hora pode acontecer isso, eu tenho esperança. Por exemplo, igual a usina está plantando cana, poderíamos estar plantando soja, mexendo com gado...”

Lair Bosquetti, assentado na área II do assentamento Monte Alegre

6.2.2- Estratégias de Produção

a) Processamento de Produtos no Lote: como já descrito neste item, na amostragem das famílias do primeiro período, o trabalho das mulheres, esposas e filhas, é fundamental para que a família desenvolva uma produção alternativa na propriedade.

Neste item, denota-se que setenta e cinco por cento das famílias pesquisadas realizam algum tipo de processamento de produtos no lote, sendo metade deles para fins comerciais. Há destaque para os produtos à base de leite³³, como queijo e doces, presentes na totalidade dos casos.

O trabalho das mulheres, apesar de não ser muito comentado pelos homens no que se refere à importância da manutenção da família na terra, vem ganhando espaço entre a população masculina do local, por meio da formação de grupos de afinidades para produção de mercadorias processadas e, principalmente, tem ganhado destaque perante os órgãos governamentais, já que houve a conquista de uma linha de crédito específica por meio do PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Família.

No trabalho da pesquisa de campo, no depoimento colhido de um assentado, por meio dos comentários dele, pode-se perceber a real dimensão da importância do trabalho da mulher e da família como um todo, para permanência no assentamento; assim veja-se:

³³ A área II do assentamento monte alegre é reconhecido dentro do projeto como o principal núcleo produtor de leite para fins comerciais.

“... aqui não é só pegar na enxada, aqui não é lugar só de homem, é de mulher também. Mulher pode fazer outros projetos (se referindo a nova linha de crédito do PRONAF)... estou pensando em fazer alguma coisa para deixar para minhas filhas...”

Alcenir Arlindo Feliciano, assentado na área V do assentamento Monte Alegre

b) Diversificação da Produção: a diversificação das atividades produtivas com fins comerciais mostra-se bastante significativa neste grupo da amostragem. Na pesquisa de campo realizada, constatou-se que setenta e cinco por cento das propriedades apresentam, pelo menos, duas ou mais atividades de produção voltadas para o comércio; vale mencionar que aqui não se incluem os produtos de processamento artesanais, também comercializados em vinte e cinco por cento das propriedades deste grupo de pesquisa.

A produção de maior destaque no comércio está voltada para a bovinocultura do leite, neste ramo da atividade é possível observar que o manejo utilizado para criação dos animais apresenta algumas características tecnológicas de criação, por isso apresenta um desenvolvimento superior ao padrão médio utilizado pelos outros produtores do assentamento. Essa assertiva se verifica porque: a) a totalidade dos lotes, que apresentam a exploração da pecuária leiteira como principal fonte da renda familiar, possuem pastagem formada e/ou capineira, como forma de complementar a alimentação dos animais no período de entressafra, quer dizer, nos períodos em que há um baixo índice pluviométrico; b) cem por cento dos produtores fazem uso de sal mineral, que serve como suplemento na alimentação dos animais; c) vinte e cinco por cento dos produtores de leite, deste grupo da amostragem, e que se voltam para o comércio, realizam ou já realizaram a inseminação artificial nos animais, cujo objetivo é o de colocar em prática o manejo reprodutivo do rebanho.

Neste grupo da amostragem também há a exploração da fruticultura com fins comerciais, com média de 1,22 hectares (12.200 m²) explorados por lote, com destaque para as culturas da laranja, da tangerina e da manga. Além destas culturas de maior demanda, há ainda a produção do café, que aos poucos tem se destacado na produção com fins comerciais.

Mas ainda, há outras práticas agrícolas de baixo custo e que são de grande importância para o sucesso da pequena produção, em especial no que se refere à sustentabilidade a médio e longo prazos do ciclo produtivo. Nesse sentido, merecem destaque o uso da prática da adubação orgânica, o controle biológico de pragas e a utilização do plantio consorciado de culturas, como forma de otimizar o espaço produtivo.

c) Produção de Autoconsumo – Segurança Alimentar: o fato de a alimentação básica ser produzida no próprio lote já constitui a garantia permanência na terra de qualquer família que hoje trabalha e reside no assentamento.

Nesse aspecto, este grupo talvez seja o que apresente a mais estruturada e diversificada produção de autoconsumo familiar, como grãos (arroz, feijão), leite e derivados (queijo e doces) e carnes (bovinos, aves ou suínos). Frisa-se que, quase a totalidade dos lotes produzem, não necessariamente todos os produtos citados, mas pelo menos os três grupos alimentares para o autoconsumo familiar, ou seja, produzem leite e derivados, grãos e carne.

Em relação às frutíferas e hortaliças, as propriedades, em sua maioria, possuem cultivos de subsistência dessas explorações. Na fruticultura, por exemplo, a média por propriedade é de sete espécies diferentes de frutíferas em quase oitenta pés, nos quais se destacam: caju, banana, abacate, goiaba, laranja, manga, dentre outras frutas.

Um outro fator importante que merece ser mencionado, como na amostragem do primeiro período das famílias, refere-se ao cultivo de plantas para uso medicinal. Neste grupo da pesquisa, a média é de quase seis espécies cultivadas por lote, com destaque para carqueja, boldo, confrei e erva cidreira.

Observa-se que, apesar de o agronegócio estar cada vez mais presente na vida do homem do campo, o qual não mede esforços para investir em tecnologias que dispensam o uso de mão-de-obra; ainda boa parte das famílias que permanecem no assentamento, procura manter viva a cultura, os costumes e os hábitos do homem do campo, uma vez que estes estão presentes no cotidiano de quem vive na terra, como é o caso da determinação para o trabalho e o amor pela terra.

“... depende muito da determinação do que a pessoa quer. Problema teve, situação difícil... comida não, nunca faltou. A determinação foi o principal para superar os problemas. Eu trabalhei praticamente uma vida inteira na roça... teve um companheiro que está aqui até hoje que emprestou uma quaieira de animal e colocou no bicho de cabeça para baixo... outro plantou arroz sem palha. Qual é o melhor? Pegar um facão e sair as 4:00 para o serviço ou trabalhar no lote, você pára a hora que quer e não é mandado por ninguém...”

Alcenir Arlindo Feliciano, assentado na área V da Fazenda Monte Alegre.

Esse depoimento demonstra o valor da autonomia do trabalho, portanto não se subordina a um ciclo de tempo, construído por outros.

6.3- Terceiro Período (1997-1998)

O período de 1997/1998 foi marcado pelo primeiro governo de Mário Covas no estado de São Paulo. Ao se considerar a política agrária em curso neste período ora analisado, podem ser identificados significativos avanços, quando comparados com as gestões governamentais anteriores. Para comprovar os avanços que ocorreram na política agrária, basta verificar o número de famílias assentadas durante o governo de Mário Covas (1995/1998), pois foram assentadas mais famílias neste período do que os últimos dezessete anos de mandato das administrações anteriores; considera-se que o primeiro assentamento de famílias implantado no estado de São Paulo foi no ano de 1981, no município de Andradina, Fazenda Primavera.

Grande parte desse resultado deveu-se ao Plano de Ação implantado no Pontal do Paranapanema no primeiro ano do governo Covas (1995), essa região localiza-se ao extremo oeste do estado, e apresenta complexos problemas fundiários, uma vez que é a principal área de lutas pela terra, apresenta assim muitos conflitos sociais, e em muitos deles nota-se a presença dos posseiros.

Esse Plano de Ação, com o escopo de solucionar os conflitos existentes na região, consistiu em uma estratégia política de grande mobilização, a qual tinha por meta conquistar parcerias entre diversas secretarias de estado (justiça e da defesa da cidadania, saúde, agricultura, esportes, energia, assistência e desenvolvimento social entre outras), como também conseguir o apoio do poder judiciário, por isso foram peticionadas ações de caráter discriminatório a respeito das áreas pré-avaliadas como potencialmente “devolutas”.

Este procedimento de avaliação de terras devolutas foi realizado em áreas acima de 500 (quinhentos) hectares, para que se pudessem constar nas petições quais as áreas potencialmente devolutas. Assim, foram também ajuizadas ações reivindicatórias de 30% das áreas das propriedades desocupadas para o assentamento provisório e imediato das famílias, até o trânsito em julgado da decisão. O resultado de tudo isso foi que, no período de 1995 a 1998, em 67 (sessenta e sete) projetos de assentamentos rurais, foram assentadas 3.188 (três mil cento e oitenta e oito) famílias, ocuparam uma área de 77.308 (setenta e sete mil trezentos e oito) hectares³⁴.

No que concerne ao período das famílias assentadas no Assentamento da Fazenda Monte Alegre, nota-se que ele é marcado pela liberação de mais cinco áreas do

³⁴ FONTE: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”

assentamento: núcleo II – parcial; núcleo III – parcial; núcleo IV – parcial; núcleo VI e núcleo VII – também conhecido por Horto de Silvânia e que na realidade era a antiga sede da fazenda. Frisa-se que neste período foram assentadas 204 (duzentos e quatro) famílias, distribuídas pelos 05 (cinco) núcleos do assentamento e também contempladas com infra-estruturas social e produtiva; até então não vistas na história dos assentamentos do estado.

Vale salientar que os núcleos foram construídos com infra-estrutura social para uso comunitário, pois se verifica: a) barracões comunitários de múltiplo-uso; b) poços artesianos; c) escola no núcleo VI para atender à nova demanda de estudantes; d) implantação do Programa de Saúde da Família – PSF - em todas as áreas do assentamento, que até então só existia na área urbana; e) implantação de energia elétrica no assentamento por meio do programa Luz da Terra subsidiado pelo governo estadual, dentre outras.

No que se refere à infra-estrutura de produção podem ser citados alguns exemplos, tais como: a) mecanização (destoca, enleiramento e gradagem) de área parcial dos lotes ocupados, quase em sua totalidade, pela cultura do eucalipto; b) fornecimento de calcário tanto para a correção da acidez do solo, quanto para o preparo dele no plantio da primeira safra; c) fornecimento de sementes de culturas anuais para plantio da primeira safra (arroz e milho); d) implantação do projeto de auto-sustento, o qual prevê, entre outras coisas, um núcleo habitacional em alvenaria de 25m², com ferramentas manuais de trabalho (enxada, enxadão, rastelo, cavadeira, carriola, etc.), com fertilizantes químicos e orgânicos, bem como com sementes de hortaliças, kit de mudas frutíferas, e ainda com pequenos animais (aves e suínos), e com milho para alimentação dos animais até a colheita da primeira safra, etc.

Por tudo isso que se observou, pode-se afirmar que este foi um período atípico em termos da implementação de políticas de apoio à pequena produção agrícola, e ele foi reconhecido até pelas famílias mais antigas do assentamento, um vez que não foram atendidas com este suporte estrutural de apoio, quando chegaram ao assentamento em períodos anteriores a este analisado.

“... esses (assentados) que entraram em 97 foram os que deram mais sorte, ganharam casa, galinha, milho... que venderam para um rapaz em Rincão. Nós não ganhamos nem um prego”.

José Jorge Leite, assentado na área IV da Fazenda Monte Alegre

Quanto às melhorias das infra-estruturas sociais, estas também são reconhecidas até por aquelas famílias que têm uma opinião mais crítica sobre a função política e social do estado no que se refere ao assentamento;

“... a parte estrutural do assentamento melhorou 70%, ainda precisa melhorar mais (comparando com o início da década de 90 quando chegou ao assentamento)... falta agora nossa independência econômica para nós vivermos daqui...”

Donizete Aparecido Porto, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

6.3.1- Estratégias Familiares

a) Trabalho dos Filhos no Lote: Neste grupo da amostragem, constata-se que, a princípio, os titulares do cadastro, foram os que apresentaram no histórico de trabalho, os menores períodos de tempo passados dentro de atividades agrícolas, por isso é de se notar que os trabalhos de prestação de serviços foram de relevante importância no histórico de trabalho dessas pessoas. Como consequência desta prática de trabalho, em períodos anteriores ao assentamento, de uma forma ou de outra estes cidadãos conseguem dar continuidade a essas atividades, já que eles realizam trabalhos como de operação de máquinas, de empreitas, de comércio, dentre outros tipos de prestação de serviços.

Salienta-se que, esta é a única amostragem da pesquisa que em cem por cento dos lotes há a utilização de mão-de-obra não-familiar para complementar os serviços de suas atividades de produção agrícola; isso é consequência da elevada rotatividade e do curto período em que as ações são desenvolvidas. Esse fator reflete-se de maneira direta no trabalho dos filhos, pois enquanto os chefes de família saem do lote, para executarem tarefas pontuais, as quais ocorrem, em geral, por meio da troca de dias ou de recebimento de diárias, os filhos permanecem nele, para exercerem as atividades, que nem sempre são periféricas no sistema de produção.

Menciona-se que nesta amostragem, a força de trabalho dos filhos no lote é utilizada de forma integral, porque são aproveitados setenta por cento do potencial da mão-de-obra dos filhos. Dessa forma, o trabalho dos descendentes é realizado em atividades domésticas (casa), como a criação de pequenos animais, e também em atividades de maior importância comercial para a família, como por exemplo, **o comércio de secos e molhados** e a pequena agroindústria de derivados de cana-de-açúcar (rapadura, açúcar mascavo e melaço) existente em outra propriedade da amostragem.

Este aproveitamento do trabalho dos filhos no lote é muito relevante, uma vez que não é necessário sair da terra para buscar a sobrevivência da família. Então, isso se torna, em muitos casos, motivo de orgulho para os moradores do lote, pois representa uma conquista, porque prova que a agricultura familiar ainda é a alternativa tão sonhada em busca da manutenção e da reprodução familiar na terra;

“... por estar aqui há dez anos (somando-se o período de acampamento), eu me julgo um vitorioso, família de seis pessoas (mulher e quatro filhos) não precisar trabalhar para fora, está bom demais...”

Luiz Mendes do Nascimento, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

b) Mão-de-Obra Não-Familiar Utilizada no Trabalho do Lote: neste item da pesquisa, a totalidade dos lotes da amostragem utiliza, pelo menos, em atividades sazonais dos ciclos da produção agrícola mão-de-obra não-familiar nos trabalhos internos da propriedade. As formas mais características de utilização desse serviço, em oitenta por cento dos casos pesquisados, são através das diárias e das trocas de dias de serviço (não necessariamente em atividades semelhantes de trabalho). Esta prerrogativa justifica-se porque muitos chefes de família optaram por realizar trabalhos temporários externos aos lotes como, como é o caso da operação de máquinas e da colheita de laranja.

Há de se notar que, apesar da atividade externa ao lote, ainda é possível pagar mão-de-obra não-familiar, utilizada na prestação de serviços no lote e, ainda é possível ter algum recurso para pequenos investimentos ou para a manutenção da família no assentamento, nos períodos de entressafra. Este fato, qual seja, a saída dos lotes dos chefes de família, para prestação de serviços externos, deve-se também a diversos fatores, tais como: frustração de safras, baixo preços de comercialização, mau uso dos já escassos recursos de crédito, dentre outros;

“... a renda do lote... se tivesse renda do lote não saia por nada. Falta condições de trabalho, falta energia nos lotes. O governo precisa investir mais no assentamento, mas também tem uma coisa, o povo pega o dinheiro e investe errado, como julgar isso aí?”

Silvânio Nunes Gonçalves, assentado na área VII da Fazenda Monte Alegre

Ressalta-se que, nesse depoimento, a concepção de renda monetária prevalece sobre os outros referenciais. Situação que vem sendo objeto de continuadas polêmicas na produção voltada para assentamentos.

b) Fontes de Renda Externa ao Lote: este grupo deve ser considerado o que mais benefícios recebeu em virtude da implementação da política estadual voltada para assentamentos, mas apesar disso, talvez em razão do histórico de trabalho e da experiência de vida das famílias que compõem esta amostragem, verifica-se que setenta e cinco por cento das famílias apresentam fontes alternativas de complementação da renda, as quais são externas à propriedade, sendo que dois terços desta renda provém do comércio e da prestação de serviços.

Entre as fontes alternativas de renda do grupo, deve ser dado maior destaque para o comércio, isto é, para a mercearia de secos e molhados, existente no próprio assentamento; para a prestação de serviços, como o tratorista, que é contratado provisoriamente pela frente de serviço da Prefeitura Municipal de Araraquara e o empreiteiro, este empreita turmas para prestação de serviços braçais em grandes monoculturas da região, cita-se o caso da cana e o da colheita de laranja; e também para as pensões, além dessas aqui ressaltadas, existem outras fontes de renda externas complementares.

6.3.2- Estratégias de Produção

a) Processamento de Produtos no Lote: nesta atividade de análise, dois terços das famílias praticam algum tipo de processamento de produtos no lote. Nesta atividade, como já mencionado nesta dissertação, em atividade semelhante das famílias de outros períodos, a participação das mulheres é fundamental para viabilizar a produção. A maior incidência de matéria-prima dos produtos processados vem das frutíferas (doces), em segundo lugar destacam-se os derivados do leite (queijo e doce) e da cana-de-açúcar (rapadura, açúcar mascavo e melaço). Do total das famílias que utilizam esta alternativa de produção, setenta e cinco por cento delas o fazem para fins comerciais, desse modo agregam valores ao produto final.

Outro fator importante e, por isso não pode deixar de ser observado neste tópico, refere-se ao aproveitamento do espaço turístico³⁵, existente na área comunitária do Assentamento Monte Alegre – núcleo VII. Neste núcleo há uma represa, portanto aos

³⁵ Represa de aproximadamente 170.000 metros quadrados, cercada por área verde e propícia para camping.

finais de semana, há um grande fluxo de pessoas, a maioria delas é do município de Matão-SP, elas realizam atividades de lazer, de *camping* e de esportes náuticos. Com o objetivo de aproveitar o fluxo de pessoas na represa, muitas famílias, em especial as do núcleo VII, fazem salgados, pães, lanches e doces, para venderem aos turistas.

Salienta-se que, apesar de o processamento não ser feito com matéria-prima produzida no próprio lote, essa atividade deve ser destacada, pelo fato de ser uma importante alternativa de aproveitamento sócio-econômico do espaço turístico, pois há a otimização da mão-de-obra e a possibilidade de renda extra-propriedade, apesar de ocorrer de forma pouco ordenada e até irresponsável.

“... essa represa ajudou muito nós....pois foi por causa dela que conseguimos abrir o bar, foi com o ganho das coisas que nós vendemos lá...”

Cleuza Corrêa, assentada na área VII da Fazenda Monte Alegre

Destaca-se que está sendo discutida já há algum tempo, com os poderes públicos municipais, a perspectiva de aproveitamento da área para implantação de projetos turísticos.

b) Diversificação das Atividades Produtivas no Lote: as explorações nos lotes, deste grupo da amostragem, com fins comerciais, são bastante semelhantes no que se refere à diversificação das atividades produtivas, quando se compara com os grupos de outros períodos, já destacados nesta dissertação.

Menciona-se que setenta e cinco por cento dos lotes pesquisados realizam duas ou mais explorações agrícolas com fins comerciais; ressalta-se que aqui não estão inclusos os produtos processados, porque eles estão sendo trabalhados nesta dissertação com o conceito de agregação de valores ao produto final.

O destaque nesta amostragem é para a exploração comercial de hortaliças diversas, favorecida em virtude da proximidade com grandes centros consumidores, que são Araraquara e Matão-SP. Nota-se que o cultivo das hortaliças também é favorecido em razão dos conhecimentos técnicos e práticos dos assentados, os quais apresentam uma excelente infra-estrutura de produção, como estufas e transporte próprio.

c) Produção de Autoconsumo – Segurança Alimentar: este grupo de pesquisa apresenta uma produção de autoconsumo, para manutenção da família no lote bastante

estruturada e diversificada. De modo específico, neste grupo de famílias, vinte e cinco por cento delas realizam cultivo de autoconsumo dos três principais grãos consumidos, que são arroz, feijão e milho; frisa-se que setenta e cinco por cento delas fazem o cultivo de pelo menos uma das espécies citadas. Quanto à disponibilidade para o consumo de proteínas de origem animal, as aves estão presentes em cem por cento dos lotes e os suínos em setenta e cinco por cento deles.

Para finalizar este tópico, resta dizer que frutíferas e hortaliças diversas também são cultivadas na maioria dos lotes pesquisados, bem como as plantas medicinais, sendo que destas são exploradas, em média, 5,25 espécies diferentes por lote, neles são encontrados o boldo, a carqueja, o confrei, e demais espécies.

6.4- Quarto Período (2002-2003)

Este período é marcado pelo governo Geraldo Alckmin. As famílias que chegaram ao assentamento neste período, são frutos da substituição das já assentadas que, por motivos diversos, optaram por deixar o assentamento, assim as famílias que ocuparam os lotes são as que faziam parte da **lista de espera** oficial do Instituto de Terras do estado de São Paulo.

Vale salientar que, apesar de o ex-governador Mário Covas e o atual governador Geraldo Alckmin serem do mesmo partido político, eles implementaram políticas agrárias com características muito distintas, no que se refere aos objetivos principais de gestão.

Então, constata-se que enquanto no governo Mário Covas a prioridade sempre foi a implantação, o desenvolvimento e a consolidação de projetos de assentamentos rurais, o foco do governo atual volta-se para a regularização/titulação de terras devolutas a pequenos posseiros no estado; desse modo, a questão fundiária ganha o *status* de prioridade na intervenção do governo atual.

Alguns números destacados no quadro abaixo, dão a real dimensão da importância do governo Covas no assentamento de famílias no estado de São Paulo. Nota-se que como referência foi utilizado o período de 1981 (primeiro assentamento implantado no estado), até o ano de 2005 (último assentamento implantado). Assim, veja-se:

Quadro 16 – Famílias Assentadas por Período de Governo no Estado São Paulo

Governo	Número de Famílias Assentadas	Área Utilizada (Há)
Anteriores (1981 – 1994)	3.429	74.137,63
Mário Covas (1995 – 1998)	4.356	95.526,02
Geraldo Alckmin (2000 – 2005)	2.241	50.085,32
TOTAL	10.026	219.748,97

FONTE: Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2005.

Portanto, ao serem analisados os dados apresentados no quadro, verifica-se que as famílias que ocuparam recentemente os lotes do assentamento, já encontraram quase toda a infra-estrutura social e produtiva, com exceção da infra-estrutura das culturas anuais, este último fato não deixa de ter um aspecto favorável para a adaptação das famílias nos núcleos dos assentamentos.

Por fim, se faz necessário dizer que devido ao pouco tempo de vivência no assentamento, a análise realizada na pesquisa de campo dificilmente conseguirá relatar todas as particularidades das famílias recém-chegadas ao assentamento, pertencentes à amostragem.

6.4.1- Estratégias Familiares

a) Trabalho dos Filhos no Lote: Nesta análise do trabalho dos filhos nos lotes, devido principalmente às dificuldades iniciais de adaptação das famílias à nova comunidade, as quais são constatadas na descapitalização, nas restrições ao acesso a recursos financeiros e nos gastos iniciais para a manutenção no lote, os filhos com idade de 10 (dez) anos ou mais que, de alguma forma podem contribuir com o trabalho familiar em atividades específicas, contribuem com cinquenta por cento do potencial da força de trabalho.

Assim, os outros cinquenta por cento da força de trabalho são utilizados em atividades externas às propriedades, tais como: no assalariamento temporário nas agroindústrias da região; na prestação de serviços no próprio assentamento; no reembolso, que ocorre por meio de diárias e de outras formas não convencionais de pagamento. Esta estratégia é de fundamental importância para essas famílias, pois são formas encontradas por elas para superar o momento crítico inicial de adaptação e, portanto, de grandes dificuldades. Essa assertiva pode ser comprovada no depoimento que se segue:

“... a grande dificuldade (inicial) é a situação financeira da família. Por mais que eles (filhos) trabalhem para fora, a dificuldade é muita, pois o ganho é pouco”.

Antonio Claudino da Silva³⁶, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

“... nós estamos vencendo porque Deus é muito bom...”.

Iracema A. da Silva (esposa do Sr. Antonio Claudino)

b) Fontes de Renda Externa ao Lote: nesta análise da estratégia, os lotes pesquisados, em sua maioria, têm alguma fonte de renda externa à propriedade; como forma de contribuir para a manutenção da família nesta fase inicial de adaptação a uma nova realidade de vida.

Uma ou duas fontes de renda externas são utilizadas em setenta e cinco por cento das propriedades, com destaque para o assalariamento temporário na agroindústria regional e para a prestação de serviços. No estágio inicial de mudança das famílias para o assentamento, é comum a ajuda de parentes, de igrejas e de políticas sociais do governo federal (aposentadorias e pensões), como alicerce para a estabilização delas na terra.

No que se refere à atividade de prestação de serviços, ela é importante fonte de renda inicial das famílias no lote, pois estes trabalhadores executam a atividade no próprio assentamento, já que realizam atividades remuneradas para as famílias mais antigas ou para aquelas que possuem um melhor poder aquisitivo e estabilidade econômica. Como exemplos, podem ser citados serviços como execução de tratamentos culturais em lavouras, pequenas construções (no caso das famílias que possuem mão-de-obra com aptidão específica para este tipo de atividade), colheita da produção, dentre outros. A forma de pagamento pode ocorrer em espécie (diárias) ou até mesmo por meio do fornecimento de alimentos como aves, suínos e bovinos, dependendo da duração e da complexidade do serviço prestado.

6.4.2- Estratégias Produtivas

a) Processamento de Produtos no Lote: as famílias recém-chegadas ao assentamento, em geral, têm recursos insuficientes para viabilizarem qualquer exploração agrícola com fins comerciais.

³⁶ Nesta família do Sr. Antonio Claudino, sua sogra com 83 (oitenta e três) anos contribui para a manutenção da família no lote com o que sobra da aposentadoria de um salário mínimo que ela recebe mensalmente (prioridade é o gasto com remédios que às vezes nem é suficiente).

Desse modo, a alternativa mais viável do ponto de vista da otimização do uso da mão-de-obra disponível encontra-se na possibilidade de acesso a recursos em curto prazo, por isso as famílias devem optar pelo acesso de matéria-prima disponível no lote de vizinhos, para que possa ser feito o processamento de produtos, assim tornam-se possíveis as realizações da venda direta ao consumidor, uma vez que podem ser aproveitados os canais de comercialização já existentes, como a feira dos agricultores familiares em Araraquara-SP.

Neste grupo há destaque para a produção do queijo, apesar de existirem dificuldades³⁷, relacionadas ao cumprimento da legislação que fiscaliza este tipo de comércio. Há de se ressaltar o trabalho das mulheres no processamento desse produto; esta mão-de-obra é de suma importância, porque contribui para a sustentação sócio-econômica das famílias no lote; sendo que este tipo de trabalho se faz presente tanto na produção quanto na comercialização dos produtos processados. Importa dizer que a obtenção da matéria-prima para a fabricação do queijo, isto é, o leite, pode ser conseguido sob a forma de pagamento de serviços prestados ou ainda sob a forma de aquisição de animais pelas próprias famílias, os quais foram adquiridos, em muitos casos, por meio da ajuda financeira de parentes.

b) Produção de Autoconsumo – Segurança Alimentar: Aqui, o que normalmente acontece é que as famílias recém-chegadas ao assentamento neste período ora analisado, substituíram outras famílias, que por motivos diversos deixaram os lotes. Isso ocorre porque não existem mais áreas em potenciais no assentamento para abrigarem as novas famílias que chegam à Fazenda Monte Alegre, em razão disso, a chegada de novas famílias é resultado da permuta por outras que deixaram o assentamento. Dessa forma, praticamente toda a infra-estrutura de produção existente; com exceção das culturas anuais voltadas para o comércio, é transferida à nova família ocupante.

Sendo assim, a produção inicial para autoconsumo, que inclui pomares domésticos, horta doméstica e pequenos animais, é utilizada de modo devido, como fonte de complementação alimentar da nova família, o que talvez possa não ser caracterizada como uma estratégia propriamente dita, e sim como uma circunstância ou como uma conjuntura favorável. Mas, menciona-se que a nova família também não deixa de ter seus méritos, pelo fato de dar continuidade à exploração.

³⁷ Ressaltam-se as exigências quanto à infra-estrutura local de construção e aos equipamentos necessários para este tipo de atividade.

No entanto, há casos em que o lote a ser ocupado resulta de decisão judicial pela não ocupação ou exploração dele pela família originalmente beneficiária, porém isso acontece na minoria dos casos, de maneira que a situação mais comum é a relatada acima. Mesmo assim, vale mencionar que quando ocorrem estes casos minoritários, se faz de suma importância a ajuda de parentes, de igrejas e de políticas assistenciais das três instâncias governamentais, já que são meios alternativos de sobrevivência na terra.

Abaixo foram transcritas algumas redações de assentados que freqüentam o curso de alfabetização de adultos na Fazenda Monte Alegre, nelas eles exteriorizam suas realizações e dificuldades no assentamento. Talvez, nestas falas, sejam possíveis de serem encontradas algumas respostas ou alentos que possam contribuir para uma melhor compreensão da realidade e das estratégias, que nem sempre estão relacionadas às atividades produtivas utilizadas pelas famílias para permanecerem na terra.

- Assentado(a) A

“é bom morar no assentamento porque aqui eu tenho uma vida de paz e tranqüilidade”

“dificulta a vida no assentamento a falta de dinheiro, gostaria que tivesse emprego”

- Assentado(a) B

“é um lugar bom para se morar; ninguém nos aborrece; temos conforto, para mim é como morar na cidade”

“falta de financiamento para trabalhar, gostaria que tivesse uma pequena industria para gerar emprego”

- Assentado(a) C

“nos temos sossego e temos fartura de frutas. Nos plantamos muitas coisas e temos muitas criações e escola que é o principal”

- Assentado(a) D

“faz um ano que moro (no assentamento). Aqui no assentamento gosto muito, tenho feito muitas amizades legais e aprendendo muito com estas pessoas. Morando aqui no assentamento tenho tido paz longe da violência, tenho mais tranqüilidade”

- Assentado(a) E

“a decepção que eu tive foi quando vim para o assentamento, vim cheio de sonhos, mas eu vi que não era nada de que eu pensava. A sobrevivência aqui é muito difícil, as vezes eu não sei se quero ficar aqui mesmo ou se quero ir embora. O que dificulta a permanência no

assentamento é que as coisas são difíceis, falta de uma boa casa, falta de uma vida melhor para mim e minha família. O que eu acho que devia ser feito é curva de nível nos lotes de todos e que todas as família recebessem calcário para jogar na terra, a terra é muito fraca para plantar”

6.5- O Plantio de Cana-de-Açúcar no Assentamento Monte Alegre: Alternativa de Permanência na Terra?

A retomada do tema referente ao plantio de cana-de-açúcar nos lotes do assentamento Monte Alegre, por meio de um projeto de **parceria** entre a Usina³⁸ Santa Luiza, com o apoio da Prefeitura Municipal de Motuca, e entre as famílias assentadas, talvez seja a discussão mais polêmica e com maior divergência de opiniões entre as famílias, desde a implantação do primeiro núcleo de assentamento no ano de 1985 até os dias atuais.

A primeira articulação política, com a participação ativa do poder executivo local, assim personalizado na Prefeitura Municipal de Motuca-SP, para o plantio da cultura da cana no assentamento Monte Alegre, ocorreu no ano de 1992. Para isso, foi empregada uma estratégia para desqualificar, marginalizar e humilhar as famílias assentadas perante a opinião pública, pois elas foram até chamadas de faveladas, no entanto de modo simultâneo o poder executivo da região propôs o **milagre da multiplicação dos pães**, por meio do plantio da cana-de-açúcar, em cem por cento da área dos lotes do assentamento, com a participação maciça da usina³⁹, esta disponibilizaria às famílias participantes do projeto de benefícios diretos e indiretos (vínculo empregatício com a usina, assistência médica e odontológica, etc...). Apesar disso, o projeto não foi adiante, devido à recusa de praticamente todos os órgãos das esferas federal, estadual e dos representantes da classe desses trabalhadores.

Em razão do fracasso da primeira investida, três anos mais tarde, no ano de 1995, a mesma articulação política foi proposta, porém de forma remodelada, já que foi proposto o plantio da cana em cinquenta por cento da área dos lotes e não mais em cem por cento, como na primeira tentativa; além disso, não houve a proposta, por parte da usina, de benefícios sociais.

³⁸ Usina Santa Luiza – localizada no município de Motuca-SP e distante aproximadamente 20 km do assentamento monte alegre.

³⁹ Ver STETTER, Eliana Aparecida. A Cana nos Assentamentos Rurais: Presença Indigesta ou Personagem Convidada?. Dissertação de Mestrado, FCL/UNESP, Arararquara-SP, 2000.

O interessante de se notar, é que nesta nova tentativa, conseguiu-se o apoio necessário para a implementação do projeto. Assim, as forças favoráveis a ele, as quais são encontradas nas figuras da Usina, Prefeitura Municipal de Motuca e do Deputado Federal eleito pela região; uniram-se às forças que se posicionavam contra o projeto, personalizadas no Instituto de Terras do estado de São Paulo - ITESP, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e na Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do estado de São Paulo – FERAESP.

O principal utilizado pelo grupo favorável ao projeto foi o de que havia tanto a descapitalização das famílias, quanto a falta de investimentos em crédito. Por sua vez, a fundamentação dos entes que eram contra o projeto, defendia a idéia de que a reforma agrária seria implementada para segurar o trabalhador no campo, ao contrário da cultura da cana-de-açúcar, que seria cultivada em sistema de produção com fins agroindustriais.

Ainda, os órgãos contrários ao projeto, com o escopo de fundamentar mais seus argumentos, citaram como exemplo negativo a desastrosa experiência anterior de um projeto semelhante, implantado no assentamento da região do Pontal do Paranapanema (projeto de Assentamento Água Sumida), nele a usina **parceira** atrasou a colheita, em virtude disso houve a depreciação do produto e, em consequência as famílias não receberam seus pagamentos pelo trabalho que realizaram. Somou-se a isso, a dívida bancária que as famílias tiveram de assumir, em razão do financiamento bancário contraído pela usina em nome dos assentados para a implantação e para a condução da cultura.

Deve ser salientado que o foco da polêmica discussão sobre o plantio da cana-de-açúcar no sistema de produção com fins agroindustriais nos lotes do assentamento Monte Alegre, em nada tem a ver, de modo específico, com a cultura da cana. Afinal, existem famílias no assentamento que exploram a cultura com fins diversos, tais como: alimentação animal (capineiras), produção de rapadura, produção de açúcar mascavo, produção de melaço, caldo de cana e outros derivados.

A divergência de opiniões encontra-se no fato de que o sistema produtivo deva ser implantado única e necessariamente para a viabilização econômica, dentro dos padrões tecnológicos (produtividade/área) exigidos pelo modelo agroindustrial. Portanto, a cultura em si é apenas o mot da discussão, uma vez que o projeto foi concebido para essa cultura devido à concentração de unidades agroindustriais sucroalcooleiras, existentes próximo ao projeto de assentamento; o que também poderia ter ocorrido com a cultura da laranja, por exemplo, pois nesta região do estado de São Paulo está localizada o maior complexo agroindustrial exportador de suco concentrado do país.

Veja-se abaixo algumas opiniões dos assentados acerca do assunto aqui tratado:

“... eu sou a favor da plantação de cana. Ela vai nos ajudar a melhorar a terra, vai trazer benefícios para os assentado, para construção de casa, para melhorar nossa qualidade de vida...”.

Opinião favorável ao plantio conseguida através da técnica de coleta de redações

“... sou contra a plantação de cana, porque ao passar o veneno irá estragar as outras plantações e durante a queimada morrem muitos animais”.

Opinião desfavorável ao plantio conseguida através da técnica de coleta de redações

Na discussão específica sobre o **processo** e não sobre o **produto**, devem ser considerados alguns fatores, não por ideologias políticas, mas principalmente pela questão da sustentabilidade a médio e longo prazo do modelo de produção agrícola com características predominantemente familiar, em especial aqueles que dizem respeito à perda de autonomia sobre o processo produtivo pelas famílias proprietárias⁴⁰ da área. Isso porque, a descapitalização dos assentados, aliada à insuficiência de mão-de-obra para execução de atividades específicas do ciclo da cultura em determinado período de tempo (ex: colheita), desautoriza os produtores a participarem de qualquer decisão acerca do itinerário técnico a ser utilizado no manejo da lavoura, uma vez que isso gera a subordinação ao modelo agroindustrial (MOREIRA, 1999).

Nesse contexto, é significativo o numero de famílias assentadas que foram excluídas do processo produtivo (cita-se o caso dos bóias-frias), em consequência da implementação acelerada do modelo de produção, já que este é caracterizado pela excessiva mecanização e reduzido emprego de mão-de-obra com o objetivo único de acelerar o processo de acumulação do capital.

Se a agricultura for pensada da seguinte forma:

Como um processo de produção de energia solar através da fotossíntese, teremos sempre um balanço positivo de energia no final do ciclo das plantas, o que não acontece definitivamente neste sistema de produção onde o balanço energético será sempre negativo, ou seja, a quantidade de

⁴⁰ As famílias do assentamento monte alegre possuem o Termo de Autorização de Uso – TAU da área dos lotes, cedidos a título provisório pelo governo do estado.

energia fóssil (insumos, adubos, etc...) a ser utilizada dentro do processo produtivo, será sempre maior que a energia contida no produto final (LUTZENBERGER, 2001).

Assim, compreende-se que é preciso repensar o modelo de produção agrícola da pequena propriedade, a fim de se dar prioridade não a um sistema agrícola altamente dependente de insumos externos, em que se emprega a máquina em vez do ser humano, mas sim deve ser dado valor a este habitante da terra, pois ele precisa buscar sua sobrevivência, e cultivar a terra é uma forma digna e soberana de fazê-lo, porque por meio disso, também se consegue diminuir as desigualdades sociais, tão presentes no Brasil. Portanto, a energia mencionada na citação pode ser interpretada como a energia que emana do trabalho do homem do campo.

“... A cana e outras parcerias com empresas, a cana eu diria que é a mais violenta das parcerias, mas nenhuma das parcerias tem mostrado benefícios para os trabalhadores e para a reforma agrária. Poderia lembrar aqui parceria com o bicho da seda, parceria com plantios de soja, plantio de amendoim, parceria com... com indústria de semente de adubação verde, no caso do feijão de porco e outros... já houve inclusive parceria por exemplo, na Bela Vista com a refinadora de milhos Brasil – a Maisena, que produziu milho em parceria com assentados. Nestas parcerias todas, o assentado e o interesse público acabam perdendo muito. Mas a parceria da cana é a mais chocante, talvez porque nós estamos em um mar de canavial. Então o que precisa ser enfrentado nos assentamentos, é que a medida que o assentamento reproduz as práticas de produção que gerou e continua gerando concentração de renda, concentração de riquezas e exclusão do ser humano... como não se consegue dentro do assentamento essa inversão do modelo de desenvolvimento, o assentamento nasce e se atrela aos financiamentos bancários, se atrela a um modelo de assistência técnica que tem toda sua formação baseada nesse modelo de agricultura excludente do ponto de vista social, então o assentamento ele não conseguiu se apresentar efetivamente como uma alternativa de desenvolvimento, reproduz dentro do assentamento as mesmas práticas que acabaram por... gerar os sem terras ... e os poucos com muita terra em nosso país. Então nós pensamos que a.....cana-de-açúcar ela representa uma espécie de cume do fracasso dos assentamentos e... é preciso que as famílias, elas encontrem um outro referencial, que infelizmente não está presente dentro dos assentamentos, eu pessoalmente não conheço nenhum assentamento de que tenho visitado, tenho tido contato, que... possa esboçar uma alternativa de produção de desenvolvimento que promova a auto-sustentabilidade, que promova por parte das famílias, a perspectiva de

um futuro que garanta a permanência na terra dos filhos, dos netos, em si, a reprodução familiar na terra”.

Elio Neves - Presidente da FERAESP

De acordo com esta liderança, a idéia de **fracasso** do assentamento está associada ao modelo de desenvolvimento predominante, o qual defende a sustentabilidade a partir de estratégias ecológicas e da diversidade da produção.

No que se refere àqueles que são favoráveis ao plantio da cana, eles se valem do poder financeiro para atingirem a fragilidade econômica das famílias, devido à falta de crédito para investimentos, gerado pela falta de políticas específicas de apoio à pequena produção, e isso contribui para a aprovação do projeto na comunidade (FERRANTE, 2000).

A indústria, como forma de convencer as famílias a aceitarem a aprovação do projeto no assentamento, argumenta que há garantia de mercado para a comercialização da cana, a qual gera uma renda anual. Afirma-se então, que a indústria utiliza uma estratégia de sobrevivência, baseada de modo único e exclusivo no poder dominante do capital.

Tendo em vista as assertivas acima, veja-se abaixo uma opinião favorável e outra desfavorável ao plantio da cana:

“... eu sou a favor do plantio de cana. A plantação de cana vai ser boa para nós, vai corrigir a nossa terra, vai dar um bom lucro”.

Opinião favorável ao plantio conseguida por meio da técnica de coleta de redações

“... sou contra a plantação de cana, porque nós pegamos a terra não para plantar cana e sim alimentos para nós”.

Opinião desfavorável ao plantio conseguida por meio da técnica de coleta de redações

Faz-se necessário salientar que o monopólio dos meios de produção disponíveis; o qual ocorre por meio da subordinação ao sistema de poderes da cana, impede que as famílias trabalhem por conta própria, por isso só lhes resta trabalhar para o capital agroindustrial, neste se verifica a subordinação do trabalho ao capital agroindustrial. Nesse sentido, frisa-se que no assentamento há a subordinação das famílias ao capital, porém ela é diferente, pois elas se valem da própria força de trabalho para a exploração agrícola tanto

voltada para o mercado consumidor, quanto voltada para o autoconsumo. (MARTINS, 1995).

A retomada do projeto da cana, depois da segunda e também fracassada tentativa de implantação da **parceria**, no ano de 1995, ocorreu no início de 2002, desta vez de forma organizada e articulada entre o poder executivo municipal de Motuca-SP e o governo estadual. A tentativa foi amparada pela política agrária governista, cuja prioridade principal sempre foi a regularização/titulação fundiária; talvez porque seja, sob o ponto de vista judicial, menos desgastante e mais compensatória politicamente no que se refere à apresentação de resultados, e não à implantação e consolidação dos projetos de assentamentos rurais.

Essa articulação chegou a ponto de influenciar, de maneira direta, a eleição do novo corpo diretivo da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo, para o biênio 2002/2003. Essa autarquia estadual, ligada à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, é responsável pela administração dos assentamentos rurais no estado de São Paulo, e é reconhecida devido aos importantes serviços prestados na área de regularização fundiária, na política estadual, porém esses não apresentam clareza no que se refere às diretrizes e às alternativas para a questão do assentamento rural.

“... a coordenação antiga que vinha dentro do ITESP, ela era completamente contra (projeto da parceria), mas a gente (articulação) conseguiu que... o próprio governo do estado, sabendo dos problemas do assentamento que eu levei até ele... então a gente conseguiu, porque esse governador eu senti que é um governador sério...”.

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Como se sabe, a direção anterior do órgão era contra o projeto de parceria, não apenas pelos motivos já expostos neste trabalho, mas também porque acreditava na força das políticas específicas de apoio à pequena produção, as quais podiam ser obtidas sob a forma de créditos de custeio e investimento subsidiados; de formação e capacitação de mão-de-obra, de canais de comercialização, dentre outras. Sendo assim, essa direção procurou incentivar as famílias assentadas a buscarem novas alternativas de sustentação e desenvolvimento nos lotes, de maneira a evitar que o assentamento fosse entregue ao tão combatido poder monopolista do capital;

“... eu acredito que a coordenação passada que era contra o projeto, era um pouco ultrapassada. Eles tem que lembrar, eu penso dessa forma, a tecnologia ela muda, o sistema de plantio também muda, você tem que ver a pesquisa de mercado...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Por meio do depoimento acima apresentado quer-se demonstrar que o assentado Sidney Armando Bellintani Trench foi o principal interlocutor entre o poder executivo municipal de Motuca-SP e as famílias do assentamento interessadas em participar do projeto. Com liderança reconhecida no Assentamento Monte Alegre, o Sr. Sidney foi o **escolhido** desta vez (da mesma forma como aconteceu nas outras tentativas de aprovação do projeto⁴¹) para procurar estabelecer um **bom relacionamento** entre o prefeito e as famílias do assentamento, o objetivo era o de promover a articulação interna das famílias para a implantação do projeto. Mas, para que o Sr. Sidney promovesse a política da boa vizinhança, alguns privilégios políticos foram concedidos a ele, bem como algumas promessas lhe foram feitas: pois as portas da prefeitura estavam sempre abertas para ele; as autoridades políticas o visitavam em seu lote aos finais de semana; ainda houve promessas de apoio à candidatura dele, bem como a promessa de uma cadeira no poder legislativo da cidade.

Em 24 de outubro de 2002, a Fundação ITESP publicou no Diário Oficial do estado a Portaria ITESP nº 75/2002, a qual autorizou, nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, o plantio de culturas com fins agroindustriais em sistema de parcerias com as agroindústrias. Nota-se que a publicação da portaria contribuiu muito com o sucesso da política da boa vizinhança, promovida pelo Sr. Sidney.

Desse modo, a Portaria foi fundamental para a implementação do projeto cana⁴², que ocorreu em meados do ano 2003, e se desenvolveu em 40 lotes do Assentamento Monte Alegre por meio da parceria entre a Usina Santa Luiza, a Prefeitura Municipal de Motuca-SP e as famílias assentadas. Destaca-se que a parceria durou por cinco; data constada inclusive no contrato⁴³, transcorrido esse período, é de se mencionar que a Portaria ITESP nº 75/2002 foi revogada e, em seu lugar publicou-se a Portaria ITESP nº 77/2004⁴⁴, que ainda está em vigor, e contém a mesma finalidade da que foi revogada.

⁴¹ Ver Ver STETTER, Eliana Aparecida. A Cana nos Assentamentos Rurais: Presença Indigesta ou Personagem Convidada?. Dissertação de Mestrado, FCL/UNESP, Araraquara-SP, 2000.

⁴² Ver anexo IV.

⁴³ Ver anexo V.

⁴⁴ Ver anexo VI.

Passada a euforia inicial do plantio e nove meses após a implantação do projeto-parceria, o modelo excludente do sistema de produção agroindustrial começou a ser notado em algumas ações pouco participativas, as quais os técnicos da usina e da prefeitura de Motuca vêm desenvolvendo no assentamento. Frisa-se, que essas ações de pouco destaque, não são decorrentes da má-fé dos técnicos, mas sim representam absoluta falta de conhecimento da metodologia de trabalho, no que se refere tanto à participação das comunidades rurais, quanto à interação com elas; o que não é nenhuma novidade em se tratando de legítimos representantes do modelo de agricultura patronal;

“... a usina (Santa Luiza) vem fazendo um trabalho junto com a Prefeitura de Motuca por trás do representante, porque comigo mesmo, quando eles viram que houve discordância de minha parte por certas irregularidades logo no primeiro dia de plantio aqui dentro, que eu questionei e fiz notificação, notificando a Prefeitura Municipal de Motuca, notificando a usina... que tinha coisas erradas logo no primeiro plantio. A usina tentou de qualquer maneira me queimar, e a Prefeitura de Motuca vem trabalhando e dividindo o grupo (grupo de afinidade formado para o plantio da cana nos lotes) ... O que acontece se esse grupo se dividir? Na hora do corte da cana, grupos pequenos não vão mais conseguir cortar essa cana na hora certa, e aí a usina vai querer pressionar para entrar com a turma dela para cortar a cana, prejudicando...porque aí fica caracterizado arrendamento para usina, isso pode trazer um grande transtorno para o assentado (refere-se à Lei estadual 4.957/85 que normatiza a conduta das famílias no assentamento e diz que a família deve explorar o lote de forma direta, pessoal ou família, ou seja, não permite o arrendamento da terra sob pena de exclusão)

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Como neste tópico está sendo discutida a implantação do projeto da cana no assentamento, um fator muito importante que deve ser observado em qualquer tipo de parceria é o concernente à elaboração e à discussão do contrato, que será o instrumento jurídico determinante dos direitos e deveres de todos os parceiros envolvidos. Nesse sentido, como forma de garantir o bom sucesso da parceria, bem como a boa-fé contratual, é necessário que todos os envolvidos e/ou representantes legais participem do processo de discussão de forma conjunta, para se chegar ao consenso sobre as responsabilidades e as contrapartidas que todos os parceiros terão, enquanto o contrato vigorar; neste caso a vigência do contrato é de cinco anos.

Sobre o processo de discussão e elaboração do contrato, para estabelecer a parceria e esclarecer/definir as responsabilidades das partes envolvidas, veja-se o seguinte depoimento:

“... essa elaboração do contrato... não teve uma participação com o assentamento inteiro, essa participação... esse contrato foi feito entre o ITESP, entre a usina e Prefeitura Municipal de Motuca. Participou... eu mesmo participei de uma reunião que se falava de contrato, mas são coisas que até certo ponto... tem coisas que a gente entende e tem coisas que a gente não entende... tem coisa que o assentado assinou que ele não sabe o que assinou, porque não teve um acompanhamento jurídico do sindicato da categoria... participou pessoas que não tinham o preparo certo representando o assentamento, eu na minha parte tinha coisas que eu entendia um pouco, e tinha coisas da parte jurídica que eu não entendia nada, aí ficou mais entre ITESP, Prefeitura de Motuca e usina”.

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Pela fala do Sr. Bellintani, é inadmissível que o contrato seja discutido e elaborado sem a participação de representantes do sindicato da categoria dos trabalhadores rurais. O órgão responsável pela garantia da participação da entidade representativa dos trabalhadores no processo de discussão contratual era o ITESP. Isso se conclui porque ao se considerar que a Prefeitura Municipal de Motuca e a Usina Santa Luiza advogam em causa própria, ficou sob a responsabilidade do ITESP representar os interesses dos assentados, porém isso é inconcebível sob o ponto de vista moral, já que o papel desta Fundação é o de mediador e não o de representante.

Conforme o demonstrado no parágrafo anterior se conclui que os assentados foram postos à margem do processo de elaboração do contrato, apesar de serem os parceiros mais importantes, já que são os produtores da matéria-prima.

Ainda neste tópico importa mencionar que passada a colheita do primeiro corte da cultura, voltou-se ao assentamento em julho de 2005, para conversar novamente com o Sr. Bellintani e, também para avaliar como se desenvolveu todo este primeiro ciclo da cultura, isto é, do plantio à colheita, que envolve: o acordado firmado em contrato, a produção, os custos, a receita e finalmente, o almejado lucro.

Observa-se que todo o projeto técnico para a implantação da cultura da cana-de-açúcar nos lotes do Assentamento Monte Alegre foi elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Paulo Roberto do Amaral, na época responsável técnico pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Motuca-SP.

No entanto, desde o início da implantação do projeto técnico houve equívocos, tanto no que se refere à elaboração quanto à implementação dele. A assertiva fica fácil de ser constatada no item sete desta dissertação (Operações e Orçamento Analítico), subitem I (Preparo de Solo), pois a recomendação técnica para o uso de calcário dolomítico na operação de calagem (correção da acidez do solo), foi da ordem de 2,00 toneladas por hectare, contudo a orientação não foi feita com base na mais elementar técnica agrônômica, a qual consiste em analisar o solo para saber se realmente seria essa a demanda quantitativa para sua utilização.

Os técnicos do ITESP ao realizarem a análise do projeto constataram o equívoco acima descrito e, em consequência, elaboraram um parecer, anexo ao projeto, nele constava a necessidade de realizar a análise do solo para recomendação técnica. Como resposta a esta indicação, o responsável técnico da Fundação ITESP, à época, informou que a orientação sobre o uso do calcário foi dada com base em parâmetros regionais, porém ele também informou que a Usina Santa Luiza não aceitaria quantidades inferiores às estabelecidas no projeto. E caso a análise de solo recomendasse a aplicação de 1,50 toneladas de calcário por hectare? Seria cobrado antecipadamente, como foi o caso das 2,00 toneladas? Essas são respostas que infelizmente não são possíveis de serem respondidas, porque as questões ultrapassam o plano técnico e constam de modo efetivo, na análise das estratégias para permanência na terra, conforme o depoimento abaixo:

“... não foi feito uma análise de solo, porque você sabe muito bem que... numa diferença pequena de 30 metros a diferença do pH é grande, não teve acompanhamento no peso do calcário que foi jogado, até hoje eu não sei quanto foi jogado de calcário na minha terra, porque no contrato estipula que ia ter acompanhamento pelo ITESP e um representante do assentamento, é de praxe ter assentados acompanhando, representantes acompanhando e não teve...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

O depoimento do Sr. Bellintani comprova que de acordo com o contrato, o peso do calcário jogado no solo, deveria ser acompanhado por um técnico da Fundação ITESP e também por um representante do assentamento. Nota-se que o depoimento deste assentado está de acordo com o item 4.2 do contrato, este estabelece que os fornecedores (assentados) **poderão** (atenção para a condicional) acompanhar a operação de aplicação de calcário, mas não cita, em momento algum que os fornecedores ou a Fundação ITESP **poderão**

acompanhar, por exemplo, o carregamento e a pesagem deste insumo, o que abre brechas para sonegações e questionamentos sobre a idoneidade do processo.

Já no subitem II (Plantio), consta do projeto técnico o uso (já devidamente descontado do fornecedor em tonelada de cana ao custo de 6,5 ton/ha), o produto *Regent*⁴⁵ e na aplicação (conforme item 8 do projeto técnico) de responsabilidade da recebedora (Usina). Também neste caso não foi aplicado em campo o previsto no projeto;

“... não foi posto cupinicida *Regent* com a terra infestada de cupim, eu mesmo gastei 30 horas de máquina pra acabar de destocar minha terra para plantar cana, paguei do meu bolso. Quando logo no começo eu percebi o erro de eles não terem feito análise de solo, não terem colocado cupinicida *Regent*, eu pedi para o ITESP que elaborasse um documento, e o meu grupo que estava plantando fizemos uma notificação para usina, uma notificação pro Sr. Paulo Amaral que é o engenheiro da Prefeitura de Motuca e em seguida eu fui queimado. Em seguida eu comecei a ser perseguido, perseguido de uma forma que o meu grupo... eu me tornei um inimigo da usina, e todo aquele que tivesse junto comigo tornaria inimigo da usina também...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

No depoimento constata-se que o fato de o assentado ter recorrido a um agente do campo de forças, isto é, ao ITESP, já é suficiente para demonstrar que este morador da terra deve ser considerado um agente portador de idéias polêmicas.

Ainda, importa salientar que, de acordo com o plantio no lote do Sr. Bellintani, houve, pela primeira vez (desde 2003), a oportunidade de ter acesso às notas fiscais e aos recibos, os quais foram fundamentais para avaliar a produção final da primeira safra, a qual inclui: os custos, as receitas e os lucros aferidos. Desse modo, a situação permite apresentar, de forma inédita, uma análise sobre o papel da cana nas estratégias dos assentados. Assim, observa-se a seguir o balanço econômico da atividade no primeiro corte (teoricamente a de maior produção);

Identificação

- Projeto de Assentamento: Monte Alegre – núcleo III (Araraquara-SP)
- Beneficiário: Sidney Armando Bellintani Trench
- N° do Lote: 45
- Área do Projeto da Cana: 7,00 há

⁴⁵ Produto usado para controle de pragas do solo como formigas e cupins.

Quadro 17 – Fluxograma de Receitas e Despesas – 18 Meses (Primeiro Corte)

Item	Descrição	Receita (R\$)	Despesa (R\$)
1	Serviços prestados referentes à formação do canavial de cana (Nota Fiscal da Usina Santa Luiza; N° 48; Emissão em 31/10/2004)		7.425,31
2	Adiantamento da usina para aquisição de insumos para o plantio da primeira safra (compra de corretivos, adubos, inseticidas, etc)		3.413,28
3	Corte da cana – Pagamento de mão-de-obra (Recibo)		2.200,00
4	Pagamento de INSS		433,62
5	Carregamento e Transporte de 587,17 ton de cana (Nota Fiscal de Rincão – Desmate e Preparo de Solo; N° 49; Emissão em 31/10/2004)		2.055,10
6	Produção do 1º corte – 587,17 ton (Nota Fiscal da Usina Santa Luiza; N° 5304; Emissão em 31/10/2004)	18.853,18	
7	Pagamento de ATR (Açúcar Total Recuperável) – índice de correção dos valores pagos ao fornecedor e divulgado pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool do estado de São Paulo – CONSECAN	7.409,80	
8	Adiantamento da usina para aquisição de insumos para os cultivos da segunda safra (compra de corretivos, adubos, inseticidas, etc)		5.063,44
9	TOTAIS	26.262,98	20.590,75
10	TOTAL GERAL – 18 Meses	5.672,23	
11	VALOR MÉDIO MENSAL	315,12	

Ao se considerar a frieza e a imparcialidade dos números, deve-se saber que este é o principal argumento utilizado por aqueles que possuem o poder do capital, e o fazem como forma de descaracterizar a política de assentamentos rurais paulistas pelo estigma da inviabilidade econômica deles, apesar de toda propaganda veiculada nos meios de comunicação sobre o sucesso do projeto⁴⁶.

No momento em que se analisa a renda média mensal dos lotes, que é de 315,12 (trezentos e quinze reais e doze centavos) /Lote, é claro que ela não parece ser lucrativa, quando se considera um local com cinquenta por cento de área agricultável e, que em razão de força contratual, o fornecedor deverá manter assim, até o ano de 2008. Em razão disso, nota-se o a opinião de um assentado sobre esta primeira experiência:

⁴⁶ Ver Anexo VII

“... quando o usineiro chega na televisão, para fazer propaganda, mostrar que o assentado está ficando rico, veja quanto a usina está levando. Porque estamos a menos de 12 km da usina, pagando frete, pagando o transporte e pagando a carregadeira e pagando a mão-de-obra que não era esse o combinado...o assentado não tem dinheiro para gastar na mídia para poder mostrar a realidade, o que nós podemos fazer é quando chegar os órgãos de pesquisa até nós, a gente falar a verdade. Agora, muitos pensam que vão ficar rico... no meu ponto de vista, não é aquela maravilha que eu imaginava...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Além disso, há um outro fator que também incomoda as famílias, porém a sua proibição não está previsto em contrato. O assunto que preocupa os assentados é o que diz respeito à operação da queimada da cana antes da colheita; em reunião realizada em 13/02/2003 no escritório regional da Fundação ITESP em Araraquara-SP, da qual participaram a própria Fundação ITESP (Diretoria e Coordenação Regional), Prefeitura Municipal de Motuca-SP (Prefeito e Responsável Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura); Usina Santa Luiza (Direção) e Representantes dos Fornecedores (Assentados), foi citado pelo Sr. Bellintani (e registrado na ata da reunião) sua preocupação com a queimada já naquela oportunidade, mas não houve nenhuma menção por parte dos participantes quanto à possibilidade de não praticarem a queimada ou de discutir alguma alternativa para a redução dela. Nota-se, que apenas foi informada pelo prefeito municipal de Motuca-SP a possibilidade de os fornecedores pagarem um seguro agrícola no caso de a prática das queimadas vir a ocorrer antes do período recomendável, quer dizer, antes da colheita. Por meio disso, contata-se que a preocupação era apenas no concernente a uma possível queda na produção da cultura, caso a hipótese de não se queimar a cana viesse a se concretizar.

Mas, conforme demonstra o depoimento abaixo, veja-se a opinião do assentado, a qual reflete a insatisfação das famílias no que diz respeito ao projeto da cana; é possível de se observar uma completa insatisfação, que se agrava com a queimada.

“... Eu não vejo a hora de poder voltar para agricultura familiar, eu estou com 57 cabeças de gado hoje, tenho porco no meu chiqueiro, antigamente eu tinha a minha mandioca, tinha meu milho, eu tinha minha horta, eu tinha meu arroz, eu não precisava enfiar a mão no bolso para comprar nada...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Pode-se concluir com a análise que se fez acerca dos problemas trazidos pelo projeto da cana; o qual durará até o ano de 2008, conforme o estabelecido em contrato; que ele precisará ser rediscutida com as famílias, como forma de garantir a continuidade de sua existência, a qual apenas será possível por meio de uma maior participação dos fornecedores nos processos decisórios.

Entretanto, a maior participação dos assentados não é garantia suficiente da sobrevivência do projeto, uma vez que a participação deve estar associada a um melhor acompanhamento das operações previstas na execução do processo produtivo, essas operações incluem: aquisição de insumos, pesagens, colheitas, etc. Desse modo, é possível minimizar as desconfianças que se estabelecem entre fornecedores e receptor.

Porém, apesar de ser necessária a participação dos assentados para se discutir o projeto da cana, acredita-se que ela não ocorrerá, pelo fato de ser essa uma realidade que não está inserida na grande maioria das relações trabalhistas brasileiras, quais sejam, as de discussão e acordo entre empregadores e empregados. Assim, é neste cenário de desconfiança entre as forças externas e internas do assentamento, que está sendo construído um futuro incerto para as famílias do lote.

Já existe hoje a concepção de que o uso e a utilidade pública da propriedade (como é o caso das terras do Assentamento Monte Alegre), não são mais suficientes como conceitos, para abranger esse uso ou função, pois existe uma utilidade social que é mais que estatal e que se opõe, muitas vezes, aos interesses do estado que está subordinado aos interesses econômicos do modelo capitalista (MARÉS, 2003).

6.6 - Relações com o Meio Ambiente: Uma Nova Estratégia para os Assentados

Ao se estudar o meio rural, independente da atividade, isto é, não importa se ela é de cultivos, de criações, de processamento, ou de qualquer outro tipo, é preciso estar ciente que de forma direta ou indireta também se estuda o ambiente em que as atividades são desenvolvidas. Afirma-se isso, porque em pesquisas voltadas às atividades do meio rural, o que se pretende identificar, de forma mais incisiva e minuciosa, são as operações específicas que integram um processo, o qual se encontra em um ambiente pré-constituído.

Em outras palavras, quando se desenvolve uma pesquisa sobre a produtividade da cultura do milho, por exemplo, aspectos como clima, solo, plantas, pragas e moléstias são analisados, mas é difícil que ocorra um estudo que considere todo o ecossistema da área que é objeto de estudo.

Destaca-se, que neste trabalho não se tem a pretensão de equacionar esta interface em todos os seus níveis, mas como nesta dissertação optou-se por uma metodologia que focasse a visão holística, quer dizer, que se voltasse para os indivíduos e a natureza, já que estes não se encontram separados, ao contrário, formam um conjunto, impossível de ser dissociado.

Como forma de comprovar a necessidade de se inserir neste universo empírico o ambiente circundante, veja-se o depoimento de um assentado, o qual demonstra a relação existente entre a atividade produtiva, neste caso específico a cultura da cana, e os efeitos que ela provoca no meio-ambiente:

“...outra coisa que eu me opus desde o começo, é queimadas. Queimadas dentro de uma área que... hoje tem mais de 400 famílias assentadas nessa área de terra, e fogo... queimando... encostado em casas, encostado em fios de alta tensão, encostado em cercas de vizinho, intoxicando famílias aí... eu mesmo tive casos aqui de crianças, minhas netas, ficaram no hospital com pneumonia, crianças que eram saudáveis nunca tiveram problema nenhum...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Com a análise do universo empírico desta dissertação, pode-se constatar que o Projeto de Assentamento Rural da Fazenda Monte Alegre até meados da década de 80 era ocupado, em sua totalidade, pelo plantio comercial da monocultura do eucalipto, que era utilizado na fabricação de dormentes para as estradas de ferro. Mas, após sucessivas ocupações da área pelos trabalhadores rurais sem-terra, diversificaram-se e multiplicaram-se as atividades de produção, por meio de diferentes cultivos como frutíferas, hortaliças, grãos, além das criações de pequenos e grandes animais. Essa diversidade de culturas e de criação de animais ocorreu porque as famílias necessitavam retirar seu sustento e garantir sua sobrevivência, por isso lutaram pela permanência na terra.

Com essa idéia, atenta-se para a afirmação de FERRANTE & SANTOS:

Não se trata aqui de reconstruir a biodiversidade perdida com a ocupação da área por dezenas de anos pela monocultura do eucalipto, mas sim que está sendo restabelecido através da diversidade dos sistemas de produção, tanto de cultivos como de criações, a diversidade própria da vida rural tradicional. (2004)

Há também um outro fator de grande relevância, qual seja, o que diz respeito à relação entre homem do campo e meio ambiente, pois este trabalhador está em contato diário com o ecossistema. Menciona-se desse modo, que ecossistema, nesta dissertação, deve ser compreendido como sendo todas as relações dos organismos entre si e com seu meio ambiente em uma determinada área.

Assim, veja-se o depoimento de um assentado sobre o meio-ambiente em que ele vive:

“... tranquilidade, silêncio, a gente pode plantar de tudo um pouco. Temos dificuldade mas aprendemos viver com ela porque, temos sonho de um dia ele estar produzindo totalmente. Eu e minha família adoramos estar aqui, adoramos a natureza tenho muito amor por cada pé de fruta que eu plantei. Ver os pássaros fazer seu ninho nelas, ver eles cantarem de felicidade, sendo que na cidade nada é assim, lá sim tem dificuldade”

Depoimento de assentado (a) por meio da técnica da coleta de redações

O depoimento permite concluir que esta postura do assentado para com o meio em que ele vive, possibilita e favorece a este uma pré-disposição conservacionista, mesmo que no inconsciente dele, pois será nesta área, bem como nos arredores dela que o morador retira o sustento familiar (DULLEY & CARVALHO, 1994). Essa pré-disposição conservacionista é aflorada nas famílias como, por exemplo, no projeto de plantio de cana no assentamento Monte Alegre, quando da realização das queimadas para facilitar e baratear o custo da operação da colheita. Desse modo, veja-se o depoimento do assentado que é contra as queimadas da cana, porque elas destroem o meio-ambiente.

“... aqui antes de ser uma área de reforma agrária, aqui era o horto florestal, e nesse horto florestal existiam muitas espécies nativas de animais silvestres, como ainda existem algumas espécies. E esse fogo quando é atado de noite, ele está matando o resto que sobrou, porque dentro tem o veado, tem o lobo guará, tem.... muitas espécies de passarinho que você vê no meio da chama do fogo... você vê aquela tocha que sobe para cima é a pomba sendo morta, é o nambu sendo morto, a perdiz sendo morta, muitos animais estão sendo mortos porque são animais rasteiros. Os que tentam voar.... esses voam já incendiando, eles são pegos de surpresa, o fogo cerca o canavial. Então isso para mim não é uma reforma agrária de verdade...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

A preocupação do assentado em relação ao meio-ambiente é agravada pelo fato de ele viver no ecossistema em que desenvolve suas atividades de produção, por isso ele assiste de perto a toda destruição que as queimadas provocam. Entretanto, a destruição do ambiente não significa apenas a perda material, mas também representa uma ameaça à sobrevivência dos assentados na terra, que tanto lutaram para conquistar. Então, é neste contexto que o assentado se revolta e se indigna, pois se vê impotente diante dos problemas ambientais que a cana provoca, apesar de todos seus esforços para mudar a situação; isso se comprova com o depoimento abaixo:

“... onde fica o respeito pelas famílias que moram aqui dentro? E a fuligem de cana que vai no pulmão... a renite aguda... os problemas pulmonares que estão dando... e outros tipo de doença que estão chegando até o assentado. A minha preocupação não está só nisso, está também na biodiversidade. Essa terra queimada que é uma área do governo, tinha que ter um maior respeito e os próprios órgãos do governo tem que saber...”

Sidney Armando Bellintani Trench, assentado na área III da Fazenda Monte Alegre

Assim, nota-se que seria impossível dimensionar as relações sociais que ocorrem no meio rural, se não fosse estabelecida a interface e a mediação com o meio ambiente, o que, diga-se de passagem, as torna infinitamente mais complexas, e talvez constitui o maior obstáculo para a compreensão do homem do campo, bem como de suas reais necessidades. Por tudo isso, é que o meio-ambiente é importante na vida de todos os seres vivos, em especial, na vida do homem do campo. Dessa forma, veja-se:

“... uma das coisas que contribui para permanência é o ar puro, a água saudável...”.

Depoimento de assentado (a) por meio da técnica da coleta de redações.

CONCLUINDO OU RETOMANDO QUESTÕES

Neste trabalho procurou-se discutir a respeito das estratégias desenvolvidas pelas famílias assentadas, no projeto de assentamento rural da Fazenda Monte Alegre, para a permanência na terra. Nota-se, que apesar de a formação acadêmica ter sido na área de engenharia agrônoma, o que justificaria a análise deste trabalho com foco na caracterização econômica das atividades agrícolas, não foi isto o que ocorreu.

Nesta dissertação de mestrado buscou-se trabalhar com a caracterização dos sistemas agrícolas produtivos, os quais constituem uma variável desta complexa dimensão sócio-econômica. Com isso, provou-se que as estratégias adotadas pelas famílias nas comunidades são mutantes, pois são criadas e recriadas de acordo com as necessidades dos assentados.

Além do mais, neste trabalho demonstrou-se que a racionalidade econômica dos pequenos produtores difere da premissa da maximização do capital (lógica do modelo capitalista do grande agronegócio), pois o modo de vida das famílias assentadas volta-se para as necessidades de auto-sustento, isto é, à lógica da reprodução social.

Por meio dessa análise, pode-se afirmar que quando o poder econômico estabelece analogias e questionamentos a respeito da viabilidade dos modelos de produção agrícola das famílias assentadas, no mínimo, os enfoques são parciais, tendenciosos ou reducionistas, uma vez que se deve abranger o assunto e, portanto, aprofundá-lo, para que seja possível atingir uma conclusão acertada.

Os assentamentos rurais podem ser entendidos como uma política de experiências recentes e inovadoras sob o ponto de vista da ocupação do espaço e da gestão econômica do território. Dessa forma, o conceito sobre os assentamentos exterioriza dimensões teóricas, as quais englobam aspirações a estudos sobre as estratégias de produção, e práticas, ou seja, estratégias de produção e hábitos, ambos desenvolvidos pelos moradores dos lotes. Frisa-se que tanto as dimensões teóricas quanto práticas envolvem relações de recusa, enfrentamento e aceitação com outros agentes sociais e, também envolvem a convivência com os recursos naturais circundantes; o que vai de encontro ao estabelecimento de avaliações concisas e pontuais sobre o estudo.

Sendo assim, salienta-se que avaliações imprecisas sobre este modelo de produção agrícola, quer dizer, sobre o modelo de produção do pequeno produtor, remetem à década de 60, pois houve transformações tecnológicas na agricultura, bem como na armazenagem dos produtos agrícolas, e na comercialização deles, uma vez que os grandes complexos

agroindustriais se expandiam em um ritmo galopante, por isso afirma-se que a economia modernizou-se.

Com as novas técnicas; as quais foram desenvolvidas por meio de uma pesquisa de extensão rural, voltada para o desenvolvimento e o processo do produto; houve uma intensiva mecanização e uma crescente dependência da indústria agroquímica (insumos e defensivos) no processo de produção.

Todas essas mudanças na agricultura ocorreram devido aos subsídios, conseguidos por meio do crédito rural. Além disso, elas caracterizaram o padrão agrícola dos dias atuais, que já dura há quatro décadas, esta sustentação é conseguida graças ao discurso da maximização da produtividade. Mas, os que defendem esta idéia se esquecem dos efeitos que a maximização da produtividade provoca à sociedade e ao meio ambiente, já que ela é desenvolvida de forma indiscriminada.

Apesar de as mudanças tecnológicas, produtivas e econômicas estarem ocorrendo na agricultura já há quatro séculos, destaca-se que o pequeno produtor rural ainda não conseguiu absorver por completo todas as adequações impositivas do modelo em vigor, principalmente no que diz respeito à mecanização de das operações. Isso acontece porque o pequeno produtor tem uma escala de produção restrita, não pelo fato de ser ele incapaz, mas sim por não ter recursos financeiros suficientes para se adaptar ao novo modelo tecnológico. Assim, em consequência desta impossibilidade física, o pequeno produtor apenas trabalhou e trabalha com a tecnologia agroquímica.

Nota-se, que esta característica do pequeno produtor, qual seja a de não estar adaptado aos novos modelos agrícolas tecnológicos, não decorre apenas da falta de recursos financeiros, mas também é consequência da política agrícola brasileira. Isso porque a agricultura nacional sempre esteve direcionada ao produto, o que significa que sempre esteve em relação direta com a lei da oferta e da procura em uma economia globalizada.

Ainda, salienta-se que apesar de a produtividade da terra, em pequenas propriedades, apresentar níveis produtivos de até dez vezes maiores aos das grandes propriedades, o rendimento do trabalho nas terras menores, devido ao emprego de moderna tecnologia, sempre foi de três a quatro vezes inferior ao das grandes áreas mecanizadas, já que nestas áreas não há a necessidade de se empregar grande quantidade de mão-de-obra.

Por tudo isso, pode-se observar que toda esta discrepância resultou na redução do peso dos produtos agrícolas, cuja produtividade teve por meta redirecionar **a venda** da mão-de-obra excedente às extensas unidades de produção capitalistas (SILVA, 1999).

No entanto, é importante saber que esta opção não significou o abandono das atividades produtivas na pequena propriedade, pois com a abertura da economia mundial no início da década de 90, a agricultura passou a não ser mais um setor dicotomizado, quer dizer, um setor urbano/rural desvinculado do processo econômico e das dinâmicas em movimento.

Desse modo, hoje, a agricultura não só participa desta dinâmica, como também a absorve e por vezes, até a induz. Então, é neste contexto de transformações sociais e econômicas por que passa a sociedade, que se apresenta um novo debate sobre ocupação do espaço e gestão do território, que por sua vez se encontra acompanhado de novo ingrediente: a prática da pluriatividade (TEDESCO, 1999).

Neste universo cada vez mais complexo, as ações são implementadas, de modo que são caracterizadas pelas diferentes estratégias, as quais são adotadas pelas famílias assentadas como forma de sobrevivência e reprodução social. Nesta seara, ainda é possível identificar, por meio das informações constantes nos capítulos anteriores, alguns fatores importantes, tais como:

- De forma geral, tanto nos sistemas de culturas como no de criações, apesar das imensas dificuldades encontradas pelas comunidades do assentamento, o modelo de produção idealizado pelas famílias ainda é o modelo com base tecnológica, resultante do processo de agroindustrialização da agricultura a partir da década de 60;
- Práticas agrícolas alternativas e/ou complementares, relativamente simples de serem implementadas, além de apresentarem um baixo custo, como por exemplo: o plantio em nível, o plantio consorciado, o uso de sementes variadas, a adubação verde e a rotação de culturas. Tudo isso influencia de maneira direta na sustentabilidade produtiva do solo, uma vez que são práticas de manejo para evitar e/ou reduzir o processo erosivo, todavia ainda são pouco utilizadas no assentamento;
- A falta de vontade política; caracterizada pela assistência técnica e pela extensão rural estatal, que poderiam atuar de forma mais incisiva e presente nos assentamentos; contribui com a instabilidade institucional na condução das diretrizes políticas de atuação junto às comunidades. Além disso, ela também faz aumentar a turbulenta relação entre famílias assentadas e agentes técnicos, a qual está relacionada à contradição ideológica entre **sonho de liberdade e instrumentos legais de controle**, exercidos pelo poder estatal, os quais dificultam a implantação de uma proposta de trabalho que só traria benefícios a estes atores sociais;

- Ainda se faz necessário que os poderes públicos federal, estadual e, principalmente municipais, implementem ou dêem continuidade a políticas que estabeleçam canais de comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos, principalmente àqueles resultantes dos sistemas de culturas, já que aproximadamente sessenta por cento das operações ainda são realizadas por meio da ação direta dos atravessadores;
- A racionalidade do trabalho destes atores sociais passa pela seguinte caracterização; a) praticamente cinquenta por cento da força de trabalho provem dos filhos residentes no assentamento, os quais se ocupam também com atividades externas à propriedade, ligadas ou não às atividades agrícolas; b) contrapondo-se à constatação feita no item a, mais de sessenta por cento das famílias assentadas fazem uso de mão-de-obra externa à propriedade, para execução de atividades sazonais ou permanentes.

Importa dizer, que se este ponto fosse somente observado sob a ótica fria dos números e da racionalidade econômica, poder-se-ia concluir que há incapacidade na gestão administrativa destes grupos de famílias. Porém, sob o ponto de vista da racionalidade social, constata-se o processo de reconstituição de uma comunidade, baseado nos princípios da solidariedade, da confiança, do respeito, do conhecimento de técnicas agropecuárias e da relação com o meio ambiente. Todos estes princípios estão em franca evolução, ainda mais se se pensar que algo em torno de oitenta e cinco por cento da ocupação de mão-de-obra externa ao lote é ressarcido com a própria força de trabalho, por meio da troca de dias ou com o pagamento em mercadorias, como grãos, animais e outros tipos de especiarias, e isto caracteriza as diárias. Especificamente nesta, como em diversas outras situações, ganha força a estratégia que procura otimizar o ganho com mão-de-obra familiar (atividades externas ao lote), sem comprometer a demanda da execução interna assim, neste caso, o elemento que organiza tecnicamente a produção é a mão-de-obra;

- A racionalidade camponesa ocorre em função de que, em determinadas épocas do ano, o potencial da força-de-trabalho familiar fica subutilizado (ponto de vista da produção comercial), nestes casos recorre-se então à venda da força de trabalho em caráter temporário e/ou permanente, para que se possa fortalecer o orçamento familiar. Esta estratégia só é possível de ser implementada se estes atores sociais tiverem estabelecido ou constituído uma rede de sociabilidade interna que lhes possibilite a formação de um capital social que se mostra imperceptível sob a luz da maximização da produtividade e do modelo estatal de assentamento.

A consolidação destas novas alternativas de ocupação do espaço e gestão dos territórios está em constante conflito com a voracidade do agronegócio, o qual se aproveita da

fragilidade econômica das famílias para impor projetos de **desenvolvimento** das comunidades. Essa assertiva pode ser constatada por meio das indicações constantes no documento **Novo Mundo Rural**, publicado em abril de 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, nele a proposta parte da premissa da descentralização ou da emancipação dos complexos sociais, que estão associadas à atuação do poder público municipal. Tudo o que se disse aqui, pode ser comprovado por meio do depoimento abaixo:

“... Na medida que o assentado ao chegar na terra é levado pela política estatal a ser mais parceiro do banco que de outros trabalhadores, ser mais parceiro da agroindústria que de outros trabalhadores..... ser mais consumidor do que produtor a medida que ele não consegue ser auto-suficiente na produção de insumos e no avanço técnico para implementação de sua produção, então há... há um descolamento cultural, há um descolamento em todos os sentidos, de uma realidade, de um ser humano que antes tinha uma convivência em uma faixa da sociedade, ou seja, entre os trabalhadores, e que do dia pra noite passa a ser... como se fosse uma célula do sistema financeiro, uma célula mercadológica e tendo que dar respostas mercadológicas para as políticas do estado, para satisfação dos homens e mulheres que fazem a gestão pública...”

Élio Neves - Presidente da FERAESP

O documento foca-se na consolidação da agricultura familiar, na criação do Programa Nacional para a Agricultura Familiar – PRONAF, os quais constituem a principal ferramenta para viabilizar liberação de recursos subsidiados aos pequenos agricultores familiares. Mas, isso só poderá acontecer desde que esteja condicionado à criação, na esfera municipal ou microrregional, de um conselho municipal de desenvolvimento rural com a participação de representantes das prefeituras municipais, da câmara de vereadores, dos órgãos públicos, com atuação direta ou indireta nas comunidades, das instituições bancárias, das ONG's e dos representantes dos agricultores rurais (FERRANTE & BARONE, 2003). Com isso, é que se afirma que há uma forte atuação do poder público e dos particulares que apenas visam auferir lucros, sem se preocupar com o futuro das famílias assentadas, as quais, em tese, são a prioridade do governo, já que foi elaborado até um documento que também, em tese, comprova isso.

Por esse motivo, é que esta proposta não deve ser considerada a mais racional, pois tendo em vista exemplos já citados neste trabalho, sabe-se que a relação de clientelismo estabelecida entre o poder público municipal e lideranças das comunidades, com certeza

não traria benefícios para uma parcela considerável das famílias dos assentamentos. Na verdade, estes complexos sociais (projetos de assentamentos rurais), ao serem implantados, estariam suscetíveis aos interesses dos grandes grupos econômicos, que simplesmente negligenciam ou ignoram as diferenças regionais e os interesses locais e, portanto, excluem as comunidades da participação das decisões sobre os processos produtivos.

Além disso, por meio do exame das práticas dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, comprova-se que há pouca ou nenhuma vontade política de assumir a inclusão de projetos dirigidos a assentamentos na agenda política municipal. Assim, apenas resta aos trabalhadores marginalizados do processo buscar a sobrevivência e a reprodução social por meio da pluriatividade (TEDESCO, 1999). No mesmo sentido, é a opinião abaixo:

“... quando o estado, na pessoa da Fundação ITESP, assume como se fosse o proprietário do assentamento, o proprietário do lote, o proprietário das benfeitorias, o proprietário da vida das pessoas, o estado na figura da Fundação ITESP assume uma postura perversa que diz respeito aos sonhos e esperanças dos trabalhadores. Esse talvez seja o motivador, não é o único, acho que há problemas entre as famílias, mas o fato do estado não ter garantido nesses vinte anos para o assentamento e as famílias relações jurídicas sólidas que desse para o assentado, a perspectiva que ele realmente está fincando seu pé naquilo que lhe pertence, o estado aí, gera um desestímulo e faz do assentado mais uma figura daquelas que querem fazer o jogo brasileiro e se dar bem a curto prazo e.. aí talvez, isso justifique também as parcerias inconvenientes. O estado é responsável disso a medida que não tem política por uma lado, favorece parcerias por outro e fragiliza a relação jurídica trabalhador x terra. Então o assentamento precisa resolver a questão da documentação da terra, isso é uma questão de fundo e se os assentado não enfrentarem isso, a insegurança, especialmente nas mulheres, nos jovens, nas crianças, ela vai se consolidando, vai se perpetuando e... o assentamento cada vez, mais a comunidade vai envelhecendo, adoecendo e não é a toa que nos... podemos verificar dentro do assentamento uma quantidade enorme de pessoas que sobrevivem de renda da previdência social né... quer dizer, e as pessoas que teriam realmente força de trabalho, os jovens não vêm a perspectiva de futuro porque esse fator, de que não há segurança também e inibidor de investimentos, de apostas a longo prazo...”

Elio Neves - Presidente da FERAESP

Com a análise de todas as expressões das famílias assentadas ao longo deste trabalho, pode-se concluir que a infra-estrutura social implantada no assentamento, como

por exemplo: escola, posto médico, energia, transporte, bem como o acesso à água saudável, e ainda há o contato direto com as plantas e os animais, os quais caracterizam a tranquilidade do campo. Há de se mencionar, que todos esses são fatores importantes para que as famílias, apesar das dificuldades, permaneçam na terra.

Quando se fala em dificuldades de permanência na terra, deve-se ter em mente a infra-estrutura de produção, aqui expressada pelo binômio **financiamento e trabalho**, o qual é o principal fator de recusa e/ou enfrentamento dos assentados perante os órgãos estatais, e que dificulta muito a vida dessas famílias nos lotes, uma vez que elas passam a ser submissas aos entes políticos.

Mas, não apenas aspectos negativos devem ser demonstrados, uma vez que iniciativas do poder público municipal, como a feira dos pequenos produtores, no município de Araraquara, traz instrumentos que contribuem para a sobrevivência na terra dos pequenos produtores, tais como: a diversidade da produção, como é o caso do cultivo de hortaliças com fins comerciais; menciona-se também a geração de emprego, em virtude da absorção da mão-de-obra local e; ainda pode ser citado o autofinanciamento, que ocorre por meio da garantia de canais escoadores da produção de modo direto com o consumidor, sem a atuação de intermediários, em consequência as famílias reiniciam um processo de capitalização.

Para finalizar a conclusão, é importante dizer que os projetos de assentamentos rurais existentes na microrregião de Araraquara, podem ser considerados ícones de recusa e resistência ao modelo de agricultura patronal, praticado pela grande agroindústria de exportação. Certo é que futuro destas experiências permanece envolto de incertezas, o que reflete a precariedade das políticas públicas dirigidas às experiências e à consolidação de parcerias que, voltadas a um **pseudo-desenvolvimento** podem trazer o retrocesso não só financeiro, mas principalmente cultural.

No entanto, em meio há tantas incertezas, uma coisa é certa: a de que as experiências de assentamentos criam novas bases para serem discutidas perspectivas futuras de desenvolvimento local/regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário no Campo*. Campinas: Hucitec, 1998.

ABRAMOVAY, R. *A Rede, os Nós, as Teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura*. Revista de Administração Pública – nº 06, 2000.

ABRAMOVAY, R. *Agricultura Familiar e Uso do Solo*. São Paulo em Perspectiva – vol. 11 - nº 02.

ABRAMOVAY, R. *Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural*. Cadernos de Ciência & Tecnologia – vol. 15, nº 01, 1998.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.; *Reconstruindo a Agricultura: Idéias e Ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

ANTUNIASSI, M. H. R; AUBREÉ, M; CHONCHOL, M. E. F. *De Sitiante a Assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais*. São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade, vol 7, n.3, jul/set, 1993.

APOLLIN, F; EBERHART, C. *Metodologias de Análisis Y Diagnóstico de Sistemas de Riego Campesino*. CICDA-RURALTER; CAMAREN; Quito-Ecuador, 1998.

BARONE, L.A. *Revolta, Conquista e Solidariedade : A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempos*. UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Dissertação de Mestrado, 1996.

BARONE, L. A; *Conflito e Cooperação. O Jogo das Racionalidades Sociais e o Campo Político num Assentamento de Reforma Agrária*. UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Tese de Doutorado, 2002.

BERGAMASCO, S. M. P. P. *Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. Assentar, Assentados e Assentamentos: Solução ou atenuante?* Reforma Agrária, ABRA: Campinas, n.3, vol.22, set/dez, 1992.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L.A.C. *O Que são Assentamentos Rurais*. Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C; PINTO, L. de B; OLIVEIRA, R. A. P de. *Assentamentos Rurais no Brasil: Diversidades Socioeconômicas*. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu-PR; 1999.

BERGAMASCO , S. M. P. P; AUBREÉ, M; FERRANTE, V. L. S. B (orgs). *Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo*. Campinas, UNICAMP/FEAGRI; Araraquara, UNIARA; São Paulo, INCRA; 2003.

BEROLDT, L. A; ALMEIDA, J. P. de; MIGUEL, L. de A. *Procedimentos para Diagnóstico de Um Sistema de Cultivos*. III Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis – SC; 1998.

BRANDENBURG, A. A *Organização de Sistemas “Alternativo-Sustentáveis” de Produção Familiar*. III Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis – SC; 1998.

CARMO, M, S do; COMITRE, V. A *Visão Sistêmica na Avaliação Sócio Ambiental de Assentamentos Rurais*. Campinas – SP; FEAGRI-UNICAMP; 2005.

CARMO, M. S. do; SALLES, J. T. A. de O; *Sistemas Familiares de Produção Agrícola e Desenvolvimento Sustentado*. III Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis – SC; 1998

CASTRO, M.H. *Reforma Agrária e a Pequena Produção*. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1997 (mimeo).

CATI on line – Informações Regionais. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br>>. Acesso em 24 ago.2002.

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. *Microbacias Hidrográficas*. Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento; São Paulo-SP, 1994.

CHABARIBERY, D. *Inovação e Desigualdade no Desenvolvimento da Agricultura Paulista*. São Paulo-SP; IEA, Coleção Estudos Agrícolas, 1999.

CUNHA, C. F. L; FIALHO, J. R. D; SILVEIRA, P. R. C. *Análise das Condicionantes de Reprodução dos Sistemas de Produção Identificados na Região Colonial de Santiago-*

RS. Disponível na Internet: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/sbs3/16.html>. 08 out. 2002.

DALMORA, E; NEUMANN, P. S; SILVEIRA, P. R. C. da; *Breve Delimitação dos Fatores Históricos, Sociais e Agroecológicos dos Sistemas de Produção de Santa Maria-RS*. III Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Florianópolis – SC; 1998.

EHLERS, E.; *Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de um Novo Paradigma*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA. Guia Metodológico “*Diagnóstico de Sistemas Agrários*”, 1999.

FAO/INCRA. *Seminário Sistemas Agrários*. s/d.

FAO/INCRA. *Síntese Preliminar dos Diagnósticos dos Sistemas Agrários na Região Sudeste*.

FERRANTE, V. L. S. B. *Estratégias Familiares: reverso possível ao modelo estatal de assentamento*. Encontro Nacional da ANPOCS, Campina Grande, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); *Retrato de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa: Ano I – nº 01. FCL/ UNESP/Araraquara, 1994.

FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); *Retrato de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa: Ano II – nº 02. FCL/ UNESP/Araraquara, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); *Retrato de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa: Ano II – nº 03. FCL/ UNESP/Araraquara, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); *Retrato de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa: Ano V – nº 07. FCL/ UNESP/Araraquara, 1999.

FERRANTE, V. L. S. B.; (org.); *Retrato de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa: Ano VI – nº 08. FCL/ UNESP/Araraquara, 2000.

FERRANTE, V. L. S. B; BARONE, L. A. *Relações de Gênero no Assentamentos Rurais: Violência e Resistência na Constituição de Um Novo Modo de Vida*.

FERRANTE, V.L.S.B e BERGAMASCO, S.M.P.P. *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: UNESP,1995.

FERRANTE, V. L. S. B; BARONE, L. A; *Assentamentos Rurais na Política do Desenvolvimento Local: O Que Desponta no Horizonte*.

FERREIRA, J. R. C.; *Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Camaquã-RS: Uma Análise da Agricultura e suas Perspectivas de Desenvolvimento*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado; UFRGS, 2001.

FIALHO, M. A. V; MIGUEL, L. A. *Agricultura Familiar: Impactos da Industrialização nas Estratégias de Reprodução Socioeconômicas*. In: 16º Simpósio de la Asociacion Internacional de Sistemas de Produccion e 4º Simpósio Latino Americano sobre Investigación y Extension en Sistemas Agropecuários, 2000, Santiago do Chile.

FUNEP. *Simpósio sobre Energia na Agricultura, Tecnologias Poupadoras de Insumos, Integração de Sistemas Energéticos e Produção de Alimentos*. In: Anais FUNEP – FCAV; UNESP; Jaboticabal-SP, 1984.

GARCIA JÚNIOR, A. R.; *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná. *Enfoque Sistêmico em P & D. A Experiência Metodológica do IAPAR*. Londrina-PR; Circular nº 97,1997.

KAGEYAMA, A. *Uma Tipologia dos Domicílios Agrícolas no Brasil*. Campinas-SP; IE/UNICAMP, nº 70, 1999.

LUTZENBERGER, J. A; *O Absurdo da Agricultura*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

MACEDO, R. B; GANDOLFO, M. A; MARIANO, F. A. dos S. *Tipificação dos Sistemas de Produção Predominantes na Adecot, Bandeirantes-PR*.

MARTINS, J, S; *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis-RJ; Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. et al.; *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro; Mauad, 2004.

MENEGAT, A. S. *No Coração do Pantanal: Assentados na Lama e na Areia. As Contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral - MS*. UNESP/FCLAR; Araraquara-SP; Tese de Doutorado, 2003.

MOREIRA, J. R. *Agricultura Familiar: Processos Sociais e Competitividade*. Seropédica-RJ; Mauad, 1999.

NAVARRO, Z. *O Desenvolvimento Rural no Brasil: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

NEVES, D. P. *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas*. Niterói-RJ; EDUFF, 1997.

NORDER, L.A.C. *Assentamentos Rurais: casa, comida e trabalho*. Campinas, IFCL, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1997. (mimeo)

NOVAES, W. *Dilemas do Desenvolvimento Agrário*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de; *A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

OLIVEIRA, B. C. *Tempo de Travessia, Tempo de Recriação. Os Camponeses na Caminhada*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

PAYÉS, M. A. M.; SILVEIRA, M. A.; *A Racionalidade Econômica do Empresário Familiar*. Jaguariúna: Embrapa, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental, 1997.

PERONDI, M. A; *As Estratégias de Reprodução de Sítiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná*. UFRGS: Dissertação de Mestrado, 1999.

PERONDI, M. A; *Agricultura como Fronteira entre Sociedade e Natureza: Novos Atributos a Multifuncionalidade*. . II Encontro Anual de Pós-graduação e Pesquisa Em Ambiente e Sociedade; Campinas - SP; 2004.

PINASSI, M. O. *As Armadilhas da Cana: Um Estudo da Pequena Produção Canavieira no Estado de São Paulo entre 1930 e 1980*. Araraquara-SP; UNESP/FCLAR, Dissertação de Mestrado, 1985.

PINHEIRO, S. L. G; *A Evolução do Enfoque Sistêmico nas Ações de Investigação, Desenvolvimento e Extensão Rural: Da Abordagem Hard-Systems para Experiências com Soft-Systems*. In: XVI Simpósio da Associação Internacional de Sistemas de Produção; 2000.

PINTO, L. de B; BERGAMASCO, S. M. P. P; OLIVEIRA, J. T. A. de. *A Importância da Diversidade Entre os Iguais: Um Estudo de Caso da Assistência Técnica e Extensão Rural em Um Assentamento Rural na Região do Pontal do Paranapanema-SP*. In: V Workshop de Pós-Graduação, Vol. 1; Campinas, SP; 2005.

PREMEBIDA, A; ALMEIDA, J. *A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann e sua Possibilidade de Interpretação dos Fenômenos Sociais*. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Campinas – SP; 2003.

Prefeitura Municipal de Araraquara-SP. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br>>. Acesso em 30 set.2003.

PRIMAVESI, A. *Manejo Ecológico do Solo. A Agricultura em Regiões Tropicais*. Nobel; São Paulo-SP, 1999.

ROMEIRO, et. al. *Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROSIM, L. H. *Luta pela Terra: a vontade do Estado e o querer dos trabalhadores*. Retrato de Assentamentos. Cadernos de Pesquisa: Ano IV – nº 06. FCL/UNESP/Araraquara, 1998.

SANT'ANNA, A. L.; *Raízes na Terra: As Estratégias dos Produtores Familiares de Três Municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto-SP*. Araraquara-SP, UNESP/FCLAR; Tese de Doutorado, 2003.

SCHNEIDER, S; *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S; SCHIMITT, C. J. *O Uso do Método Comparativo nas Ciências Sociais*. Porto Alegre-RS; Cadernos de Sociologia, vol. 09 – 1998.

SÉRIE CADERNOS ITESP, nº 7; “*Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária*”, 1998.

SÉRIE CADERNOS ITESP nº 8; *Sítios e Situintes: Planejamento Territorial e Cálculo de Módulo para Assentamentos Rurais*. 1998.

SÉRIE CADERNOS ITESP nº 9; *Retrato da Terra 97/98: Perfil Sócio-econômico e Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. 1998.

SILVA, J. G.; *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, J. G; *Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

SILVA, J.G. O novo rural brasileiro. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2004.

SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Elementos Constitutivos na Construção do Capital Social em Assentamentos Rurais*; 2005..

SPAROVEK, G. *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira*. Páginas & Letras Editora e Gráfica. MDA/FAO; São Paulo-SP, 2003.

STETTER, E; *A Cana nos Assentamentos Rurais: Presença Indigesta ou Personagem Convidada?* Dissertação de Mestrado. UNESP, 2000.

TEDESCO, J, C (org). *Agricultura Familiar. Realidades e Perspectivas*. Passo Fundo-RS; UPF, 1999.

VEIGA, J. E. da. *O Brasil Rural Ainda Não Encontrou seu Eixo de Desenvolvimento*. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural; Vol. 15 – nº 43; Universidade de São Paulo-USP, 2001.

VEIGA, J. E. da. *A Questão Agrária Brasileira*. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>>. Acesso em 28 ago.2003.

WHITAKER, D. C. A. *Sociologia Rural: Questões Metodológicas Emergentes*. Presidente Venceslau-SP; Letras a Margem, 2002.

ANEXOS

Anexo I - Relação de Famílias Assentadas no Estado de São Paulo

COORDENAÇÃO REGIONAL I – LESTE / ARARAS

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
1	PA	SUMARÉ I	26	Sumaré	Estadual
2	PA	ARARAS I	06	Araras	Estadual
3	PA	ARARAS II	14	Araras	Estadual
4	PA	SUMARÉ II	39	Sumaré	Estadual
5	PA	CASA BRANCA	24	Casa Branca	Estadual
6	PA	ARARAS III	45	Araras	Estadual
7	PA	CAMAQUÃ	47	Ipeúna	Estadual
8	PA	CORDEIRÓPOLIS	21	Cordeirópolis	Estadual
9	PA	VERGEL	90	Mogi Mirim	Estadual
TOTAL			312		

COORDENAÇÃO REGIONAL II – SUDESTE / TAUBATÉ

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
10	PA	TREMembÉ	97	Tremembé	Federal
TOTAL			97		

COORDENAÇÃO REGIONAL III – SUL / PARIQUERA-AÇÚ

Desenvolve trabalhos somente com Comunidades Remanescentes de Quilombos					
--	--	--	--	--	--

COORDENAÇÃO REGIONAL IV - SUDOESTE / SOROCABA

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
11	PA	PIRITUBA II ÁREA 1	105	Itapeva	Estadual
12	PA	PIRITUBA II ÁREA 2	55	Itaberá	Estadual
13	PA	PIRITUBA II ÁREA 3	73	Itaberá	Estadual
14	PA	SANTA ADELAIDE	23	Avaré	Federal
15	PA	PIRITUBA II ÁREA 4	51	Itapeva	Estadual
16	PA	PIRITUBA II ÁREA 5	39	Itaberá	Estadual
17	PA	PIRITUBA II ÁREA 6	52	Itapeva	Estadual
18	PA	PORTO FELIZ	83	Porto Feliz	Estadual
19	PA	ITAPETININGA	18	Itapetininga	Estadual
20	PA	IPANEMA	151	Iperó	Federal
21	PA	BELA VISTA	31	Iperó	Estadual
22	PA	MANJOLO	41	Itapetininga	Federal
23	PA	ZUMBI DOS PALMARES	52	Iaras	Federal
TOTAL			774		

COORDENAÇÃO REGIONAL V - OESTE / PRESIDENTE PRUDENTE

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
24	PA	ESTRELA D'ALVA	31	M. Paranapanema	Estadual
25	PA	SÃO BENTO	182	M. Paranapanema	Estadual
26	PA	ARCO-ÍRIS	105	M. Paranapanema	Estadual
27	PA	CANAÃ	55	M. Paranapanema	Estadual
28	PA	FLOR ROXA	39	M. Paranapanema	Estadual
29	PA	HAROLDINA	71	M. Paranapanema	Estadual
30	PA	KING MEAT	46	M. Paranapanema	Estadual
31	PA	SANTA CARMEM	37	M. Paranapanema	Estadual
32	PA	SANTA CRUZ	17	M. Paranapanema	Estadual
33	PA	SANTANA	12	M. Paranapanema	Estadual
34	PA	LUA NOVA	17	M. Paranapanema	Estadual
35	PA	NOVO HORIZONTE	57	M. Paranapanema	Estadual
36	PA	PONTAL	14	M. Paranapanema	Estadual
37	PA	SANTA CRISTINA	35	M. Paranapanema	Estadual
38	PA	SANTA ISABEL 1	70	M. Paranapanema	Estadual
39	PA	SANTA LÚCIA	24	M. Paranapanema	Estadual
40	PA	SANTA ROSA 1	24	M. Paranapanema	Estadual
41	PA	SANTO ANTÔNIO 1	17	M. Paranapanema	Estadual
42	PA	VALE DOS SONHOS	23	M. Paranapanema	Estadual
43	PA	WASHINGTON LUÍS	16	M. Paranapanema	Estadual
44	PA	SANTA APOLÔNIA	104	M. Paranapanema	Estadual
45	PA	ALVORADA	21	M. Paranapanema	Estadual
46	PA	MARCO II	09	M. Paranapanema	Estadual
47	PA	N. SRA. APARECIDA	09	M. Paranapanema	Estadual
48	PA	SANTO ANTÔNIO 2	21	M. Paranapanema	Estadual
49	PA	CHICO CASTRO ALVES	87	Martinópolis	Federal
50	PA	NOVA VIDA	37	Martinópolis	Federal
51	PA	ÁGUA LIMPA 1	31	Pres. Bernardes	Estadual
52	PA	ÁGUA LIMPA 2	26	Pres. Bernardes	Estadual
53	PA	PALÚ	44	Pres. Bernardes	Estadual
54	PA	SANTA EUDÓXIA	06	Pres. Bernardes	Estadual
55	PA	RODEIO	65	Pres. Bernardes	Estadual
56	PA	FLORESTAM FERNANDES	55	Pres. Bernardes	Estadual
57	PA	SANTO ANTÔNIO 2	24	Pres. Bernardes	Estadual
58	PA	NOVA CONQUISTA	104	Rancharia	Federal
59	PA	QUATRO IRMÃS	15	Pres. Bernardes	Estadual
60	PA	SÃO PEDRO	70	Rancharia	Federal
61	PA	AREIA BRANCA	87	Marabá Paulista	Federal
62	PA	PRIMAVERA 1	82	Pres. Venceslau	Estadual
63	PA	SANTA MARIA	17	Pres. Venceslau	Estadual
64	PA	PRIMAVERA 2	42	Pres. Venceslau	Estadual
65	PA	RADAR	29	Pres. Venceslau	Estadual

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
66	PA	S. JOSÉ DA LAGOA	29	Piquerobí	Estadual
67	PA	SANTA RITA	31	Tupi Paulista	Estadual
68	PA	TUPANCIRETÃ	78	Pres. Venceslau	Estadual
69	PA	YAPINARI	40	R. dos Índios	Estadual
70	PA	STO. ANTÔNIO DA LAGOA	29	Piquerobí	Estadual
71	PA	SANTA RITA	26	Piquerobí	Estadual
72	PA	MATURI	172	Caiuá	Estadual
73	PA	SANTA RITA	21	Caiuá	Estadual
74	PA	SANTO ANTÔNIO	73	Marabá Paulista	Estadual
75	PA	SANTA ANGELINA	23	Caiuá	Estadual
76	PA	VISTA ALEGRE	22	Caiuá	Estadual
77	PA	ENGENHO	27	Pres. Epitácio	Federal
78	PA	LAGOINHA	155	Pres. Epitácio	Federal
79	PA	PORTO VELHO	65	Pres. Epitácio	Federal
80	PA	SANTA MARIA	12	Marabá Paulista	Estadual
81	PA	N. SRA. APARECIDA	42	Marabá Paulista	Estadual
82	PA	GLEBA XV DE NOVEMBRO	571	Rosana	Estadual
83	PA	SANTA RITA DO PONTAL	51	E. da Cunha	Estadual
84	PA	TUCANO	35	E. da Cunha	Estadual
85	PA	SANTA ROSA	65	E. da Cunha	Estadual
86	PA	PORTO LETÍCIA	36	E. da Cunha	Estadual
87	PA	CÓRREGO AZUL	09	Teodoro Sampaio	Estadual
88	PA	BONANZA	31	Rosana	Estadual
89	PA	NOVA DO PONTAL	122	Rosana	Estadual
90	PA	RANCHO ALTO	50	E. da Cunha	Estadual
91	PA	RANCHO GRANDE	101	E. da Cunha	Estadual
92	PA	GUANÁ MIRIM	34	E. da Cunha	Estadual
93	PA	NOVA ESPERANÇA	44	E. da Cunha	Federal
94	PA	NOVA ESPERANÇA 1	43	E. da Cunha	Federal
95	PA	ÁGUA SUMIDA	121	Teodoro Sampaio	Federal
96	PA	CHE GUEVARA	46	M. Paranapanema	Estadual
97	PA	BOM PASTOR	130	Sandovalina	Estadual
98	PA	LAUDENOR DE SOUZA	60	Teodoro Sampaio	Estadual
99	PA	CACHOEIRA DO ESTREITO	29	Teodoro Sampaio	Estadual
100	PA	HAIDEIA	27	Teodoro Sampaio	Estadual
101	PA	S. A. COQUEIROS	23	Teodoro Sampaio	Estadual
102	PA	SANTA RITA DA SERRA	40	Teodoro Sampaio	Estadual
103	PA	SANTA VITÓRIA	27	Teodoro Sampaio	Estadual
104	PA	VALE VERDE	50	Teodoro Sampaio	Estadual
105	PA	ÁGUA BRANCA 1	29	Teodoro Sampaio	Estadual
106	PA	ALCÍDIA DA GATA	18	Teodoro Sampaio	Estadual
107	PA	S. TEREZ. DA ALCÍDIA	26	Teodoro Sampaio	Estadual
108	PA	VÔ TONICO	19	Teodoro Sampaio	Estadual
109	PA	SANTA ZÉLIA	104	Teodoro Sampaio	Estadual
110	PA	S. T. ÁGUA SUMIDA	48	Teodoro Sampaio	Estadual
111	PA	S. CRUZ DA ALCÍDIA	25	Teodoro Sampaio	Estadual

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
112	PA	ANTÔNIO CONSELHEIRO	65	M. Paranapanema	Federal
113	PA	PAULO FREIRE	62	M. Paranapanema	Federal
114	PA	GUARANY	68	Sandovalina	Estadual
115	PA	SÃO PEDRO DA ALCÍDIA	85	Teodoro Sampaio	Estadual
TOTAL			5.016		

COORDENAÇÃO REGIONAL VI - NOROESTE / ANDRADINA

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
116	PA	PRIMAVERA	210	Andradina	Federal
117	PA	ESMERALDA	85	Pereira Barreto	Federal
118	PA	AROEIRA	40	Guaraçai	Federal
119	PA	SÃO JOSÉ 2	39	Guaraçai	Federal
120	PA	RIO PARANÁ	92	Castilho	Federal
121	PA	TIMBORÉ	176	Andradina	Federal
122	PA	ORLANDO MOLINA	77	Muritinga do Sul	Federal
123	PA	PROMISSÃOZINHA	08	Promissão	Federal
124	PA	SÃO JOSÉ 1	48	Birigui	Federal
125	PA	REUNIDAS	629	Promissão	Federal
126	PA	SANTA RITA	19	Turmalina	Federal
127	PA	ANTÔNIO CONSELHEIRO II	151	Guarantã	Federal
128	PA	N. S. APARECIDA	07	Pirajuí	Federal
129	PA	SÃO FRANCISCO 1	28	Pres. Alves	Federal
130	PA	SÃO FRANCISCO 2	31	Pres. Alves	Federal
131	PA	SALVADOR	20	Brejo Alegre	Federal
TOTAL			1.660		

COORDENAÇÃO REGIONAL VII - NORTE / ARARAQUARA

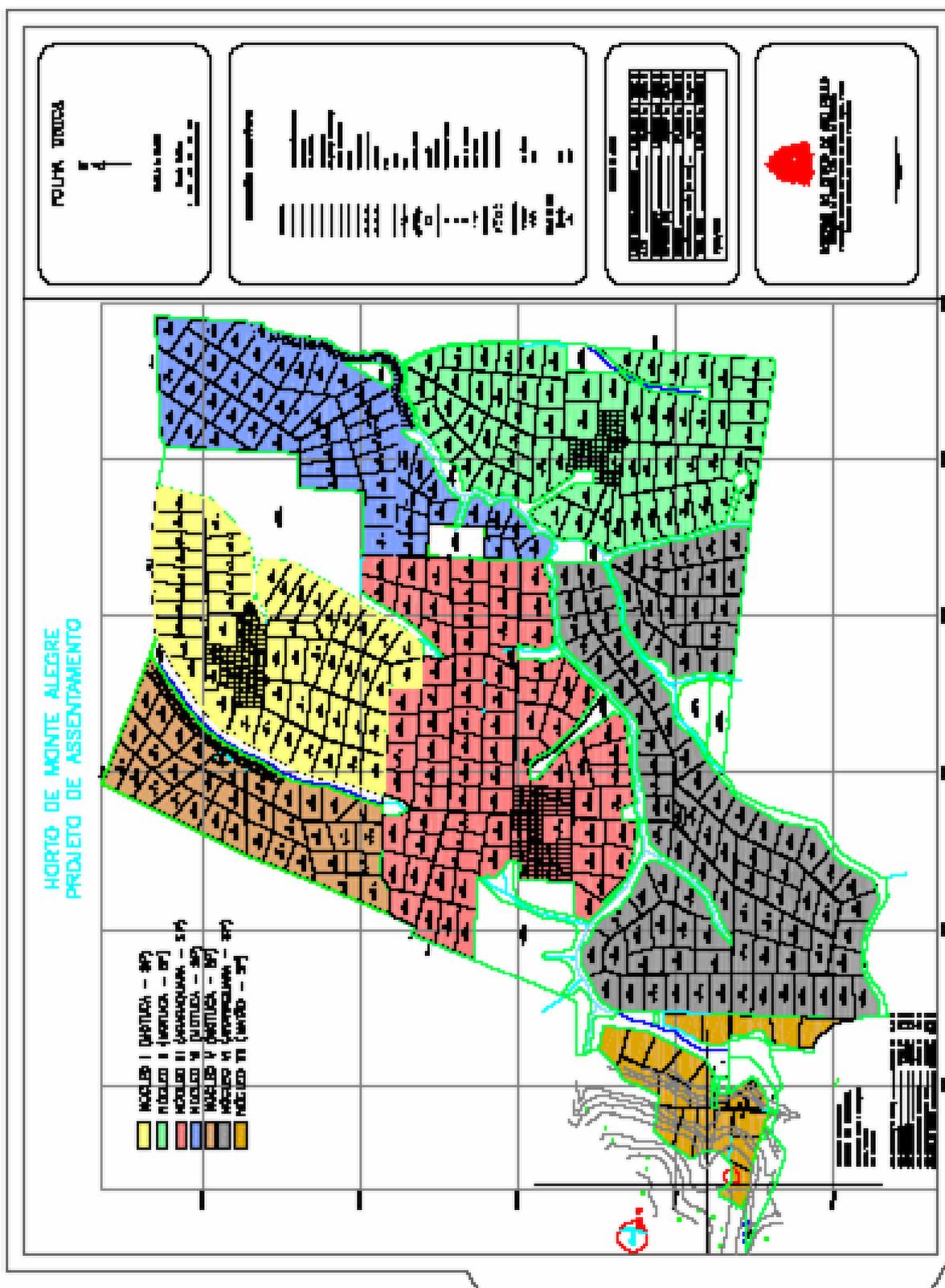
Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
132	PA	MONTE ALEGRE 1	49	Motuca	Estadual
133	PA	MONTE ALEGRE 2	62	Motuca	Estadual
134	PA	MONTE ALEGRE 3	76	Araraquara	Estadual
135	PA	MONTE ALEGRE 4	49	Motuca	Estadual
136	PA	MONTE ALEGRE 5	34	Motuca	Estadual
137	PA	MONTE ALEGRE 6	88	Araraquara	Estadual
138	PA	SILVÂNIA	19	Matão	Estadual
139	PA	BUENO DE ANDRADA	31	Araraquara	Estadual
140	PA	BELA VISTA CHIBARRO	176	Araraquara	Federal
141	PA	CÓRREGO RICO	47	Jaboticabal	Estadual
142	PA	GUARANY	270	Pradópolis	Estadual

Nº	TIPO	NOME	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	DOMÍNIO TERRA
143	PA	REAGE BRASIL	82	Bebedouro	Estadual
144	PA	IBITIÚVA	43	Pitangueiras	Estadual
145	PA	BOA SORTE	158	Restinga	Estadual
146	PA	FORMIGA	61	Colômbia	Federal
147	PA	PERDIZES	41	Colômbia	Federal
TOTAL			1.278		

TOTAL GERAL	9.137 FAMÍLIAS
--------------------	-----------------------

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Anexo II – Mapa do Assentamento



• Anexo III – Questionário Aplicado na Pesquisa de Campo

I- IDENTIFICAÇÃO

P.A	LOTE AGRÍCOLA Nº	ENTRADA NO ASSENTAMENTO
ASSENTADO(A)		

II- FAMÍLIA / MÃO DE OBRA DISPONÍVEL

HISTÓRICO DE TRABALHO	PERÍODO	TIPO DE TRABALHO EXECUTADO

COMPOSIÇÃO FAMILIAR RESIDENTE	GRAU PARENTESCO	DATA NASCIMENTO	DIVISÕES TRABALHO (DENTRO/FORA)	DISPONIBILIDADE PARA TRABALHO NO LOTE

MÃO-DE-OBRA NÃO FAMILIAR UTILIZADA TRABALHO DO LOTE	FREQUÊNCIA (DIÁRIA/SEMANAL/QUINZENAL/MENSAL/SEMESTRAL/ANUAL)	TIPO DE TRABALHO	QUALIDADE DOS SERVIÇOS

FONTES DE RENDA NÃO AGRÍCOLAS (ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE RENDA)	TIPO	Nº PESSOAS DA FAMÍLIA	VALOR / ANO (R\$)

III- UNIDADE DE PRODUÇÃO

3.1. Meios de Produção Disponíveis no Lote

TIPO (MAQUINAS/EQUIPAMENTOS)	QTDADDE	UNIDADE	MODALIDADE AQUISIÇÃO	DISPONIBILIDADE

3.2. Acesso a Recursos Externos

TIPO (CRÉDITOS/SUBSÍDIOS/ INFRA-ESTRUTURA)	FREQUÊNCIA	RELAÇÕES SOCIAIS PARA ACESSO AOS RECURSOS	PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES DE ACESSO

IV- PROCESSAMENTO DE PRODUTOS

MATÉRIA PRIMA	MÃO-DE- OBRA	PRODUTO FINAL	QTDADDE / ANO	PREÇO VENDA (R\$)	COMERCIALIZAÇÃO (IND / INT / CONS)

V- INTERAÇÕES SISTEMAS DE CULTURAS X SISTEMAS DE CRIAÇÕES

SISTEMAS DE CULTURAS		SISTEMAS DE CRIAÇÕES

VI- SISTEMAS DE CULTURAS PARA PRODUÇÃO COMERCIAL

TIPO	ÁREA (HÁ) OU Nº PÉS	CORREÇÃO DO SOLO	PREPARO DO SOLO	SEMENTES OU MUDAS	ADUBAÇÃO	CONTROLE PRAGAS/DOENÇAS	PRODUÇÃO FINAL	DESTINO
CULTURA Financiamento () SIM () NÃO		() SIM () NÃO	() TA () MEC	() CERT () VAR () HÍBR () PLAN	() QUIM () ORG () VERDE () NÃO	() QUIM () BIOL () NÃO		() IND () INT () CONS
CULTURA Financiamento () SIM () NÃO		() SIM () NÃO	() TA () MEC	() CERT () VAR () HÍBR () PLAN	() QUIM () ORG () VERDE () NÃO	() QUIM () BIOL () NÃO		() IND () INT () CONS
CULTURA Financiamento () SIM () NÃO		() SIM () NÃO	() TA () MEC	() CERT () VAR () HÍBR () PLAN	() QUIM () ORG () VERDE () NÃO	() QUIM () BIOL () NÃO		() IND () INT () CONS
CULTURA Financiamento () SIM () NÃO		() SIM () NÃO	() TA () MEC	() CERT () VAR () HÍBR () PLAN	() QUIM () ORG () VERDE () NÃO	() QUIM () BIOL () NÃO		() IND () INT () CONS

VIII- SISTEMAS DE CRIAÇÕES PARA PRODUÇÃO COMERCIAL

TIPO	Nº CABEÇAS	MANEJO ALIMENTAR			MANEJO SANITÁRIO	MANEJO REPRODUTIVO	PRODUÇÃO (MÉDIA/ANO)	DESTINO
		VOLUMOSO	CONCENTRADO	MINERAL				
CRIAÇÃO		<u>Pastagem</u>	<u>Ração</u>	<u>Sal</u>	() VACIN	() IEP		() IND
.....		() NATIV	() SIM	() SIM	() MEDIC	() INS ARTIF		() INT
Financiamento		() FORM	() NÃO	() NÃO	() CARRP	() EST MONT		() CONS
() SIM		() ROTAÇ	() VEZES	() VEZES	() VERMF	() MONT NAT		
() NÃO		<u>Capineira</u>	<u>Farelos</u>		() TB / BR			
		() SIM	() SIM					
		() NÃO	() NÃO					
			() VEZES					
CRIAÇÃO		<u>Pastagem</u>	<u>Ração</u>	<u>Sal</u>	() VACIN	() IEP		() IND
.....		() NATIV	() SIM	() SIM	() MEDIC	() INS ARTIF		() INT
Financiamento		() FORM	() NÃO	() NÃO	() CARRP	() EST MONT		() CONS
() SIM		() ROTAÇ	() VEZES	() VEZES	() VERMF	() MONT NAT		
() NÃO		<u>Capineira</u>	<u>Farelos</u>		() TB / BR			
		() SIM	() SIM					
		() NÃO	() NÃO					
			() VEZES					

X- DIFICULDADES, CONQUISTAS, O QUE AS FAMÍLIAS TEM FEITO PARA PERMANECER NA TERRA

10.1. Dificuldades

.....

.....

.....

.....

.....

.....

10.2. Conquistas

.....

.....

.....

.....

.....

.....

10.3. O que a Família tem feito para Permanecer na Terra

.....

.....

.....

.....

.....

10.4. Futuro

.....

.....

.....

.....

Anexo IV – Projeto da Técnico da Cana-de-Açúcar

PROJETO TÉCNICO PARA IMPLANTAÇÃO DE CULTURAS AGROINDUSTRIAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO

1 – Identificação e Localização do Projeto de Assentamento

Nome: ASSENTAMENTO DA FAZENDA MONTE ALEGRE III
Cidade/ Bairro: Assentamento Monte Alegre III , Município de Motuca – SP.
SIPRA : 12800000005

2 – Identificação do Beneficiário/Cônjuge

Nome do Beneficiário: SIDINEI ARMANDO BELLINTANI TRENCH	
Cônjuge: YOLANDA TEREZINHA COUTINHO TRENCH	
RG: 9.689.627	CPF: 832.467.548-53
SIPRA: 12800000005	
Endereço: Lote 45, do Assentamento Monte Alegre III , Motuca – SP.	
Número do Lote e área (ha) : LOTE 45 , ÁREA TOTAL DE 14 HECTARES	

3 – Identificação de Associação ou Cooperativa

Nome: <i>em andamento</i>

4 - Identificação da Cultura

Espécie e Cultura: Cana -de -Açúcar (implantação)
Ciclo: 18 meses (1ª safra), 12 meses (2ª - 5ª safra)
Área a cultivar (ha): 7,0 hectares

Bellini

5 – Identificação da(s) Agroindústria (s)

Nome: USINA SANTA LUIZA S.A
Endereço: FAZENDA SANTA CECÍLIA – Rodov. Francisco Malzoni , Km 13 – Motuca – SP.
Distância e acesso em relação ao projeto de assentamento: 10 Km
Produto(s) agrícola(s) processado(s): Cana- de- Açúcar, matéria prima.

6 – Produção a Contratar e Parcerias

Matéria prima, Cana-de-açúcar, utilizada para produção agroindustrial de açúcar e álcool, por período mínimo de 5 safras, de acordo com recomendações técnicas incluídas no escopo do projeto de implantação e contrato de parceria agrícola com a agroindústria . (em anexo)

Atendem ao disposto deste empreendimento, um segmento de parcerias que envolvem o pequeno produtor rural, a Agroindústria local, Poder Público Municipal (Prefeitura de Motuca) e Poder Público Estadual (ITESP) e (Secretaria da Agricultura), promovendo a concretização do Agronegócio Regional.

6.1 Contrapartidas Futuras

A Prefeitura Municipal de Motuca, disponibilizará neste programa, por ocasião da colheita e futuros tratamentos culturais(cultivo de cana soca), a Patrulha Agrícola Mecanizada, (formada por tratores agrícolas, implementos e até carregadeira de cana), administrada pela Casa da Agricultura, proporcionando serviços de mecanização agrícola a preços subsidiados pelo poder público local .

6.2 Capacitação

Todo processo produtivo envolvido, integrante do escopo deste programa, estará acompanhado de módulos de capacitação direta, ao produtor rural beneficiário, onde, de acordo com as atribuições de cada entidade parceira, (previsto no quadro do item 8 deste projeto) será disponibilizado no momento oportuno práticas de campo, com a participação efetiva do agricultor, prevendo-se até, de acordo com o teor participativo, aquisição de bônus de capacitação, previstos no contrato de parceria entre agroindústria e produtor, traduzidos em redução do valor do investimento empregado por insumos na implantação do projeto.

7 – Operações e Orçamento Analítico

CUSTO MÉDIO OPERACIONAL DA LAVOURA DE CANA-DE-AÇÚCAR Ton/cana/hectare

Data-base: NOV/02

1 - Preparo do Solo

Item	Operação/Produto	Descrição	Rendimento	Unidade	Custo em Tonelada de Cana por hectare
01	Uma Gradação Pesada	VALTRA 1780 TR+Imp	1,32	Hora/hectare	1.1
02	Uma Gradação Interm.	VALTRA1780 TR+Imp	1,32	Hora/hectare	1.0
03	Uma Subsolação	D7 TR+Imp	2,20	Hora/hectare	4.5
04	Uma Gradação Leve	MF 299 TR+Imp	0,85	Hora/hectare	0.5
05	Marcação Carreador	MF 299 TR	0,25	Hora/hectare	0.4
06	Levantamento Terraço	D7 TR	0,50	Hora/hectare	1.3
07	Aplicação de Calcário	MF 275+MO+Im	0,84	Hora/hectare	0.8
08	Calcário	Dolomítico	2,00	ton/hectare	4.0
	SUB-TOTAL:				13.6
	TOTAL GERAL			por hectare	13.6 ton

II - Plantio

Item	Operação/Produto	Descrição	Rendimento	Unidade	Custo em Tonelada de Cana por hectare
01	Sulcação	VALTRA 1780 TR+Imp	2,00	Hora/hectare	1,0
02	Adubo	05.25.25	0,50	Ton/hectare	12,0
03	Corte de Muda	Mão-de-Obra	12,50	Ton/hectare	1,6
04	Mudas	Cana	12,50	Ton/hectare	25,0
05	Carregamento de Muda	Carreg. MF 290	12,50	Ton/hectare	2,3
06	Transporte de Muda	MB 23-18 (10km)	12,50	Ton/hectare	2,6
07	Desc/Espar/Repic.	Mão-de-Obra	6,00	M.O./hectare	---
08	Acabam. e Recobr.	Mão-de-Obra	3,00	M.O./hectare	---
09	Cobrição	MF 275 + Imp.	1,00	Hora/hectare	1,5
10	Aplicação Herbicida	MF 275 + Imp.	0,75	Hora/hectare	1,3
11	Herbicida		2,20	Litros/Hectare	4,8
12	Controle de Formiga	REGENT	0,10	Kg/hectare	6,5
13	Carpa (carreadores)	Mão-de-Obra	2,68	M.O./hectare	---
14	Adubo (logística)	Munk	2,10	Hora/hectare	1,4
SUB-TOTAL					60,0
TOTAL GERAL				por hectare	60,0 ton

III - Colheita

Item	Operação/Produto	Descrição	Rendimento	Unidade	Custo em Tonelada de Cana por hectare
01	Corte	Mo/Enc/Transp...	95,00	Ton/hectare	---
02	Carregamento	Carr MF290 Op	95,00	Ton/hectare	3,0
03	Transporte	MB23-18+J(10Km)	95,00	Ton/hectare	9,8
SUB-TOTAL					12,8
TOTAL GERAL				Por hectare	12,8 ton

IV - Manutenção de Soqueira

Item	Operação/Produto	Descrição	Rendimento	Unidade	Custo em Tonelada de Cana por Hectare
01	Enleiramento	MF 275 + Impl.	0,42	Hora/hectare	0,2
02	Cultivo	BM 110 TR+Imp	1,80	Hora/hectare	1,5
03	Adubo	20.05.20	0,380	Ton./hectare	8,0
04	Aplicação Herbicida	MF 275 + Impl.	0,75	Hora/hectare	1,3
05	Herbicida		1,80	kg/hectare	4,5
06	Controle de Formiga	Formicida	0,10	Kg/hectare	3,5
07	Carpa	Mão-de-obra	5,00	M.O./hectare	---
SUB-TOTAL					19,0
TOTAL GERAL				Por hectare	19,0 ton

OBS: Valor da Tonelada de cana (CONSECANA) – circular nº 17/01-07/05/2002

Valor médio da tonelada de cana c/ 137 Kg de ATR a R\$28,4138
 R\$0,2074/Kg c/ Pis + Cofins

Handwritten calculations:
 72,8
 31,6
 19,0
 123,4
 123,4 + 16 = 139,4

8 – Descrição Técnica das Operações a serem Executadas em Seqüência Cronológica

<u>OPERACÕES</u>	<u>ÉPOCA</u>	<u>AGROINDÚSTRIA</u>	<u>PRODUTOR</u>	<u>PREFEITURA</u>
Aplicação de calcário	Dez/02	Execução	Acompanhamento	Acompanhamento
Gradagem pesada	Dez/02	Execução	Acompanhamento	acompanhamento
Levantamento de Terraço	Dez/02	Execução	Acompanhamento	Acompanhamento
Gradagem Intermediária	Jan/03	Execução	Acompanhamento	acompanhamento
Marcação do carreador	Jan/03	Execução	Acompanhamento	acompanhamento
Subsolagem	Fev/03	Execução		
Gradagem Leve	Fev/03	Execução		
Sulcação	Fev/03	Execução		
Corte, Carregamento e transporte de Mudas	Fev/03	Execução	-----	-----
Plantio manual e recobrimento	Fev/03	Capacitação	execução	Capacitação
Aplicação de herbicida	Fev/03	Execução	Acompanhamento	acompanhamento
Controle de formiga	Mar/03	Execução	Acompanhamento	Acompanhamento
Carpa de carreadores	Mar a Set/03	-----	execução	-----
Roguing	Jun /Jul/ 03	-----	execução	Acompanhamento
Colheita manual	Mai/Jul/04	Capacitação	execução	acompanhamento
Carregamento	Mai/Jul/04	Capacitação	Acompanhamento	execução
Transporte	Mai/Jul/04	-----	execução	Acompanhamento
Cultivo da Soca/enleiram.	Ago/Set/04	-----	Acompanhamento	execução
Carpa e limpeza	Set/Dez/04	-----	execução	-----

no

no
X

X

no
X

==

9 – Produtividade mínima prevista para 5 safras agrícolas :

SAFRA	ÉPOCA	PRODUTIVIDADE ESPERADA TONELADA / HECTARE	AMORTIZAÇÃO DO INVESTIMENTO %
1º CORTE	AGO/SET/2004	95	50%
2ºCORTE	SET/OUT/2005	82	30%
3º CORTE	SET/OUT/2006	75	20%
4º CORTE	SET/OUT/2007	60	----
5º CORTE	SET/OUT/2008	60	----

872 (5)
20 74,4
75
3

10 – Previsões de Receita e Lucro

SAFRA	PRODUTIVIDADE ESPERADA TONELADA / HECTARE	RECEITA RS POR HECTARE	LUCRO/ LÍQ RS POR HECTARE	LUCRO/ LÍQ. DA PROPRIEDADE 7,0 hectares
1º CORTE 18 m	95	2.698,95	1.289,81	R\$ 9.028,67
2ºCORTE 12 m	82	2.329,62	801,16	R\$ 5.608,12
3º CORTE 12m	75	2.130,75	806,84	RS 5.647,90
4º CORTE 12m	60	1.704,60	801,16	R\$ 5.608,12
5º CORTE 12m	60	1.704,60	801,16	R\$ 5.608,12
MÉDIA DAS 05 SAFRAS	74,4	2.113,70	900,00	RS 6.300,20

11 – Avaliação Econômica Preliminar do Vigor do Empreendimento (7,0 ha)

INÍCIO	TÉRMINO	PERÍODO	LUCRO LÍQ. NO PERÍODO (RS)	LUCRO LÍQ. MENSAL (RS)
✕ FEV/2003	✕ SET/2008	66 MESES	R\$ 31.500,91	RS 477,28

12 – Caracterização da área de implantação do Projeto

A área objeto de implantação do projeto de plantio de cana-de-açúcar, em parceria com agroindústria , atende todos os requisitos preconizados pela Portaria ITESP, nº 75/2002, de 24 de outubro de 2002.

A gleba em tela, possui área de 7,0 hectares, apresentando declividade de 2 a 6%, apresentando susceptibilidade a erosão laminar, devido a ausência de terraços, tipo de solo LV 45 (grande grupo), estando localizada no lote 45 , do Assentamento Monte Alegre III, de Motuca, e ainda disposta na Microbacia Pilões- Monte Alegre, integrante da Bacia Hidrográfica do Médio Mogi Guaçu, inserida em região com tipo climático , CWA – Clima Tropical Úmido, com inverno seco e verão quente e precipitação anual de 1.600 mm.

A capacidade produtiva desta gleba, para o cultivo da cana-de-açúcar, enquadra-se nos moldes de produtividade dos canaviais do município, girando ao redor de 80 toneladas por hectare/ano.(fonte IEA – Casa da Agricultura de Motuca)

13 – Medidas Previstas visando a Conservação do solo e demais Recursos Naturais.

De acordo com as caracterizações físicas do local do empreendimento, suscitadas acima, recomenda-se a título de conservação de solo e proteção dos recursos naturais, o emprego de práticas conservacionistas , apoiadas na construção de terraços em nível, com plantio subsequente, adequação de vias de acesso e carreadores, além do corte manual de cana crua, por ocasião da colheita, visando a formação de palhada, protetora do solo. X

14 – Autor do Projeto .

Segue o presente projeto, elaborado em 8 folhas, datadas e assinadas, incluindo um documento anexo.

Motuca , 27 de Dezembro de 2002.



CASA DA AGRICULTURA DE MOTUCA

Eng. Agrº Paulo Roberto do Amaral

CREA : 5060027870 SP

Parecer Técnico

Projeto Técnico para Implantação de Culturas Agroindustriais em Projetos de Assentamento – Cana de Açúcar – Parceria Usina Santa Luíza / Prefeitura Municipal de Motuca / Beneficiário de Projeto de Assentamento – safra 2002/2003

Beneficiário:	Sidinei Armando Bellintani Trench
P. A.:	Monte Alegre – III
Lote:	45
Município:	Motuca – S.P.

Parecer:

Este parecer técnico está baseado numa análise técnico-agronômica do Projeto Técnico apresentado e a Portaria ITESP-75 de 24-10-2002.

1. Sugerimos que seja observada a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do Técnico Responsável pela elaboração do Projeto.
2. Sugerimos que seja observada a regularização da adesão e participação do beneficiário em organização (Associação ou Cooperativa).
3. Sugerimos que seja observada a falta de assinatura do Beneficiário no Projeto Técnico.
4. Sugerimos que seja ampliada a discussão do Projeto junto aos Beneficiários e que seja fornecida uma cópia completa do projeto e contrato de parcerias entre as partes.
5. Sugerimos que seja observada a falta de assinatura de Representante da Prefeitura Municipal de Motuca, parceira que participará do projeto.
6. Sugerimos que seja observada a falta de assinatura de Representante da Agroindústria, parceira que participará do projeto.
7. Sugerimos que seja observada a apresentação do croqui de localização da área a ser implantada a cultura, bem como a indicação do seu uso atual.
8. Sugerimos que seja observada a falta de apresentação de análise de solo, em que se baseia a recomendação de calagem/adubação para a área a ser implantada a cultura.
9. Sugerimos que sejam observadas a apresentação de detalhamento das explorações e infra-estruturas do lote, com suas respectivas áreas.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signature

10. Sugerimos que seja anexado ao projeto, uma cópia do contrato de parceria entre as partes (Beneficiário/Agroindústria/Prefeitura) de acordo com o projeto apresentado e a portaria existente. X
11. Sugerimos que as folhas do projeto sejam numeradas.
12. Sugerimos que sejam mais bem detalhadas todas as fases e operações a serem realizadas, a fim de não gerar dúvidas ou pendências ou demandas futuras. X X X
13. Sugerimos que haja a apresentação do termo de compromisso de prestação de serviço das operações realizadas por terceiros apresentados no projeto. V X X
14. Sugerimos que seja revisto o Cronograma de trabalho, visto que, o início estava previsto para dezembro/2002. X X X ?
15. Sugerimos observar que no plantio e manutenção da soqueira não foi especificada a quantidade de Mão de Obra para controle de formigas. =
16. Sugerimos observar a demanda de mão de obra e solicitar um maior detalhamento desta, para não haver conflito entre a prática da agricultura familiar e o custo de mão de obra de terceiros, que influem no resultado financeiro da cultura. X X X
17. Sugerimos que seja solicitado às parceiras executoras e ao técnico que elaborou o projeto técnico, Laudos e Relatórios trimestrais das atividades desenvolvidas, com descrição dos estádios de desenvolvimento da cultura. X
18. Sugerimos que seja elaborado um quadro do fluxo financeiro de receitas e despesas detalhadas, incluindo o trabalho do produtor, para que diferencie a remuneração de seu trabalho e o Lucro Líquido do projeto, no período do mesmo (2002/2008). X
19. Sugerimos que conste no projeto, o compromisso de que sejam preservados os investimentos realizados pelo estado (terraceamento, conservação de estradas, demarcação dos lotes, dentre outros), visto que a cultura da cana de açúcar tem exigências diferentes que as práticas de agricultura familiar, e que após o término deste Projeto poderão ser retomadas. X

Estas sugestões foram elaboradas em 20/01/03, encaminhadas ao RTC/GTC-Araraquara que comunicou o Técnico Responsável pelo projeto. Sua manifestação foi nos apresentada como Resumo de Reunião de 29/01/03.

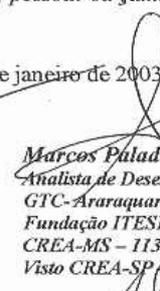
Nosso parecer é de manutenção das sugestões tendo em vista que foram elaboradas com base em análise técnico-agronômicas, ficando a cargo de alçada superior a avaliação e aprovação dos mesmos.

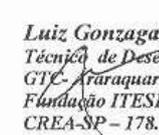
Realçamos que as sugestões hora apresentadas têm foco na missão institucional ("Planejar, implantar e viabilizar, com participação e sustentabilidade, o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atendidas"), resgate da cidadania, independência dos beneficiários e negociação justa e clara entre as partes, visando não descaracterizar a agricultura familiar preconizada aos projetos de assentamentos rurais.

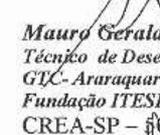
Acreditamos que um melhor detalhamento das fases da cultura que utilizam mão de obra tem seu mérito, tendo em vista Lei 4957/85 que dispõe sobre Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários e em seu artigo 12 - parágrafo 1º que dita "da exploração das terras, direta, pessoal ou familiar, sob pena de reversão ao outorgante"

Araraquara-(SP), 30 de janeiro de 2003.


Antonio Marcos Campoi
Analista de Desenvolvimento Agrário
GTC- Araraquara
Fundação ITESP - Matric- 0059
CREA-SP - 068.248.033-9


Marcos Paladini
Analista de Desenvolvimento Agrário
GTC- Araraquara
Fundação ITESP - Matric- 474
CREA-MS - 1132/D
Visto CREA-SP / 5060739096


Luiz Gonzaga Finamore
Técnico de Desenvolvimento Agrário
GTC- Araraquara
Fundação ITESP - Matric- 0442
CREA-SP - 178.786/TD


Mauro Geraldo Cavichioli
Técnico de Desenvolvimento Agrário
GTC- Araraquara
Fundação ITESP - Matric- 507
CREA-SP - 5060738577/TD


Milton Aparecido Meninato
Técnico de Desenvolvimento Agrário
GTC- Araraquara
Fundação ITESP - Matric- 515
CREA-SP - 5060738526/TD


Rubens O. E. Júnior
Técnico de Desenvolvimento Agrário
GTC- Araraquara
Fundação ITESP - Matric- 619
CREA-SP - 5060289899/TD

• Anexo V – Contrato da Parceria da Cana-de-Açúcar X Assentados

COMPROMISSO PARTICULAR DE PLANTIO, CULTIVO E FORNECIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR-SAFRAS 2004 a 2008 – ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE – LOTE Nº 01 - Motuca-SP - CONTRATO Nº 2003-016-0

Pelo presente instrumento particular de compromisso particular de plantio, cultivo e fornecimento de cana-de-açúcar, as partes, de um lado, como **COMPROMISSÁRIO(S) FORNECEDOR(ES) IZILDA PEREIRA PRIMO**, portadora do RG nº 10.916.321 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 032.564.518-37, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliada no Assentamento Monte Alegre I, Lote 01, no município de Motuca - SP, doravante denominado(s) simplesmente FORNECEDOR(ES) e de outro lado, como **COMPROMISSÁRIA RECEBEDORA: USINA SANTA LUIZA S/A.**, estabelecida na Rodovia Francisco Malzoni, Km 13 - Faz. Santa Cecília, no município de Motuca-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 52.312.774/0801-51, neste ato representada por quem de direito, doravante denominada RECEBEDORA, de comum acordo, nos termos da Portaria do ITESP nº 75, de 24/10/2002, celebram o presente compromisso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1a. O(s) FORNECEDOR(ES), são beneficiário(s) do projeto de assentamento nos termos da Lei 10.207 de 08/01/99, instituída pelo Decreto 44.294 de 04/10/99; Decreto 44.944 de 31/05/00; Lei 4.957 de 30/12/85, e ainda nos termos citada Portaria nº 75 de 24/10/02 do ITESP, declara(m) sob as penas da lei, que lhe(s) fora fornecido pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "IZILDA PEREIRA PRIMO"-ITESP, o Termo de Autorização-TAU relativamente ao Lote nº 01, com área de 14,0 ha. ou 5,78 alqueires paulistas, localizado no Assentamento Monte Alegre I, no município de Motuca, Estado de São Paulo, cujas divisas e confrontações constam do memorial/croqui anexo, cadastrado no INCRA em área maior sob nº _____, SIPRA nº 1260000032 e Inscrição de Produtor P-_____.

2a. Na qualidade de beneficiário(s) do mencionado projeto de assentamento e possuidor(es) do Lote descrito na cláusula anterior, o(s) FORNECEDOR(ES) destaca(m) uma área de até 50% (cinquenta) por cento do referido Lote, equivalente a 7,00 hectares ou 2,89 alqueires paulistas, conforme croqui anexo, o qual depois de assinado pelas partes passará a fazer parte integrante deste contrato, área essa devidamente reconhecida pelos contratantes, para que seja implementado uma cultura de cana-de-açúcar, cujo plantio deverá ocorrer no primeiro quadrimestre do ano 2003 (cana de 18 meses).

2.1 Declara(m) o(s) FORNECEDOR(ES), sob as penas da lei, que tanto o imóvel, como referida área objeto deste contrato, se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive contratuais, se encontrando os mesmos devidamente adimplentes quanto sua condição de beneficiários do projeto de assentamento junto ao ITESP.

3a. O(s) FORNECEDOR(ES) se obriga(m) e se compromete(m) a entregar toda a produção das canas advindas da mencionada área à RECEBEDORA e esta por sua vez, se obriga e se compromete a adquirir a totalidade das mesmas durante todo o ciclo canavieiro, correspondendo às colheitas das safras dos anos 2004 à 2008 (dois e quatro a dois mil e oito).

4a. Nos termos da mencionada Portaria do ITESP nº 75 de 24/10/02, o(s) FORNECEDOR(ES) está(ão) ciente(s) que o objetivo da mesma é que ele(s), na qualidade de beneficiário(s) do citado projeto, deyerá(ão) envidar todos os esforços possíveis, para poder diretamente, planejar, conduzir e comercializar a totalidade da produção de cana-de-açúcar para fins industriais junto à RECEBEDORA, efetuando assim todos os serviços com relação a referida cultura, desde o preparo do solo para o plantio até a colheita e transporte das canas junto à unidade industrial da RECEBEDORA, de acordo com as técnicas exigidas para tal cultura.

4.1- Não obstante, caso o(s) FORNECEDOR(ES) não possua(m) de imediato todos os subsídios técnicos, mecânicos e financeiros, necessários para implementação da referida cultura, a RECEBEDORA poderá efetuar, total ou parcialmente, inclusive com o fornecimento de mudas, adubos e herbicidas e todos os demais serviços de plantio das canas, tais como: preparo do solo, aplicação de calcário, sulcação, corte e transporte das mudas, plantio, cobertura, recobrição, aplicação de adubos e herbicidas e quebra deombo, nas épocas oportunas e de acordo com as técnicas apropriadas para tal cultura, sendo que pela prestação desses serviços, será(ão) cobrado(s) do(s) FORNECEDOR(ES) os preços usuais e praticados junto aos demais fornecedores, de acordo com a tabela anexa, a qual após assinada pelas partes passará a fazer parte integrante deste compromisso, cuja equivalência em toneladas de cana por alqueire, deverá ser convertido em reais pelo preço da tonelada de cana vigente à época do respectivo pagamento, quando da colheita, oportunidade em que será descontado dos créditos do(s) FORNECEDOR(ES) junto à RECEBEDORA, o valor equivalente apurado.

4.2. Na hipótese da RECEBEDORA efetuar total ou parcialmente os serviços de implementação da cultura canavieira descritos na cláusula anterior, o(s) FORNECEDOR(ES) poderá(ão) acompanhar referidos serviços à medida que forem executados, visando assim, obter capacitação técnica necessária para desenvolver(em) referida cultura. A RECEBEDORA, poderá ainda ao seu critério, visando contribuir com o objetivo de o(s) próprio(s) FORNECEDOR(ES) implementar(em) e conduzir(em) referida cultura em seu respectivo lote, incentivá-lo(s), concedendo bônus de capacitação quando este(s) efetuar(em) diretamente o plantio das canas.

5a. O valor total apurado dos serviços eventualmente prestados pela RECEBEDORA nos termos da cláusula 4.1 supra, de acordo com a tabela anexa, será cobrado do(s) FORNECEDOR(ES) em três etapas, à saber: 50% (cinquenta) por cento na primeira colheita (safra 2004/2005), 30% (trinta) por cento, por ocasião da segunda colheita (safra 2005/2006), e o restante 20% (vinte) por cento, quando da terceira colheita (safra 2006/2007).

6a. Relativamente ao corte, carregamento e transporte da totalidade das canas por ocasião das colheitas em cada safra (2004 a 2008), também deverá(ão) ser efetuado(s) pelo(s) FORNECEDOR(ES). Todavia, na impossibilidade de fazê-lo(s), a RECEBEDORA poderá efetuar, mediante cobrança de um percentual sobre o total de canas colhidas, de acordo com a referida tabela anexa, em cada safra, cuja quantidade de toneladas equivalentes, será convertido ao preço vigente à época do pagamento, quando da colheita, oportunidade em que o valor apurado será descontado dos créditos do(s) FORNECEDOR(ES) junto à RECEBEDORA.

6.1- Caso o(s) FORNECEDOR(ES) venha(m) a se utilizar da RECEBEDORA para efetuar os serviços de corte, carregamento e transporte das canas, quando da colheita, estes serviços serão cobrados por esta de uma só vez quando da colheita, na forma da tabela já mencionada, bem como, nesta hipótese, também os valores dos serviços porventura por ela prestados descritos na cláusula 4.1 supra, deverão ser descontados de uma só vez, ou seja, deixará(ão) o(s) FORNECEDOR(ES) de gozar do benefício de pagamento parcelado dos serviços em 03 (três) safras, como previsto na cláusula 5ª (quinta) supra.

6.2- Igual procedimento será adotado caso o(s) FORNECEDOR(ES) necessite(m) que o cultivo das canas em cada safra, após a primeira colheita, seja efetuado pela RECEBEDORA, ou seja, nos termos da citada tabela anexa, esta poderá fazê-lo e cobrá-lo do(s) FORNECEDOR(ES), descontando dos seus créditos, o valor apurado por ocasião da próxima colheita em que os serviços forem realizados.

7a. O preço para pagamento das canas será aquele apurado pela RECEBEDORA ao final da safra, até 30 de abril do ano seguinte ao da colheita, com base no valor do ATR a ser divulgado pelo CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

8a. A RECEBEDORA pagará ao(s) FORNECEDOR(ES) a título de ADIANTAMENTO, por ocasião da colheita das canas, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da colheita, 70% (setenta por cento) do valor total das Notas Fiscais de Entradas em nome deste(s), calculado em função do valor do ATR (Açúcar Total Recuperável) divulgado pelo CONSECANA-SP para o mês da entrega. Os 30% (trinta por cento) restantes, serão pagos no ano seguinte ao da respectiva colheita, no dia 10 (dez) dos meses de fevereiro, março e abril, após deduzidos dos referidos créditos pelas entregas, todas as taxas, impostos, contribuições e outros descontos legais incidentes ou que venham a incidir sobre as canas de açúcar, devidas pelo fornecedor durante a vigência deste contrato.

9a. Até 30 de abril do ano seguinte ao da respectiva colheita das canas, será efetuado o ajuste final do preço da tonelada de cana-de-açúcar, com base no valor do ATR divulgado pelo CONSECANA-SP. Caso o valor final apurado for superior ao valor de referência efetivamente adiantado e pago pela RECEBEDORA, esta deverá pagar ao(s) FORNECEDOR(ES) a diferença até o dia 10 de maio do ano seguinte ao da colheita. Caso, entretanto, for apurado valor inferior aos efetivamente pagos e adiantados, o(s) FORNECEDOR(ES) igualmente se compromete(m) na mesma data a restituir à RECEBEDORA referida diferença.

10a. O presente contrato tem início de vigência na data de sua assinatura e seu término após a colheita e fechamento da safra 2008/2009, que deverá ocorrer até 30/04/2009, ou seja, abrangerá 05 (cinco) cortes de canas relativo às safras: 2004/2005, 2005/2006, 2006/2007, 2007/2008 e 2008/2009.

11a. O(s) FORNECEDOR(ES) e a RECEBEDORA estão cientes que nos termos do art. 5º da citada Portaria 75 de 24/10/02, a Fundação ITESP poderá requisitar junto desta, relatórios específicos do resultado de cada safra, da produção de cada gleba, dos adiantamentos efetuados, dos preços pagos, bem como demais informações relacionadas à produção de cana-de-açúcar relativo ao lote objeto deste compromisso e oriundo do projeto de assentamento.

12a. Toda e quaisquer responsabilidades decorrentes deste contrato, serão tratadas entre as partes contratantes, ficando o Estado de São Paulo bem como a Fundação ITESP isentos de quaisquer obrigações e ou responsabilidades deles oriundas.

13a. Após o término deste contrato, caso o(s) FORNECEDOR(ES) resolva(m) continuar explorando a referida área objeto deste contrato com o cultivo de cana-de-açúcar, em igualdade de condições com terceiros terá preferência a RECEBEDORA.

14a. À RECEBEDORA, fica assegurado desde já, o direito de passagem por quaisquer dos caminhos do Lote objeto deste contrato, de maneira a facilitar o acesso à referida cultura.

15a. Todas as canas a serem colhidas na área objeto deste contrato e durante a vigência do mesmo, quer sejam para moagem, mudas, etc., deverão ser entregues pelo(s) FORNECEDOR(ES) à RECEBEDORA, sob pena de responder(em) o(s) primeiro(s) por perdas e danos e multa.

16a. O(s) FORNECEDOR(ES) se compromete(m) em demarcar, fazer e manter limpos os aceiros nas divisas existentes nos imóveis em todas áreas cultivadas com cana de açúcar, principalmente nas divisas com caminhos e carregadores, reservas florestais e matas ciliares, etc. nos termos da legislação própria. É ainda de responsabilidade do(s) mesmo(s), a fiscalização sobre eventuais incêndios que possam ocorrer com o canavial, quer sejam por culpa, dolo ou ainda de caso fortuito ou força maior e que em decorrência possam causar prejuízos junto ao meio ambiente ou terceiros, respondendo pelos danos que eventualmente vier a ocorrer nos termos da legislação e se responsabilizando junto aos órgãos fiscalizadores, por eventuais ações e multas que possam advir relativamente ao imóvel e respectiva área cultivada com cana de açúcar. Deverão ainda, na condução da referida cultura, observar sempre a legislação ambiental e demais técnicas quanto à preservação do solo, nascentes, rios, fauna, flora, etc.

f

Reg JA

Valson

16.1 Em caso de eventual incêndio no canavial na área objeto deste contrato, os FORNECEDOR(ES) além das providências nos termos da cláusula 16a (décima sexta) deverão comunicar imediatamente a RECEBEDORA. Nesta hipótese, caso esta esteja nas proximidades da área com sua brigada de incêndio, desde já se propõe a colaborar com os mesmos no que for possível e desde que atendidos as medidas de segurança, visando a combater o foco de incêndio.

16.2 Na eventual hipótese de ocorrer qualquer sinistro com o canavial da área objeto deste contrato e desde que a RECEBEDORA tenha efetuado serviços de implantação da referida cultura ainda não quitados na forma da cláusula 5ª (quinta), poderão de comum acordo entre as partes estudarem alternativas para o caso específico.

17a. A época, forma de corte (mecanizado ou manual, crua ou queimada) e transporte das canas, serão definidos em comum acordo pelos FORNECEDORES e RECEBEDORA, de acordo com os cronogramas desta, observando sempre as técnicas exigidas para tal cultura.

18a. O presente compromisso obriga não só as partes contratantes, como também seus herdeiros e sucessores na forma da lei. Na eventual hipótese de o(s) FORNECEDOR(ES) pretender(em) transferir por qualquer forma o lote objeto deste contrato a terceiros, deverá constar expressamente no respectivo documento de transferência, que o adquirente/sucessor/novo beneficiário, etc., deverá respeitar o presente contrato em todas as suas cláusulas e condições até o final.

19a. Fica estipulada a multa contratual ou cláusula penal, de 150 (cento e cinquenta) toneladas de cana por alqueire, ao preço apurado pelo sistema CONSECANA, para cada ano a vencer, até final do presente instrumento, a ser paga pela parte inadimplente que violar o presente contrato em quaisquer de suas cláusulas e condições. Essa multa, em caso de ação judicial, será acrescida de 20% (vinte por cento), para cobertura de honorários advocatícios da parte inocente, bem como as despesas processuais que incidirem, além das perdas e danos a serem apuradas em razão de eventuais despesas que cada parte tiver efetuado.

19.1 A multa contratual referida nesta cláusula, terá seu valor atualizado na forma dos preços apurados pelo sistema Consecana, para cada tonelada de cana, na época em que for paga pela parte inadimplente.

20a. As partes elegem o foro distrital de Américo Brasiliense-SP, Comarca de Araraquara-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por reproduzir este os termos dos entendimentos havidos, assinam o presente em duas vias de igual teor e para um só efeito, assinados também por duas testemunhas a tudo presente, na forma da lei.

Motuca (SP), 20 de fevereiro de 2003.

P.P

IZILDA PEREIRA PRIMO

USINA SANTA LUIZA S/A

Testemunhas:

Luiz Alberto Henriques

Pedro Luiz Vaz de Lima

15

- Anexo VI – Portaria ITESP 77/2004

Fundação Instituto de Terras
do Estado de São Paulo
"José Gomes da Silva"

PORTARIA 77/2004

O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os fins precípuos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP, que, nos termos da Lei Estadual n. 10.207, de 08 de janeiro de 1999, consistem no planejamento e execução das políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado, com a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de trabalhadores rurais, prestando assistência técnica e promovendo a capacitação dos beneficiários dos planos públicos;

Considerando as atribuições da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, dentre as quais a implantação de programas que proporcionem o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas;

Considerando que a legislação que disciplina os planos públicos prevê o aproveitamento das terras, ensejando a criação de empresa agropecuária ou florestal rentável, propiciando o aumento da produção agrícola e proporcionando ocupação estável, renda adequada e meios de desenvolvimento cultural e social aos seus beneficiários;

Considerando a necessidade de estabelecer a forma de exploração dos lotes agrícolas dos Projetos de Assentamento, com culturas destinadas à venda para agroindústrias, de modo a evitar a monocultura e seus efeitos perniciosos ao meio ambiente e à economia;

Considerando que a implantação desordenada de culturas para fins industriais poderá gerar indesejável relação de dependência dos produtores para com os empresários;

Considerando a necessidade de harmonizar as políticas públicas de incentivo à agroindústria e à produção agrícola com os objetivos perseguidos pela Fundação ITESP,

em consonância aos princípios estabelecidos na Lei n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985;

Considerando, finalmente, a convergência de interesses dos diversos segmentos na formação de parcerias negociais, visando a alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos Projetos de Assentamento Estaduais, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias, além de fomento à organização dos trabalhadores rurais assentados em cooperativas e à implantação de unidades artesanais para o processamento dos produtos agrícolas, resolve:

Artigo 1º - A elaboração de projetos técnicos relativos ao plantio de culturas destinadas à venda para agroindústrias, nos Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais implantados nos termos da Lei Estadual n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar, reger-se-á por esta portaria.

Artigo 2º - As culturas para fins de processamento industrial poderão, a requerimento do interessado, ser implantadas nos lotes com área de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total.

Artigo 3º - Os projetos técnicos, elaborados com observância das normas vigentes relativas aos planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários, ao apoio à produção agrícola, à defesa da agropecuária e à proteção ao meio ambiente, conterão:

I - A especificação da forma de exploração, que poderá ser realizada individual ou coletivamente, ficando vedada qualquer forma que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção.

II - As fases de execução e os recursos financeiros, humanos e materiais a serem empregados.

Artigo 4º - A locação ou arrendamento de máquinas e equipamentos de terceiros deverá ser prevista pelo projeto técnico, anexando-se, oportunamente, cópias dos respectivos contratos.

Artigo 5º - O projeto técnico deverá incluir, ainda, o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvido o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada.

Artigo 6º - As culturas para fins de processamento industrial não poderão ser implementadas nas áreas comprometidas com projetos agropecuários financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural ou programas oficiais de fomento.

Artigo 7º - Fica vedada a elaboração de projetos técnicos para o plantio de culturas destinadas à agroindústria quando se tratar de beneficiários que estejam descumprindo suas obrigações para com a Fundação ITESP.

Artigo 8º - Caberá à Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento:

I - aprovar e acompanhar a execução dos projetos técnicos;

II - elaborar, por meio do Grupo Técnico de Campo, laudos trimestrais de acompanhamento e fiscalização;

III - incentivar o desenvolvimento de ações voltadas à organização da produção e comercialização, fomentando a organização de cooperativas e a implantação de unidades artesanais para o processamento dos produtos agrícolas como alternativa de absorção da produção;

IV - acompanhar os contratos de venda, plantios balizados por cotas e outros instrumentos que regulem a oferta;

V – avaliar, juntamente com os beneficiários, ao final de cada ciclo de cultura, os resultados obtidos com a atividade e as perspectivas futuras, permitindo o planejamento da produção.

Artigo 9º - Os compromissos e os contratos de compra e venda, celebrados entre os assentados e as agroindústrias, instruirão o procedimento de elaboração do projeto e, obrigatoriamente, deverão conter cláusulas que disponham sobre:

I – compromisso de compra da totalidade da produção na época da safra, especificando-se a área e a espécie plantada;

II – preço mínimo de compra dos produtos pelo valor estabelecido pelo governo, quando houver fixação oficial, ou pelo melhor preço da espécie e tipo do produto cotado no mercado da região, em não havendo preço mínimo fixado oficialmente;

III – dever de observar as orientações agronômicas dos supervisores técnicos da Fundação ITESP;

IV – observância das disposições contidas no Termo de Autorização de Uso ou noutro instrumento outorgado pelo Estado ao beneficiário do lote, bem como de toda legislação ambiental pertinente, especialmente no concerne às queimadas (Lei Estadual n. 11.241, de 19 de setembro de 2002, e Decreto Estadual n. 47.700, de 11 de março de 2003);

V – responsabilidade pessoal e exclusiva dos contratantes (empresas e assentados), ficando a Fundação ITESP isenta de qualquer obrigação proveniente desse contrato;

VI – possibilidade da continuidade do negócio, nas mesmas condições e prazo, com o beneficiário sucessor, quando o contratante inicial for excluído do assentamento em razão de inobservância de regra legal;

Fundação Instituto de Terras _____
do Estado de São Paulo
"José Gomes da Silva"

VII – compromisso da empresa, no caso de plantio de cana-de-açúcar, da recuperação do solo após o encerramento do ciclo da cana, com a destruição da soqueira, sem ônus para o assentado, e especial atenção para o teor da matéria orgânica.

Artigo 10 – A aprovação do projeto e a anuência ao contrato de venda da produção celebrado pelo assentado com as agroindústrias, condicionar-se-á ao compromisso assumido pelas últimas, como contrapartida social, de recuperar as estradas que cortem o assentamento, arcando com os ônus de terraplenagem e outras despesas de manutenção que se façam necessárias.

Artigo 11 – Fica revogada a Portaria Itesp nº 75, de 24-10-2002.

Artigo 12 – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JONAS VILLAS BÔAS
Diretor Executivo

- **Anexo VII – Marketing Publicado na Imprensa Escrita sobre o Sucesso da Parceria do Plantio de Cana no Assentamento Monte Alegre**



Tribuna IMPRESSA



Araraquara, quarta-feira, 29 de setembro de 2004 Ano 7 nº 2384



[Home](#) > [Matão e Região](#) > [Produtor de Motuca bate recorde em produtividade de cana-de-açúcar](#)

Produtor de Motuca bate recorde em produtividade de cana-de-açúcar

**publicado em
28/09/2004**

Fernanda Manécolo - da Redação

A Casa da Agricultura de Motuca registrou recorde de produtividade, dentro do projeto Cana 2002, no assentamento Monte Alegre. Um pequeno produtor conseguiu, em 6 hectares de terra, colher 898 toneladas de cana-de-açúcar, o equivalente a um lucro de R\$ 18 mil, um recorde municipal.

De acordo com o responsável pela Casa da Agricultura, Paulo Amaral, nunca um projeto de geração de renda em assentamentos trouxe resultados tão benéficos. A cana foi plantada em condições convencionais, ou seja, apenas com adubação química. Além disso, nunca havia sido plantada tal cultura nas terras do local, por isso causou tanta satisfação. “Não houve grandes gastos, foi o tipo de plantação mais comum e gerou resultados, além do esperado”, afirma.

O pequeno produtor, José Garcia Nascimento, 66, dono do novo recorde municipal, afirma que nenhuma outra cultura havia proporcionado tanto lucro e, agora, ele não quer saber de plantar outra coisa. “Plantei manga e nada, limão e nada. Agora, com a cana, os resultados foram bons demais e não quero mais saber de plantar outra coisa”.

O produtor conta que tem muitas dívidas, as quais foram adquiridas com os empréstimos feitos para pagar os prejuízos das outras culturas e parte do dinheiro da colheita da cana servirá para efetuar estes pagamentos. “Vou pagar as dívidas e aí sim pensar no futuro”. Nascimento mora com a esposa e dois filhos. Todos trabalham na agricultura familiar e a cana deu novo ânimo à família. “Foi preciso muito trabalho para plantar a cana, mas valeu a pena”.

A expectativa da Casa da Agricultura, no início do projeto em 2002, era que cada produtor conseguisse colher 90 toneladas de cana por hectare. Porém, Nascimento conseguiu 147 toneladas. Ainda há mais cinco safras, portanto, até 2008, o produtor poderá bater mais recordes. “Agora estamos otimistas e acreditamos que as safras fiquem cada vez melhores”, afirma Amaral.

Projeto

O projeto Cana 2002 visa implantar uma nova cultura nos assentamentos, para gerar uma renda maior aos produtores. Amaral explica que o projeto é uma parceria da Prefeitura, da Usina Santa Luzia e do assentamento Monte Alegre. “A prefeitura faz o projeto e presta a assistência técnica. A usina doa os insumos e garante a compra do produto pelo preço do mercado. Já o assentado entra com a mão-de-obra familiar”.

O produtor ocupa apenas metade dos 14 hectares, equivalentes a cada família do assentamento. Com isso, outras culturas podem ser cultivadas simultaneamente à cana. “O bom desse projeto é que posso plantar mais coisas e vender, enquanto a cana não cresce”, afirma Nascimento.

Para a Prefeitura, as vantagens são o aumento da qualidade da agricultura familiar no município; para a usina há a vantagem de mais terras, com matéria-prima garantida e o transporte terceirizado, pois é o próprio produtor quem faz; e para o produtor há o lucro que até então não havia sido registrado em outras culturas. “Agora ficou claro que a cana é quem dá o verdadeiro dinheiro aqui na nossa terra”, afirma Nascimento.